

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



O ENSINO PRIMÁRIO E SEUS VALORES EM PORTUGAL, DE 1807 ATÉ 1928, ATRAVÉS DOS MANUAIS ESCOLARES

Paula Alexandra Aguiar Pinto

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Área de especialização em Educação e Leitura

2009

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



O ENSINO PRIMÁRIO E SEUS VALORES EM PORTUGAL, DE 1807 ATÉ 1928, ATRAVÉS DOS MANUAIS ESCOLARES

Paula Alexandra Aguiar Pinto

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Área de especialização em Educação e Leitura

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Justino Pereira de Magalhães (Professor Catedrático)

2009

**Em memória de Teresa Jesus Aguiar,
minha Mãe.
Paz à sua Alma.**

Sernancelhe – 5.11.1953

Lausanne – 15.11.2001

AGRADECIMENTOS

Professor Doutor Justino Pereira de Magalhães

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Biblioteca Municipal de Rio Maior

Biblioteca Nacional de Lisboa

Biblioteca Municipal de Estremoz, na pessoa da Dr^a. Paula Gonçalves

Sr. António Cândido Lemos de Azevedo

Sem o apoio destas instituições e pessoas, o presente trabalho não teria sido possível.
Agradeço ainda a disponibilidade e compreensão da família.
Um agradecimento muito especial a Ivan Carlos Fernandes Abreu da Cruz e Costa.

Resumo do conteúdo da Tese de Mestrado

O presente estudo intitulado *O Ensino Primário e Seus Valores em Portugal, de 1807 até 1928, Através dos Manuais Escolares* transporta-nos para a importância dos manuais escolares como agentes de socialização e, fundamentalmente, como agentes de doutrinação da cultura e da identidade nacional, consubstanciando a relação de ensino-aprendizagem ao serviço da construção da sociedade e dos indivíduos que nela vivem.

A escola foi usada como instância de ideologia nacional e pátria, com o objectivo de sedimentar uma identidade nacional. Os manuais foram os principais suportes dessa pedagogia e serviram para propagandear e impor uma determinada forma de compreender e explicar o mundo e o próprio País.

Na primeira parte o manual é analisado tendo em conta a sua concepção, o seu desenvolvimento, analisando-se os diferentes modos de apropriação e diferentes formas de avaliação, falando-se ainda da história do manual escolar. Na segunda parte, relevámos a tentativa de construção duma Identidade Nacional, baseada nas ideologias e valores decorrentes dos autores e textos seleccionados, construção essa desempenhada e legitimada pelos manuais escolares do Ensino Primário no período descrito. Numa terceira parte procedemos à análise de dois manuais escolares, os quais visaram o enaltecimento de alguns dos nomes mais importantes da cultura portuguesa sob a pena de Duarte Ventura e de João de Deus. Na quarta parte analisámos vários manuais exemplificativos dos valores, atitudes e crenças à época.

Com efeito, foi nosso propósito compreender e explicar o papel desempenhado pelos manuais escolares na construção da Identidade Nacional, das Ideologias e dos Valores num período especialmente rico da nossa História colectiva. Este trabalho é um contributo para o estudo dos valores e ideologias presentes nos manuais escolares, tendo em linha de conta que estes são importantes e decisivos instrumentos ao serviço de um imprescindível agente de socialização: a escola.

Palavras chave

Valores

Identidade Nacional

Ideologia Nacional

Escola

Manual Escolar

Résumé

Cette étude intitulée «L'Enseignement à l'École Primaire et ses Valeurs au Portugal, de 1807 à 1928, par le Biais de Manuels Scolaires » nous montre l'importance des manuels scolaires comme étant les moteurs de la socialisation et surtout de l'endoctrinement de la culture et de l'identité nationale tout en consolidant la relation qui existe entre l'enseignement et l'apprentissage pour construire la société et les individus qui lui appartiennent.

L'école a été utilisée comme l'organisme de l'idéologie nationale mais aussi comme patrie pour former une identité nationale. Les manuels scolaires ont été le principal support de cette pédagogie et ont servi de moyens de propagande et d'imposition d'une certaine forme de comprendre et d'expliquer le monde et notre propre pays.

Dans une première partie, le manuel scolaire est analysé selon sa conception, son développement tout en analysant les différentes manières d'appropriation et les diverses formes d'évaluation sans oublier l'histoire du manuel scolaire. Dans une deuxième partie, nous avons renforcé l'idée d'essayer de construire une Identité Nationale à partir des idéologies et valeurs provenant des auteurs et textes sélectionnés permettant ainsi que cette construction soit accomplie et légitimée par le biais de manuels scolaires de l'école primaire durant la période mentionnée. Dans une troisième partie, nous avons analysé deux manuels scolaires qui avaient pour objectif l'exaltation de certains des noms les plus importants de la culture portugaise selon Duarte Ventura e João de Deus. Dans la quatrième partie, nous avons analysé plusieurs manuels scolaires qui exemplifient les valeurs, attitudes et croyances de l'époque.

En effet, notre intention a été de comprendre et d'expliquer le rôle tenu par les manuels scolaires en ce qui concerne la construction de l'Identité Nationale, des Idéologies et des Valeurs durant une période particulièrement enrichissante de notre Histoire collective. Ce travail est une aide à l'étude des valeurs et des idéologies présentes dans les manuels scolaires étant donné qu'ils sont un moyen important et décisif à l'indispensable moteur de socialisation : l'école.

Mots clés

Valeurs

Identité Nationale

Idéologie Nationale

École

Manuel scolaire

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	13
1.1. Manuais escolares: sua definição.....	13
1.2. Breve apontamento para a história do manual escolar.....	15
1.3. Funções e estatuto do manual escolar.....	18
1.4. Conceber e avaliar manuais escolares.....	22
1.5. Identidade Nacional, Ideologia e Valores nos manuais escolares.....	26
PARTE II - METODOLOGIA.....	42
2.1. A análise de conteúdo.....	42
PARTE III – UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DOIS MANUAIS ESCOLARES DO ENSINO PRIMÁRIO.....	47
3.1. <i>Arte de aprender a letra manuscripta para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais fácil ao mais difícil</i> , de Duarte Ventura (1860).....	47
3.2. <i>Leituras correntes: selecta clássica para uso das escolas</i> , de João de Deus (1876)	61
PARTE IV - UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO EM MANUAIS ESCOLARES DO ENSINO PRIMÁRIO.....	72

4.1. <i>Escola fundamental ou Methodo facil para aprender a ler, escrever, e contar, com os primeiros Elementos da Doutrina Christã: Util á mocidade, que deseja plenamente instruir-se (por hum professor) (1807)</i>	72
4.2. <i>Mimo á infancia ou Manual de História Sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil: ornado de 100 lindas estampas, representando os principaes successos referidos no Velho e no Novo Testamento, de Emilio Achilles Monteverde (1859)</i>	74
4.3. <i>Compendio de geographia das provincias e colonias portuguezas d'além mar, na Europa, Azia, Africa e Australasia, de José de Sousa Amado (1874)</i>	75
4.4. <i>Cartilha infantil: 2.ª parte. Exercícios graduados de leitura corrente. Continuação dos quadros de leitura para as escolas populares, de António Simões Lopes (1875)</i>	76
4.5. <i>Cartilha infantil: arte de aprender a ler e escrever em vinte lições, de Felizardo Lima (1879)</i>	81
4.6. <i>Primeiras leituras, de Joaquim de Araújo (1890)</i>	89
4.7. <i>Manual encyclopédico, para uso das Escolas d' Instrução Primária, de Emilio Achilles Monteverde (1893)</i>	93
4.8. <i>Selecta de manuscripto para uso das escolas d'ensino primário por A. Simões Lopes, Inspector d'Instrução Primária e approvedo pela Junta consultiva d'instrução pública, de António Simões Lopes (1901)</i>	108
4.9. <i>O meu primeiro livro de leitura: profusamente illustrado: mandado adaptar por Decreto de 3 de Setembro de 1903, de Fillipe de Oliveira</i>	124
4.10. <i>Selecta das escolas: livro de leitura destinado á 4.ª classe das escolas primarias, de António Simões Lopes e Fausto Guedes Teixeira (1907)</i>	127
4.11. <i>Cartilha nova (Doutrina moral): A moral deve estudar-se dos 8 aos 20 anos, de Boavida Portugal (1913)</i>	138

4.12. <i>Cartilha colonial: breve resenha histórica, geográfica e económica das colónias portuguesas: o esforço português na Africa, America, Asia e Oceania</i> , de Pedro Muralha (1928).....	140
4.13. <i>Cartilha do povo para a gente do campo</i> , de José Falcão (1896).....	144
CONCLUSÃO	151
ANEXOS	158
BIBLIOGRAFIA	159

O homem só consegue ser homem através da educação. Estamos, deste modo, perante uma arte em permanente aperfeiçoamento, ao longo de gerações. É o presente e o futuro que estão em causa.

Kant

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a Dissertação da Tese de Mestrado no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação e Leitura, ministrado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, intitulando-se o mesmo *O Ensino Primário e Seus Valores em Portugal, de 1807 até 1928, Através dos Manuais Escolares*.

Falar dos manuais escolares é algo extremamente aliciante do ponto de vista de quem investiga, uma vez que a sua existência é transversal a inúmeras culturas e identidades nacionais, desde o momento em que os mesmos começaram a ser utilizados, em alguns casos, mormente nos países mais evoluídos cientificamente, desde longa data, e se tornaram instrumentos imprescindíveis na relação de ensino-aprendizagem, quer pelos alunos quer pelos próprios professores.

Em certa medida, os manuais escolares foram sempre uma espécie de «tutores» para os docentes, quais guias pedagógicos a respeitar da primeira à última página.

Embora estejamos na era das novas tecnologias, com a conseqüente proliferação de meios de aprendizagem em suporte multimédia, os manuais escolares continuam - felizmente - a ser insubstituíveis. Dizemos felizmente, porque possuem intrinsecamente um carácter perene e são fiéis guardiães e depositários da cultura e do conhecimento humanos, para além do cumprimento da sua função primordial: a educação.

Os manuais escolares têm sido alvo de algumas incompreensões, se assim lhe podemos chamar. Com efeito, muitos observadores têm-nos visto como algo limitadores da acção dos alunos, uma vez que forçam, por assim dizer, determinadas ideologias e valores impostos pelos poderes instituídos. Por outro lado, há quem diga que os manuais escolares sempre tiveram o inconveniente de tornar os professores demasiadamente de-

pendentes dos mesmos, embora sejam elaborados como um auxiliar de aprendizagem dos alunos, e como um ponto de partida para outros estudos consequente aumento do conhecimento, procurando incentivar e encorajar os alunos a trilharem o seu próprio caminho na busca e aprofundamento de conhecimentos e novas aprendizagens. Já ouvimos dizer a alguém que, mais importante do que aquilo que um manual nos possa ensinar é o caminho e as pistas que o mesmo nos dá, no sentido de sermos nós próprios a ir à procura do conhecimento.

O livro é um detentor de conhecimentos, mas não substitui de modo algum o papel do professor, pois que, se ele é um guia em si mesmo, também é necessário que haja um guia tendo em vista a necessária orientação dos alunos e para o esclarecimento de determinados pontos eventualmente menos compreensíveis ou mais complexos, atendendo aos graus e patamares escolares a que se destinam. O peso específico dos manuais escolares deve ser analisado tendo em linha de conta que, por vezes, a formação de base dos professores revela algumas deficiências, porventura atribuíveis à formação dos mesmos. Quer isto dizer que os manuais escolares têm sido, em muitos casos, um precioso auxiliar dos professores. Esta situação foi possível constatar-se em determinadas épocas históricas, incluindo a presente, em que a formação de professores sofreu com as vicissitudes do tempo, da moda e das filosofias e políticas reinantes.

O manual escolar é hoje como ontem um veículo de informação privilegiado, porque condensa num conjunto de páginas a matéria mais relevante sobre os conteúdos que se pretende transmitir. Muitas vezes, é o manual que estrutura e organiza a própria disciplina, funcionando como «reitor» do comportamento e da postura a seguir pelo professor, em função do qual o mesmo organiza e planifica as aulas. No fundo, o manual funciona, por vezes, como o programa da disciplina em concreto. Ele é pois um guia para os alunos, mas também para o próprio professor.

O manual escolar foi portador de um saber que não se discutia e jamais se colocava em causa, muito menos na presença do professor que, ao invés, era um continuador e um legitimador dos conteúdos constantes nos manuais. Tratava-se de um saber «conformista», que não visava o estímulo do espírito crítico dos alunos e muito menos permitia que esse saber pudesse ser colocado em causa.

O modo como os manuais escolares têm sido concebidos, a escolha dos seus conteúdos e bem assim os valores que têm reproduzido, devem ser vistos sempre como um «produto» do tempo em que foram publicados e utilizados nas salas de aulas, e devem

ser analisados à luz do contexto histórico em que «viveram», isto é, em que foram aplicados na prática, na educação de inúmeras gerações que passaram pelos bancos das escolas. Escusado será pois dizer que os manuais escolares são fruto de condicionalismos políticos, sociais, culturais e económicos. Os manuais escolares também são um «sub-produto» directo dos regimes políticos durante os quais vigoraram ou vigoram, isto é, durante os quais foram adoptados.

Os manuais escolares, a despeito do seu papel de «reprodução dos valores» da sociedade, em nome da «regulação» e da «manutenção» da ordem social através da inculcação desses mesmos ideais desde tenras idades, serviram não raras vezes para propagandar e impor uma determinada forma de compreender e explicar o mundo e o próprio país. O poder, para além de tentar controlar a imprensa, sempre teve uma especial apetência para «enformar» o espírito dos alunos e dos jovens, para que estes cresçam de acordo com a conformação com determinadas premissas.

Porém, a abordagem do tema não parece fácil ou simplista. De facto, o conceito de «valor» não é fácil de definir, uma vez que o que para uns pode ser um valor, para outros não o é, ou não terá tanta relevância ou importância na sua hierarquia de valores ou no seu universo. O homem possui a faculdade de emitir juízos de valor, mas a definição do termo «valor» é muito subjectiva e controversa pelo motivo atrás exposto. Na realidade, é o próprio homem que valora as coisas e o mundo que o rodeia, pelo que o termo «valor» não está, a priori, impregnado em nada daquilo que observamos. É o homem que atribui os valores às coisas, de acordo com a hierarquia de valores ou de grau de importância de cada um de nós, em função da nossa capacidade de observação, compreensão e análise.

Quando se fala em valores, falamos de uma ideia generalista subjectiva que está muito associada à forma como encaramos ou reagimos a determinadas situações e «propostas» exteriores. Estão associados a reacções de simpatia ou antipatia e de agrado ou desagrado, e estão profundamente ligados à concepção que cada um de nós tem sobre a realidade e o mundo em que vivemos. A ideia ou conceito de «valor» é fortemente influenciada por condicionalismos sociais, económicos, culturais, psicológicos, vivenciais e históricos. Daí as diversas opiniões, e as diversas escolas, as diversas opções, diversos partidos políticos, diversos conceitos e práticas de vida.

Mas, se é verdade que os «valores» se diferenciam de sociedade para sociedade ou de uma cultura para outra, não é menos verdade que há, digamos assim, um conjunto de

valores universais, que são idênticos nas várias culturas em diferentes pontos do mundo. No fundo é esse conjunto de valores que se pretende que os professores transmitam aos alunos, que se traduz na expressão «educação». Mas educar é muito mais do que podemos pensar, e não se circunscreve de modo nenhum apenas e só ao conjunto de matérias constantes dos programas curriculares.

A própria forma de estar do professor, dentro e fora da sala de aulas, é uma forma de educar para os valores, tal como os assuntos que aborda, a forma como o faz, aquilo que considera ser justo e verdadeiro e as acções e pensamentos que incentiva e subscreve. Se bem que se deva incentivar os alunos a escolherem livremente o seu sistema de valores e a seguirem o seu próprio caminho, tal deve ser fomentado dentro de uma lógica comum e racionalista, de acordo com os princípios da liberdade e da solidariedade e não sob qualquer forma de coacção psicológica. Isto não significa que o professor não tenha as suas próprias opiniões ou que esteja impedido de dizer, dentro da sala de aulas, aquilo que pensa sobre determinados assuntos ou quais os valores que perfilha e considera correctos e mais valiosos. No entanto, deverá deixar bem claro aos alunos que essa é a sua maneira de pensar e não uma «cartilha» universal. Os alunos são livres de poderem, ou não, concordar com os pontos de vista do professor.

Em certa medida, dir-se-ia que o problema dos valores não é apenas uma questão filosófica. Os valores éticos, sociais e estéticos estão intimamente ligados à sociedade a que cada indivíduo pertence, pelo que a educação dos valores é fundamental no sentido de manter o equilíbrio social, sendo igualmente uma medida «profiláctica» para a modelação dos comportamentos, e sociabilidade pacífica, em que todos se aceitem, colaborem e completem, ajudando a prevenir eventuais «desvios» comportamentais, que perturbariam gravemente a sociedade. Assumem aqui grande responsabilidade e valor os Professores Universitários e de Escolas Superiores, os quais, pela sua isenção, proficiência, tirocínio e abrangência pluridisciplinar, podem marcar rumos e abrir clareiras de luz. Só assim se desenvolve também o espírito crítico responsável. Para criticar, apreciar ou discordar, é preciso saber. Doutra maneira incorre-se na sábia censura do pintor Apeles: “*Ne sutor ultra crepidam*”: Não vá o sapateiro além da chinela. Isto é: Ninguém fale daquilo para que não tem competência, ou, cada um fale só daquilo que sabe.

O ensino dos valores que, no fundo, está subjacente a todo o processo educativo, contribui para o desenvolvimento do espírito crítico dos jovens, especialmente nos primeiros anos de escolaridade, uma vez que coloca as crianças perante situações de

escolha múltipla em que estas têm que optar pelas soluções que lhes parecem mais razoáveis, isto é, com «bom senso», com base nos tais valores ou naquilo que se define como «valor», algo que é aprendido e apreendido pelas crianças de tenra idade logo nos primeiros anos de escolaridade.

É evidente que o desenvolvimento cognitivo e «moral» das crianças ou dos alunos tem os seus estádios específicos, independentemente da cultura, do meio social, do continente ou do país a que o indivíduo pertence. No entanto, à medida que se vai dando o processo de crescimento, estes factores irão progressivamente interagir com o indivíduo, cujo comportamento será moldado ou adaptado às regras da sociedade em que vive, até por uma questão de necessidade e de «conformidade» com essas mesmas regras, ou seja, por uma questão de facilidade ou «normalização» da sua vivência e estabilidade social, económica e psicológica. Por outras palavras: será mais fácil a adaptação do indivíduo à sociedade a que pertence, quanto mais ele estiver conforme ou sintonizado com as regras sociais e valores morais instituídos nessa mesma sociedade. Porém, convém que se refira que o conjunto de padrões de juízo moral de cada faixa etária não é obrigatoriamente igual na concepção que cada indivíduo pertencente a essa faixa faz desses mesmos valores. O significado que atribuímos às coisas depende das nossas necessidades, perspectivas e ideologias.

A adaptação ao meio obedece a um conjunto de estádios evolutivos cada vez mais complexos, mas nem sempre esse processo é linear. Quer isto dizer que, por vezes, ocorrem «ruídos» ou mesmo «rupturas» no processo de aprendizagem dos valores, sendo que estes podem sair afectados irreversivelmente se o desenvolvimento cognitivo for impedido por factores externos desviantes em termos comportamentais e psicológicos, levando a uma distorção dos valores. Deste modo, fica, pois, claro que o sistema de valores está intrínsecamente associado aos sistemas de pensamento, e que deles depende, quase em exclusivo, o modo como cada indivíduo se comporta e actua ou responde em face de situações específicas, nas quais tem que decidir o caminho a seguir.

Contudo, a avaliação do comportamento das crianças no tocante aos valores e à educação moral, deve ser vista com especiais cuidados uma vez que, para estas, o conceito de valor está muito mais associado àquilo que supõem ser o bem ou o mal, o certo e o errado e, por interesse pessoal, muitas vezes, as suas respostas são dadas em função não do «valor» em si mesmo, mas sim das consequências que podem advir das suas opções, em termos de castigos ou de recompensas. Por outro lado, e atendendo ao facto

de que, regra geral, são os adultos que fixam as regras que as crianças devem cumprir, muitas vezes as crianças tendem a seguir essas regras sem as questionar, dado que os adultos exercem sobre elas um poder coercivo, por motivos óbvios.

Neste sentido, ao fazermos a análise de determinados manuais escolares, surge assaz a constatação de que muitas vezes o que se procura é uma passividade absoluta por parte dos alunos, ou seja, uma total ausência de outros caminhos ou segundas vias interpretativas. Em muitos casos o que se pretende é que os alunos aceitem «sem pestanejar» aquilo que lhes é transmitido, absorvendo assim tudo aquilo que o poder pretende que seja inculcado nos alunos. De certo modo estas ideias adjacentes à elaboração de muitos manuais escolares, moldaram as mentalidades e o carácter de gerações inteiras, como que uniformizando as formas de pensar e de estar, bem como as formas de encarar o mundo que as rodeava.

Tratava-se de um ensino «tradicionalista», sem alternativas e sem a procura de outros caminhos, os quais estavam literalmente vedadas aos alunos. Um saber de «experiências feitas» e «receitas infalíveis», ainda que muitas vezes desfasadas da realidade. Tal é possível observar em muitos manuais escolares e até nem será necessário recuarmos muitos anos para o constatarmos. Na realidade este tipo de manuais era até bastante «cómodo» e «confortável» para os professores, que não se viam minimamente na obrigação de procurar caminhos alternativos ao conhecimento ou sequer em induzir os alunos nessa procura ou no questionar de «saberes feitos» e «pré-concebidos».

O manual escolar é parte da história do ensino, desde as suas origens mais remotas e sob os mais diversos suportes de escrita. Se pretendermos estudar a história e evolução do ensino ao longo dos séculos, teremos que estudar igualmente a história específica do uso e evolução dos manuais escolares. O desenvolvimento do ensino está intimamente relacionado com a evolução da escrita e o domínio da cultura por cada vez mais vastas franjas da população, lembrando aqui que primeiramente só as classes mais abastadas e o clero tinham acesso ao conhecimento. Deste modo, estes foram os primeiros a familiarizarem-se com o conhecimento e com a leitura.

Serve isto para dizer que, numa primeira fase, a história da evolução dos manuais escolares está ligada às classes mais endinheiradas e aos meios religiosos, que viram aliás nascer as primeiras escolas, em conventos, igrejas e episcopados. Cabe aqui recordar, a este propósito, que os livros de um modo geral, começaram por ser igualmente

um exclusivo das classes mais altas e do clero, pelo que não será de estranhar que fossem também estas as primeiras a utilizar os manuais escolares.

Os manuais escolares são um dos recursos mais utilizados nas salas de aula ainda hoje, e durante muito tempo foram mesmo praticamente o único recurso disponível, porventura a par do tradicional quadro de ardósia. Manual vem do latim «manuale», que significa tão somente «ter à mão» e, por isso, converteu-se no meio mais usual no processo de ensino-aprendizagem um pouco por todo o mundo. A invenção da imprensa representou um marco histórico e uma viragem na história da Humanidade. Depois de Guttenberg nada foi como dantes e o mundo conheceu uma transformação cultural e científica como nunca antes fora vista. Os livros, outrora vistos como tesouros e guardados a «sete chaves» nos conventos e mosteiros, quase exclusivos e exemplares únicos, fruto do laborioso trabalho dos monges copistas, passaram a estar acessíveis a cada vez mais pessoas, deixando de ser um quase exclusivo das classes mais elevadas e do clero. Há que referir que este foi um longo trajecto e que não aconteceu de um dia para o outro. A invenção da imprensa possibilitou a impressão massiva de livros e facilitou a circulação das ideias e o intercâmbio científico e cultural. Deste modo, o aparecimento dos primeiros manuais escolares está relacionado com o desenvolvimento da imprensa.

Actualmente o manual escolar é visto como um precioso instrumento de trabalho para professores e alunos, que tem por missão o desenvolvimento das capacidades dos alunos, tendo em vista a sua mudança de atitudes e a aquisição de conhecimentos, e apontando como fim último o desenvolvimento de uma pedagogia activa e do espírito crítico dos alunos, ao mesmo tempo que visa despertar a sua criatividade, pese embora, muitas vezes, o manual escolar agradar mais aos professores do que aos alunos, seus principais utilizadores.

Por sua vez, o Estado providenciou mecanismos legais que impeçam a criação de despesas suplementares aos alunos, ou aos seus encarregados de educação, nomeadamente na aquisição de outros meios didácticos; tendo igualmente acautelado o tabelamento dos preços dos manuais, em muitos casos exagerados para as bolsas de muitas famílias portuguesas. Quer isto dizer que, os manuais escolares devem conter as informações e as matérias constantes dos programas oficiais aprovados pelo Ministério da Educação, bem como exercícios de aplicação e avaliação dos conteúdos leccionados. Neste sentido é imprescindível que sejam asseguradas a qualidade científica e pedagógica dos manuais adoptados.

Como já se disse, os manuais escolares só fazem sentido se obedecerem a uma política de ensino previamente definida e orientada para os objectivos que se pretende atingir com a educação, especialmente tendo em conta que os primeiros anos de escolaridade são decisivos na «moldagem» de comportamentos e atitudes, com a finalidade de prepararem o indivíduo para a cidadania e respeito pelas normas de convivência social. Porém, o conteúdo dos manuais escolares está sempre seriamente comprometido com a ideologia política dominante.

Assim, não é de espantar que valores como a igualdade, liberdade, democracia, humanismo, solidariedade, responsabilidade, autonomia, espírito crítico, criatividade, cooperação, etc. apareçam claramente vinculados nos manuais escolares adoptados por sistemas de ensino de países democráticos cujos sistemas educativos transpõem para as salas de aulas os princípios básicos das suas constituições ou leis fundamentais. Com efeito, uma das grandes preocupações do poder político, qualquer que ele seja, reside na orientação da política educativa, tendo em vista a reprodução dos valores que se pretende inculcar, desde a mais tenra idade. A educação dos valores dos cidadãos, e dos alunos do ensino básico em particular, é um dos temas mais controversos em termos de investigação científica e sistematização. Esta acção e objectivo, em si mesmos tão meritórios e plausíveis - que são os da educação e ensino e promoção dos valores universais que preparam o homem para a vida e relacionamento cada vez mais global - podem, no entanto, ser enquinados ou desvirtuados por outros objectivos ou ideologias que tudo põem em questão e, contraditoriamente, minam e subvertem os alicerces da própria sociedade.

Porque tudo isto foi expresso e se observa nos manuais escolares adoptados, é que nos abalançámos à análise de alguns manuais escolares, com principal incidência nos séculos XIX e parte do XX, mais precisamente entre 1807-1928.

Assim, na primeira parte, o manual é analisado tendo em conta o processo que se estende desde a sua concepção, passando pelo seu desenvolvimento, pela análise de diferentes modos de apropriação e das diferentes formas de avaliação, até ao seu objectivo final: ser adquirido pela população a que se destina. Nesta parte foi também efectuada uma breve incursão pela história do manual escolar. Procurámos, simultaneamente, mergulhar no processo de construção, formação e evolução dos manuais escolares, de forma a compreender mais detalhadamente a nossa matéria-prima por excelên-

cia, donde emergirá o objecto ou objectos de estudo do nosso trabalho, ao qual já tivemos oportunidade de aludir.

Na segunda parte procedemos a uma breve abordagem da metodologia a que pensámos recorrer, nomeadamente à análise de conteúdo, pilar fundamental do estudo que pretendemos levar a cabo, procurando relevar a tentativa da construção duma Identidade Nacional, baseada nas ideologias e valores, decorrentes dos autores e textos seleccionados, construção essa desempenhada e legitimada pelos manuais escolares do Ensino Primário, compreendendo o período que decorre entre 1807-1928.

Numa terceira parte procedemos à análise de dois manuais escolares, os quais visaram, sobretudo, o enaltecimento de dois dos nomes mais importantes da cultura portuguesa: Camões e o Padre António Vieira. Os manuais em apreço *Arte de aprender a letra manuscripta para uso das escholas em 10 lições progressivas do mais fácil ao mais difficil*, de Duarte Ventura, e *Leituras correntes: selecta clássica para uso das escholas*, da autoria de João de Deus, cujo estudo nos deu especial prazer, foram alvo de uma análise mais acurada, tendo a mesma sido acompanhada de uma contextualização literária, histórica e ideológica. Relativamente ao primeiro manual, a escolha deveu-se ao facto de muitos dos textos inseridos se basearem em alguns cantos da obra-prima da literatura portuguesa: os «Lusíadas». No segundo manual, da autoria de João de Deus, optámos por analisar as suas «Leituras Correntes» mas, mais importante que isso, porque os textos seleccionados constantes deste, são todos da autoria do Padre António Vieira e todos pertencentes aos sermões.

Na quarta parte, os manuais, treze ao todo, são abordados, como veículos dos valores, atitudes e crenças. O patriotismo e a identidade nacional aparecem reflectidos nos manuais referentes ao período estudado, pelo que procurámos, acima de tudo, extrair os factos mais relevantes em termos de conteúdo ideológico, através de algumas interessantes passagens que consubstanciam o esforço de inculcação dos valores pátrios através da pedagogia.

Somos sinceros em afirmar que nos faltam algumas bases em História da Educação para fundamentarmos e contextualizarmos, teoricamente, os textos analisados.

Com efeito, almejamos aquilatar do papel que os manuais escolares desempenharam na construção da Identidade Nacional, das Ideologias e dos Valores, no período compreendido entre 1807-1928 (séculos XIX-XX), por se tratar de um período riquíssimo da nossa História. Neste contexto, assumem particular relevância os sistemas de

representação das práticas e dos discursos que caracterizaram a sociedade portuguesa ao tempo e o modo como impregnaram os regimes ou processos identitários específicos no período visado.

Impõe-se uma breve resenha histórica do período em estudo, socorrendo-nos para isso das investigações efectuadas por Joaquim Veríssimo Serrão, na sua “História de Portugal”, e que adoptámos para mais fácil contextualização do período estudado.

Começamos por nos referir à Instauração do Liberalismo (1807-1832), com diversos pronunciamentos e guerra civil até à sua vitória final, que consagra o fim do Antigo Regime. As três invasões francesas deixaram um rastro profundo na vida portuguesa, não apenas nas misérias e destruições que o País sofreu, como nas próprias contingências que advieram da nossa maior integração na política europeia. Graças ao apoio militar e económico da Inglaterra, foi em Portugal que se estruturou a grande ofensiva que deitou por terra os desígnios de Napoleão Bonaparte. Também a presença da corte no Rio de Janeiro, merece ser encarada na sua dimensão histórica, radizando esta situação na problemática histórico-cultural de 1820, o que obriga a situar as raízes do liberalismo português. A Constituição de 1822 viu-se substituída pela Carta Constitucional que o Imperador do Brasil promulgou em 1826, para resolver a vacatura do trono. Mas o novo regime não se impôs sem graves barreiras de ordem política e ideológica, que vieram a culminar na decisão de D. Miguel I, em 1828, de restabelecer o absolutismo.

Mas no rotativismo da vida política que sucedeu à Regeneração, mau grado a era de progresso que então animou o corpo português, foi também de desencanto o estado de espírito dos liberais outrora animados de fervente ideal. Os quase 20 anos que decorrem do cerco do Porto ao triunfo da Regeneração correspondem, para os mentores do liberalismo, ao processo que separa a esperança da desilusão. A luta pelo poder foi uma constante desde a morte de D. Pedro, duque de Bragança, nas disputas parlamentares e nos ódios políticos que separaram cartistas e setembristas. Portugal viveu em permanente crise, quando as crises da guerra civil não estavam ainda curadas, balanceando entre o fervor messiânico de Passos Manuel, o realismo político de Costa Cabral e o peso da espada do duque de Saldanha.

O Terceiro Liberalismo (1851-1890), é o período que decorreu do movimento da Regeneração ocorrido em Maio de 1851, ao conflito com a Inglaterra que culminou no ultimato de 1890. Foram 40 anos ricos em acontecimentos, com uma galeria de actores históricos de primeira grandeza, período que se caracterizou pela ânsia de paz e de esta-

bilidade política, mas acabou por desaguar num drama profundo da consciência nacional.

Foi o tempo em que Portugal conheceu os benefícios da política de fomento a que Fontes Pereira de Melo ligou o nome. Pôs-se em ordem a administração, organizou-se o Aparelho de Estado e articulou-se o sistema de governo, de modo a beneficiar as ligações do Poder Central com as autarquias regionais e locais. Por toda a parte se deram as vantagens da assistência e da instrução públicas. Criaram-se as estruturas próprias do capitalismo mercantil na sua transição para o capitalismo industrial. As relações diplomáticas ganharam uma nova dimensão, com indiscutível vantagem para o prestígio externo do País. Viveu-se um dos mais fecundos períodos da cultura portuguesa, nele se manifestando a actividade criadora de muitos vultos que deixaram marca nas ciências, nas letras e nas artes.

A presença lusa no Ultramar preocupou tanto a Monarquia como a Primeira República, que sentiram o dever e a importância de valorizar as possessões de África e do Oriente como marcos de uma unidade territorial dispersa pelo mundo. Monárquicos e republicanos tiveram nesse ponto a consciência do papel do Ultramar como razão de ser e certeza de futuro da Nação portuguesa, em que uma geração de heróis - capitães e soldados, funcionários e colonos, médicos e missionários, desbravadores da selva, geógrafos e cientistas - lutavam e sofriam em África para que Portugal sentisse orgulho na sua vocação ultramarina.

Em Portugal, o permanente conflito entre os governos e os parlamentos, a que se juntavam as querelas no seio dos partidos e ambições pessoais, levou ao desgaste das instituições régias. Mas o período final da Monarquia teve igualmente um papel a destacar na valorização local e regional do País, na prossecução da política de fomento iniciada com o fontismo, em que assistimos ao espalhar de benefícios materiais. Impunha-se pôr em evidência o que foi o ingente esforço do Estado nos sectores das obras públicas, comunicações, assistência e instrução, para activar focos de vida produtiva em cidades, vilas e aldeias.

Reconhece-se, hoje, que a I República realizou o programa de renovação e progresso que tinha proposto. Mas as dissensões políticas que desde 1910 se geraram no seio do regime, trouxeram ao de cima o misto de contradições e fraquezas que, ao longo de 16 anos, perturbaram a conduta dos homens e o funcionamento das instituições. Tornara-se evidente que o sistema em curso não satisfazia os reais interesses do País, pois a

mecânica do poder legislativo impedia qualquer solução tendente a assegurar a eficiência e a continuidade governativas. Desde os fins da I Guerra Mundial, o regime republicano português foi perdendo alguma credibilidade, o que foi visível com o desprestígio público que recaía sobre os homens e as instituições. A revolução do 28 de Maio era já vista como uma realidade imparável, que gerou a Ditadura nacional (1926-1933) e a II República (1933-1974).

Sem pretensão de realizar um estudo que esgote esta temática, pretendemos apenas partilhar algumas das nossas inquietações, análises, reflexões e conclusões sobre uma realidade com que nos deparamos e se deparam muitos, uma vez que o estudo dos valores e ideologias plasmados nos manuais escolares tem vindo a suscitar o interesse de muitos estudiosos e, inclusivamente, a nós próprios.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Manuais escolares: sua definição

S'il faut définir le manuel scolaire, ce doit être d'abord en évitant toute qualification formelle ou restrictive. On peut alors avancer qu'un manuel est un matériel imprimé, structuré, destiné à être utilisé dans un processus d'apprentissage et de formation concerté. Ce qui s'applique aussi bien à un atlas qu'à un dictionnaire, une encyclopédie, une anthologie de morceaux choisis, un manuel scolaire proprement dit, d'apprentissage de la lecture, de mathématiques, de sciences, de littérature, de langue, etc., un aide-mémoire, une grammaire, un manuel pratique (technique), un texte programmé, etc.

François Richaudeau

Conforme o Dicionário de Pedro Machado, «manual» vem do latim tardio *manuale*, que traduzia o grego *enkeirídion*, «livro pequeno, portátil, manual», e que é o título do *Manual* de Epicteto; por via culta. Séc. XVI, no título desta obra de Fr. Rodrigo do Porto: *Manual de Confessores & Penitentes...*, impresso em Coimbra no ano de 1560».¹ Também a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* se lhe refere como «Livro pequeno, portátil, que contém o resumo de uma ou mais matérias: manual enciclopédico. Tratado, sumário; compêndio, manual de cozinha [...]»².

A Reforma educativa de 1986 dá orientações para a execução da política dos manuais do nosso país, sendo desenhada uma breve conceptualização dos manuais escolares, com o intuito de os distinguir de outros recursos impressos, pelo que se afirma: «O manual escolar (é) todo o instrumento de trabalho impresso e estruturado que se destina ao processo de ensino-aprendizagem, apresentando uma progressão sistemática quanto aos objectivos e conteúdos programáticos e quanto à própria organização da aprendizagem».

O Decreto-Lei n.º 369/90, de 26 de Novembro, estabelece o sistema de adopção e o período de vigência dos manuais escolares correspondentes aos programas de cada uma das disciplinas e áreas disciplinares dos ensinos básico e secundário. No seu artigo 2.º, entende o manual como «instrumento de trabalho, impresso, estruturado e dirigido ao aluno, que visa contribuir para o desenvolvimento de capacidades, para a mudança de atitudes e para a aquisição de conhecimentos propostos nos programas em vigor, apresentando a informação básica correspondente às rubricas programáticas, podendo

¹ MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Vol. IV. 3.ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. p. 54.

² GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Vol. XVI. Lisboa: Editorial Enciclopédia. p. 154.

ainda conter elementos para o desenvolvimento de actividades de aplicação e avaliação da aprendizagem efectuada».

Alain Choppin caracteriza os manuais escolares como um produto de consumo, um suporte de conhecimentos escolares, um veículo de um sistema de valores, de uma ideologia, duma cultura e um instrumento pedagógico

No processo de ensino-aprendizagem podem ser utilizados outros tipos de materiais impressos, nomeadamente livros, folhetos, publicações periódicas e banda desenhada, onde se incluem livros de texto, de consulta, cadernos de exercícios, fichas de trabalho e livros ilustrados, podendo incorporar-se, igualmente, materiais que se destinam ao professor ou ao aluno.

Para os franceses o manual é claramente representado pela existência de um conteúdo claro e progressivamente definido, sob a forma sequencial, concebido para utilização individual e colectiva, tendo como destinatários alunos e professores, preenchendo simultaneamente funções associadas à aprendizagem e propondo actividades de diferentes tipos que a favoreçam.

Para Richaudeau o manual escolar «é um material impresso, estruturado, destinado a um determinado processo de aprendizagem e formação».³ O autor distingue dois tipos de manuais: os que apresentam uma progressão sistemática e os de consulta, considerados de referência, devendo estes materiais impressos respeitar critérios mínimos. Esses critérios, na sua opinião, consistem: «a) Valeur de l'information (quantité, choix, valeur scientifique; b) Adaptation de cette information à l'environnement et à la situation culturelle et idéologique; c) Accessibilité de cette information: existence de tables, d'index, facilités de repérage, intelligibilité de l'information, lisibilité matérielle (clarté typographique), lisibilité linguistique, etc.; d) Cohérence pédagogique: une cohérence interne (ordre et découpage des unités, équilibre des apports d'information, des exercices, des instruments de contrôle, etc.), mais aussi cohérence plus générale avec les modèles pédagogiques préconisés par les autorités scolaires et les enseignants, et prise en compte du niveau tant des élèves que des maîtres».⁴

Ana Parracho Brito Sublinha que «eles desempenham um papel determinante no contexto escolar, fornecem elementos de leitura e descodificação do real, esclarecem objectivos de aprendizagem e transmitem valores, configurando significativamente as

³ RICHAUDEAU, François - *Conception et production des manuels scolaires: guide pratique*. Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture: Paris, 1979. p. 51.

⁴ *Idem. Ibidem.* p. 52.

práticas pedagógicas. Por outro lado, ultrapassando as delimitações do território escolar, no concerto ideológico do aparelho de Estado, o manual escolar tende a veicular a ideologia dominante e, embora nem sempre se preste muita atenção à sua “música” porque é demasiado silenciosa, a verdade é que ela é “ouvida” e “divulgada”, sensitivamente, na Escola, instituição que neste processo, desempenha um papel predominante».⁵

Justino Magalhães considera que «O manual escolar contém uma informação e uma interpretação da cultura e do imaginário, suas dimensões escolarizáveis e processo de escolarização, bem como das metas e das práticas educativas culturais. (...) constitui uma pista fundamental de investigação para conhecer globalmente uma época, para caracterizar políticas e modelos educativos».⁶

Vem a propósito e dá especial prazer referir as apreciações de Ana Parracho Brito aprecia e define o manual: «O manual escolar é um instrumento de suporte destinado ao ensino/aprendizagem e, naturalmente, desempenha um papel importante para o sucesso educativo. Assim, torna-se necessário que cada professor, ou grupo disciplinar, defina critérios e escolha fundamentalmente o livro didático a adoptar, mantendo sempre com ele uma posição crítica para que, com êxito, os nossos alunos sejam os frutos que ultrapassam as promessas das flores».⁷ Em suma, parafraseando Justino Magalhães: «O manual escolar é uma, senão a principal porta de entrada na vida e na cultura».⁸

1.2. Breve apontamento para a história do manual escolar

Relativamente a esta matéria, Justino Magalhães em “Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação”, sublinha que «A historiografia do manual escolar, como a historiografia do livro em geral, tem-se desenvolvido a partir de três grandes linhas de orientação: uma entrada pela história económica e social; uma entrada a partir de uma etno-história do livro; uma entrada a partir da história cultural», ou seja, encerram a «História de uma mercadoria, história de um modo de produção, a história do livro e do manual escolar é também a história de grupos e de meios socio-culturais, porventura os mais significativos e conhecidos, nos planos social

⁵ BRITO, Ana Parracho - *A problemática da adopção dos manuais escolares: critérios e reflexões*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 139.

⁶ MAGALHÃES, Justino - *Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 282.

⁷ BRITO, Ana Parracho, *op. cit.*, p. 147.

⁸ MAGALHÃES, Justino, *op. cit.*, p. 285.

e de poder, no que se refere aos domínios do público e do privado - relevam marcas sócio-culturais e figuras pátrias do Antigo Regime, das Corporações e Organismos religiosos, do urbano sobre o rural. O manual escolar mais do que um meio de aculturação por uma via simétrica, é factor de afirmação e de dominação cultural».⁹

Com efeito, os manuais são encarados como elementos de regularização e ordenadores da actividade docente, a qual durante muito tempo, esteve dispersa e desorganizada. Por pressão do mercado editorial, o manual escolar impôs-se, aos especialistas e técnicos do ensino, como um dispositivo importante na organização da confusa vida escolar, convertendo-se num livro da escola que tem contribuído para formar professores e conformar alunos e, por outro lado, ao longo do percurso de constituição dos saberes escolares os manuais fizeram um percurso conjunto, suportando e contribuindo, decisivamente para a evolução desse processo. À medida que a cultura escrita se vai tornando um instrumento de desenvolvimento das sociedades ocorre um crescimento, embora lento, das práticas de leitura e escrita. Neste contexto, o livro, apesar de se apresentar como um bem escasso e pouco acessível, vai ganhando uma importante e crescente função pedagógica e didáctica. Os materiais ou suportes da escrita, antes da invenção da impressão, eram manuscritos e, por isso mesmo raros e caros, neles se incluindo pergamínhos, rolos, documentos de chancelaria, catecismos, abecedários e cartilhas rudimentares, de circulação e acesso muito restrito.

A invenção da Imprensa e o uso generalizado do papel foram uma porta aberta para a difusão e generalização da cultura, com os mais variados escritos, o que, a longo prazo, conduziu à edição de manuais escolares. Tinham como desígnio primacial a apresentação de um caminho organizado, simples e acessível para a aprendizagem da leitura. Os manuais assumem-se, assim, como instrumentos de controlo e regulamentação social da leitura, em consonância com uma uniformização e padronização crescentes, contribuindo para a melhoria da qualidade da instrução primária. Os manuais escolares facilitaram a vida aos próprios professores, constituindo um instrumento de trabalho organizado e com objectivos definidos.

Daí o carácter úrgido na procura de um método universal que pudesse ser compilado num manual e servisse de orientador das metodologias pelas elites

⁹ MAGALHÃES, Justino - *Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. pp. 280-281.

intelectuais. Co-mo corolário dessa preocupação, instala-se uma polémica acalorada entre alguns autores de manuais escolares, os quais representavam metodologias diferentes, autoproclamando-se, inclusivamente, como detentores exclusivos da melhor forma de aprender a ler e a escrever.

Ainda assim, no terceiro quartel do século XIX, na generalidade das escolas elementares, os manuais mais utilizados não estavam incluídos na listagem dos manuais recomendados pelo Conselho Superior de Instrução Pública, devendo-se tal situação a razões de carácter económico, uma vez que se tratava de manuais emprestados pelos professores ou de manuais que estavam na posse das famílias e nas escolas.

Em Portugal, como noutros países, a história dos manuais escolares tem sido elaborada a partir de inventários, catálogos de produção, recomendação e uso. Os levantamentos com maior grau de sistematicidade para o caso de Primeiras Letras e Ensino Elementar têm sido elaborados a partir de Relatórios e Inquéritos feitos às Escolas Públicas e Privadas, no âmbito das inspecções.

No século XIX destaca-se a promulgação de legislação geral e específica de enquadramento, a qual continha princípios gerais para a produção, venda e utilização do livro. No decurso do século XVIII o enquadramento do livro escolar estava confiado à Real Mesa Censória e regia-se por critérios gerais, notando-se, a partir da década de oitenta, uma maior atenção ao fenómeno do pequeno livro e do livro para o ensino, levando à predominância de livros muito idênticos, como corolário de uma vigilância mais apertada.

Com o Conselho Superior de Instrução, no século XIX, há um incentivo à apresentação de manuais à aprovação, sendo estipulada uma bolsa para os autores que apresentassem manuais inovadores (lei de Costa Cabral). O manual enciclopédico começa então a substituir gradualmente o pequeno utilitário. A legislação de Jaime Moniz reflecte a preocupação de aprovar manuais gradativos, com o intuito de os ajustar aos diversos tipos de ensino, ao mesmo tempo que se regista a tendência para a uniformização dos compêndios, no sentido do livro único. A República favorece as bibliotecas populares e o livro escolar como iniciação, e o Estado Novo implanta definitivamente o livro único.

Hodiernamente, o manual de iniciação à leitura e escrita sofreu alterações substanciais, para as quais muito contribuíram as novas correntes pedagógicas derivadas da Escola Nova, as novas concepções de leitura e escrita decorrentes de determinados mo-

delos psicopedagógicos de intervenção educativa, e as novas tecnologias da informação e comunicação. Apesar da diversidade de meios didáticos e audiovisuais de que a sociedade tecnológica contemporânea dispõe, com vista ao desenvolvimento de actividades de ensino-aprendizagem, é ponto assente que o manual escolar continua a ser detentor de um estatuto e de um poder «indiscutíveis» junto dos docentes, alunos e encarregados de educação.

Para Justino Magalhães «Fazer a história do manual escolar é indagar da génese, natureza, simbolização e significação mais profundas do saber e do conhecimento; é indagar da materialidade e da significação do(s) livro(s) como texto, enquanto ordem (suporte e unidade) do saber e do conhecimento; é indagar, ainda, do livro como discurso (configuração, forma/estrutura, especialização, autoria); é, por fim, indagar do saber como conhecimento e do conhecimento como (in)formação».¹⁰

1.3. Funções e estatuto do manual escolar

Justino Magalhães sublinha que «relativamente ao processo de escolarização em Portugal, para os séculos XIX e XX, genericamente o estatuto do manual escolar oscilou numa dialéctica triangulada: a) o manual escolar identifica-se com a escola, como método e disciplina e posteriormente como enciclopédia; b) o manual escolar constitui uma iniciação, uma conceptualização, uma remissão; c) o manual escolar, enquanto livro único constitui-se como uma antropologia, uma visão total e organizada sobre o mundo».¹¹

Um manual escolar pode desempenhar diferentes funções, que variam de acordo com o respectivo utilizador, a disciplina e o contexto em que o manual é elaborado, sendo por isso que «é obsoleto, hoje em dia, criar uma distinção restrita entre o manual do aluno e o manual do professor. O manual do aluno preenche determinadas funções quando está nas mãos do aluno (ajudá-lo, por exemplo, na função de transmissão de conhecimentos), mas preenche outras quando está nas mãos do professor (ajudá-lo, por exemplo, a evoluir na sua prática pedagógica».¹²

¹⁰ MAGALHÃES, Justino (2006) - *O manual escolar no quadro da história cultura. Para uma história do manual escolar em Portugal. Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 02, pp. 5-14.

¹¹ MAGALHÃES, Justino - *Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. pp. 280-286.

¹² GÉRARD, François-Marie; ROEGIERS, Xavier - *Conceber e avaliar manuais escolares*. Porto: Porto Editora, 1998. p. 74.

As funções que o manual escolar desempenha para o professor, prendem-se com funções de formação, em particular ao nível da informação científica e geral, formação pedagógica; ajuda nas aprendizagens e na gestão das aulas e ajuda na avaliação, ou seja, desempenha um papel importante enquanto mediador do currículo oficial e como elemento orientador do docente. Esta orientação não se centra apenas nos conteúdos que o professor considera para cada ano escolar concreto, como também nos objectivos que tem de atingir, nas actividades que pensa desenvolver com os alunos e nas metodologias mais utilizadas.

Para o aluno, um manual pode preencher funções que poderemos designar de tradicionais, ligadas à aprendizagem, nomeadamente à transmissão de conhecimentos, desenvolvimento de capacidades e de competências, consolidação e avaliação das aquisições e desenvolvimento de experiências e de actividades. Poderá, igualmente, desempenhar funções de interface com a vida quotidiana, prestando auxílio na integração das aquisições e obras de referência de educação social e cultural, constituindo-se como instrumento que favoreça o desenvolvimento da cultura do aluno. O manual considera e destaca os conteúdos que o aluno deve aprofundar e, assim, orienta-o para o sucesso.

Em suma, as funções de um manual escolar são diferentes consoante estas são relativas ao aluno ou ao professor, podendo assumir formas muito diferentes, segundo a perspectiva e função a que os próprios autores dão mais ou menos importância e ênfase.

Richaudeau, ao analisar as possíveis funções do manual, indica que podem ser analisadas numa tripla perspectiva: científica, pedagógica e institucional: a) «Point de vue scientifique. Le manuel offre non seulement un certain nombre de connaissances, mais, à travers elles, toute une idéologie de la connaissance (une certaine conception de l'importance relative des sciences et des techniques, une certaine conception de l'histoire, une certaine conception des normes linguistiques à respecter, etc.). Plus que les connaissances véhiculées, ce sont ces conceptions qui peuvent caractériser un manuel et faire qu'il apparaisse inadapté à une culture, à une situation historique ou à des objectifs sociaux déterminés; b) Point de vue pédagogique. Le manuel renvoie à une conception de la communication adult/enfant, à l'idée qu'on se fait d'un certain type d'apprentissage (répétitif ou autonome et créateur, etc); c) Point de vue institutionnel. Le manuel se réfère à l'organisation du système scolaire, au découpage en niveaux successifs, au découpage entre les disciplines, au programme assigné à chacune d'elles. Par ailleurs, il

reflète le type de hiérarchisation propre au système éducatif, le degré d'autonomie laissé à l'enseignant dans la gestion des activités scolaires, etc.»¹³

Gimeno refere que, muitas vezes os manuais são exclusivamente resumos esquemáticos de informações descontextualizadas, constituindo-se numa operacionalização e representação do programa oficial.

No entanto, o manual, enquanto instrumento cultural e socializador, não se fica apenas pela mera transmissão de informação, persegue de forma manifesta, latente ou oculta a aquisição de normas, valores e ideologias predominantes da sociedade. Como refere Apple «... os livros de texto não são apenas sistemas de transmissão de dados. São, igualmente, resultado de actividades, conflitos e compromissos políticos, económicos e culturais. Estão concebidos, estruturados e escritos por pessoas reais com interesses reais».¹⁴

Em relação ao sistema escolar observado globalmente, o manual escolar cumpre diferentes funções, das quais se pode salientar a homogeneização da prática escolar, a normalização dos conteúdos a desenvolver, e a de servir, em certos momentos, como instrumento de implantação e inovação das reformas. Estamos perante um paradoxo, segundo o qual o manual tem sido muitas vezes utilizado como ferramenta de inovação e ao serviço da implementação de reformas educativas e, simultaneamente, apresenta-se como o instrumento mais homogeneizador e tradicionalista da cultura escolar.

As críticas que mais commumente têm sido apontadas aos manuais são diversas mas a maioria delas têm mais a ver com os modos de uso e apropriação, contemplando todos os meios de ensino desde os impressos aos audiovisuais e multimédia. O manual pode contribuir para a reflexão, para a criação e para a aprendizagem activa ou, pelo contrário, pode converter-se num instrumento que degrada e deforma o processo de ensino-aprendizagem.

Tentando fazer uma sistematização das críticas que têm sido feitas aos manuais, podemos assinalar o facto de apresentarem os conteúdos de forma unidireccional e descontextualizada e, de forma mais ou menos dissimulada, determinados interesses ideológicos e políticos, limitando-se o professor a convertê-los em meros intermediários entre a editora ou a administração e os alunos.

¹³ RICHAUDEAU, François - *Conception et production des manuels scolaires: guide pratique*. Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture: Paris, 1979. p. 53, 54.

¹⁴ APPLE, M. - *Ideologia e currículo*. Madrid: Akal, 1986. p. 110.

Outras críticas que se lhes pode apontar é de não favorecerem a promoção do desenvolvimento da capacidade crítica das crianças, ao limitar as actividades de experimentação e ao promover exageradamente actividades de memorização e repetição, não respeitando as experiências prévias, nem os ritmos individuais de aprendizagem. Além disso, os manuais apresentam os conteúdos como produtos acabados e formalizados, seleccionam e, como tal, omitem informação. Muitas vezes apresentam-se como um fim em si mesmo e não um meio ou um mero instrumento e, dessa forma, limitam o desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno.

Entre as temáticas mais ausentes nestes meios de ensino, destacam-se as culturas das nações sem estado, culturas de infância, culturas de etnias minoritárias, culturas do mundo feminino, cultura das classes trabalhadoras dos pobres, do mundo rural, dos homossexuais e as culturas do terceiro mundo.

Também Amado Mendes comunga desta ideia afirmando que «temas como a ciência e a tecnologia, a industrialização, o quotidiano, os anónimos e os sem voz, a biografia, as empresas, os empresários e os técnicos, entre outros, não têm merecido a atenção devida. Também ainda se nota, geralmente, nos manuais de história do período referido, um determinado “eurocentrismo”. Por exemplo, em certas áreas do Oriente (na China, por exemplo), sente-se algum mal estar, face ao relevo dado às viagens de exploração feitas por ocidentais e ao silenciamento das realizadas por orientais, em direcção ao ocidente.»¹⁵

Seguindo esta linha de raciocínio, Alain Choppin considera que encontramos, por vezes, manuais com propostas demasiado generalistas, completamente fora do contexto das reais necessidades do professor, do meio cultural em que a escola está inserida e dos alunos com os quais tem de interagir.

A partir da Segunda Guerra Mundial, assumindo-se a existência de mensagens manifestas contidas nos textos dos manuais escolares e, em geral, nos meios de comunicação, emergem metodologias de análise de conteúdo que, tendo como ponto de partida os textos enquanto veículos de apresentação de determinadas temáticas ordenadas em propostas curriculares ligadas à propaganda política, tornam possível a evidência dessas ideologias políticas, culturais e sociais nestes suportes educativos.

¹⁵ MENDES, José Amado - *Identidade Nacional e Ideologia através dos manuais de História*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 349.

Justino Magalhães defende que «O estudo das formas de utilização e apropriação das mensagens pedagógicas e didáticas constitui provavelmente o principal desafio da historiografia dos manuais escolares».¹⁶

1.4. Conceber e avaliar manuais escolares

Se podemos observar o manual como um objecto marcadamente social ou ideológico, outro percurso de exploração é a análise do processo que se estende desde a génese e desenvolvimento até ao seu objectivo final: o consumo pela população a que se destina. O manual apresenta-nos, assim, um estatuto paradoxal. Se o lugar é, por excelência, a escola, instituição de utilidade pública, é também produto de uma empresa livre com interesses prioritariamente comerciais, não tendo o principal interessado intervenção directa na sua realização ou selecção. Actualmente, é um produto de consumo, colocado no mercado, sujeito às suas leis, tantas vezes alheias às preocupações educativas.

Entre o projecto de publicação e a sua recepção pelo público alvo, consumidor, existe uma cadeia de operações que tornam possível que um conjunto de ideias se materializem num livro e que constituam as denominadas cadeias editoriais. A tomada de decisão de produção dum manual assenta, antes de mais, num rigoroso estudo de mercado, tendo em vista a viabilidade económica do produto. Só após a tomada de decisão de produção do manual se passa à sua concepção.

A concepção do livro escolar pode ser definida «como o processo de elaboração dum manuscrito, indo do acto intelectual que é preponderante na redacção até à própria redacção», tendo como principais intervenientes neste estágio: «os autores (os que concebem, redactores, ...); os directores de colecção; os adaptadores e os tradutores».¹⁷ O editor define os critérios relativos a aspectos técnicos, financeiros e pedagógicos. Apresenta uma progressão dos conteúdos, os gráficos, o formato, o número de páginas, a escolha de caracteres, espaços, ilustrações, ou seja tudo o que diz respeito ao lado físico do livro e que propicia a acessibilidade textual. E assim é elaborado o esboço de um manual.

¹⁶ MAGALHÃES, Justino - *Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 285.

¹⁷ GÉRARD, François-Marie; ROEGIERS, Xavier - *Conceber e avaliar manuais escolares*. Porto: Porto Editora, 1998. p. 22.

O professor pode, ainda, optar pela substituição integral ou parcial do manual por outros materiais, cabendo-lhe a planificação e o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. O professor pode elaborar os seus próprios materiais de apoio (textos, fotocópias, relatórios, bibliotecas de aula), utilizar materiais existentes no mercado (revistas, jornais, panfletos publicitários, enciclopédias...) ou recorrer a materiais impressos com recursos audiovisuais, informáticos e meios de comunicação de massa (televisão, jornais, rádio...) de modo a que sejam cultivadas, nos alunos, diferentes formas de representar simbolicamente o conhecimento, os quais podem, por sua vez, ser objecto de partilha por alunos e professores. De facto, não há dúvida de que o manual escolar tem sido e, certamente, continuará a ser o mediador e a fonte de informação básica da nossa cultura escolar. No entanto, tal não significa que não venha a sofrer transformações. Com o desenvolvimento e aparecimento de novos meios, suportes e linguagens, este tenderá a evoluir em direcção aos livros electrónicos interactivos.

No caso dos alunos, como é sabido o manual escolar é associado a um maior esforço mental, comparativamente com a televisão/vídeo, sendo eleito para actividades relacionadas directamente com o ensino e a aprendizagem. Poucos são os alunos que mostram atitudes completamente negativas face à interacção com o manual, ainda que a razão seja quase óbvia, dado que, muitas vezes é o único meio que têm para interagir e onde se encontra a maioria dos conteúdos necessários para alcançarem o sucesso numa determinada área académica.

Nesta linha, também Justino Magalhães defende que, «Se há casos de uma profunda afectividade pelos manuais escolares, conservados e visitados vezes sem fim pela vida adulta, também há casos de rejeição e destruição simbolicamente violenta».¹⁸

Em Portugal, a situação do manual escolar é retratada num trabalho orientado por Maria Odete Valente, do Gabinete de Estudos e Planeamento (G.E.P.) do Ministério da Educação. Foram analisados quatro manuais de diferentes áreas, do ensino primário e preparatório em conformidade com os eixos «sociocultural, científico e pedagógico». As ilações tiradas são as seguintes: «As actividades respeitantes aos conteúdos linguísticos insistem numa análise descritiva e excessiva em conteúdos demasiadamente compartimentados não perspectivando uma pedagogia global da língua. (...). Em maior ou menor grau há a preocupação em introduzir guias, fichas de trabalho, apêndices grama-

¹⁸ MAGALHÃES, Justino - *Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 288.

ticais, a fim de nortear e sistematizar hábitos de trabalho no aluno. (...) Os facilitadores ora auxiliam o mestre ora o aluno. Contudo, cada manual não esgota o leque de escolha (...). Quanto às formas de mensagens visuais, elas são variadas e na sua grande percentagem estão correlacionadas com os textos, apesar da elementaridade de algumas».¹⁹

Pacheco publicou um estudo qualitativo sobre o pensamento e a acção do professor em formação, onde abordou as crenças acerca do manual, afirmando que nem todos vêem nele uma «fonte de conhecimentos» e que, «Entretanto, (...) quer professores principiantes quer professores com experiência confirmam que o manual, porque também substitui o programa, é necessário e serve de base à preparação de aulas do professor e ao estudo do aluno. Tal posição é reforçada nos elementos do processo de planificação, ao considerar-se o manual como principal fonte de selecção dos conteúdos e das actividades didácticas».²⁰

Um outro estudo, efectuado por Maria da Conceição Bento, consistiu na análise das representações e das concepções dos alunos e dos professores do Ensino Básico sobre o manual escolar, as quais podem determinar e configurar a sua adopção. Este estudo de caso leva a autora a concluir que tanto «alunos como professores desejam um manual compósito, (...) com bastantes exercícios e textos e uma boa qualidade gráfica. (...) Os alunos consideram o manual, antes de mais, como o principal auxiliar de aprendizagem e indispensável recurso que complementa e/ou reforça o ensino do professor».²¹

Neste sentido, pode concluir-se que os processos que actualmente envolvem a adopção do manual escolar se mostram complexos e problemáticos. Daí a necessidade de formação específica na área dos manuais escolares por parte dos professores, uma vez que enquanto prescritores do manual, raramente possuem competências teóricas para seleccionar, trabalhar e para dinamizar junto dos alunos os manuais que utilizam no seu quotidiano. Assim, Choppin defende algumas propostas de acção, tendo em vista a optimização da relação entre os manuais escolares, professores e alunos. Essas medidas assentam na necessidade de simplificar os manuais, construir utensílios de formação e autoformação e desenvolver formação específica nesta área. Para os docentes alemães e suecos, o manual, relativamente ao conteúdo e estruturação de matérias, constitui uma variável muito forte na preparação e concretização do processo

¹⁹ VALENTE, Maria Odete. - *Manuais escolares: análise da situação*. Lisboa: GEPME, 1989. pp. 327-333.

²⁰ PACHECO, A. - *O pensamento e a acção do professor*. Porto: Porto Editora, 1995. pp. 120,121.

²¹ BENTO, Maria da Conceição Reis Lima - *Concepções de alunos e professores sobre o manual escolar de língua materna*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 118.

de ensino-aprendizagem. Por outro lado, também acusam a ausência de utensílios válidos para a avaliação e escolha do manual.

Assim, a avaliação dos manuais escolares é um processo onde têm lugar diversos agentes, que directa ou indirectamente interagem com eles: professores, alunos, representantes da administração educativa, pais e encarregados de educação e editoras.

No âmbito da problemática geral dos manuais escolares, a questão da avaliação intervém principalmente a dois níveis, completamente distintos: «O primeiro nível é o da avaliação da qualidade do manual e da sua utilização, e consiste em lançar um olhar crítico sobre o próprio manual, sobre os meios mobilizados para a sua elaboração, sobre as condições da sua realização, sobre os efeitos que produz, isto é, sobre o projecto global de elaboração e realização do manual. Um segundo nível é o da avaliação das aquisições dos alunos, o que coloca a questão do espaço que o manual reserva para a avaliação das aquisições dos alunos, tanto para verificar se os saberes estão efectivamente adquiridos, como para permitir, se tal for necessário, dar lugar a um processo de remediação».²²

A concepção, composição e impressão, fases do desenvolvimento do manual, têm sido amplamente estudadas por Gerard e Roegiers e por Richaudeau constituindo, este último, um dos pioneiros nestes domínios. A sua obra «Conception et production des manuels scolaires» teve um bom acolhimento tanto pela qualidade e grau de profundidade que apresenta como pela escassez de bibliografia existente sobre o assunto.

Em Portugal, o Decreto-Lei. n.º 369/90 de 26 de Novembro, prevê no seu artigo 6.º que a apreciação da qualidade dos manuais escolares seja competência de comissões científico-pedagógicas, constituídas para o efeito pelo Ministério da Educação.

A certificação de qualidade dos manuais escolares tem vindo a ser efectuada pelos departamentos pedagógicos do Ministério da Educação, nomeadamente o Departamento de Educação Básica e o Departamento do Ensino Secundário, o que tem ocorrido de forma esporádica, tendo-se apenas verificado, no ano de 1991/92, para os manuais do 1.º Ciclo do ensino básico /1.º e 2.º anos de escolaridade, e no ano lectivo de 1994/95 para os manuais relativos aos 1.º e 2.º Ciclos do ensino básico e ensino secundário. Numa segunda etapa constituíram-se Comissões Científico-pedagógicas, das quais fazem parte professores do 1.º Ciclo para apreciação dos manuais. A metodologia de análise assen-

²² GÉRARD, François-Marie; ROEGIERS, XAVIER - *Conceber e avaliar manuais escolares*. Porto: Porto Editora, 1998. p. 94.

tou em «grelhas construídas para o efeito cujos parâmetros de referência foram: no âmbito do programa contemplaram-se os objectivos e conteúdos; no quadro da informação científica, valorizou-se a informação actualizada sem erros e imprecisões; no processo de ensino-aprendizagem, deu-se especial ênfase à apreciação de propostas de trabalho que, pela sua linguagem e vocabulário, estabelecessem uma comunicação adequada ao nível etário dos alunos a que se destinam». Esta comissão considerou que 73% dos manuais analisados, a nível do ensino básico, tiveram parecer favorável, enquanto que no âmbito do ensino secundário o parecer favorável aplicou-se a 92% dos manuais.

Com efeito, são enviadas anualmente, por circular, a todas as escolas, grelhas de análise dos manuais escolares que permitem às equipas de docentes ter uma base comum de análise para avaliar e seleccionar os manuais escolares das diversas áreas e disciplinas, constituindo estas, na óptica das tais comissões, uma garantia de objectividade e de qualidade.

Pelo exposto anteriormente, constatamos a complexidade existente em torno da avaliação do manual, apresentando-se como um processo intrincado que deve ser levado a cabo por especialistas com formação específica nestas matérias. Por outro lado, tendo em conta a grande variedade de aspectos que podem ser alvo de análise e apreciação num determinado manual, somos levados a considerar que os manuais podem suscitar discrepância e, por isso, não serem consensuais.

McLuhan, na sua obra “La Galaxie de Gutemberg”, a respeito da cultura impressa refere: «Os cavalos régios foram substituídos pelas carruagens, os livros não são outra coisa que os cavalos régios, na nova cultura».

1.5. Identidade Nacional, Ideologia e Valores nos manuais escolares

A palavra ideologia foi criada pelo filósofo e lógico francês Destutt de Tracy para designar a ciência que tem por objecto o estudo das ideias no sentido geral de factos de consciência: dos seus caracteres, das suas leis, da sua relação com os sinais que as representam, e sobretudo da sua origem, independentemente de qualquer consideração metafísica. Em primeiro lugar, note-se que não há ideologia mas ideologias, o que pressupõe a existência de várias tipologias de ideologia: fascista, comunista, liberal, conservadora, democrática, progressista e socialista.

As ideologias estiveram desde sempre relacionadas com os grupos de interesse que, a cada momento, na história da Humanidade, tenderam a monopolizar tanto a organização como o funcionamento da sociedade. Esse monopólio ou tentativa de monopólio alargou-se sempre ao sector educativo, em qualquer ponto do mundo onde houve uma ideologia dominante ou com ambições a isso. E percebe-se, porque é através da educação, sobretudo desde as mais tenras idades, que se começam a inculcar precisamente as ideologias das classes ou grupos de interesses dominantes.

É através da educação que se “formata” o pensamento das grandes massas populacionais, para que essas mesmas ideologias se imponham e sejam duradouras.

Como projecto político da formação do Homem ou de organização de uma dada sociedade, o conceito de ideologia exige uma abordagem aprofundada, levando-nos, inevitavelmente, a questionar se será alguma vez possível conceber um sistema de ensino isento de ideologia ou de ideologias, completamente asséptico, se assim se pode dizer. Sob o ponto de vista filosófico, muitos foram os pensadores que se debruçaram sobre este género de questões. Analisando uns e outros, chega-se à conclusão que a ideologia não pode ser interpretada sem levar em linha de conta factores decisivos para a sua compreensão como sejam a realidade social, a ciência e a técnica. Por outro lado, a prática e a consciência são outros dois factores não despiciendos quando se efectua a abordagem deste assunto.

Sob o ponto de vista marxista, a ideologia é a inversão da realidade, onde o importante é aquilo que Homem pretende e aspira, imagina e representa sobre si próprio. Neste sentido, a realidade e as condições materiais de vivência têm um peso relativamente reduzido na formação do conceito de «ideologia». Assim, a ideologia seria a ocultação da própria realidade histórica e a sua substituição pelo reflexo imaginado dessa mesma realidade, menosprezando-se a base real do conhecimento.

Contudo, há naturalmente uma ligação entre as ideias e as condições materiais da sua produção. Para Marx, a ideologia está relacionada com o processo histórico de vida, pelo que “a inversão deturpa a verdade, porque toma-se o efeito pela causa”. Mas essa deturpação não é fortuita nem ocasional, estando ligada aos interesses especiais de classe, geralmente de ordem económica”. A racionalização de uma ideologia consiste, regra geral, na racionalização da opinião da classe ou grupo de interesses dominante. Isto é, a ideologia está associada à classe que mantém o “poder material dominante da sociedade”. Ainda sob uma perspectiva marxista, o grupo de interesses dominante numa socie-

dade, dispõe igualmente do poder material na sociedade, pelo que, muito naturalmente, esse seu poder material impõe-se como poder espiritual de toda a sociedade, submetendo todos os outros pelo seu poder económico, nomeadamente aqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. Como tal, a classe ou grupo de interesses dominante, que tem consciência da sua dominação, estrutura o seu pensamento de modo a legitimar essa dominação, tornando-se ela própria produtora das ideias e dos pensadores que as difundem, os “ideólogos conceptivos activos”, para usar a terminologia marxista. Estes são, na sua concepção, os “pensadores da classe” ou os “intelectuais orgânicos”, que criam as ilusões e as ideias sobre si própria, isto é, sobre a própria sociedade.

As ideologias impõem-se numa sociedade com uma lógica e um rigor próprios, fundamentando-se como um sistema de ideias ou de representações, objectivando-se assim a si próprias. Deste modo, a ideologia consegue dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes para servir a sua classe na dominação. Como tal, a ideologia é um fenómeno objectivo e ao mesmo tempo subjectivo involuntário produzido pelas condições objectivas da existência social dos indivíduos.

Posto isto, as classes ou grupos de interesse dominantes, a quem a ideologia dominante serve na perfeição, passam automaticamente para a universalização, popularização e doutrinação das suas ideias abstractas, apresentando-se logicamente como sendo as únicas racionais e universalmente válidas. A ideologia é, por conseguinte, apresentada como sendo do interesse não só da classe ou grupo de interesses dominante que a produziu, mas também como sendo do interesse comunitário de todos os membros da sociedade, procurando que todas essas ideias que a enformam se tornem conhecimentos do senso comum e, como tal, espécies de verdades insofismáveis.

A ideologia torna-se, deste modo, a legitimação do sistema de autoridade e de dominação para, a partir dela, se realizar plenamente a integração social. Por esta razão se diz que as ideologias serão sempre uma ideologia de classe ou de grupo de interesses dominante. Como diria Marx, “a classe é uma maneira de agir conjuntamente”.

Para outros autores, como por exemplo Habermas, a problemática das ideologias está mais relacionada com a ciência e a técnica do que propriamente com a realidade. Para este autor, a ideologia não está desligada da cultura e da educação e, neste sentido, ela é simultaneamente ciência e cultura. Como tal, a crítica das ideologias assume a tarefa principal de distinguir o que é realmente humano, e explicar os nexos causais, uma vez que a ideologia se opõe à realidade e se manifesta na utilização das ciências e da

técnica. Sob esta perspectiva, a ideologia moderna reduz todos os outros interesses ao interesse técnico-instrumental. A educação é fundamental para a permanência, consolidação e afirmação de uma ideologia política e para a sua reprodução sob a forma de valores sociais e culturais. Em certa medida, a educação é uma forma de manter e perpetuar a soberania de um território, de uma nação ou de um país. O controle da educação pelo aparelho de Estado é absolutamente decisivo para a manutenção de uma ideologia e para a manutenção de valores culturais e sociais de uma determinada comunidade, com traços distintivos comuns ou para a aglutinação de traços culturais e sociais diferenciados em nome de uma unidade nacional.

É por isto que qualquer país, em qualquer ponto do mundo, possui um ministério da educação. Se quisermos ser rigorosos, o controle deste sector pelo Estado é decisivo no sentido de assegurar a sua própria independência e a perpetuação da cultura e tradições do seu povo ou dos seus povos. Um país sem ministério da educação ou sem controle sobre o seu sistema de educação, é um país sem identidade ou sem memória e correrá sérios riscos de desagregação.

Sob este ponto de vista, a educação está intimamente relacionada e é influenciada não só pela prática técnica mas também pela ideologia política reinante. Nesta óptica, a educação é influenciada pela ideologia dos grupos de interesse dominantes e é orientada de acordo com um certo sentido de Estado, tendo que preencher os requisitos que se enquadrem nas necessidades dos grupos de interesse dominantes.

Como tal, cultura e educação são dois conceitos indissociáveis quando está em causa a aplicação de uma determinada ideologia. Esta serve-se de símbolos que, na prática, são os “utensílios” técnicos que permitem a efectivação das ideologias e dos seus princípios doutrinários das mais diversas formas. Por outro lado, sendo a cultura uma criação humana, a educação é fundamental tendo em vista a socialização do homem e a sua humanização, sendo um agente de difusão cultural de largo espectro, isto é, com capacidade de inculcação de valores a uma vasta camada da população e desde as mais tenras idades. Neste sentido, a educação possibilita a apropriação dos bens culturais produzidos pela sociedade. Para além do mais, a educação tem implicações profundas tanto na dimensão individual como na dimensão colectiva, uma vez que é pela educação que os indivíduos, cidadãos entenda-se, se apropriam dos conteúdos culturais do grupo a que pertencem.

Entre os vários instrumentos de difusão ideológica existentes em qualquer sociedade minimamente organizada (religião, partidos políticos, forças armadas, etc.) a escola é um dos mais adequados a esse fim. Ela serve para manter a ideologia que “enforma” a organização da sociedade e do Estado. Mas a ideologia só pode ser duradoura se for reproduzida pela própria sociedade e a escola serve, precisamente, para mediar essa reprodução.

A educação talvez seja o mais subtil e o mais eficiente de todos os instrumentos ao serviço da ideologia, motivo que nos fez aliás optar por desenvolver o presente estudo. A educação está directamente ao serviço da inculcação de valores e interesses de classe nos educandos e formandos, e fá-lo de forma particularmente eficaz ao impor tacitamente programas e currículos, os quais transportam nos seus conteúdos os valores da ideologia dominante. O sector educativo é pois um excelente veículo de difusão ideológica, directamente dependente da orientação política e ideológica do Estado, que o administra.

A ideologia trata de conceitos e valores particulares de um grupo social, conceitos e valores esses transmitidos a toda a sociedade como se fossem verdades universais e insofismáveis. Ora, a ideologia, qualquer que ela seja, não pode ser analisada sem o elemento Estado, aqui entendido como instituição política detentora do poder num determinado território, constituído por elementos físicos, humanos, políticos e jurídicos. Num sentido mais amplo, ideologia é o conjunto de ideias ou concepções relativamente a algum aspecto passível de discussão. Como referido anteriormente, sob a perspectiva marxista, a ideologia seria uma forma de conhecimento puramente ilusório, escondendo assim situações de conflitualidade social e afirmando-se como um instrumento de dominação. Porém, e independentemente das análises críticas que sobre elas possa ser efectuada, as ideologias são necessárias porque organizam as massas humanas e unificam povos e territórios, dando-lhes uma certa coerência e lógica social, cultural e administrativa. As ideologias dominantes são pois alicerces que ajudam a manter a unidade do bloco social e cultural.

A ideologia é um instrumento facilitador da coesão entre os homens contribuindo, digamos assim, para estabelecer uma certa noção de que as coisas são como deveriam ser. Isto é, o funcionamento e gestão efectiva da ordem social está pré-estabelecida pela ideologia dominante. Deste modo, é perfeitamente natural que os membros do grupo de interesses dominante, cuja ideologia é afirmada na prática e serve os seus interesses, se

considerem ou se vejam no papel de “exploradores”. A ideologia impõe conteúdos explicativos e valorativos que considera serem válidos e verdadeiros, com os quais pretende explicar e legitimar vários aspectos da vida quotidiana. As ideologias acabam por “mascarar” as contradições existentes nas sociedades, como por exemplo as diferenças de classe, de raça e de género, apresentando a sociedade como sendo harmoniosa e igualitária, organizando-a de acordo com um conjunto de ideias, representações e normas de conduta, que levam os membros da sociedade a pensarem de uma determinada forma, devidamente enquadrada na ideologia dominante. Essa maneira de pensar geralmente é induzida pelas classes dominantes, ou seja, por quem detém os destinos e a orientação governativa dessa mesma sociedade. As ideologias promovem a consciência social, isto é, o conjunto de ideias e explicações que a sociedade oferece sobre si mesma.

O conceito de ideologia, está intimamente relacionado com os conceitos de País e, por conseguinte, com o de identidade nacional, enquanto território fixo e determinado, pátria, povo, nação, governo, poder, soberania, autoridade, legitimidade, ordem e Estado. Nenhuma ideologia, na verdadeira acepção da palavra é aplicável sem estes elementos.

A noção de identidade nacional terá começado a solidificar-se a partir de Voltaire, quando este compreendeu que a história não se circunscrevia às crónicas dos soberanos e às suas aventuras, mas alargava-se à sociedade dos homens na sua globalidade, ligando-se mais à própria natureza humana e à diversidade cultural.

É no decurso do século XVIII que se começa a gerar o sentimento de nacionalidade entre os povos, que viria a permitir, enfim, a ascensão e a elevação da dignidade humana, conferindo a cada povo traços distintivos dos outros de acordo com as suas histórias e heranças culturais. A designação de “nação” foi, em si mesma, influenciada pelas correntes Humanista e Liberal e ainda hoje designam um povo submetido a um mesmo poder político que habita um determinado espaço geográfico. A nação compreende uma comunidade de indivíduos livres com possibilidades de escolha dos seus governantes. Porém, nem sempre a interpretação quanto ao conceito de “nação” foi a mesma em todos os tempos.

Para se compreender o conceito de “nação”, há que “desmontar” primeiramente o conceito de “identidade pessoal” e de “liberdade individual”. Diversos pensadores e filósofos debruçaram-se sobre este tipo de questões e, de um modo geral, chega-se à conclusão que o indivíduo contribui, antes de mais, para o desenvolvimento da sociedade, e

que o interesse da sociedade surge como um somatório de interesses individuais. O iluminismo e o utilitarismo marcaram o pensamento e ajudaram a construir um certo ideal de sociedade, defendendo ambos que o interesse próprio racional conduz a uma ordem harmoniosa da sociedade. Nesta perspectiva, quanto mais a sociedade se desenvolver, mais o indivíduo conseguirá prosseguir e concretizar o seu projecto de vida. No pós-liberalismo, o indivíduo passa a ser visto não como produto de uma visão essencialista da identidade ou um facto natural, que já vinha desde os tempos de Aristóteles, mas sim como um “artefacto cultural”. Esta visão foi igualmente influenciada pelo constructivismo social, segundo o qual os fins do homem só têm sentido no contexto social.

Contudo, trata-se de uma visão que não é aceite pelo nacionalismo liberal, que acentua mais a importância da vontade racional em detrimento da existência do “eu” apenas inserido numa comunidade de tradições, história e cultura, cuja identidade depende inteiramente da sua pertença a grupos nacionais.

Para o nacionalismo, na visão romântico-colectivista, os indivíduos são meras partes da nação, isto é, a comunidade nacional é o produto natural da interacção social do homem. Johann Herder, por exemplo, via a nação como o desenvolvimento natural de esferas de identificação do homem que, inicialmente circunscritas na família, iam sucessivamente alargando-se em comunidades de pertença que culminariam na nação. A nação é vista, organicamente, como objecto primeiro de fidelidade ao interesse da qual os indivíduos se devem submeter. Assim sendo, do alto destino da nação ficam dependentes os deveres individuais dos seus membros, sem contudo se negar o valor universal da Humanidade.

Como já seria de esperar, a doutrina nacionalista sempre foi alvo de críticas, tendo mesmo havido autores como Ellie Kedourie que a consideraram culpada pela divisão da Humanidade em diferentes nações, através do culto da identidade destas. Aliás, esta perspectiva também é rejeitada pelo nacionalismo de cariz mais liberal.

Para Heywood, a comunidade é o meio por excelência onde a moral se exprime espontaneamente, e no seu conjunto, a relação comunitária é sinónimo de bem e virtude. Nestes termos, a comunidade seria um todo, uma entidade orgânica onde os indivíduos estão ligados por laços afectivos de sangue, de sentimento, de costumes, de tradições e laços religiosos.

Contudo, não é esta a visão actual das democracias liberais, uma vez que os laços identitários do indivíduo em relação à comunidade, de acordo com um determinado

contexto social e histórico, não têm forçosamente que ser alcançados à custa do sacrifício da liberdade individual. A concepção de comunidade inclui os conceitos de nação e de identidade nacional, o que na opinião de Chantal Mouffe tem levado a que as preocupações normativas sejam relegadas para o campo da moralidade privada e a política despojada das suas componentes éticas, facto que tem conduzido à desvalorização da acção cívica, do interesse comum, o que provocou uma crescente falta de coesão social nas sociedades democráticas.

Por seu lado, Max Weber chama a atenção para o facto das implicações políticas inerentes ao conceito de comunidade nacional justificarem, em grande medida, a associação sistemática ao direito a um Estado próprio. Colocando o conceito de nação na esfera dos valores, Weber considera que a nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado, que advém do tipo de sentimento partilhado pelos seus membros, a solidariedade. Trata-se pois de um sentimento completamente diferente, que não tem por base apenas a língua, a cultura ou a etnicidade.

Nesta conformidade, uma outra questão surge assaz importante: por que é que o sentido de identidade nacional é importante para o indivíduo ou cidadão? E no seguimento desta pergunta, uma outra ainda mais complexa, porquanto polémica. A identidade nacional pressupõe um sentimento de nacionalidade ou de consciência nacional? Como se compreende, não é propriamente fácil definir o momento do surgimento de uma consciência nacional, seja onde for. Tal estará sempre directamente relacionado com cada comunidade nacional específica. A consciência nacional adquire-se quando os indivíduos reconhecem espiritualmente que habitam um determinado território considerado como “seu” e politicamente organizado, considerando-se aqui o poder soberano desse mesmo território e no qual o indivíduo se revê.

Falar da identidade nacional portuguesa é levantar um conjunto de questões, a começar pelos traços que nos diferenciam das demais nações. Transporta-nos, igualmente, para a questão dos valores, da coesão como povo com mais de 800 anos de história e daquilo que é, no fundo, esta “coisa”, sentimento entenda-se, de se ser português.

Da leitura dos textos produzidos por alguns ilustres historiadores portugueses, a origem da identidade nacional não é assunto consensual. Recorrendo a Teófilo Braga, Oliveira Martins ou Alexandre Herculano, só para dar três exemplos, percebe-se que esta questão é efectivamente complexa não reunindo uma opinião unânime. Tudo de-

pende de interpretações históricas, umas mais subjectivas do que outras. No entanto, parece evidente que a origem daquilo que é hoje um País e outrora foi um reino, teve mais que ver com vicissitudes de carácter político entre barões de reinos e condados peninsulares desavindos, do qual resultou a fundação de um novo reino e, conseqüentemente, a formação de uma identidade nacional forjada ao longo de séculos num território paulatinamente reconquistado à ocupação muçulmana.

A origem da nacionalidade portuguesa, segundo Amadeu Carvalho Homem, não se encontra no critério rácico, uma vez que não houve uma unidade étnica na origem da formação da comunidade nacional ao longo de séculos. Basta atentarmos na história para o percebermos, se tivermos em conta a multiplicidade de povos que habitaram a península Ibérica desde tempos remotos. Também não poderemos recorrer ao critério “geográfico”, visto que e ao contrário de outros países, Portugal não tem fronteiras naturais que ajudassem a possibilitar a formação de um sentimento de identidade nacional único e distinto. Mesmo a nível político, é difícil para não dizer impossível encontrar um sentido de unidade nacional. A imposição de um modelo organizativo único social e político foi sempre difícil de alcançar e, aliás, a acção repressiva exercida pelo Estado Novo é um bom exemplo disso. Já tinha sido um pouco assim durante o século XIX, prosseguindo no século XX (veja-se a conflitualidade entre monárquicos e republicanos que resultou no 5 de Outubro de 1910). O princípio da identidade nacional teria que repousar numa matriz comum de índole política, algo que, em boa verdade, nunca existiu plenamente.

O Estado Novo tentou, ele próprio, criar uma “amalgama histórica” numa tentativa definidora de uma identidade nacional, alardeando a vocação colonizadora e ultramarina do povo português, com o fito de atingir os seus intentos totalitaristas e justificativos de uma “missão histórica” incontestada, “a bem da nação”: a de prosseguir o caminho iniciado pelos nossos grandes navegadores que “deram novos mundos ao mundo”. O uso de argumentos como a fé e o império estiveram ao serviço de uma ideologia fortemente nacionalista que visava lançar as bases de um império pluricontinental e multirracial.

É um facto que os descobrimentos foram uma inegável afirmação de arrojo de um povo e de um reino no mundo então conhecido, e que merecem ser glorificados enquanto tais, ou não tivessem sido talvez o maior contributo de Portugal para a história e evolução da Humanidade, inclusivamente, e se quisermos ser rigorosos, até aos dias de

hoje. Isto, não obstante as desventuras que também caracterizaram aqui e ali a gesta ultramarina portuguesa. Contudo, o que é necessário aferir é o sentimento de identidade nacional que daí adveio. Por outras palavras, o espírito das descobertas é a razão de ser dos portugueses? Esse espírito manteve-se quando o império, um dia, chegou ao fim? Há aqui que ponderar, naturalmente, o “timing” histórico, se assim podemos dizer. Com efeito, quando Portugal se fez ao mar já existia há 300 anos como nação independente, desde o tempo da Fundação pelo nosso primeiro monarca, D. Afonso Henriques. Por outro lado, a perspectiva colonialista foi sempre explorada de um ponto de vista económico, exceptuando talvez o Brasil. Na verdade, só na segunda metade do século XX Portugal encarou a colonização africana de uma forma sistemática, com o objectivo de fixação das populações oriundas da metrópole. De qualquer modo, não é pacífica a ideia de que a grandeza da nação residia na presença colonial ou na construção do império. Porém, este assunto sai um pouco da linha de orientação do presente estudo, ficando para posteriores investigações.

O sentido da expressão “portugalidade” não tem que forçosamente depender do passado histórico colonial, nem se poderá considerar que o fim do Império Colonial significou o fim do sentido ou da “missão” da nação. Não foi (só) o império que deu sentido à “portugalidade” mas também não se pode olvidar a importância decisiva que este teve ao ajudar a consolidar e a “moldar” uma identidade nacional, por ventura mais rica em função dos contactos culturais, sociais, religiosos e económicos tidos ao longo de séculos com outros povos, alguns de territórios longínquos. Se assim não fosse, por que razão ainda hoje se evoca a gesta ultramarina portuguesa nos próprios manuais escolares? Por que razão os manuais escolares se referem aos nossos navegadores e aos descobrimentos? Por que razão foi então criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa? E porquê a acção da Fundação Oriente em Portugal e no estrangeiro, na promoção da cultura portuguesa, por exemplo? Se nada disto tivesse contribuído para a afirmação da identidade nacional, por que razão a esfera armilar dourada ondula na bandeira portuguesa ainda hoje? É porque o antigo império, como grande projecto nacional que foi, durante séculos, ainda marca a nossa identidade nacional. Seguramente.

Como tal, diríamos que a tentativa de “menosprezo” relativamente ao passado colonial português, que alguns historiadores possam esboçar, é de certo modo atentatória da própria identidade nacional portuguesa. Será como negar a nossa própria história, descaracterizando-a a níveis insuportavelmente baixos. É evidente que a gesta ultra-

marina não foi empreendida com unanimidade, nem o poderia ser tratando-se como se tratava de um projecto nacional.

Aliás, consultámos manuais escolares de 1928, como por exemplo a “Cartilha Colonial”, que contrariam totalmente aquela perspectiva de uma insípida colonização africana. Com efeito, se quisermos recuar no tempo, não foram só os portugueses a ocupar estreitas faixas litorâneas nos seus territórios ultramarinos. Ingleses, franceses e alemães fizeram o mesmo e raramente se abalçaram para o interior daquele continente, na altura virgem e inexplorado. Tal aconteceu por motivos óbvios (falta de meios técnicos, de contingentes populacionais suficientes e pelo próprio desconhecimento sobre aquele continente que existia à época).

Voltando ainda à “Cartilha Colonial” de 1928, no seu preâmbulo não se nega que - e passamos a citar - “Durante mais de quatro séculos as nossas possessões ultramarinas foram consideradas como regiões vastíssimas e insalubres; inhospitos sertões cheios de feras. A frase «costa d’Africa» só nos fazia chegar á mente o crime, pois só para lá iam degredados que o clima, que se dizia mortífero, castigava impiedosamente”.

Mas, a título de esclarecimento, acrescentava-se: «Africa tem regiões onde o clima é tão benigno como na Europa, onde se encontram vastissimos campos de produção, onde o homem que trabalha vê a compensação do seu trabalho».

Amado Mendes, partilha da opinião de que «os manuais escolares desempenharam e continuarão a desempenhar um papel preponderante e insubstituível na educação, constituindo um meio didáctico de grande utilidade, quer para alunos quer para professores e, inclusivamente, para as famílias e encarregados de educação. Com efeito, os manuais escolares veiculam valores e princípios, ideologias e perspectivas, ao mesmo tempo que ajudam a fixar e a moldar memórias, inclusive a própria memória histórica e mesmo a(s) identidade(s)».²³

Assim sendo, a análise dos manuais escolares permite obter uma imagem do passado colectivo, no que se refere a sentimentos, amores, crenças e atitudes, ou seja, o manual tende a estimular pulsões positivas e negativas, leva a amar, «odiar» e respeitar, propõe modelos identificatórios, contribuindo para a construção da identidade.

Para Ana Parracho Brito, «O manual escolar é transmissor de valores afectivos, estéticos, sociais, intelectuais e espirituais. Por isso, o livro escolar é incentivador do de-

²³ MENDES, Amado - *Identidade Nacional e Ideologia através dos Manuais de História*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 343.

envolvimento ou do interesse da criança ou do jovem pela actividade escolar. Qualquer obra transmite algo ao leitor e os alunos não são alheios a esta influência, quer esta seja positiva ou negativa». ²⁴ Justino Magalhães considera que «O manual escolar contém uma informação e uma interpretação da cultura e do imaginário, suas dimensões escolarizáveis e processo de escolarização, bem como das metas e das práticas educativas e culturais». ²⁵

Os valores e atitudes que são definidos como fazendo parte dos *currícula* e que são ensinados nas escolas, ganham bastante interesse pelo peso social que reflectem. Nesta perspectiva, os manuais escolares podem valorizar, denegrir, reflectir ou até rejeitar valores tradicionais da religião ou da moral, da nacionalidade ou da raça, dos papéis sexuais ou da sexualidade.

Amado Mendes apresenta-nos o termo «ideologia» como sendo usado em duas acepções diferentes: «a) Concepção neutral: sistema de pensamento, sistema de crenças, prática simbólica. Desta forma a ideologia está presente em qualquer programa político, e, igualmente, em qualquer programa curricular ou manual escolar; b) Concepção crítica: a ideologia está essencialmente ligada ao processo de manutenção de relações de poder assimétricas, isto é, ao processo de dominação. Mais uma vez o conceito é associado a uma conotação negativa. Estudos realizados em diferentes países do mundo, como por exemplo no Canadá, Estados Unidos da América, Peru, Haiti, entre outros, revelam que a educação serve sobretudo os interesses dos grupos dominantes nas mais variadas esferas: a linguagem, a política, a economia e a cultura». ²⁶

Um velho ditado português reflecte esta situação ou constante da vida: “João de Deus, tanto tens tanto vales, nada tens, nada vales”. Isto porque os objectivos são definidos por quem manda e só manda quem pode, e só pode quem tem. Assim os ideólogos ou os autores se sujeitam ao “programa”, vão na onda; se são honestos, criativos e independentes são, muitas vezes, ignorados, menosprezados, quando não desfeiteados e perseguidos. Ora, como no universo social há pessoas capazes em todos os quadrantes, é preciso seleccioná-las, escolhê-las, “colhê-las”, nesta grande e insubstituível safra do

²⁴ BRITO, Ana Parracho - *A problemática da adopção dos manuais escolares: critérios e reflexões*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 145.

²⁵ MAGALHÃES, Justino - *Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 282.

²⁶ MENDES, Amado - *Identidade Nacional e Ideologia através dos Manuais de História*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 282.

conhecimento e da educação e pô-las ao serviço do bem comum. Para Fábio Lucas, comentado por Ornelas, «A ideologia é uma das formas com que o homem percebe o mundo e representa a realidade de modo coerente, isto é, racional, ajustando-se a ela quanto às posições que toma e ao papel que desempenha na sociedade».

Com efeito, também as ideias como Liberdade, Poder do Homem e de Deus - são susceptíveis de se transformar em ideologia. Michel Vadée, citado por Amado Mendes define ideologia como «um sistema (possuindo a sua lógica e o seu valor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos, segundo os casos) dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma dada sociedade [...]. A ideologia, como sistema de representações, distingue-se da ciência porque a função práctico-social é nela mais importante do que a função teórica (ou função de conhecimento)».²⁷

Neste particular a história tem um papel de extraordinária relevância, pelo destaque que atribuiu aos momentos gloriosos da imagem e História de Portugal. Seguindo esta linha de orientação, Eduardo Lourenço, na sua obra «O labirinto da saudade», põe a tónica na «exaltação culturalista da imagem de Portugal [...], em função da realidade e da vocação imperiais que durante quinhentos anos fizeram parte da nossa realidade histórica, a qual constituiu durante esse período o núcleo da imagem de Portugal».²⁸

Em 1915, Teixeira de Pascoaes, na sua obra com o sugestivo título «Arte de ser português», referia-se às qualidades e defeitos da alma Pátria. As primeiras traduziam-se no génio de aventura, espírito messiânico, sentimento de independência e liberdade e os segundos pelos qualificativos pouco abonatórios de falta de persistência, vil tristeza, inveja, vaidade susceptível, intolerância e espírito de imitação.

As diferentes perspectivas sobre este assunto estão intimamente ligadas a contextos histórico-ideológicos diversos. Deste modo, ao hipernacionalismo dos anos 1950, portanto em pleno Estado Novo, seguiu-se a integração na União Europeia, a partir de 1 de Janeiro de 1986. Assim, a globalização e a integração em grandes blocos conduz ao abandono do estudo das identidades dos respectivos Estados-membros, procurando-se, ao invés, características comuns que os aproximam (efeitos da globalização). Daqui decorrem vários tipos de identidades, desde a familiar à local e regional, desembocando na nacional e dos grandes blocos e grandes áreas civilizacionais.

²⁷ *Idem. Ibidem.* p. 346.

²⁸ LOURENÇO, Eduardo - *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. 3.ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 1988. p. 37.

Com efeito, identidade nacional e ideologia são indissociáveis. A questão da identidade nacional continua a constituir uma temática actual e pertinente. Desde há muito, vários quadrantes científicos demonstraram um grande interesse por esta questão, nomeadamente psicólogos e historiadores da cultura, preocupados em definir os pilares identificadores do carácter nacional. Por isso se torna mais premente estudar e reforçar as identidades que acima se referiram.

Os manuais escolares não são alheios a esta problemática e, por isso, reflectem-na e, às vezes, inspiram-na. São os livros que inspiram as coisas, ou são as coisas que inspiram os livros? A pergunta faz reflectir e, com certeza, há defensores em qualquer dos campos. Os manuais dependem, assim, de quem estabelece os programas oficiais e de quem os elabora. Os sistemas de ensino, efectivamente, estão dependentes das ideologias reinantes, que se traduzem pelo conjunto de ideias, crenças e modos de pensar de uma nação. Esses conteúdos espirituais, se assim podemos dizer, são os que enformam os currículos de ensino e os programas dados nas escolas, as quais funcionam de certo modo como «correia de transmissão» da cultura da sociedade em que se inserem, cabendo-lhe a difusão do conjunto de elementos materiais e imateriais produzidos, acumulados, propagados e transmitidos ao longo de gerações. A escola mais tradicional ou mais inovadora transmite, assim, os valores e as ideias, da sociedade e do ambiente em que se integra ou da moda corrente.

No fundo, a escola está ao serviço da propagação de ideologias enquanto sistemas de ideias que se pretende inculcar nas novas gerações, por forma a dar continuidade ao equilíbrio e à paz social, que serve assim como instrumento de controle da sociedade, ao mesmo tempo que contribui para a manutenção e/ou reforço das linhas mestras da ideologia social adoptada por uma dada sociedade, nação ou país. A acção educativa da escola é extremamente importante do ponto de vista da moralidade e da educação para os valores sociais e humanos, que permitem assim a tal tranquilidade, equilíbrio e paz social. A concepção moral das ideias é, precisamente, aquilo que permite a justificação e a protecção dos direitos de cidadania, as liberdades e as garantias, ou seja, é a fundamentação da própria organização social. Neste sentido, é função da escola difundir os valores que a sociedade a que pertence pretende que sejam transmitidas e apreendidas.

Sendo as ideologias absorvidas pelos indivíduos como sendo válidas para todos, sobretudo se se traduzirem na linha de orientação primordial de um dado programa e sistema de ensino, verifica-se então que a escola, enquanto instituição de socialização,

tem por missão a adequação e ajustamento das concepções ideológicas vigentes aos interesses do Estado social. A escola é, ela própria, um «produto» de uma determinada filosofia de vida em sociedade, pela forma como transmite a visão da sociedade real e aquilo que ela deveria ser no futuro. No fundo, a escola é peça integrante do projecto de organização social de uma sociedade específica. Esse projecto defende pois determinadas ideias, atitudes, comportamentos individuais e colectivos, os quais são propagados e veiculados sobretudo pela escola, enquanto importante e decisivo agente de socialização.

Parece-nos importante esta referência à forte ascendência que o poder político e a ideologia ou ideologias sobre as quais assenta, têm sobre a organização do sistema de ensino, onde quer que seja, independentemente da cultura ou da sociedade em questão. Com efeito, as ideologias dominantes, que regulam e comandam a sociedade, emitem juízos de valor sobre a mesma, e propõem projectos de futuro que constituem autênticos sistemas sociais. Neste sentido a escola é um dos instrumentos fundamentais para a irradiação dos princípios da conformação da realidade humana segundo um determinado projecto ou ideologia de vida em sociedade.

A escola, pela sua abrangência e inserção no meio, é um elemento privilegiado ou de primordial importância para a absorção e transmissão das mesmas ideias e transformação da sociedade ou criação dum mundo novo, em que tanto se fala. É por esse motivo que as instâncias que a tutelam não abrem mão das suas responsabilidades e competências, em matéria de gestão e definição de políticas educativas coordenadas com os princípios reitores da ideologia vigente. As ideologias fornecem um quadro de referência que permite tornar a realidade social inteligível.

É uma educação para a cidadania que está em causa, de que a educação é, também, simultaneamente, causa e feito. É como o ambiente, do qual o homem é simultaneamente produto e modificador, inovador. Também aqui viria a propósito o célebre soneto de Camões:

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.”

A comunidade de ideias, de linguagens, de atitudes, de comportamentos, promovidos pela acção educativa da escola, constituem factores adicionais de coesão social e

até de unidade nacional. Mas a influência das ideologias políticas na educação não se limita ao que atrás ficou exposto. A escola, pela massificação do ensino que proporciona, é um veículo extraordinário para o lançamento de movimentos colectivos, organização de grupos e para a mobilização de grandes massas humanas para determinados fins, ou para a consciencialização das mesmas para determinadas situações. A escola permite que se possa controlar grandes massas humanas desde tenras idades bem como orientá-las para determinados comportamentos e para uma determinada ideia de sociedade.

Justino Magalhães vai mais longe ao reclamar para o manual escolar uma dimensão mais ampla: «o manual escolar é também uma antropologia, uma visão sobre a realidade, uma visão sobre o mundo e do mundo. O manual escolar constrói e substitui o olhar, o pensar e o dizer. O manual escolar mediatiza a interpretação da realidade».

É na aventura pela procura de uma «antropologia», de uma «visão sobre o mundo e do mundo», que o manual escolar «mediatiza», que nos propomos mergulhar para tentar demonstrar a Identidade Nacional, as Ideologias e os Valores, que se plasmaram nos manuais escolares do ensino primário, abrangendo Portugal e o seu Império Colonial, no período histórico compreendido entre 1807-1928.

Esta opção foi tomada porque estas datas, com as Invasões Francesas, que ajudaram a introduzir o Liberalismo em Portugal, e a Primeira República (1926), sua consequência natural, produziram e introduziram tais modificações, mormente nos campos político e educacional (este condicionado pelo primeiro), que se bastam a si próprias e definem ou caracterizam uma época. A segunda data é termo e início duma outra viragem ou outro rumo. Ela se pode consignar e sintetizar naquilo que o seu próprio mentor, Oliveira Salazar, formalizou e que parece um axioma: “Deus, Pátria, e Família”, a trilogia da educação nacional», que até constava de um dos mapas ou cartazes que se ostentavam, com grande aparato, nas paredes internas das salas de aulas.

O assunto dos dois períodos seria tão vasto que centrámos a focagem apenas no primeiro.

PARTE II - METODOLOGIA

2.1. A Análise de Conteúdo

Com o intuito de almejarmos o cumprimento dos objectivos traçados para a realização do presente estudo, consideramos pertinente recorrer à análise de conteúdo como orientação metodológica para tratar os textos constantes nos manuais que pretendemos trabalhar, nomeadamente os que se reportam ao ensino primário com o propósito de analisar, descrever, interpretar e, como corolário, estudar a Identidade Nacional ou Identidades Nacionais, as Ideologias e os Valores, em Portugal e no Império Colonial, entre 1807-1928, ficando plenamente justificada a opção pelos manuais como campo de análise.

A técnica de análise de conteúdo tem um campo de aplicação muito vasto. Ao nível dos objectivos de investigação, pode ser utilizada, dentre outras aplicações, para o estudo das produções culturais e artísticas e também para a análise dos processos de difusão e socialização através, por exemplo, de manuais escolares.

A análise de conteúdo é fundamental para que se possa “catalogar” os dados recolhidos como sendo “informação” teoricamente significativa ou suficientemente esclarecedora sobre um determinado assunto. A análise de conteúdo é uma espécie de segunda leitura sobre uma obra ou um texto, mais consolidada e reflectida, a qual permite na realidade inferir sobre esse mesmo conteúdo.

Fazer a análise de conteúdo, implica um certo distanciamento relativamente ao conhecimento e à interpretação do senso comum, no sentido de se procurar obter uma análise com fundamentos científicos alicerçados em metodologias que a isso conduzam, independentes de considerações de ordem ética, política, axiológica e social que possam ser relativizadas na análise de uma obra.

Contudo, não é também propriamente fácil limitar essas condicionantes, porquanto elas estão presentes indelevelmente no contexto sócio-cultural e institucional do discurso analisado. O principal óbice à cientificidade e objectividade da análise de conteúdos, se assim se pode dizer, reside na subjectividade que está sempre presente, uma vez que por mais que se aprofundem as técnicas de investigação haverá sempre influ-

ências externas, inclusivamente na parte que toca ao investigador ou analista. O esforço no sentido da objectivação das técnicas de análise de conteúdos, poderá ajudar a reduzir significativamente esse grau de subjectividade mas dificilmente o anulará na totalidade.

A análise de conteúdo constitui-se pois como um trabalho de questionamento da matéria em análise, como que interrogando o texto produzido utilizando um sistema de hipóteses. O estabelecimento dos métodos de análise e da perspectiva de análise são pois essenciais, uma vez que é em função de ambos que se vai analisar o material, de modo a extrair as informações relevantes que permitam responder às questões colocadas pela investigação. Como tal, é indispensável estabelecer objectivos de estudo, perspectivas de investigação e o modelo teórico que enquadra e fundamenta as questões.

Quanto ao conteúdo das mensagens cujo significado é alvo de análise, a “leitura global” é vista por muitos autores como uma das “estratégias” mais adequadas ao tratamento dos dados, compreendendo-se o discurso como sendo estruturante. Assim sendo, as operações mais elementares do processo de identificação, selecção, leitura e interpretação do “material significante”, exigem a inteligibilização do objecto de estudo, e uma justificação teórica em relação à teoria do discurso e ao método de análise do mesmo discurso, tanto no plano da apreensão teórica como no plano da compreensão da mensagem.

Por conseguinte, a leitura da mensagem constitui-se como uma primeira fase da análise de conteúdo. Muitos são os autores que defendem o “regresso ao texto original”, o que significaria um retorno ao “conteúdo manifesto”, que está acessível directamente numa primeira leitura. Tal “retorno” obriga a respeitar o discurso efectivamente produzido, o que permitirá uma “validação facial” de acordo com a “intuição” do analista. O sentido original do texto enquadra-se pois em critérios de objectividade, que permitem confirmar as hipóteses interpretativas.

As influências culturais estão sempre presentes na produção do discurso e, eventualmente, na análise ou leitura que dele se faça. É a tal “grelha cultural” que condiciona a produção e a leitura do discurso. Com efeito, o significado “original” e “verdadeiro” não reside exclusivamente na produção e no texto em si, uma vez que tanto um como outro não podem ser analisados fora do contexto histórico específico durante o qual foram efectuados. Na verdade, se o mesmo texto for lido à luz de outros contextos históricos, não será de estranhar que possa fornecer outros significados, eventualmente contraditórios. Na verdade, tanto a produção como o texto em si mesmos, sofrem inevitáveis

influências sociais em diferentes contextos de utilização. Como tal, conseguir obter um significado “puro” ou “realmente objectivado” é uma tarefa quase impossível e até, em certa medida, destituída de lógica. Poder-se-á tentar objectivar o processo que conduziu à produção do texto, mas torná-lo “objectivo” no sentido de o considerar único, total, completo, absoluto ou indiscutível não parece ser algo crível.

Daqui o trabalho de “inferência” necessário, uma vez que independentemente do texto “falar por si próprio”, requererá a sua interpretação o que, por si só, nos remete para uma dimensão de co-construção do seu significado. Ou seja, a análise de conteúdo do discurso e do texto é uma co-construção entre o autor e o analista, ainda que necessariamente distantes um do outro. Com efeito, não nos compreendemos apenas e só porque falamos a mesma língua, de acordo com um simples processo de descodificação do sentido literal dos textos. A compreensão de um texto ou de um discurso também depende do “cálculo interpretativo” e dos “pressupostos dos enunciados”, havendo muitos dados “subentendidos”, que influem naturalmente no contexto da interpretação e respectivas inferências.

Para Bardin, a análise de conteúdo é «um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens».²⁹

Seguindo esta linha de pensamento, Bardin diz que, «enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade, da fecundidade e da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de «desocultação», responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura «normal» do leigo, é ser agente duplo, detective e espião».³⁰

Esta atitude de «vigilância crítica» exige o rodeio metodológico e o emprego de «técnicas de ruptura» e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objecto

²⁹ BARDIN, Laurence - *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 42.

³⁰ BARDIN, Laurence - *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 9.

de análise. É ainda dizer não «à leitura simples do real», sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o carácter provisório de hipóteses, definir planos experimentais. Bardin, refere que a análise de conteúdo das mensagens possui duas funções: «uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”; e uma função de “administração da prova”. [...] É a análise de conteúdo para servir de prova».³¹

Assim, a finalidade da análise de conteúdo será pois efectuar inferências com base numa lógica explicitada, sobre mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas, uma vez que «o lugar ocupado pela análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade [...]. A análise de conteúdo permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis.»³²

Por outro lado, é necessário aplicar certas regras à análise de conteúdo, as quais se traduzem nas seguintes: homogeneidade - não misturar; a exaustividade - esgotar o texto; a exclusividade - um elemento do texto não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias; a objectividade - codificadores diferentes, chegam a iguais conclusões; a adequabilidade ou pertinência - adaptadas ao conteúdo e objectivo.

Os manuais escolares seleccionados para o presente estudo, constituem veículos privilegiados, através dos quais os autores representam as imagens sociais nos textos, funcionando como o principal veículo de transmissão dessas imagens e de condicionamentos culturais, do mesmo modo que descrevem acções e circunstâncias de um passado no qual todos os grupos sociais tiveram um determinado papel.

É repetidamente afirmado, desde Durkheim, que a educação é um processo de socialização e que a escola é uma instância especializada onde tal processo tem lugar, de uma forma caracterizadamente racionalizada. Esta socialização, de acordo com aquela perspectiva, visa integrar o indivíduo na ordem social existente, isto é, a torná-lo solidário com as normas, costumes, comportamentos, enfim, com os padrões culturais que são reconhecidos como identificadores dessa sociedade. Esta socialização implica assim uma transmissão cultural, que não se opera no vazio e de forma despersonalizada.

³¹ *Idem. Ibidem.* p. 30.

³² QUIVY, Raymonde; CAMPENHOUDT, Luc Van - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2003. p. 227.

Este mesmo processo é designado por reforço de processo de transmissão cultural e, representa afinal aquilo a que Bourdieu chama a «reprodução cultural». Desta forma, o conteúdo da cultura veiculada ou transmitida faz parte daquilo que, em terminologia educacional chamamos *currículo*, que é determinado, em última instância, pelas orientações do Estado, por uma política educacional. O Estado, por sua vez, sofre alterações nas suas linhas orientadoras, em resultado dos conflitos entre os grupos sociais que disputam o poder.

Deste modo, a cultura a ser transmitida através do currículo é determinada pelo grupo social que está no poder. Esta transmissão concretiza-se, dentre outros, através dos professores e da utilização de material pedagógico escolhido pelos próprios professores como os manuais escolares.

De acordo com os princípios das teorias de reprodução e, principalmente, da reprodução cultural, os recursos didáticos funcionam como um filtro de selecção dos conhecimentos e verdades que coincidem com os interesses das classes e grupos sociais dominantes. Os manuais escolares colocam-se, assim, no ponto de mira das políticas educativas». Isto porque, infelizmente, muitas vezes, as ideologias são comandadas apenas por interesses e comportamentos pessoais.

Jurjo Torres situa-se na mesma linha de raciocínio ao considerar que «O *currículum oculto* costuma incidir no reforço dos conhecimentos, procedimentos, valores e expectativas mais de acordo com as necessidades e interesses da ideologia hegemónica desse momento sócio-histórico».³³

Há um interesse crescente no estudo dos manuais escolares, que se traduz no aparecimento no mercado de numerosas investigações que dedicam toda a sua atenção à análise dos conteúdos que se difundem nos manuais escolares. Desvendar aquilo que dizem e aquilo que omitem os livros com os quais os alunos e as alunas entram obrigatoriamente em contacto, quais os estereótipos e as distorções da realidade que promovem, de quem se fala e que grupos não aparecem, em qualquer época ou circunstância, que mensagens, valores e ideologias reflectem num determinado momento sócio-histórico, são perguntas para as quais procuramos encontrar respostas.

Por tudo o que foi dito, nada mais pertinente que debruçarmo-nos nestas temáticas, passando a ser objecto de estudo, com base na metodologia da análise de conteú-

³³ TORRES, Jurjo - *O currículum oculto*. Porto: Porto Editora, 1995. p. 201.

do, permitindo uma abordagem qualitativa dos conteúdos veiculados pelos manuais escolares.

PARTE III - UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DOIS MANUAIS ESCOLARES DO ENSINO PRIMÁRIO

3.1. *Arte de aprender a letra manuscripta para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais fácil ao mais difícil*, de Duarte Ventura [1860]

O século XIX, na Europa, é um tempo de profundas mudanças a todos os níveis. Elas interpenetram-se ou complementam-se e fomentam-se umas às outras.

Ainda hoje se discute, por exemplo, se foram as Artes que deram origem às Escolas Literárias ou se foram as Escolas Literárias que promoveram as Artes.

A verdade é que a palavra, o signo linguístico, é o principal meio de comunicação do Homem e ela própria, nas suas multiformes associações ou combinações e intuítos, intenções ou objectivos do emissor, se pode tornar plástica ou artística, tanto em prosa como em verso.

A própria política andou ao sabor das ideias e, pelo que toca a Portugal, como rescaldo da chamada Revolução Francesa, a multissecular Monarquia Tradicional ou absoluta passou a Monarquia Constitucional ou Liberal e esta gerou a República, de que toda a propaganda se fez no século XIX, embora proclamada já no início do século XX, em 1910.

Os escritores - Prosadores e Poetas - imiscuíram-se profundamente num campo e noutro, conforme as convicções, as circunstâncias, a coerência e os interesses.

Na Literatura, duas grandes Escolas dominam o século XIX: O Romantismo e o Realismo.

O primeiro, cujas balizas, habitualmente, se marcam entre 1826 e 1865, teve como figuras de proa Almeida Garrett, Alexandre Herculano e António Feliciano de Castilho.

O Realismo, que pode considerar-se o segundo período, estende-se de 1865 a 1915, e nele avultam nomes como Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro e diversos outros a que podem juntar-se os do Parnasianismo ou Parnasianos, grandes cultores da forma, como João Penha, Cesário Verde, António Joaquim de Castro Feijó, Cândido de Fi-

gueiredo e o brasileiro Ant3nio C3ndido Gonçalves Crespo, cujo poema  M3e, intitulado “Algu3m”, começa pelos versos:

“Para Algu3m sou o l3rio entre os abrolhos
E tendo as formas ideais de Cristo.
Para Algu3m sou a vida, a luz dos olhos,
E se na terra existe 3 porque existo”.

Este poema 3 justamente considerado “uma obra prima do lirismo nacional”. (Vide Feliciano Ramos, “Hist3ria da Literatura Portuguesa” 3.ª Edi3o. pag. 737, Livraria Cruz, Braga, 1958). O poeta, residente em Portugal, exprime, em forma perfeit3sima, a profunda saudade de sua m3e, ausente no Brasil.

O Romantismo surgiu como revolta contra o Classicismo, incluindo a Renascença, o Barroco e o Arcadismo.

Apesar de antes o terem seguido, o Classicismo estava exausto ou paral3tico. Da3 que o seu verdadeiro introdutor em Portugal - Almeida Garrett, referindo-se a esses modos de escrever, principalmente de poetar, haja escrito no poema «D. Branca»:

«Gentil religi3o, teu culto abjuro,
Tuas asas profanas renuncio:
Professei outra f3, sigo outro rito,
E para novo altar meus hinos canto.

Disse adeus s fic3es do paganismo,
E crist3o Vate crist3os versos faço
Meus versos
Te h3o-de acordar para contar-se a hist3ria.

Dos bons tempos que foram. Ouve, escuta
O alaude rom3ntico, ouve as coplas
Do antigo Trovador:  nossa terra
Vamos, amigo»

O pr3prio Almeida Garrett escreveu o poema «Cam3es» ap3s ter contemplado no Museu do Louvre, em Paris, o quadro «3ltimos Momentos de Cam3es», de Domingos Ant3nio Sequeira. E Ant3nio Joaquim de Castro Feij3, j3 no Realismo ou Parnasianis-

mo, no centenário de Camões, dedicou ao grande Vate Universal o poema épico-lírico «Sacerdos Magnus», cantando-o como o maior.

Ora os grandes temas ou assuntos constantes dos Compêndios do Século XIX em Portugal dão grande relevo precisamente aos dois magnates ou clássicos da Língua Portuguesa: Camões e Vieira.

Uma das características do Romantismo é o seu «regresso» ao Passado, o seu «Nacionalismo», as coisas pátrias. O seu intimismo, o seu subjectivismo, centrado no «eu» ou no emissor, é a sua alma. O «tom» trovadoresco não podia, por isso, abafar-se. O lirismo seria a sua grande força motriz.

Ora quem melhor que Camões podia representá-lo, quer na medida velha, tradicional, quer na medida nova, que a Itália cantava exuberantemente?

É significativo que a Epopeia Nacional, um dos maiores monumentos da Literatura Mundial em todos os tempos, tenha sido escrita por um lírico e que alguns dos seus episódios mais significativos, embora expressos em forma épica, heróica, com laivos de tragédia, sejam de índole ou natureza lírica.

O mesmo Almeida Garrett, na sua obra prima de teatro, que é o «Frei Luís de Sousa», abre o Cenário e a representação com D. Madalena de Vilhena lendo e meditando pausadamente e como que em êxtase, dois versos da estrofe 120 do Canto III, em que se faz a apresentação da personagem principal e vítima do episódio do Assassínio de Inês de Castro:

«Naquele engano de alma, ledo e cego,
que a fortuna não deixa durar muito,»

É certo que Garrett procura caracterizar o século XVII, visto que Manuel de Sousa Coutinho e D. Madalena de Vilhena e todos os outros personagens pertencem ao século XVII, embora alguns venham do século XVI e a Acção culmine no Filipismo. A verdade, porém, é que Almeida Garrett é do século XIX e representa (apresenta ou torna presentes) as coisas para o século XIX, com a entrada de Telmo:

«A minha Senhora está a ler?...
- Ah! Sois vós, Telmo... Não, já não leio:
Há pouca luz de dia já; confundia-me a vista.
E é um bonito livro este! O teu valido, aquele

nosso livro, Telmo.

- Oh! Oh! livro para damas – e para cavaleiros... e para todos: um livro que serve para todos; como não há outro, tirante o respeito devido à palavra de Deus!»

Neste contexto e com estes exemplos não admira que os livros de Educação e Ensino afinassem por esse diapasão ou se integrassem nesse currículo.

Assim é, por exemplo, um dos mais antigos e mais representativos, que tem por título:

«ARTE DE APRENDER A LER
A
LETRA MANUSCRIPTA
para uso das Escolas em 10 lições
progressivas do mais facil ao mais difficil
POR
DUARTE VENTURA»

O exemplar que examinámos encontrámo-lo na Biblioteca Municipal de Estremoz. Foi impresso em Pariz (sic), na Imprensa da V.^a J. P. Aillaud, Guilhard e C.^a

Livreiros de Suas Magestades (sic)

O Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal

Rua S. André des Artes, 47 (veja-se o anexo, pág. I, fig. 1)

Foi, como é dito no frontispício da capa, organizado para uso das Escolas e distribuído por 10 lições.

A Primeira Lição não passa dum Abecedário com diversos tipos de letras, minúsculas e maiúsculas, e os algarismos, de 1 a 0 (um a zero), figurando o 0 (zero) no fim da série (veja-se o anexo, pág. II, fig. 2).

A Segunda Lição abre com uma gravura com três figuras semelhando Anjos, um deles de ponteiro alçado, indicando precisamente letras maiúsculas e minúsculas e figuras geométricas, escritas e desenhadas num quadro ladeado, à direita e à esquerda, pelas prateleiras duma estante com livros e um globo (veja-se o anexo, pág. III, fig. 3).

Vem, a seguir, o texto propriamente dito: As dez primeiras estrofes do Canto Primeiro d'«Os Lusíadas», isto é, a Proposição, a Invocação e cinco estrofes da Dedicatória. Termina com outra gravura dum Anjo com uma pena empunhada e levantada ao

alto pela mão esquerda (a pena com que Camões escreveu) e uma coroa na mão direita para coroar o imortal poeta (veja-se o anexo, pág. IV, fig. 4).

A Terceira Lição, assim indiciada por extenso, como todas as outras, e em letra gótica, passa imediatamente ao Canto V, ao episódio do Gigante Adamastor (veja-se o anexo, pág. V, fig. 5).

Transcreve o episódio todo, ininterruptamente, desde a estrofe 37 até à 60, esta última já por conta do narrador, pois o Gigante, o Adamastor, já ficava para trás, isto é, o Cabo das Tormentas já fora ultrapassado, realizado que fora, pelos Portugueses, o maior feito marítimo de todos os tempos. Ameaçador e vingativo, ali personificado e vencido, o Adamastor:

«Cum medonho choro,
súbito de ante os olhos se apartou
... e cum sonoro
Bramido muito longe o mar soou.»

Terminada esta lição com uma vinheta onde sobressai uma mesa com dois livros, uma régua e um transferidor e um mostrador com a figura seminua dum homem de pé (veja-se o anexo, pág. VI, fig. 6), passa-se à:

Quarta Lição, precedida de outra vinheta, onde um Anjo tristonho, sentado, desvia os olhos do rolo que outra figura desenrola, onde, porventura, está escrita a sentença condenatória de Inês de Castro - Canto III (veja-se o anexo, pág. VI, fig. 6), Suprime as duas primeiras estrofes, a 118 e a 119, começando logo pela 120:

«Estavas, linda Inês, posta em sossego,
De seus anos colhendo doce fruto,
Naquele engano da alma, ledó e cego,
Que a fortuna não deixa durar muito,»

Já citada acima, a propósito de Frei Luís de Sousa. Termina com a 135, que encerra o episódio:

«As filhas do Mondego a morte escura
Longo tempo chorando memoraram,
E, por memória eterna, em fonte pura

As lágrimas choradas transformaram.
O nome lhe puseram, que inda dura,
Dos amores de Inês que ali passaram.
Vede que fresca fonte rega as flores,
Que lágrimas são a água e o nome Amores.»

Mais uma vez uma vinheta, de assunto naturalista, com uma árvore caída por terra, com Anjos ou meninos desnudos, um já montado sobre o tronco e o outro a tentar subir, e livros no chão, completa este quadro da:

«... mísera e mesquinha
Que de(s)pois de ser morta foi Rainha.»

A Quinta Lição abre com outra vinheta em que os Anjos habituais seguram a haste duma bandeira onde está escrita a palavra «INDEPENDENCIA» em maiúsculas (veja-se o anexo, pág. VII, fig. 7).

É a primeira lição que aparece com título: «Amor da Independência Nacional». O organizador desta obra faz, depois, um longo excursão acerca da Independência Nacional, em tom oratório, proclamando-a como «a primeira das virtudes sociais, e a base sólida sobre que descansa (sic) o edifício de todas as outras».

Apresenta, depois, alguns exemplos, desde Viriato e Sertório, D. Afonso Henriques e semelhança com outros povos, como Gregos e Romanos, que também lutaram pela Independência das suas Pátrias.

E, louvando o esforço dos Lusitanos e Portugueses para conseguirem a independência ou liberdade, não deixa de reconhecer também «que, em grande parte (foi) devida aos auxílios do Céu».

Todo o discurso está baseado em citações da «Monarquia Lusitana».

Recorda, depois, baseado nas estrofes 37 e 38 do Canto IV, a acção de D. João I, combatendo denodadamente e incitando os Portugueses com um pregão de ressonância eterna:

«Ó fortes companheiros, ó subidos
Cavaleiros, a quem nenhum se iguala,
Defendei vossas terras, que a esperança
Da Liberdade está na vossa lança!..»

E, com um livro em forma de escudo ou brasão, iluminado por um sol radiante, e vergôntes entrelaçadas, passa à:

Sexta Lição, que tem por título: «Amor da Pátria».

Lá estão a preceder o texto, os dois Anjos fiéis. Um, o da esquerda da gravura, segurando com a mão esquerda um livro aberto apoiado sobre o joelho esquerdo, e com a direita, levantada ao alto, segurando um verde ramo, estuante de seiva e de vida. O outro Anjo, sentado, de braço direito levantado, estende uma fita branca, de prata, segura, em baixo, pela mão esquerda, com uma rosa de ouro sobrepunhando uma Cruz de Guerra, pendente, com as cores heráldicas de vermelho, iluminada por outra cruz vazada de prata (veja-se o anexo, pág. VIII, fig. 8).

Vem, depois, uma grande tirada, baseada na Crónica do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, ou «Crónica do Condestabre de Portugal Nuno Alvares Pereyra», que chegou a ser atribuída a Fernão Lopes, o que, hoje, se rejeita, sem se determinar ao certo quem seja o seu autor.

Abre, no entanto, ensejo, para citar o célebre «discurso patriótico» de Nun'Álvares Pereira, no Canto IV d' «Os Lusíadas», transcrevendo apenas a segunda metade da estância 14, toda a 15 e também a 19, e omitindo todo o resto. Passa, entretanto, ao Canto VIII, onde, da estrofe 28 à 32, inclusive, se põe em destaque o valor e a acção de Nuno Álvares Pereira, mas de cinco estrofes, cita apenas os últimos versos da estrofe 32:

«Ditosa pátria que tal filho teve!

Mas antes, pai; que enquanto o Sol rodeia

Este Globo de Ceres e Neptuno

Sempre suspirará por tal aluno».

A rima obrigou aqui a dar à palavra «aluno» o significado de «filho», igual ao primeiro verso desta citação.

E é quanto diz deste (D. Nuno) que «Português Cipião chamar-se deve (estrofe 32, verso 3.º)», o qual «Só, pôde o que impossível parecia».

Este capítulo ou esta Sexta Lição é explorada até à saciedade com outros exemplos ou outros nomes, principalmente da «Ínclita Geração» e estende-se até aos feitos e nomes da História de Portugal no Oriente.

Termina a lição com outro caso do tempo de D. João IV e seu irmão D. Duarte (não o filho de D. João I), a quem compara a D. Fernando, «o Infante Santo». Tudo para elevar ao mais alto cume esse valor cívico do «Amor da Pátria».

Como sempre, uma outra vinheta encerra ou, se quisermos, inicia a:

Sétima Lição. Natureza exuberante. Dos dois Anjos inseparáveis, um, com violino e arco em acção, executa a música dum livro aberto na sua frente. O outro, de batuta levantada, rege embevecido como hábil maestro (veja-se o anexo, pág. IX, fig. 9).

E assim passa, efectivamente, à Sétima Lição, que tem por título:

«Gentilezas de Valor
acertos de conselho e presteza de execução,
que praticarão os brasileiros na gloriosa
restauração de Pernambuco
(Em 1654)»

Com o domínio dos Filipes em Portugal, sabe-se quais foram as consequências da governação espanhola em Portugal. Principalmente com Filipe II e Filipe III (III e IV de Espanha), a política não podia ser mais ruinosa. E, a pretexto de que a Espanha era inimiga delas, as outras nações não só impediram e roubaram o comércio com o Oriente como atacaram e invadiram os territórios portugueses ultramarinos em toda a parte. A isso se atreveram principalmente a Inglaterra, a França e a Holanda. Esta foi a mais acérrima e aguerrida, desrespeitando ou violando os nossos direitos, infestando os mares de piratas que acometiam e roubavam as naus e seus carregamentos e matavam as suas tripulações e atacavam em toda a parte, inclusivamente Angola e Moçambique, onde não chegaram a assentar, repelidos pelos nativos, mas tomando a ilha de Fernando Pó. A consequência mais negativa, porém, foi o ataque à Baía, tomando Pernambuco.

É a reconquista heróica desta parcela brasileira que, em linguagem empolada e laudatória, se desenvolve ao longo desta lição. Foram os próprios brasileiros, de modo especial os naturais de Pernambuco, quem mais combateu pela libertação e manifestou o seu regozijo pela vitória alcançada e expulsão dos holandeses. O que mostra, evidentemente, a excelência da presença e governação portuguesas sobre a holandesa.

Destacaram-se, nesta empresa, Henrique Dias, governador das Minas, e Camarão, Cabo dos Índios, «homem astuto e valoroso».

O primeiro, tendo sido encarregado de tomar de assalto a fortaleza, chamou os seus soldados, apontou-lhe o exemplo dos brancos, porque «o valor não consiste nas cores». E o efeito foi tão eficaz e rápido «que em pouco tempo estava senhor daquele reduto».

O segundo, o Camarão, com trezentos dos seus soldados, avançou com tal rapidez «que foi achar uma casa forte, guarnecida de holandeses armados, a qual acometeu e desalojou a um tempo». Perseguindo depois os que puderam fugir até ao forte de Barreta, aí os acometeram de novo e destroçaram, e «o forte em breve caiu nas mãos do Camarão, sem golpe de espada nem tiro de mosquete: tal era o respeito que a este cabo tinham os inimigos».

Os Pernambucanos, além do ataque aguerrido e de surpresa, fizeram tal vozearia ou gritaria que os holandeses se convenceram de que eram muito mais numerosos os atacantes que escolheram arditamente a noite para provocarem essa confusão.

E foram estas as «Gentilezas de Valor» usadas na Restauração de Pernambuco: Hábil planeamento em Conselho; rapidez ou presteza na execução do plano; escolha adequada dos comandantes; momento oportuno durante a noite.

Camões, porque morreu antes, foi poupado ao desgosto de Alcácer Quibir e ao desastre da Dinastia Filipina (1580-1640). Por isso o organizador desta selecta, para contar com grande empolamento estes episódios heróicos da Restauração valeu-se e citou principalmente as «Epanáforas de Vária História», de D. Francisco Manuel de Melo, grande vulto literário do século XVII.

Portugal tomou parte activa nesta reconquista pois, chegada a Lisboa a notícia da revolta, imediatamente se preparou uma armada que saiu da barra de Lisboa e chegou a Pernambuco em 2 de Dezembro.

João Fernandes Vieira, comandante desta Armada, convocou os chefes nativos para uma reunião que se efectuou no dia 4, em que se estabeleceu o «modus faciendi» referido atrás, com os resultados consequentes.

A acção dos portugueses foi principalmente dar unidade e ordem à revolta Pernambucana, como se depreende das mesmas «Epanáforas de Vária História». E o mesmo aconteceu em todas as Praças reconquistadas, não obstante a poderosa guarnição, munições e todo o apetrechamento bélico dos holandeses.

O Capítulo ou Lição termina com a habitual vinheta, desta vez, porém, com três figuras desnudas, sem asas, em atitude, porventura, humorística: uma, montada naquilo

que parece um bode cornudo; outra, na frente, esforçando-se por vencer a resistência do bode, que abocanha uma corda cuja ponta contrária é segura pela figura montada; e a terceira, atrás, de vara empunhada e encostada ao ombro esquerdo, em jeito de arrieiro (veja-se o anexo, pág. X, fig. 10).

Inicia-se, em seguida, a Oitava Lição.

É ilustrada por outra vinheta em que as figuras de dois Anjos levantam e seguram, ao alto, um dístico, à maneira de galhardete, com a palavra *LEALDADE* em letras maiúsculas (veja-se o anexo, pág. X, fig. 10).

E é esse o tema ou título da lição:

«Raro Exemplo de Lealdade»

Para o confirmar apresenta Martim Freitas, Alcaide de Coimbra. Pela grave situação do País e agravos à Igreja ou algumas Dioceses, de que se destacam precisamente a de Coimbra, Porto e Braga, D. Sancho II é deposto pelo Papa Inocêncio IV, em 24-07-1245, e nomeado para o substituir o irmão D. Afonso, primeiro como regente e depois sucessor como Rei.

Martim de Freitas não acatou a situação e, em virtude do juramento feito, manteve-se fiel a D. Sancho II. Entrou-se numa espécie de guerra civil. Martim de Freitas aguentou durante muito tempo o cerco ao seu Castelo.

Entretanto D. Sancho morreu e D. Afonso fez espalhar por toda a parte a notícia, que também foi comunicada a Martim de Freitas. Este entendeu que era um ardil e exigiu, para se submeter, que o deixassem ir com total segurança a Toledo ao que se dizia ser o túmulo de D. Sancho. Não contente com isso, exigiu que se abrisse a urna ou caixa para se certificar que era mesmo ele. Tiradas todas as dúvidas, colocou nas mãos do cadáver as chaves do castelo e só depois reconheceu D. Afonso III como Rei de Portugal.

Mais uma vez se exhibe uma vinheta de três figuras, uma das quais representando o demónio, pois da cabeça emergem dois chifres agressivamente erectos .

E assim se passa à Nona Lição que tem por título – «Quanto pode a Honra e quanto é gloriosa a Virtude» (veja-se o anexo, pág. XI, fig. 11).

Descrevem-se os cercos de Diu e principalmente o segundo, sendo Governador da Praça D. João de Mascarenhas. Coje Sofar, não sofrendo a derrota do 1.º Cerco, ataca

novamente com um exército de mais de 9.000 soldados fortemente armados com muitas bocas de fogo.

D. João de Mascarenhas, apesar de dispor apenas de 170 homens, resistiu. D. João de Castro, Vice-Rei, manda um primeiro reforço de 450 homens, com seu filho D. Fernando. Depois vai o próprio D. João de Castro com um reforço que perfaz 3.400 homens. A luta é feroz, cada vez mais encarniçada, e os contingentes desproporcionados.

Mas foi aí e nestas circunstâncias que os Portugueses escreveram a página talvez mais brilhante da História do Mundo. D. Fernando, filho do Governador e Vice-Rei, ali morreu também. A fortaleza ficou completamente destruída e a cidade quase arrasada. D. João de Castro entendeu que era necessário reconstruí-la o mais rapidamente possível e com tal segurança «que perca esperança El-Rei de Cambaia de em nenhum outro tempo a poder tomar»...

Faltava, porém, todo o dinheiro para tal empreendimento. D. João de Castro fez um pedido de 20.000 pardaus à Câmara de Goa. Mandou desenterrar seu filho para mandar os ossos como garantia de que tudo pagaria antes de um ano. O cadáver, entretanto, encontrava-se em tal estado que não foi possível concretizar tal «juramento dos Santos Evangelhos».

Em face disso, resolveu cortar suas honradas barbas e enviá-las à mesma Câmara de Goa como garantia do mesmo juramento. A Câmara de Goa, nobremente, devolveu-lhe as barbas e com elas todo o dinheiro que ele pedia e, depois, ainda mais.

Por isso, quando ele voltou a Goa, foi recebido apoteoticamente, «com pálio e coroa». E a própria Goa como que ressuscitou: tornou-se uma cidade nova e uma nova cidade, verdadeira criação de D. João de Castro (veja Jacinto Freire de Andrade: «A Vida de D. João de Castro»; Livro III).

E com uma figura dedilhando um instrumento de corda, e duas boquilhas de instrumentos de sopro ao lado, à maneira de trombetas da fama, se termina esta Lição Nonna (veja-se o anexo, pág. XII, fig. 12).

Lição Décima

O texto, mais uma vez, é decorado com uma gravura onde figuram os dois Anjos inspiradores ou protectores. Um deles escreve num rolo, enquanto o outro lê o que o primeiro escreve ou, então, um escreve o que o outro dita. O segundo Anjo segura tam-

bém, na mão esquerda bem levantada, uma coroa, porventura destinada ao Protagonista da lição: «Affonso d' Albuquerque» (veja-se o anexo, pág. XII, fig. 12).

Este Vice-Rei é a figura mais relevante da acção portuguesa no Oriente. Verdadeiro homem de Estado e estrategista de larga visão lançou as bases da florescente e duradoura presença de Portugal no Oriente. A miscigenação de raças e de culturas por ele promovida torna-o um homem perfeitamente actual.

O seu «Regimento», que podíamos considerar a Constituição ou Regra de Governo da Índia, que permaneceu inalterável durante séculos, era tão humano, tão perfeito, que foi imitado por outros países, mesmo a Inglaterra, na época moderna.

Acima de todo o elogio, podemos dizer que não tem paralelo nos anais de nenhum povo.

Para relevar a acção e carácter deste ilustre português, o autor deste método de leitura ou para aprender a ler, seleccionou apenas um episódio. Albuquerque encontrava-se em Ormuz que, juntamente com Goa e Malaca, constituíam os pontos estratégicos de toda a acção governativa e domínio. Chega um capitão do Xequé Ismael, rei do Xiraz, que ia pedir ao rei de Ormuz as «páreas» ou tributo que o rei de Ormuz era obrigado a pagar-lhe cada ano. Ormuz era já portuguesa e, portanto, as «páreas» deviam ser pagas ao Rei de Portugal, na altura D. Manuel I.

O «Príncipe» de Ormuz mandou perguntar a Albuquerque o que devia fazer. Albuquerque serenou-o, dizendo-lhe que não tivesse receio, apesar do poderio com que o capitão ou embaixador de Ismael se apresentara ameaçadoramente, e mandou vir das naus pelouros de bombardas, bestas, espingardas, bombas de fogo e de toda a espécie de metralha de que estava munido, e que mandasse dizer ao rei de Xiraz que «aquela era a moeda em que El-Rei de Portugal pagava as «páreas» daquele reino que estava sob o seu senhorio (do Rei de Portugal)». Os representantes de Ismael perceberam e abandonaram Ormuz onde, com medo de Albuquerque, nem sequer chegaram a entrar.

E o extracto, tirado da «História de D. Manuel» termina desta maneira: «Assim se sustentava naquele tempo o crédito e o decoro do nome Português».

O espaço final é preenchido por mais uma vinheta significativa. Um Cruzeiro ao ar livre. Vegetação abundante e luxuriosa. Diante do Cruzeiro duas figuras ajoelhadas, de mãos postas e cabeças inclinadas em fervente oração. Porventura a acção de graças pela obra realizada (veja-se o anexo, pág. XIII, fig. 13).

Assim terminam as 10 lições, que podíamos indiciar, fazer o elenco e resumir deste modo:

- 1.^a Letras (Maiúsculas e Minúsculas).
- 2.^a Verificação e Aplicação na Proposição, Invocação e parte da Dedicatória d' «Os Lusíadas».
- 3.^a O Gigante Adamastor.
- 4.^a Inês de Castro.
- 5.^a Independência: Primeira e Base de todas as Virtudes Sociais.
- 6.^a Amor da Pátria.
- 7.^a Colonização Portuguesa: Patriotismo dos Brasileiros: Fidelidade e Identificação com Portugal.
- 8.^a Lealdade.
- 9.^a A Honra e a Virtude.
- 10.^a Afonso de Albuquerque

Percorrido e examinado este método ou «Arte de Aprender a Ler», como o autor lhe chamou, conclui-se que Duarte Ventura teve mais em vista um “método” para ensinar a ler e a escrever, pese embora, pelos valores presentes nos textos possa funcionar como um “método de educação cívica”. Apesar disso, como é que tendo programado, e bem, «10 Lições Progressivas, do mais fácil ao mais difícil», se começa precisamente pelo mais difícil?

Isto por duas razões: primeira porque ninguém, numa única lição, aprende as letras todas e a distinguir as Maiúsculas das Minúsculas; segunda porque o “Método”, embora pudesse ser utilizado por pessoas adultas, era, em princípio, destinado a crianças do Ensino Primário. E quem, nessa fase etária, tem capacidade para iniciar a sua aprendizagem de leitura pel' “Os Lusíadas”, com a sua estrutura de tão alto nível?

E quem é que, numa só lição, aprende o alfabeto maiúsculo e minúsculo, para o introduzir logo na estrutura interna d' «Os Lusíadas» com a proposição, invocação e dedicatória, mesmo truncada, e passar de imediato ao Gigante Adamastor e Morte de Inês de Castro, onde a narrativa e a arte, com todos os recursos estilísticos e vibração humana, atingem o cume da Literatura Universal?

Camões é, sem dúvida, o maior artista literário do Renascimento. Pois qual a nação que produziu uma Epopeia como «Os Lusíadas»? Todos os poetas, imbuídos do

espírito da época, desejavam atingir essa meta. Campeava o Renascimento. Este baseava-se na cultura da antiguidade, mormente da Grécia e de Roma. Aí sobressaíam os gigantes Homero, com a *Ilíada* e a *Odisseia*, e Virgílio, com a *Eneida*. Foi esta, principalmente, que serviu de modelo a Camões para a elaboração do seu poema. Ultrapassou, porém, o seu modelo pelo assunto, de importância universal, com repercussões de toda a ordem no curso da História, e pelo Herói, que na “*Eneida*” é individual - Eneias - e n’ “*Os Lusíadas*” é colectivo - O Povo Português - embora com realce de Vasco da Gama.

Algumas epopeias atingiram grande nível. Mas só Camões realizou o sonho universal. É que «os *Lusíadas*», sendo a mais creditada Epopeia do Renascimento Europeu, tendo embora a «*Eneida*», de Virgílio, como seu modelo, a todas se equiparou, se é que não as ultrapassa, na beleza literária, e ultrapassa-as, de facto, no conteúdo, no assunto e no tema, pois não canta e festeja apenas um Herói, mas sim a História toda dum Povo, por isso um Herói colectivo, com façanhas de valor, projecção e benefício ou utilidade universais.

O autor do método ou «*Arte de Ensinar a Ler em 10 Lições*», parece ter-se satisfeito com formar homens ou cidadãos através do patriotismo ou heroísmo de cariz militar, pois, com excepção da primeira lição, em que ensina o alfabeto, as outras nove lições, embora com outros nomes, podem, com os nomes destacados, acções praticadas e atitudes tomadas, reduzir-se àquele valor, pois, percorrendo e lendo atentamente os textos seleccionados, é aquele valor que sobressai.

Efectivamente, «*Os Lusíadas*», sendo, como se tem dito, «*A Bíblia da Pátria*», é um compêndio de virtudes humanas e cristãs próprias para formar o Homem Universal, como ele deve ser.

Assim, além de obra de realização e expressão estética de valor inigualável, é também o compêndio de todas as virtudes humanas, morais e cristãs, para a formação do «homem novo» para um «mundo novo». Homem completo, integral. Homem concreto. Por isso, contempla também aspectos económicos.

Mas, para aprender a ler, se queria valer-se de Camões, parece que era mais próprio recorrer a textos mais simples, tanto tradicionais como já de influência e textura renascentista. *Os Lusíadas*, pela sua natureza e conhecimentos que exige, não seria, assim, o mais adequado para iniciar a aprendizagem da leitura.

Quem não se encanta com os seus sonetos, canções e esparsas (forma exterior que pertence à medida antiga, ligada ao classicismo, composta por versos de sete sílabas,

chamada redondilha maior, mas quanto ao conteúdo é de pendor renascentista, porque ligada aos valores e crítica acérrima à sociedade) e elegias do mais puro formalismo e execução renascentistas?

A algumas destas composições, pela sua concepção e execução, pela sua beleza plástica ou estética valem ou equivalem os melhores quadros ou as melhores esculturas do Renascimento.

Camões canta o Amor, a Mulher, a Saudade, a Mudança e o Desconcerto. Estes temas são profundamente humanos. É por isso, que eles são perenes e ainda hoje há pessoas que os decoram porque eles parecem a expressão real do próprio ser ou do eu de cada um.

Assim, pela sua musicalidade, pelo seu sentimento, pelo seu idealismo, batem ao ritmo ou ao compasso, físico e psíquico, do Homem Universal. Neste sentido, parece que o Homem Universal falou através dele, ou ele é a expressão ou a voz do Homem Universal.

3.2. Leituras correntes: *selecta clássica para uso das escolas*, de João de Deus (1876)

Em qualquer tempo e lugar as Artes, as Letras e as Ciências são um índice do grau de civilização e progresso dum Povo.

Em Portugal a Instrução esteve confiada à Igreja durante séculos. A classe eclesiástica - o Clero - era a mais instruída e, por isso, a mais influente.

As Escolas, sitas nas Catedrais, nos Mosteiros e Conventos, nas Colegiadas e algumas igrejas de terras mais populosas e evoluídas, estavam, por isso mesmo, nas mãos da Igreja. Assim, a expulsão dos Jesuítas, em 1759 e a extinção das Ordens Religiosas, decretada pelo ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar em 30 de Maio de 1834, foram um golpe de difícil cicatrização no nível cultural do País. É que foi preciso, por assim dizer, criar tudo de novo. E as escolas e os professores não se improvisam.

Verificada a carência e situação deficitária houve que dar-lhe resposta e atenuar-lhe os efeitos negativos. Foi assim que, para a primeira se fez a reforma do Ensino ainda no tempo do Marquês de Pombal. Quanto à segunda, exerceram acção muito meritória os ministros Costa Cabral e Passos Manuel, no Reinado de D. Maria II. Porque não faz parte do nosso trabalho a indicação de todas as acções e reformas do Ensino então promovidas ou levadas a efeito, mencionaremos apenas duas, ambas já do ministério de

Passos Manuel (Manuel da Silva Passos): tornou obrigatório o Ensino Primário em 1836, e criou, no mesmo ano, o ensino liceal, com um liceu em cada capital de distrito. Nesta onda de promoção, também o Colégio dos Nobres, de Lisboa, e o Colégio das Artes, de Coimbra, passaram a Liceus. Foram aproveitados pelos poderes públicos.

Para a execução prática desta legislação houve que elaborar e publicar compêndios.

Foi assim que começam a surgir obras pedagógicas para aprender a ler e selectas de textos para exercitar e exemplificar a leitura. Entre eles, se contam «Leitura Repentina», depois chamado «Método Português de Castilho», à imitação do «Método de Leitura de Lemare», e, em 1876, a «Cartilha Maternal» de João de Deus.

Um e outro suscitaram acérrima controvérsia. A verdade, porém, é que, reconhecendo o contributo de um e de outro para a alfabetização e ensino populares, António Feliciano de Castilho acabou por ser nomeado «Comissário Geral de Instrução Primária» (Vide “História da Literatura Portuguesa”, de Feliciano Ramos, 3.^a edição, Livraria Cruz, Braga, 1958, pag. 588) ou “Os poderes públicos de então - honra lhes seja por isso - reconhecendo as aptidões do escritor, nomearam-no Comissário do Governo junto das Escolas Pedagógicas” (Vide “História da Literatura Portuguesa”, de Padre Arlindo Ribeiro da Cunha, 3.^o Ciclo, Livraria Cruz, Braga, 1941, pág. 48) e João de Deus viu a «Cartilha Maternal» declarada pelas Cortes, em 1888, método nacional.

Concomitantemente apareceram também os Livros de Leitura ou Selectas com trechos ou lições de leitura. Um dos mais conhecidos e adoptados tinha precisamente o título completo:

«Leituras Correntes

Selecta Clássica

Para Uso das Escolas

73, Typ. Praça da Alegria, 74

1876

Lisboa»

(veja-se o anexo, págs. XIV e XV, figs. 14 e 15)

A todo o cimo da capa, a preceder o título, tem o nome do autor ou organizador:

«JOÃO DE DEUS»

«Selecta», por definição, é um conjunto de trechos escolhidos, ou livro que os contém. Pertence à família de «Seleccção», escolha.

Nesta «Selecta» os trechos escolhidos são todos do Padre António Vieira e todos dos Sermões, como verificámos pela sua leitura e situação na obra de Vieira.

O serem todos do Padre António Vieira revela a alta valia em que ele era tido, elevado aos píncaros da fama. Mas, por mais objectivo que se queira ser, uma selecção é sempre subjectiva, feita segundo os critérios e preferências do seleccionador.

O autor tirou todos os excertos dos sermões. Ora os sermões são duzentos, distribuídos, habitualmente, conforme as edições, por quinze volumes. Até parece que extraiu um bocadinho para meditação em cada dia do mês, pois são trinta e um extractos. Onde ficaram os outros sermões donde nada se extraiu? Além disso, como parece ter havido uma preocupação espiritualista, literariamente falando ficaram de fora algumas das páginas mais belas da opulenta criação vieirense.

Mas esta orientação moralista era já inculcada pela Constituição de 1822, a qual, no Título II, que trata «Da Nação Portuguesa, seu território, religião, governo e dinastia», diz textualmente no artigo 25.º: «A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana. Permite-se, contudo, aos estrangeiros o exercício particular de seus respectivos cultos».

E o Artigo 237.º, Capítulo IV, que expressamente fala «Dos estabelecimentos de instrução pública e de caridade», determina o que se segue: «Em todos os lugares do Reino, onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis».

Segundo esta orientação e critério do autor, os textos seleccionados e distribuídos por trinta e uma lições, têm os seguintes títulos:

- 1.º O Descanso.
- 2.º A Vaidade.
- 3.º Não há Vida sem Cruz.
- 4.º A Gula.
- 5.º Reis e Santos.
- 6.º Vingança de Inimigos.
- 7.º Os Pais Sabem mais que os Filhos.

- 8.º Amor dos Inimigos.
- 9.º A Fortuna muda as Feições.
- 10.º O Pão.
- 11.º O Polvo.
- 12.º Quanto Custa Pedir.
- 13.º Deus e o Homem.
14. A União.
- 15.º A Soberba.
16. Atracção.
- 17.º Madrugada.
- 18.º Limpeza do Coração.
- 19.º O que faz a Necessidade.
- 20.º Amor e Ódio.
- 21.º Como os Olhos Mentem.
- 22.º Homens de Muitos Ofícios.
- 23.º Providência.
- 24.º Desunião.
- 25.º Vivos e Mortos somos Pó.
- 26.º A Alma.
- 27.º Um Desengano.
- 28.º Reis.
- 29.º Apólogo.
- 30.º Fidelidade.
- 31.º O Verbo de Deus.

Como tabela de valores, todos eles são pertinentes e conducentes à formação do homem. Uns mais, outros menos, ainda hoje são válidos e dignos de prática. Alguns são mesmo de uma actualidade flagrante.

Mas esta uniformidade gera a monotonia e esta leva à depressão e fastio.

O próprio autor ou organizador da «Selecta» se apercebeu disso e, no pequeno Prefácio «Ao Leitor», adverte:

«Se te parecem demasiado sérios, considèra que a escola não é tortura nem brincado, e sim estudo; não é cárcere nem pátio, e sim templo. O mestre é um sacerdote: hero-

des ou jogral, cruel ou ridículo não serve. É assim o estudo; nem transcendente nem cho-carreiro».

E que esta “Selecta” de João de Deus agradava e tinha adeptos, prova-o o seu uso ou adopção. Com efeito, havendo sido publicada em 1876, teve outra edição logo no ano seguinte de 1877.

O Capítulo ou lição XI, extraído do celeberrimo «Sermão de S. António aos Peixes», no referente ao Polvo, a propósito da traição, limita-se a uma pequena transcrição, sem dúvida sublime, como só Vieira era e foi capaz de fazer, mas corta-a abruptamente, e diminui-lhe a força probatória suprimindo a objurgatória da frase final com sua apóstrofe sarcástica:

«Vê, peixe aleivoso e vil, qual é a tua maldade, pois Judas em tua comparação já é menos traidor».

E de todo este sermão, que não tem comparação em nenhuma literatura, todo ele é uma alegoria, de fina e cortante ironia, sob as escamas e nomes dos peixes, visa os colonos corruptos e exploradores.

Do Sermão da Sexagésima, uma das peças mais famosas de Vieira, não há uma única palavra.

É um autêntico tratado de parenética ou oratória sagrada este sermão. Vieira fustiga todos os vícios da oratória cultista do tempo e atinge principalmente a Ordem Dominicana ou dos Pregadores, da qual Frei Domingos de S. Tomás era o principal representante e rival. Subjacente havia a rivalidade entre Dominicanos e Jesuítas. Mas era principalmente o modo e objectivos da pregação que Vieira atingia. A preparação, ao estilo do tempo, era quase ininteligível para o povo. O pregador procurava mais o louvor próprio que o louvor de Deus. Mais o aplauso que a conversão. Vieira remava contra esta situação e a peça mais expressiva para a mudança é precisamente o citado sermão da “Sexagésima”. Vieira caustica o estilo afectado, dito «culto», então em voga, com palavras e expressões violentas como estas:

«Este desventurado estilo que hoje se usa, os que o querem honrar chamam-lhe culto, os que o condenam chamam-lhe escuro, mas ainda lhe fazem muita honra. O estilo culto não é escuro, é negro, e negro boçal e muito cerrado. É possível que somos portugueses, e havemos de ouvir um pregador em português, e não havemos de entender o que diz?

Assim como há léxicon para o grego, e calefino para o latim, assim é necessário háver um vocabulário do púlpito». (Vide Padre António Vieira, *Sermões*. Vol. 1, (Passim). Porto: Lello e Irmão, Editores, 1959. pag. 20).

E:

«Se houvesse um homem que assim falasse na conversação, não havéis de o ter por néscio? Pois o que na conversação seria necedade como há-de ser discrição no púlpito?».

E ainda:

«Se o lavrador semeara primeiro trigo, e sobre o trigo semeara centeio, e sobre o centeio semeara milho grosso e miúdo, e sobre o milho semeara cevada, que havia de nascer? Uma mata brava, uma confusão verde. Eis aqui o que acontece aos sermões deste género».

E Vieira, numa gradação crescente, citando S. Paulo, afia ainda mais a palavra cortante notando que, pela perversão dos gostos e dos costumes:

«terão grande número de pregadores feitos a montão, e sem escola, os quais não façam mais que adular-lhes as orelhas... Fecharão os ouvidos à verdade, e abri-los-ão às fábulas. Fábula tem duas significações: quer dizer fingimento, e quer dizer comédia; e tudo são muitas pregações deste tempo. São fingimento, porque são subtilezas e pensamentos aéreos sem fundamento de verdade; são comédia, porque os ouvintes vêm à pregação como à comédia; e há pregadores que vêm ao púlpito como comediantes».

E continuando a estirada neste tom, comentando ainda S. Paulo, remata com este tiro mortal:

«Pouco disse S. Paulo em lhes chamar comédia, porque muitos sermões há, que não são comédia, são farsa».

Tudo isto são citações do «Sermão da Sexagésima», que abre o primeiro volume dos *Sermões* da Edição Lello e Irmão, Editores, 1959, Porto, págs. 21 e 33.

Na análise da «Selecta» em causa, também não se faz qualquer citação do chamado «Sermão contra as Armas da Holanda», que alguns consideram a peça mais arrojada que alguma vez se pregou num púlpito cristão. Neste sentido se exprime, por exemplo, o historiador francês Padre Roynol, citado por Padre Arlindo Ribeiro da Cunha em «A Língua e a Literatura Portuguesa», Livraria Cruz, Braga, 1941, pag. 359:

«... o discurso mais veemente e extraordinário que se tem ouvido num púlpito cristão».

Estranha-se, também, a omissão de um dos mais famosos trechos de Vieira, o do «Estatuário», isto por duas razões: uma literária ou estilística e pedagógica e outra humana. A primeira porque exemplifica maravilhosamente uma das prerrogativas de Vieira: a precisão e propriedade vocabular, que ninguém ainda igualou, quanto mais ultrapassar.

«Arranca o estatuário uma pedra dessas montanhas, tosca, bruta dura e informe; e, depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão, e começa a formar um homem, primeiro membro a membro, e depois feição por feição, até a mais miúda: ondei-a-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, aplica-lhe o nariz, abre-lhe a boca, avulta-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos; aqui desprega, ali arruga, acolá recama, e fica um homem perfeito, e talvez um santo, que se pode pôr no altar».

Só um artista da palavra podia fazer uma «estátua» desta perfeição. Novamente vem à ideia, agora a propósito de Vieira, Miguel Ângelo, considerado um dos maiores escultores de todos os tempos, tendo em conta as suas duas obras máximas: A «Pietà» e o «Moisés».

Temos no excerto transcrito três momentos a indicarem três realidades ou três situações. Pedra - Homem - Santo, do qual se fez a respectiva triagem, resultando na construção de um quadro que se apresenta no anexo, pág. XVI, fig. 16.

Assim, a pedra está caracterizada pelos respectivos adjectivos.

As formas verbais *arranca* e *desbastou* são indeterminadas ou neutras, pois a pedra podia servir a qualquer outra finalidade ou artefacto.

Começa a formar é uma forma perifrástica que indica precisamente o começo da acção concreta: formar um homem.

Todos os verbos seguintes, além de declarativos, denominando cada acção, são também caracterizadores duma anatomia perfeita.

Os advérbios, com os respectivos verbos, indicam os últimos retoques e termo da acção: fica um homem perfeito.

A palavra *santo* que, por sua natureza, é um adjectivo (modificador) aqui, por derivação imprópria (mudança de classe gramatical), passa a substantivo (nome), indicando o ser, fazendo corresponder a perfeição exterior à interior: o ser é.

É um texto incomparável. Nada se pode acrescentar, suprimir ou modificar, pois qualquer destes gestos ou atitudes deixará sempre o texto mais pobre.

Mas, se a obra é, linguisticamente e artisticamente perfeita, ela revela também uma das grandes paixões de Vieira, dos seus esforços mais denodados, dos seus trabalhos mais dedicados, dos seus temas preferidos: a defesa e promoção dos índios ou ameríndios do Brasil.

Esse objectivo o preocupou e ocupou toda a vida. Era uma arrojada e nobre atitude contra a prepotência e exploração de muitos colonos que, na mira da riqueza, negavam aos índios os seus direitos humanos, reduzindo-os à mais dura e cruel escravidão.

É preciso, na verdade, ser desprendido, corajoso, abnegado para num sermão – O chamado «Sermão das Tentações» - fustigar esses prevaricadores com o látigo da sua palavra indignada:

«Sabeis, cristãos, sabeis nobreza e povo do Maranhão, qual é o jejum que quer Deus de vós esta quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça e que deixeis ir livres os que tendes cativos e oprimidos. Deus me manda desenganar-vos e eu vos desengano da parte de Deus: Todos estais em pecado mortal, todos viveis e morreis em estado de condenação e todos vós ides ao inferno!...

Ah! Fazendas do Maranhão, que se esses mantos e essas capas se torcessem, haviam de lançar sangue!».

Esta atitude humanitária de Vieira torna-o o mais actual de todos os autores do passado, desperta a nossa admiração, respeito e gratidão e consagra-o como imortal.

Voltando ao texto sublime, se duma «pedra, tosca, bruta, dura e informe» se pode fazer «um homem perfeito e talvez um santo, que se pode pôr num altar», também pela educação, pelo esforço, pela instrução, pela promoção, pela persistência, se pode fazer

dum selvagem um homem civilizado. Era este o objectivo de Vieira. E, pela evangelização, porventura fazê-los santos (veja-se o anexo, pág. XVII, fig. 17).

O Padre António Vieira acreditava no valor da educação dos índios. De facto, O Padre António Vieira, acreditava convictamente no valor da educação.

Outro dos grandes esforços de Vieira foi a defesa e inserção dos Judeus na nossa sociedade. Foi um erro a sua expulsão.

Queria atraí-los novamente a Portugal. Isto com dois objectivos: tentar a sua conversão ou aderência ao Cristianismo e fazer com que eles contribuíssem para a preparação bélica e naval do País, com vista à sua defesa e libertação dos territórios portugueses invadidos e ocupados por estrangeiros.

Estas duas preocupações - a dos Índios e a dos Judeus - fizeram-no entrar em conflito com os colonos e com os políticos corruptos e até com a poderosa Inquisição.

Mas aquela causa ou aquelas causas estavam-lhe na alma. Por isso a sua vastíssima epistolografia é um repositório abundante e meridianamente esclarecedor. Revelam-no a ele, no seu humanismo, no seu cristianismo e no seu patriotismo.

São dirigidas às mais diversas e influentes personalidades, tanto em Portugal como no estrangeiro, inclusivamente à portuguesa D. Catarina, rainha de Inglaterra. Como é natural, têm particular importância as dirigidas a D. João IV, de quem foi indefectível e integérrimo colaborador, e a D. Afonso VI. Esta carta é dirigida nominalmente a D. Afonso VI, mas, porque o Rei tinha apenas 14 anos, é, na realidade endereçada à Rainha-Mãe, D. Luísa de Gusmão, e ao Conselho Ultramarino, como esclarece Lúcio de Azevedo, citado por Rodrigues Lapa em «Sermão de Santo António aos Peixes e Carta a D. Afonso VI», 3.^a edição, Lisboa, 1946, pag. 60.

Nesta Carta, em que advoga com toda a veemência a emancipação e libertação dos Índios.

Por essa causa, a dos Índios, chegou a entrar em conflito ou guerra aberta com outras Ordens Religiosas. Este excerto é elucidativo: «Mas, Senhor, há pessoas eclesásticas que pregam e apregoam o contrário, e que de público e secreto fazem cruel guerra a Jesus Cristo». (Vide Carta, edição citada, pag. 67).

Mas a sua persistência contra os adversários de todos os quadrantes conseguiu uma lei a seu contento, Lei de 9 de Abril de 1655. E, para que a Lei não fosse letra morta mas se tornasse eficaz, pedia ao rei o castigo dos prevaricadores:

«E digo, Senhor, que além da firmeza da Lei, é necessária demonstração de castigo dos violadores dela, não só pelo que importa ao estabelecimento da missão e aumento da fé, senão ainda ao de toda a monarquia».

Sempre os dois pólos inseparáveis em Vieira: A Fé e a Pátria. Assim, o que ele pregava no púlpito, como se viu e provou, principalmente com o «Sermão de Santo Natônio aos Peixes», e aquilo que escrevia particularmente ou oficialmente aos responsáveis da «coisa pública» e aos influentes da política, estão em perfeita consonância.

A comparação com Bossuet é ociosa, pois ambos atingiram o cume e, por isso, nenhum sai diminuído.

Mas há uma diferença entre os dois, como já notaram entre outros, João Mendes, na sua «Literatura Portuguesa» da Editorial Verbo, e o Padre Gonçalo Alves, prefaciador da Edição dos «Sermões», da Lello e Irmão, Editores, 1959, Porto. É que Bossuet é teólogo dogmático e Vieira é teólogo moralista. Bossuet raciocina e prega a doutrina em abstracto, é dedutivo.

Vieira observa «o teatro do mundo», como ele dizia, e aplica a doutrina, é concreto: quer corrigir ou endireitar o mundo torto, é indutivo.

Como resultado ou consequências de reacção dos ouvintes em ordem ao pregador, é mais fácil ser pregador como Bossuet do que ser como Vieira. Daí os conflitos ou oposições, para não dizer perseguições, em que andava sempre metido.

Das cartas não há um único trecho nem a mínima referência. O mesmo acontece com a restante obra, nomeadamente a «História do Futuro», «Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo» ...

São repassadas de «Sebastianismo» estas obras, dizem os seus detractores.

«Sebastianismo» é o nome do «Messianismo Português». É próprio de todas as épocas de crise e vai buscar ao passado os exemplos e força para o futuro. A sua mira é o futuro. Daí o seu espírito e método proféticos. Ele próprio escreveu, comparando-se a Moisés: «Se já no mundo houve um profeta do passado, porque não haverá um historiador do futuro?». (Vide volume VIII, «História do Futuro I», Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1953, pag. 8 e 9).

Para alcançar a concretização dos desejos ou esperanças (os desejos ou esperanças são sempre do futuro), chega-se a ideias e sentimentos muito estranhos, como acreditar na ressurreição de pessoas predestinadas, que se julga concretizarem essas esperanças.

Assim aconteceu com a crença, a visão, da ressurreição de D. João IV. É o visionarismo, o profetismo, o iluminismo, o espírito de Apocalipse, o grandioso, o maravilhoso, que perpassa na obra de Vieira, mesmo nos Sermões.

Mas quem ler estas obras dá conta duma inteligência argutíssima, duma memória sem paralelo, duma vastidão de conhecimentos de pasmar. Por isso ele próprio chama aos seus Sermões, cujos «borrões» estava a passar a limpo, «choupanas», comparados com estas obras que eram ou são «palácios».

Por causa destas obras e da sua defesa dos oprimidos, dos valores que pregou e pelos quais lutou, chegou a ser acusado de herege, entregue à Inquisição, preso e proibido de pregar. Mas a verdade vem sempre ao de cima. Por isso, em Roma, conseguiu um salvo-conduto que o eximia aos poderes da Inquisição e lhe dava total liberdade.

E o seu «Quinto Império» e «História do Futuro», que profetizou, pelos quais lutou e tanto sofreu, afinal, nada mais significavam e pretendiam que um Reino ou Monarquia Universal Cristã, sob a égide de Portugal. Mais uma vez o seu patriotismo e a sua fé.

Como verdadeiro precursor, viu e promoveu, com quase quatro séculos de antecedência, os movimentos humanitários modernos.

Nos últimos anos, que também não foram de acalmia, gasto, doente e quase cego, voltou ao Brasil, onde ainda missionou, preparou a edição dos Sermões e se finou em 18 de Julho de 1697. Com ele Portugal cumpriu-se, na expressão de Fernando Pessoa, que também o reconhece «Imperador da Língua Portuguesa».

Apesar dos senões apontados, os métodos alcançaram os objectivos que se propunham, por isso foram reeditados e eram instrumentos de trabalho a preencher o vazio anterior.

Por outro lado, os compêndios ou métodos adoptados tiveram, assim, a sua génese na necessidade premente de fornecer instrumentos e métodos de trabalho ou facilitar a vida a quem iniciava a sua aprendizagem. Os próprios professores tiveram também um precioso auxiliar para o desempenho da sua profissão ou missão.

Conseguiram-se também os objectivos pretendidos porque, de facto, contribuíram para ensinar e aprender a ler e, ao mesmo tempo, contribuíram para a formação e identidade do homem português, de harmonia com os valores ou exemplos que se transmitiam através dos textos seleccionados, com base principalmente nos clássicos, conforme as orientações dos poderes contituidos de então.

PARTE IV - UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO EM MANUAIS ESCOLARES DO ENSINO PRIMÁRIO

4.1. *Escola fundamental ou Methodo facil para aprender a ler, escrever, e contar, com os primeiros Elementos da Doutrina Christã: Util á mocidade, que deseja plenamente instruir-se (por hum professor) (1897)* (veja-se o anexo, pág. XVIII, fig. 18)

O autor, anónimo (designa-se na capa *Por Hum Professor*), inicia esta *Escola Fundamental ou methodo facil para aprender a ler, escrever, e contar, com os primeiros Elementos da Doutrina Christã: Util á Mocidade, que deseja plenamente instruir-se* (1807), apresentando os motivos que levaram à sua publicação:

«... ensinar a ler, escrever, e contar, e o fructo, que deste methodo tem tirado os meus Discipulos, me obrigaõ a fazello publico para beneficio de todos. Não he minha intençãõ usurpar a gloria dos Mestres, e Litteratos; somente offereço esta Escola em proveito dos menos instruidos, que desejaõ aperfeiçoar-se neste ponto».

O ensino da Doutrina Christã, constitui a primeira e indispensavel obrigaçãõ católica, ao que se seguiria o ensino das sílabas da Língua Portuguesa para os alunos saberem ler, as regras principais para formar as letras, alguns preceitos da ortografia para escreverem com fundamento e as necessárias regras de aritmética para contar, por forma a compulsar num livro único as matérias.

Os meninos deviam aprender, primeiro que tudo, para saberem falar, as primeiras orações, dos cinco aos seis anos. O *Compendio* deveria ser decorado com desenhos ou gravuras para aprender a conhecer bem e distintamente as letras maiúsculas e minúsculas do abecedário, e a soletrar as sílabas. Sabendo juntá-las, leriam nomes com as sílabas divididas fazendo-as trasladar por «boa letra». Sabendo isto, ficariam aptos a ler

qualquer escrito, ou autor de História Portuguesa, de frase fácil «que isto verdadeiramente os instrui e não a leitura de sentenças, em que inutilmente gastaõ o tempo».

Aprender a soletrar claramente as palavras latinas era essencial para ajudar na Missa, para depois as aprenderem de cor, sendo necessário que o mestre tivesse o cuidado de lhes ensinar para servir o «Santo Sacrificio».

Em seguida, os meninos deveriam acostumar-se a cobrir as letras feitas ao lápis, para ficarem destros na mão e, desta forma, aprenderiam os preceitos para irem formando as letras, ao que se seguiria a prática nas letras maiúsculas.

O estudo da ortografia era igualmente importante, cuja explicação adequada era necessária, por meio do recurso a vários «Themas», ou «discursos» todas as semanas, «nos quais se lhes vá indicando o que deveriam escrever», contando-lhes a «Historia do seu Paiz, necessaria a toda a pessoa, e outras dignas de aceitação. Deste exercicio resulta sahirem os meninos desembaraçados, e praticamente instruidos, aprendendo juntamente a virgular, e escrever debaixo dos preceitos Orthograficos, cuja doutrina terá o Mestre o cuidado de explicar-lhes».

O autor salienta que é muito importante que se estabeleçam dias determinados:

«em que o professor ou Mestre doutrine os meninos, já assentando dinheiros v. gr. ás segundas feiras, fazendo temas ás terças, Orações ás quartas, 6c., e fazendo-os exercitar huns com os outros já na pronuncia das syllabas, já na Taboada, Definição dos Pezos; na leitura de hum Livro (Pódem usar utilmente das *Fabulas de Esopo*, ou do *Livro dos Meninos*, que se vendem na Loja de Rolland ao Loreto), e escrevendo qualquer Oração Portugueza, sobre o que terá o cuidado de apontar-lhes todos os erros; que isto os faz applicar, e não esquecer-se do que sabem. Deste methodo he facil conhecer-se a utilidade: e não só fica sabendo o que se applica a aprender cuidadosamente os seus preceitos; mas ainda aquelles, que pretendem ensinar fundamentalmente os seus filhos, e discipulos; dispondo-os assim a aprender outra Arte, ou Sciencia».

Estes trechos são, sem dúvida, encantadores pela forma simples e singela com que o autor advoga o seu método de ensino, sendo claramente evidente a aposta em três vertentes: a doutrinação católica dos «meninos», a aprendizagem da escrita e da leitura no estrito respeito pela gramática, de molde a estarem aptos a aprenderem “outra Arte, ou Sciencia”, para além da importância conferida à aritmética. Apesar da longa distância que nos separa temporalmente daquela época, não deixa de ser curioso o ênfase dado,

tal como hoje em dia, ao “aprender a aprender”, isto é, o ensino dos rudimentos necessários a posteriores aprendizagens.

No manual *Escola fundamental ou methodo facil para aprender a ler, escrever, e contar, com os primeiros Elementos da Doutrina Christã: Util á mocidade, que deseja plenamente instruir-se*, também encontramos, numa primeira parte, um conjunto de textos dispersos, onde se afluam os mais variados assuntos, especialmente aqueles relacionados com os valores cristãos, numa clara preocupação com a formação religiosa dos alunos. Instrução cristã; Oração dominical; Saudação angélica; Salvé rainha; Símbolo dos apóstolos; Artigos da Fé; Mandamentos da Lei de Deus; Mandamentos da Santa Madre Igreja; Pecados capitais; Virtudes contra os sete pecados; Obras de misericórdia; Virtudes teologais; Virtudes cardeais; Pecados contra o Espírito Santo; Pecados que bradam ao céu; Bem aventuranças; Sacramentos da Santa Madre Igreja; Sentidos corporais; Novíssimos do Homem; Conselhos evangélicos; Confissão de pecados; Compêndio da doutrina cristã; Acto de Fé; Acto de esperança; Acto de caridade; Acto de contrição e Acto de atrição eram alguns dos temas explorados.

4.2. *Mimo á infancia ou Manual de História Sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil: ornado de 100 lindas estampas, representando os principaes successos referidos no Velho e no Novo Testamento, de Emilio Achilles Monteverde (1859)* (veja-se o anexo, pág. XIX, fig. 19)

«*Mimo á Infancia ou Manual de História Sagrada para uso das Crianças que frequentão as Aulas, tanto em Portugal como no Brasil: ornado de 100 Lindas Estampas, representando os Principaes Successos referidos no Velho e no Novo Testamento*», da autoria de Emilio Achilles Monteverde, resume ou encerra no seu próprio título, os princípios ou motivos que levaram ou conduziram à sua publicação, assim como a quem se destina:

«Trata-se de um autêntico compêndio de Historia Sagrada que é a historia da Creação do mundo; do Povo de Deus; dos prodigios que o Senhor obrou em seu beneficio, e do estabelecimento da Religião Christã».

Este manual visa, sobretudo, ensinar a doutrina cristã às crianças, por forma a inculcar-lhes uma série de valores, assentes na fé e na humildade, aprendendo o necessário

para saber ser um homem de bem e, como corolário, um bom Cristão. Além de apresentar provas irrefragáveis da existência do ente Supremo, e da verdade da Religião Cristã, encerra excelentes modelos de todas as virtudes:

«Abel, por exemplo, apresenta-nos o typo da mais pura innocencia: os primeiros filhos de Adão e Eva foram Caím e Abel; aquelle deu-se á agricultura, este era pastor. Ambos fizeraõ dádivas a Deus; Caím, offerecendo-lhe dos fructos da terra, mas não dos mais bellos, nem dos melhores; Abel, pelo contrario, offerecendo as melhores ovelhas que tinha no rebanho».

Noé dá-nos o exemplo da perseverança na justiça:

«Deus justamente irritado da ingratição dos homens que, esquecendo-se do seu culto, se derão á idolatria, resolveu extingui-los com hum diluvio universal, exceptuando porém deste terrivel castigo um justo e innocente varão chamado Noé, e a sua familia, ao qual escolheu para ser pai de uma nova geração».

Outras figuras bíblicas como Abraão e Isaac encarnam valores morais como a perfeita obediência. Jacob mostra-nos a constância nos trabalhos, José ensina-nos o temor a Deus e o perdão das injúrias. Em Jonas, temos o modelo da verdadeira amizade, e na pessoa de Booz, o da liberalidade. Vemos em David o Herói, o rei, o político, o verdadeiro penitente e o santo; Job, finalmente, representa um modelo de paciência nas maiores aflições.

4.3. Compendio de geographia das provincias e colonias portuguezas d'além mar, na Europa, Azia, Africa e Australasia, de José de Sousa Amado (1874)

Esta obra começa por abordar as províncias insulares dos Açores e da Madeira. «Portugal na Africa», também não poderia deixar de ser referenciado, tendo em conta a importância do nosso império colonial. A Guiné portuguesa também é mencionada, tal como o arquipélago de S. Tomé e Príncipe. As províncias de Angola e Benguela são, igualmente, objecto de menção, cujos limites são definidos bem como os distritos. Moçambique merece, aqui, uma especial alusão, uma vez que o autor começa por fazer uma descrição geográfica e histórica mais alargada, definindo e caracterizando os seus

distritos, entre os quais Inhambane (que ficou conhecida pelos portugueses com o epíteto de “terra da boa gente”).

«Portugal na Asia», é outro dos assuntos ou temas abordados. Começa com a Índia portuguesa, com destaque para os territórios de «Damão e Gõa», onde procura caracterizar o porto de Damão e fazer a divisão geográfica dos dois territórios em questão. Finalmente em «Portugal na Asia e Australasia», faz-se menção à província de Macau, da qual consta uma breve descrição geográfica. Esta obra enaltece sobremaneira o império colonial português, relevando sobretudo as potencialidades económicas dos vários territórios administrativamente tutelados por Portugal.

4.4. A Cartilha Infantil: 2.^a parte: exercícios graduados de leitura corrente. Continuação dos quadros de leitura para as Escolas Populares, de António Simões Lopes (1875)

Começa por explicitar os objectivos que devem pautar a acção dos educadores:

«Preparar e dirigir para o bem e para a alma da criança confiada aos seus cuidados; e terá elle perante Deus e a geração futura uma tremenda responsabilidade se não fizer tudo quanto couber nas suas forças para o conseguir.

Nada é tão duravel no coração do homem como o espirito da escola onde aprendeu. Os exemplos que ali presenciâmos, os conselhos que ouvimos da bôca do nosso mestre têm sobre nós e, para sempre, uma influência inextinguível».

Por isso, esta cartilha apresenta uma série de contos morais, de pensamentos e máximas salutares, que serviam para preparar o espírito dos meninos para o bem, ao mesmo tempo que os exercitava na leitura elementar. Pretendia, extrair de cada história a mensagem ou mensagens morais subjacentes. No fim da leitura, o professor ou mestre devia perguntar-lhes se a acção relatada devia imitar-se ou ser condenada e que procedimento seguiriam em circunstâncias idênticas. Desta forma, além de excitar a curiosidade e o desejo de compreender e ler cada vez melhor, o mestre cumpriria um grande e importante dever, cuja recompensa seria a satisfação que experimentava de ter contribuído para a felicidade dos seus inocentes discípulos.

Ilustrava-se os valores preceituados com adágios ou provérbios, máximas, pensamentos e sentenças morais esclarecedoras, das quais citamos apenas uma pequena parte.

Estas permitem aquilatar um pouco da mentalidade e objectivos com que o manual foi feito, lido e estudado nas escolas.

«Quem muito dorme pouco aprende».

«Mais vale quem Deus ajuda que quem muito madruga».

«Guarda-te do hómem que não fálla e do cão que não ladra».

«Ninguém faz má que o não venha a pagar».

«Fálla pouco e bem, ter-te-hão por alguém».

«Filho és, e pái serás: cómo fizéres âssim acharás».

«O senhôr consérva âquelles que têm o coração récto, e protêge os que vivem honestamente».

«O filho circumpécto, obediente e sábio é a âlegria de seus páis; o filho insensato e desobediente é o martyrio de sua mãe».

«Em toda a parte onde se trábálha com firmêza, lá está a abundancia; mas onde se fálla muito e se trábálha pouco bem depressa entrará a indigência».

«Não desprezeis o que tem fome, e não abandoneis o pobre na sua indigência».

«A sinceridade e a verdade são o fundamento».

«O tempo é o thesouro do hómem diligente e o fardo do ocioso».

«A mentirã é o recurso das crianças, dos tôlos e dos mãos».

«O trabalho remove o aborrecimento, o vício e a miséria».

«Trabálha com gosto e o trabalho te renderá mais».

«Não consintas que os outros façam aquillo que te fôr possível fazer».

«Estuda attentamente tudo o que disser respeito á tua profissão e virás a sobresair nella».

Seguem-se, ainda, curiosos «conselhos á infância»:

«Tende hórro a calúnia e a vingança».

«Obedecei ás leis do vosso páiz, e honrai e respeitai aquelles que têm a seu cargo fazêlas executar».

«Educái vossos filhos, e sâbereis de quanto sôis devedôr a vosso pái e a vossa mãe».

«Deixái aos invejósos o direito de dizer injúrias, e aos tôlos ode lhes responder».

«Servi sempre a pátria, e sempre que seja preciso correi ao combâte para salvá-la. Um tiro disparado em sua defêza é um titulo de glória».

Seguidamente, o autor fornece uma série de noções sobre temas de cultura geral, enaltecendo o papel de Deus na criação do mundo e do próprio Homem, numa evidente preocupação com a sua formação moral e religiosa:

«*A Terra* - uma infinidade de seres povoam a *terra*. Os peixes nadam nas águas; as aves voam nos ares; os animais das outras espécies vivem sobre a terra. Esta terra, essas águas, esses animais, o sol, a lua, as estrelas, não têm existido sempre; foi Deus que criou tudo quanto existe. Admirêmos a onipotência de Deus e a sua infinita grandeza! Um santo temor e um profundo respeito nos faça amar o Auctor de tantas maravilhas, e que Elle nos dê forças para combater a preguiça e fugir da mentira. Roguemos-lhe que nos inspire a applicação, o amor de nossos Pais e todas aquéllas boas qualidades que merecem a protecção do Céu, e a consideração de nossos semelhantes».

«*Historia do homem* - Quando Deus criou o céu e a terra, fez primeiro o homem, a quem chamou Adão, e o poz em um jardim delicioso, chamado Paraizo *terrestre*, onde devia viver eternamente. Deu-lhe uma companheira que se chamou Eva. Adão e Eva desobedeceram aos preceitos que Deus lhes havia impôsto, e por isso os expulsou do Paraizo, onde eram felizes, porque a desobediencia é um peccado bem feio aos olhos de Deus e dos Homens, ficando por esta culpa condemnados ao soffrimento e á morte».

Também são explanados uma série de deveres, que devem ser tidos em conta:

«*Deveres para com o proximo* - todos os homens são irmãos e como taes se devem amar e respeitar. Deus dotou-nos de uma faculdade, que não concedeu aos outros viventes: é a *razão*. A razão esclarece a nossa consciencia, que é outro sentimento que nos faz apreciar o bem e o mal. Incutindo em nós esse instincto de conservação, que faz com que evitêmos tudo o que póde prejudicar-nos e que procurêmos conseguir tudo o que póde ser-nos util ou agradável. Deus impoz ao nosso coração este preceito sublime, que é a regra de todos aquêlles que são justos e bons: *Fazei aos outros tudo que quereis que elles vos façam, e não lhes façáis aquillo que não quereis que elles vos façam*. Esta maxima contém em si todas as obrigações que os homens se devem mutuamente».

«*Deveres para com os pais* - logo que um menino começa a ser esclarecido pela razão, o seu primeiro pensamento é um sentimento de amor e de respeito para com aquelles que lhe déram o ser. O seu coração, apenas naturalmente formado, o attrahe para sua mãe, que tanto cuidado tem da sua infancia, que vigia cuidadosamente o seu bérço e lhe dirige os primeiros passos e provê a todas as suas necessidades; por isso, alimentando sempre

esta predisposição natural tão preciosa, a religião faz uma lei d'este amor e d'este respeito que a natureza gravou no coração da criança: Honrarás teu pai e tua mãe a fim de que tenhas vida prolongada.

Um menino deve, pois, em todo o tempo approximar-se de seus pais com submissão, respeito e afeição; deve escutar os seus conselhos e fazer o possível para os observar; deve executar suas vontades e determinações com aquella bôa vontade que só o amôr inspira. Um filho deve conservar sempre por seus pais o amor e o respeito que a propria natureza e a religião lhe impõem. Deve, quando elles forem velhos, enfermos ou desgraçados, minorar a sua miseria e sustentar a sua velhice. Deus não abandonará jamais o filho laborioso, que passar privações para socorrer e alimentar seus pais».

Capítulo particularmente interessante desta selecta são os muitos contos morais que ela contém e que contribuiram, certamente, para o aperfeiçoamento do espírito reflexivo e moral dos alunos.

No conto moral *Bôa acção*, manifesta-se o mais nobre e o mais augusto dos sentimentos do coração humano: o reconhecimento. Em *Um menino que faz a alegria de seus pais*, valoriza-se a caridade, uma vez que não há grandeza sem ela, sendo a mais sublime virtude do coração humano. Com ela e, por ela, se obterá a bemaventurança, eterna recompensa. *Sublime acção é o perdoarmos ao nosso inimigo*, enaltece o valor do perdão e da virtude de todo aquele que perdoa ao seu inimigo, «tal como Cristo - maior amigo da humanidade - que também perdoou aos seus cruéis perseguidores». Com efeito, a verdadeira caridade não é só matar a fome ao faminto, socorrer o desgraçado e auxiliar o semelhante. Esta virtude é elevada ao mais alto grau de sublimidade quando perdoamos a quem nos ofendeu. Assim, promove-se a paz e a harmonia, em vez do ódio, da inquietação e das represálias. *Bom exemplo para seguir*, sublinha que não há ninguém que não possa fazer esmolas, socorrer e auxiliar o próximo, por mais pobre que seja. *Como fizéres assim acharás*, preceitua que cada um deve esperar de seus filhos o tratamento que tiver dado aos seus pais. *A compaixão*, visa defender os direitos dos animais, ensinando que devem ser tratados com respeito: «*O menino, porém, que tinha um bom coração, e que tinha ouvido dizer que se não deve nunca fazer mal aos animaes, repeliu o máo conselho dos seus amigos, disse-lhes: gostarieis vós que alguém vos aremessasse á bôca de um leão para sêrdes despedaçados?*». A cólera é considerada um dos defeitos que mais aproxima o homem dos animais, uma vez que os

prejuízos que daí resultam são muitas vezes irreparáveis. *O menino incorregível*, diz-nos que não há maus costumes nem inclinações, por mais nocivas que sejam, de que não possamos triunfar, com o auxílio de uma vontade firme e do desejo sincero de nos regenerarmos. Este conto mostra-nos que devemos admirar a caridade e a dedicação de um bom pai, que não se poupa a esforços para arrancar o seu filho do abismo em que infalivelmente se precipitara. *A economia origem das riquezas*, faz jus às pessoas que poupam o mais que podem para fazerem face a tempos mais difíceis. Desta forma, terão para si e para ajudar os outros. *O açafate das pêras*, relembra que Deus está sempre presente e vigia cuidadosamente sobre os menores actos da nossa vida, fazendo a apologia da virtude e da amizade. *Emprêgo do tempo*, defende que o tempo é um tesouro precioso, pois quem o souber aproveitar virá a ser rico, ou pelo menos a viver feliz, sem dever nada a ninguém, devendo ser empregue em coisas úteis, e jamais submetido à ociosidade, que é pior que a desgraça quando entra em casa. Defende, ainda, o princípio da honra «que é como uma ilha, cujas costas são escarpadíssimas; nunca mais se pôde entrar n'ella de-pois de se ter sahido de lá». *O mentiroso*, recrimina a mentira por ser um vício degra-dante, e todo aquele que mente deve ser tratado com desprezo: «fugi sempre da mentira, meus filhos - diz o professor, e tende sempre na memoria que aquelle que perde a confi-ança nada mais tem que perder». *Bem feliz é aquelle que é bom filho*, faz a apologia dos filhos bons e virtuosos, que obtêm o respeito e são queridos por todas as outras pes-soas, que da melhor vontade concorrem para os auxiliar nas ocasiões difíceis, de modo que não só têm a satisfação que se experimenta quando se cumpre esse sagrado dever, mas também recebem provas evidentes do apreço que o mundo dá aos que são bons filhos.

O convento de S. Bernardo conta que um dos mais admiráveis monumentos da caridade cristã é o convento de S. Bernardo, fundado em 962 por Bernardo di Mentone no mais alto cume dos Alpes. No cimo dessa montanha, na altura de três mil metros acima do nível do mar, Bernardo di Mentone, que a Igreja canonizou e chamou S. Bernardo, que fora um bom eremita, erigiu outrora um convento, e ali foram habitar alguns fra-des, separando-se de todo o mundo, privando-se de todas as comodidades da vida civil, e dedicando-se a dar auxílio aos viajantes. Para isso, ensinaram os cães a descobrir ho-mens perdidos nas intempéries para lhes conservar a vida. Neste conto é enfatizada a ca-ridade daqueles bons anacoretas que, pelo amor da humanidade, arrostaram tantos pe-rigos, sabendo tirar proveito até do próprio instinto dos cães, para bem do próximo.

Por fim, *O côxo* ensina-nos que nunca devemos escarnecer de ninguém, nem censurá-lo por defeitos para os quais não concorreu com pecado nem culpa sua, pois significa que estamos a tratá-lo com injustiça e a ofendê-lo profundamente, porque não há ninguém que não deseje ser estimado e bem conceituado pelos outros. Portanto, longe de maltratarmos essas pessoas defeituosas, que por isso mesmo merecem em primeiro lugar as nossas atenções e estima, devemos procurar fazer-lhes esquecer a sua infelicidade, tratando-as com benevolência, carinho e respeito.

«O professor: E dizei-me cá, meus meninos, o velho soldado Jorge, assentado por essas ruínas, fumando o seu cachimbo, lembra-vos porventura fazer escárneo d'elle? Não; e comtudo, coitadinho! Tem uma perna de páo, e um olho de menos. Mas vós não o maltratais, por saberdes que por ser valente é que ficou assim defeituoso. A patria, accommettida dos inimigos, achava-se então em perigo. Jorge, unindo-se aos outros mancebos, lançou mão das armas, como todos devêmos fazer quando a segurança pública o requer; combateu valorosamente e teve a satisfação de ver derrotados os inimigos e livre o territorio da pátria. Bem pouco se lhe deu de ficar assim mutilado, porque as suas feridas são outras tantas testemunhas do seu valor. Voltando pobre para casa todos o tratam bem, todos o convidam, e vós mesmos lhes dáis também alguma coisa para a sua refeição e lhe pedis que vos conte as batalhas e proêzas, tanto suas como as de seus companheiros d'armas.

E depois, quem vos diz que esse côrpo, coitado, contrafeito, não está porventura animado d'uma bella alma, de um espirito energico e sublime? Quantos não há ahi que adquiriram grande fama pelo saber e pela sua grande habilidade, já nas artes, já nas sciencias! Quantos mestres eminentes! Quantos páis de família respeitaveis! Todos elles contrafeitos, todos disformes! E então por isso os despresareis vós? Não, de certo; antes os deveis estimar muito mais, por isso que emendaram o defeito physico pelas boas qualidades do seu espirito e pela nobreza do seu coração. Sim, meus meninos; os que padecem algum defeito corporal devem, por isso mesmo, empenhar-se sobretudo, em aformosear o seu espirito, e quasi sempre isso succede assim».

4.5. Cartilha infantil: arte de aprender a ler e escrever em vinte lições, de Felizardo Lima (1879)

Começando por referir-se à situação precária dos professores, muitas vezes trabalhando em condições de extrema dureza, Felizardo Lima, na sua *Cartilha Infantil* traça um panorama do ensino em 1879:

«Vivendo no fundo d'uma aldeia sertaneja; sem um nome auctorizado no mundo litterario, e desconhecido até da quasi totalidade de nossos collegas; sem protecção; sem mais recursos, que os adquiridos nas mal remuneradas lides do magisterio primario; luctando com a ignorancia crassissima dos campos; e, não raras vezes, com a debilidade das proprias forças físicas (...)»

O autor enfatiza a importância da escolarização e do combate ao analfabetismo em todas as faixas etárias, dizendo:

«E graças a esses mil exemplares, mais de seiscentos analfabetos escrevem e lêem hoje, regularmente, desde a creança de quatro annos até ao adulto de sessenta e tantos. E o que é mais, em muitas localidades temos lançado mão de homens quasi analfabetos (...)».

E continua:

«Estes bons resultados obtidos, obrigam-nos a não parar no caminho e a continuarmos a tarefa por que nos asseguram que a verdade é tão forte, que um dia desfará essa parede immensa, erguida pelos que applaudem sem vêr, pelos que vêem sem estudar nem analizar e pelos que, conhecendo o êrro não têm coragem para o combater; nem ombriedade para, ao menos, deixarem de applaudir, seduzidos por uma reputação, como se fosse injuria negar a Napoleão I, as subtilezas de fino theologo; a Victor Hugo, as retentivas de bom general; a Bossuet, a capacidade de um bom chymico; a Guttemberg, os dotes de orador; a Colombo a inspiração de Camões. Oferta de meia duzia de paginas, que dizem a este bom e infeliz povo: um sacrificio de vinte dias, nos quaes me darás algumas horas do teu descanso e deixarás de ser analphabeto; ficas com os instrumentos para cultivares a tua intelligencia e recuperares a tua dignidade».

Felizardo Lima salienta, pertinazmente, que com este método qualquer professor, pode, em vinte dias ensinar a ler e a escrever, sem que esta brevidade prejudique os preceitos pedagógicos em que deve assentar todo o ensino. Relembra ainda, que «nos estados do norte já há muitos annos se ensina a lêr correctamente em seis a sete semanas». Curiosamente, como se observa neste excerto, já no século XIX se fazia um paralelismo com os níveis elevados de escolarização dos países do Norte da Europa, ainda hoje um

modelo neste particular. Depois, refere a importância da preparação académica e científica dos professores e do seu papel educativo na preparação dos jovens e como garante da qualidade do ensino:

«Fiado, pois, na rectidão da maioria do professorado primário, não desejamos, porém, só instrucção, queremos mais: queremos educação, mas infelizmente é o que não há completamente nas escolas de instrucção primaria, porque sendo o professorado uma arte e um sacerdocio - uma missão, chega-se ao professorado sem os conhecimentos proprios e especiaes e mira-se só ao mesquinho provento sem se pensar na grave, na gravissima responsabilidade que se assume, ao tomar a direcção dos primeiros annos da nova geração. E ai! Quantas vezes uma só palavra a proposito podia concorrer para a futura felicidade d'uma creança e quantas, mal pensadas terão encaminhado ao abysmo do vicio e do crime milhares de infelizes! Professores, que vêdes já passar a vosso lado homens feitos, a quem ensinastes ou educastes nos primeiros annos, se a desgraça os persegue, se os sentimentos estão pervertidos, se a dignidade está abatida, se o desprezo pelo seu semelhante o caracteriza, se a enxovia o espera ou já o recebeu: afastai-vos d'elles mordidos de remorso, porque sois réu na sua presença: aquillo é obra vossa e se os tribunaes não julgam taes crimes, elles são tão tremendos, que vos fizessem luz na consciencia terminaria vosso repouso. O educador da mocidade está entre a mais santa e mais eminente de todas as missões e a mais degradante e vis das infamias; muito trabalho, estudo e sacrificio lhe custa aquella; esta busca-a, às vezes, apenas com um gesto. Ninguem lh'a lança em rosto, porque poucos, raros a conhecem; mas ella lá está, viva, volumosa em sua consciencia, embora consciencia adormecida: e a humanidade inteira em suas hecatombes, em suas injustiças, em seus odios, em sua miseria, vozêa com raiva infrene e esse vozear há de traduzi-lo o mais tarde a historia e a sciencia por um nome: - o professorado! E então, o que folhear os archivos, onde encontrar o nome d'um dos professores d'estas gerações confundi-lo-há com outro nome aviltado... vil, infame desde o seu primeiro dia – o carrasco!

Aprendeis um pouco de veterinaria se possuis um cavallo, lá colheis um ou outro conhecimento de botanica se possuis um jardim com algumas flores, porém se pretendeis uma cadeira, procurais uns compendios para estudar á pressa meia duzia de definições incompletas, só para satisfazer a umas provas publicas que nada dizem das habilitações do candidato; procuraes a cadeira mais proxima ou que melhor vos convém; mas um tratado de Pedagogia? Bastam quatro leves definições d'um pequeno, no volume, pequenissimo no succo, compendio de sciencias... Que sabeis de hygiene da infancia? Nada. Que sabeis de moral? Às vezes tendes a tal respeito ideias muito erroneas e praticas muito contrarias. Que sabeis de conhecimentos varios para terdes farto manancial para distribuir á fome in-

cessante da curiosidade infantil? Julgareis até que a terra não se move e que o sol é do tamanho da vossa cabeça.

Eu bem sei que vos prevenis logo com um grande mestre, - a palmatoria, por que afinal, sois ao menos inconscientemente logicos n'isso, educando com a razão da força quem depois, na sociedade, raras vezes encontra a força da razão.

A pessoa que se destina ao magisterio deve compenetrar-se de que é o apóstolo da luz e do bem. Como apóstolo da luz deve ser incansavel em adquirir conhecimentos procurando a maneira facil de os transmitir, deve pois - estudar e pensar, deve ser a sua occupação constante nas horas que lhe ficam do ensino diario: precisa conhecer o passado e o presente, tem constantemente de espreitar o futuro. Como apóstolo do bem deve conduzir suas acções pelos caminhos da verdade, da justiça e do amor, modificando as tendencias das creanças, preparando-as, desenvolvendo-as, fazendo praticar em mil nadas a virtude - o bem; é, pois, absolutamente necessario que chame todos os affectos a seu coração para que saiam d'elle raios fulgurantes de bem querer e de muito amor».

O autor defendia, em orientação e auxílio aos professores:

«Tentaremos uma bibliotheca ao alcance do professorado, onde por modica quantia possa em poucos mezes ter reunido um grande e farto numero de conhecimentos que digam respeito á educação physica, moral e intelectual.

Quando o número de professores, por este systema, o comportar, crearemos mesmo um jornal onde boas pennas portuguezas e estrangeiras venham auxiliar nossa missão».

Os exercícios escolares e a metodologia em contexto de sala de aula, eram regulados da seguinte forma:

CINCO HORAS DE AULA

- 1.º Revista de aceio e reflexões sobre esta necessidade hygienica e civil - 15 m.
 - 2.º Hymno em louvor do trabalho e do estudo - 10 m.
 - 3.º Uma leitura de moral, outra de economia e explicações apropriadas ás edades e conhecimentos das creanças - 20 m.
 - 4.º Descanço - 10 m.
 - 5.º Leitura e escripta - 2^h,38 m.
 - 6.º Ensino intuitivo, conhecimento de cousas um dia, outro arithemetica - 30 m.
 - 7.º Refeição e liberdade no jardim - 25 m.
 - 8.º Principios muito elementares de desenho - 15 m.
 - 9.º Entre Gymnastica, historia e geographia ao alcance das creanças e canto choral com instrumento, podendo ser, isto em dias alternados - 20 m.
- Canto ao encerrar os trabalhos - 5 m.

O autor propõe ideias bastante inovadoras no ensino, dizendo mesmo que:

«Independentemente das matérias marcadas para cada hora, o professor deve sempre satisfazer ás perguntas dos discipulos, tendo em vista moralizal-os e instruil-os. Qualquer incidente que se prente para o ensinamento, deve obrigar-o a interromper o assumpto de que estiver tratando quando seja diferente.

O rigor deve ser completamente banido da escola. A alegria, a satisfação, o bom humor devem estar sempre retratados no rosto do professor; deve usar para com cada aluno como para com um filhinho seu nos primeiros e mais verdes annos. Com a boa vigilancia preventiva do professor não há nunca logar para castigos. É preciso não confundir maldades com leviandades naturaes nas creanças, e estas, carecem apenas de admoestações risonhas e sympathicas.

Quizeramos muitos livros na mão do povo, porém na escola, a não ser para os exercicios da leitura, o único livro deve ser o professor; mas livro correcto, utilissimo, facil, agradável».

Este «methodo», prossegue:

«Tanto serve para os adultos, como para as creanças, suppondo que se não consentirão nas escolas innocentes victimas da ignorancia ou da vangloria dos pais que querem ter filhos sabios aos 8 annos para possuirem idiotas aos vinte.

Mas, se em vinte dias se pôde egualmente ensinar a ler e escrever a algumas creanças, como ellas carecem de instrucção e educação, e não só dos «instrumentos» para se instruirem, conveniente achamos que, a cada palavra que forem lendo e escrevendo, se vá dando o sentido d'ella, se lhe mostrem suas propriedades, e, servindo para instruir ou moralisar, se aproveite a occasião, embora a lição do dia se estenda a dois ou mais. Damos um exemplo:

AMOR

Professor: - Os meninos leram muito bem esta palavra; mas não basta saber ler as palavras; é preciso saber-se o sentido d'ellas; para que servem; com que fim nós as pronunciamos ou escrevemos.

F. - Aquella palavra quer dizer...

P. - Olhe, quando diz: tenho amor a meus pais o que é que quer que, os que ouvem, entendam?

F. - Ah! Agora sei. Quero dizer que gosto muito de meus pais.

P. - Já não respondeu mal, mas mais claro: o menino sente-se bem quando está junto de seus pais, quando está longe pensa muito n'elles e deseja vel-os em breve, quando elles sofrem o menino fica triste, quando os vê alegres, também se alegra, deseja não lhes dar occasião d'elles se zangarem: ora a isto tudo o obriga uma impressão que sente dentro em si a que chamamos sentimento, não é verdade?

F. - È, sim, snr.

P. - Ora, então ficamos sabendo que a palavra amor é o nome que damos a um certo sentimento que nos atrae para alguma pessoa. Logo os sentimentos tem nome, assim como as cousas que nós vemos e apalpamos. Todas as cousas tem nome, menino F.

F. - Tem, sim, snr.

P. - Muito bem. Logo temos palavras para nomear as cousas, as pessoas, os sentimentos, as paixões, etc., e dellas se forma uma classe ou familia a que damos o nome de substantivo. E então. Menino F., a que devemos chamar substantivos?

F. - A's palavras com que nomeamos as pessoas e as cousas.

P. - Muito bem. Podiamos ainda dizer muita cousa interessante sobre esta palavra, mas vamos entreter-nos com outra.

E assim, pouco a pouco, deleitando as creanças, se vão instruindo, encaminhando-as a reflectir e raciocinar».

A preocupação com as regras a observar estende-se, igualmente, aos materiais necessários à realização das aulas:

«As escolas terão um quadro negro onde o professor escreverá os signaes que forem sendo assumpto da lição. Cada alumno terá um caderno de papel grosso pautado, que depois substituirá por papel fino.

O regrado será nas primeiras lições da largura do pautado do papel de cartas, nas segundas oito lições de metade d'esta largura, e no resto do tempo, da terça parte. O professor fará escrever em toda a largura d'estes regrados deixando ficar duas casas de intervalo. Conveniente será obter papel com traços obliquos para encaminhar a inclinação das letras».

Ao tempo, também já se contemplava a instrução e formação de adultos e respectiva metodologia, aqui manifestada pela preocupação do próprio autor:

«Nos cursos de adultos não diverge a instrução; mas attenda-se a que elles empregam na escola as horas de descanso, que muitas vezes é bem pouco, e por isso, passado um certo tempo estão impacientes e aborrecerão a escola até abandonal-a, se os forçarem a muito tempo de estudo, e em segundo logar prégar-lhes moral muito declaradamente de propósito, diz-nos a longa pratica, que é mal accete.

Não deve o professor abandonar a sua indeclinavel missão; mas como por incidente, como desvio momentaneo dos trabalhos; quasi como por demais, estylo ameno, alegre. Para leitura no quadro, deve então usar muito de proverbios, ditos sentenciosos, etc».

O autor demonstra uma grande preocupação pela alfabetização e pela escolarização da população portuguesa, incluindo os jovens e os adultos, cabendo aqui recordar que a taxa de analfabetismo rondava os 90% naquela altura (finais do século XIX). Rómulo de Carvalho, na sua “História do ensino em Portugal”, na página 614, corrobora este facto, ao dizer que: “Os analfabetos totais correspondiam a 82,4% da população portuguesa, e os que sabiam ler e escrever correspondiam a 14,3%. Assim era em 1878. Uma calamidade e uma vergonha nacional”.

«Nas escolas em que a povoação é flutuante, ainda n'estas, este sistema é de superior vantagem a qualquer outro por que os discipulos que forem entrando pelo tempo adiante não ouvindo as lições do curso regular, vão imitando os sinaes que se escreverem no quadro, repetindo seus valores com os demais alumnos e tendo no fim meia hora para se lhe dar a lição, desde a primeira, elles com uma diferença de semanas alcanção os mais adelantados no conhecimento da inflexões e depois é só dividil-as por classes para os ezercicios de leitura corrente.

Ainda mais uma vez repetimos que os diálogos que vão em cada lição não são para o professor usar d'elles servilmente e muito menos para os fazer decorar aos discipulos. Aquellas respostas são as que intuitivamente darão aos estudantes aos quaes se tenha feito as esplicações muito claras e faceis: não deve o professor poupar esforços para se fazer compreender.

Estamos sempre prontos a esclarecer por escrito qualquer pessoa sobre uma ou outra duvida que possa ter na applicação d'este sistema».

Outros temas são abordados com o objectivo de educar as crianças, para lhes abrir o espírito sobre a vida em comunidade, de as sensibilizar para a importância do trabalho colectivo. Os programas de ensino procuravam abranger vastas áreas do conhecimento,

por forma a propiciar uma formação integral dos alunos. Eis alguns textos ou leituras exemplares:

«Assim como o corpo humano necessita de alimento suficiente para não tornar-se debil, amesquinhado e raquitico; assim a inteligencia carece de instrução para não se embrutecer e sumir, animalizando-se. A cegueira do corpo não torna a creatura tão infeliz, como as trevas da inteligencia. Assim como o cego precisa de um guia tambem o ignorante é forçado a aceitar ignobil tutoria».

«Se descurardes a educação de vossos filhos ou os entregardes a um professor ignorante e pouco virtuoso, tanto vale irdes desde os primeiros dias abrindo a carreira das faltas e dos crimes que conduzirá ás cadeias e ao desprezo dos homens, esses entezinhos que beijaes enternecidos».

«Aos sete annos deixai vossos filhos, correr, brincar, dormir, gozar finalmente de muita luz e de muito ar. Cuidai da educação de vossos filhos porque uma boa educação vale cem heranças avultadas».

«Evitai castigar vossos filhos corporalmente; nem vos encolerizeis com elles, nem deante d'elles. Não consintaes que na sua presença se diga mal de ninguém, nem se faça mal aos animaes».

«Conversai muito com vossos filhos e respondei sempre sem enfado e com carinho a todas as perguntas que elles vos fizerem».

«Não te deites sem leres uma pagina, ao menos, de um livro de instrucção, e aconselha sempre aos mancebos o estudo e o trabalho».

«Se crês em Jesus Cristo segue á risca a sua doutrina».

«É dever de todo o homem de bem interessar-se pelos negocios do seu paiz e pelo bem estar da humanidade».

«Mostrai aos vossos filhos que são membros da sociedade e que por isso devem tomar parte na administração».

«O trabalho e a virtude, enobrecem; a ociosidade, degrada todos, que a ella se entregam».

«As artes e a agricultura guiadas pela sciencia, são as fontes de riqueza, de liberdade e da felicidade dos povos».

«Se quereis o povo feliz e bom, instruí e moralizai primeiramente a mulher, para que tenha consciencia da missão d'uma mãe de família».

«Multiplicai as escolas e derramai bôa e sã instrucção se quereis conseguir a inutilidade das cadeias».

«Ensinai o que souberdes e aprendei o que poderdes».

«Amai todos os homens como vossos irmãos por que o amor é a lei da humanidade».

«Infelizmente por entre o luxo e a opulencia da civilização actual, arrasta-se a indigencia e a miseria deserdadas do banquete social por mil circumstancias que tem todas sua cauza na imperfeição economica das sociedades; e estas vitimas são irmãos nossos a quem o Creador despensou igual solitudine e por isso, não podemos nós, sem ofender a natureza, olhar indiferentes para seus sofrimentos. É pois conselho e preceito dar de comer a quem tem fome. O de mais modestos haveres, que ganha apenas para satisfazer suas necessidades não póde izentar-se a este dever e seu coração encher-se-á de prazer, quando cortar uma fatia de pão para matar a fome ao necessitado. Não basta dar, deve ver-se como se dá; não deis para conservar a miseria, dai para a diminuir. É mais produtivo dar um para o pobre agenciar meios de vida, pelo trabalho, que dar vinte para matar a necessidade d'aquelle dia deixando-a avolumar nos seguintes. Valer á indigencia com o trabalho é assim que se lhe afugenta a miseria. Mas faça cada um segundo suas posses. Meninos, lembrai-vos sempre, quando pedirdes mais uma golodice, que muitos da vossa idade, n'essa óra, não tem meia fatia de pão negro. Esse vosso superfluo, no fim de alguns annos, abri-ria a um pobre irmaozinho da vossa idade, uma carreira honesta para viver do trabalho tornando-se util e não pezado á sociedade. Tende pois, receio sempre, de gastar superflua-mente em golodices o que póde servir para o necessario de outrem. Aprendei na escola a dar de comer a quem tem fome».

«Não negueis uma séde d'agua ao que vol-a pedir, porque, se por quazi toda a parte, hoje, se encontrão fontes onde possamos satisfazer esta necessidade, tal recuza denota pouca urbanidade com vossos semelhantes; deixando de satisfazer a um preceito a troco de um pequenissimo encommodo. Por qualquer circumstancia tereis já experimentado quanto a sêde é insuportavel; pois recordai-vos desse sofrimento quando vos pedirem de

beber, para serdes solícitos em satisfazer tão diminuto favor, sem esquecer que e preceito: dar de beber a quem tem sede».

Curioso, sem dúvida, a forma como o autor, paralelamente a um conjunto de orientações e sugestões de boa vivência e convivência social, de forte pendor doutrinário, chama a atenção para os valores pátrios e humanos, quando refere que «É dever de todo o homem de bem interessar-se pelos negócios do seu país e pelo bem estar da humanidade». Isto é um exemplo de patriotismo.

4.6. Primeiras leituras, de Joaquim de Araújo (1890)

Joaquim de Araújo, autor do manual intitulado «Primeiras Leituras», cuja publicação data de 1890, começa por expor no prefácio os motivos que presidiram à sua publicação:

«Dotar a Escola portugueza com uma primeira selecta, que tendo em vista os programmas officiaes do ensino, procurasse pelo seu contexto simples, humano e são, fixar a attenção e incutir interesse aos pequeninos leitores, despertando-lhe o gosto embriónico e, como guia pratico, educando-lhes a fina flôr do sentimento (...) cujas preciosas gemmas illuminam, na sua candura de belleza immortal, por meio do recurso à tradição oral».

E acrescenta:

«Esta ordem de ideias trouxe-nos, é bem de ver, o titulo que adoptamos, e que é de facto o mais adequado ao espirito da nossa compilação. Escusado se torna enunciar que não denominamos primeiras leituras os simples exercicios que na Cartilha antiga se usavam em seguida ás combinações das syllabas e á formação das palavras. Por modo nenhum; primeiras leituras não são simples exercicios. Constituem já um texto de character definido».

Assim, a primeira parte desta selecta, onde se integram a redacção dos contos populares insertos nas *Primeiras Leituras* é feita com base nas colecções de Adolfo Coelho e Teófilo Braga e na colecção manuscrita dos *Contos de Velhas e Creanças*. Os romances números três e quinze pertencem ao *Romanceiro* de Garrett, reproduzidos com variantes na colecção de Teófilo Braga.

Com este manual viaja-se por muitos dos mais notáveis monumentos da nossa antiga literatura, a partir do século XVI, em que pela primeira vez se fixa a linguagem portuguesa como, em geral, hoje a escrevemos.

É feita a inclusão de alguns capítulos «magistraes» da *Crónica de S. Domingos* consagrados à lenda de Fr. Gil de Santarém. Os traços de costumes, ainda que pitorescos, são abordados e explorados em livros como o *Primor e a Honra da Vida Soldadesca na Índia*, as *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, ou as obras de Francisco Xavier de Oliveira, sem escamotear a *Historia Trágico-Marítima* e as amplas maravilhas da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, tesouro excepcional em toda a literatura portuguesa.

Nesta selecta, entram também, alguns dos maiores nomes da literatura portuguesa, entre eles, Almeida Garrett. O autor justifica esta opção pelo facto de «que era dever nosso trazer para um livro destinado á infancia exactamente os escriptores que têm contribuido pelo seu trabalho e pelo seu estudo para a transformação da nossa sociedade, dos seus usos, dos seus costumes, e dos seus methodos de ensino e aprendizagem».

São compulsadas algumas peças históricas de «tocante e nobre simplicidade», sendo ainda privilegiada a leitura de páginas como as das cartas de Pedro V, de Passos Manuel e o testamento de Mouzinho da Silveira, cuja exploração dos textos integrais «fallam melhor e fallam mais alto desses grandes personagens do que a sêcca noção pallida que dos compendios se desata».

Note-se que este «livrinho» foi publicado em 1890, data do *Ultimatum* britânico, portanto, numa altura em que atenções se fixam nas questões africanas e «que tanto interessam ao futuro do nosso paiz, seria quasi um contrasenso não attrahir a esse grande campo de batalha as atenções dos pequeninos», pelo que são apresentados alguns trechos sobre toda uma galeria de insignes e corajosos exploradores, que em tão longínquas paragens honram, com o aplauso do mundo culto, as nobres tradições de um povo de descobridores, os quais conservam «erguida bem alto uma bandeira intemerata, que póde ser uma mortalha heroica ou um pavilhão epico, desfraldado aos ventos do futuro». O texto «Descobertas e Conquistas» enumera todo um escol de figuras ilustres e o papel relevante que desempenharam no engrandecimento da Pátria:

«Emquanto Sá de Miranda passa da primeira meninice á mocidade, e da mocidade á idade viril, registra a historia os maiores feitos do reinado de D. Manuel: Vasco da Gama

chega a Calicut e descobre o Eldorado. Já temos a Índia! Duarte Pacheco, Francisco de Almeida, e Albuquerque fazem o impossível: a bandeira portuguesa levanta-se em toda a parte; das costas da África, passa às da Ásia; Goa, Ormuz, Malaca capitulam, e a posse das Molucas assegura-nos o commercio das drogas mais preciosas. Um embaixador especial vae até á China, e pouco depois conseguem os nossos alli a fundação de prosperas colonias. A fama do nome portuguez dá a volta ao mundo e vem reflectir-se augmentada sobre o velho continente. O poder islamítico pára na sua marcha sobre o centro da Europa, sentindo-se ferido nas costas e assiste, a pequena distância, ás successivas derrotas dos reis de Fez, de Mequinez e de Marrocos, que debalde tentam recuperar as praças de África, perdendo ainda em cima Safi (1508). Do lado opposto, Pedro Alvarez Cabral descobre o Brazil, um novo dominio sem limites. Os dois milhões de portuguezes multiplicam-se como por encanto, enchendo as armadas que sahem de Lisboa para as conquistas. É um sahir e entrar de navios, uma actividade fabril que aturde; e ainda que muitos não voltam, os que regressam, alimentam a febre e inundam a Casa da Índia com as riquezas das novas terras descobertas. As especiarias tão falladas, a pimenta, o cravo, a canella, a massa, e a noz moscada, o gengibre e o cardiamono, o ouro, o ouro de Sofala, os rubis do pegú, os diamantes de Narsinga, as saphiras de Ceylão, as esmeraldas de Babylonia, as perolas e aljofares de manaar, as sêdas e alcatifas da Persia, os tecidos fenissimos de Bengala, as porcelanas da China e do Japão, o marfim de Moçambique, o Benjoim de Sumatra, o ambar das ilhas Malayas, os perfumes e as frutas, tudo fica tributario. Lisboa já não é nossa! A pequena capital portugueza transforma-se no emporio do commercio europeu. Chega a noticia da descoberta da «Ilha do Ouro», e uma nova onda de gente se precipita sobre as naus, uma emigração colossal. Dizem os chronistas da época que as riquezas eram tantas que os feitores da casa da Índia já não tinham vagar para contar o dinheiro que os mercadores alli levavam. Todas as ambições, todos os enthusiasmos, todos os odios e todos os amores da Europa se concentraram em Lisboa – por um momento! A nova fortuna chamou atraz de si milhares de aventureiros que andavam perdidos pelo mundo, e attraheu reis, principes, embaixadores e enviados, agentes e consules de todas as nações. Os fidalgos restauraram os antigos paços, o clero reformou o seu estado, as ordens duplicaram o numero dos seus conventos, e á beira do Tejo ergueu-se o sumptuoso mosteiro dos frades Jeronimos, em cujo altar El-Rei D. Manuel depositou a custodia de Belem, fabricada com as *pareas* de Quiloa, o primeiro ouro enviado das conquistas».

Se mais palavras fossem necessárias, diríamos apenas que este pequeno «livrinho» condensa muito daquilo que é a identidade nacional, em especial no que se refere à gesta ultramarina portuguesa, que levou novos mundos ao mundo, e que trouxe a Portugal,

naquela época, a prosperidade resultante do contacto multicultural com outros povos e regiões do planeta. Por outro lado, e não menos importante, a evocação de figuras ilustres para o engrandecimento da Pátria, desde insignes navegadores a notáveis literatos, é outra forma de inculcação dos valores pátrios e da consciência nacional nas «creanças».

A obra *Primeiras leituras*, de Joaquim de Araújo, destinada aos alunos do ensino primário, é constituída por uma panóplia de assuntos, os quais passamos a enumerar: uma tabela alfabética dos autores e números de referência aos respectivos trechos, seguida de uma série de textos que são, na prática, contos e histórias, que tinham por missão sensibilizar os jovens alunos para a leitura, sem esquecer a sólida formação moral, a saber: A formiga e a neve; O compadre lobo e a comadre raposa; A nau catrineta; As três cidras do amor; O choupo e o cedro; Canção popular; A sementeira; Quem Deus ajuda e quem muito madruga; Jesus mendigo; A cara de boi; O coelhinho branco; Romance de Goesto Ansuers; A romanzeira do macaco; Cravo, rosa e jasmim; Dom Beltrão; Comadre morte; O aprendiz do mago; Os doze de Inglaterra; Os dedos; Mãe; Conto da Mirra e a Engeitadinha.

Este manual inclui, ainda, outros textos porventura mais formais, intrinsecamente ligados à nossa história, o que revelava uma enorme importância dada à mesma, no sentido da inculcação dos valores pátrios. Contudo, a inserção desses textos surge misturada com outros tantos contos, portanto, sem grande critério ou “divisórias” em termos de assuntos e conteúdos. Disso são exemplo os textos intitulados: A intervenção del-rei D. Pedro; Invocação a Deus; A morte do lidador; A casa do coração; Cartas de Passos Manuel; Resposta de José da Silva Carvalho; Graça de Maria; Duma janela do Douro; Diário de Estela; No cerco do Porto, O colar da noiva; Outro amável milagre; A canção do rei de Thul; O terramoto em 1755; O rouxinol do Calvário; Os preparativos do Alma-negra; Provérbio; As fadas; Em frente de Luanda; Boas noites; A vista do salgueiro; Provinciana; Na vila Coutinho; Miséria; Banquete a António de Faria e seus companheiros; Soledades; Última corrida de touros em Salvaterra; Velhas negras; Cegonhas e cisnes; A uma criança morta; Uma carta de D. Pedro V; Provérbio de Salomão; A vestimenta real; Marinha; Como Deus foi Pintor; O tear da rainha; Gomes Freire de Andrade; Os descobridores do Japão; Infância e morte; A descoberta da Madeira; Caça aos leões; Remoinho; O Peixe-voador - o Tubarão - a Preguiça; Aos membros do Governo interino eleito pelo povo de Lisboa; À Virgem Santíssima; Testamento

de Mouzinho da Silveira; Extracção de cera em bruto; Aquarela; A raiva; A Última sessão das cortes; A cigarra e a formiga; Amor da família; Conto de proveito e exemplo; As aldeias; A ilha do Corvo; Os movimentos; Campas aéreas; Um inimigo terrível das cobras; Natal; Temas antigos; A ideia do Reitor; Minha mãe; A Virgem do Restelo; Nomes patronímicos; A pólvora; Auroras do luto; As estrelas; Vicissitudes dum mosteiro; O Rei Encoberto; As perseguições de 1817; À luz duma forja; Os passarinhos; Rifões; O leão moribundo; Fraternidade humana; Superstições portuguesas no século XVIII; Evolução; Flora africana e O Centenário de Garrett. Neste livrinho está presente muita da essência da nossa história colectiva e da própria cultura portuguesa.

4.7. Manual encyclopédico, para uso das Escolas d' Instrução Primária, de Emilio Achilles Monteverde (1893)

O «*Manual encyclopédico, para uso das escolas d'instrucção primária*», publicado em 1893, sendo o seu autor Emilio Achilles Monteverde, no seu capítulo II, intitulado *Principios geraes de moral* faz uma apologia extensiva dos valores ou deveres morais que devem nortear toda a conduta humana, quer individual quer colectiva. É um manual de extrema exigência, quer ao nível conceptual quer ao nível da linguagem usada, tratando-se de um autêntico manual de educação cívica.

Neste manual, temos a doutrina cristã em compêndio. Ensina-se igualmente aos discípulos das escolas, que todos temos a obrigação de amar, honrar e respeitar os nossos pais pelos socorros de que lhes somos devedores desde o momento em que nascemos. Logo depois deste ensino dirige-se a atenção dos alunos para a obediência e o respeito que devemos à nação e a todas as autoridades públicas.

Os mestres, por seu lado, têm a rigorosa obrigação de inculcar aos seus discípulos que a Religião Católica Apostólica Romana é uma luz divina, a qual descobre Deus no Homem, e regula os deveres do Homem para com Deus, que a esta Santa e verdadeira Religião devem os governos a sua estabilidade, os povos a sua civilização, as artes e as ciências o seu nascimento e progresso e a moral a sua pureza, regularidade e constância, «que é necessário o culto público pelo qual se enlaçam os povos reciprocamente, se chama cada indivíduo ao cumprimento dos seus deveres, e se oferece a todos os infelizes uma fonte inesgotável de consolações que, enfim, o amor e a fidelidade dos subditos portugueses aos seus monarcas tem desde o nascimento da Monarquia a sua ventura, a

sua prosperidade, a sua independência, e a glória nacional em todos os tempos e em todas as partes do antigo e novo mundo».

O autor começa por definir a palavra moral, como a: «*sciencia* que dirige as acções do homem para o *bem*, ou a *sciencia* dos nossos deveres; seu nome deriva da palavra latina *mores*, que significa costumes». Ela:

«... oferece certos principios geraes communs a todas as acções humanas; ella os estabelece tambem particulares, e próprios para esta ou aquella especie de acções; por isso se divide a moral em *geral e particular*, ou *especial*. A *moral geral* considera os deveres do homem em geral. A *moral especial* considera o homem debaixo de tres pontos de vista: prescreve-lhe os deveres para com *Deus*, seu Creador, para *consigo mesmo*, porque possui uma alma que deve cultivar, e um corpo que deve sustentar; e para com os seus *similhantes*, com quem vive em sociedade».

São também enumerados deveres para com os «nossos» pais:

«Devem amal-os, respeit-os e obedecer-lhes em tudo quanto não for contrario aos mandamentos da lei de Deus. Os filhos devem, alem d'isso, consolar e assistir seus paes na sua velhice, se porventura carecerem do seu auxilio; pedir-lhes o seu conselho nos negocios importantes, quando estejam no caso de os saberem dirigir; e respeitar em todos a auctoridade d'aquelles que lhes deram a vida, e os formaram até tornal-os dignos da sociedade».

Um exemplo muito curioso e pertinente dos poderes inerentes à autoridade paternal entre os antigos, situa-se precisamente em Roma, onde, por exemplo, a lei dava aos pais o direito de vida e de morte sobre os filhos. Com efeito, conta-se que «o senador Fulvio, tendo sabido que seu filho era cúmplice na conspiração de Catilina, ordenára a sua morte, dizendo que não tinha dado o ser a seu filho para servir Catilina contra a patria, mas sim para servir a patria contra Catilina».

No entanto, segundo o autor, há povos que dão lições de piedade filial, entre eles inserem-se os bárbaros:

«Entre os turcos e os arabes, o chefe de uma família é uma personagem sagrada para seus filhos. Entre aquelles povos um filho jamais contraria seu pae; só apparece na sua presença quando elle lh'o determina, e com a maior submissão, conservando-se sempre em pé até que elle o mande sentar. Para alguns povos selvagens da America, a desobe-

diencia de um filho a sua mãe é um crime reputado de horrível. Quando uma jovem india se conduz mal, sua mãe se contenta com atirar-lhe algumas gotas de agua ao rosto, dizendo-lhe: tu *deshonras-me*. Graças ao imperio da piedade filial entre aquelles selvagens, esta reprehensão é sempre efficaz».

Por isso, o respeito é um valor absoluto, porque é, por assim dizer, o primeiro elo da cadeia dos deveres que a sociedade nos impõe. A escrupulosa observância dos deveres da piedade filial influi muito sobre o bem-estar da sociedade, uma vez que os bons costumes só se aprendem ou devem principiar no seio da própria família e os que «hoje são meninos, chegando a ser paes de familia, serão também felizes vendo-se respeitados, amados, e queridos por aquelles que lhes deverem o ser». Aqui está presente o adágio que preceitua: «obedece, se queres que algum dia te obedeçam».

Também são explicitados os deveres entre esposos:

«Amarem-se ternamente, ajudarem-se como companheiros, guardar um ao outro a mais escrupulosa fidelidade, e estreitarem uma união que há de durar toda a sua vida».

É, também, referida a suprema observância dos deveres para com os nossos «mestres» e «mestras», ou seja, para com todas as pessoas encarregadas da educação:

«Nossos mestres e mestras exercem, em certo modo, um ministerio sagrado, qual o de bem formar nosso coração e nosso espirito. A sociedade que nos confiou aos seus cuidados, deve reconhecer os serviços que assim lhe prestam; os meninos devem-lhes gratidão, amor e respeito por toda a vida».

São citados alguns exemplos extraídos da antiguidade e de povos antigos, que reflectem o profundo e sublime respeito devido aos mestres:

«Quintiliano, celebre crítico romano, enuncia quase todos os deveres dos discípulos ou educandos neste único conselho que lhes dá: Amae os que vos ensinam, como amae as sciencias que d'elles aprendeis; e olhae-os como paes de quem recebeis, não a vida do corpo, mas a instrução, que é, por assim dizer, a vida da alma».

E, também, o exemplo de Epaminondas, célebre e sábio general tebano, o qual:

«Se havia de tal maneira ligado por affecto e reconhecimento a Lysis, seu mestre, que preferia a companhia d'este ancião, triste e severo, á dos mancebos da sua idade».

Por conseguinte, «é honroso amar e respeitar os nossos mestres, uma vez que é distintivo de uma alma bem formada, e um dos caracteres principais do homem probo, que assim mostra fazer o devido apreço do desvelo que para com ele houve, a fim de o constituir homem de bem». Marco Aurélio, um dos mais sábios e ilustres imperadores romanos, dava graças aos Deuses, principalmente por dois motivos:

«... por ter tido excellentes mestres para si, e por haver achado outros iguaes para seus filhos».

E acrescenta o mesmo Marco Aurélio, citado pelo autor deste manual:

«Por certo: um funcionario publico, por exemplo, deve respeitar seus chefes e obedecer-lhes em tudo quanto lhe ordenarem a bem do serviço do estado; um criado deve respeito e obediencia a seus amos; um soldado, aos seus officiaes; um caixeiro, a seu patrão; um operario, a seu mestre, etc. Finalmente, todo o subordinado deve respeitar o seu superior, e, em geral, todos os que são mais avançados em idade».

Um outro valor considerado como supremo, insere-se no divino respeito pelos deveres para com as pessoas idosas ou anciãos, os quais se devem honrar como reflexo da imagem dos próprios pais e avós. Por exemplo, nos tempos mais remotos da Grécia, os velhos ou idosos eram tidos em tão grande estima, que tinham direito aos primeiros lugares nas Assembleias Nacionais, sendo raras vezes permitido aos jovens questionar ou ombrear com eles:

«Na celebre Republica de Esparta a lei obrigava os mancebos a cederem o passo a um velho, fosse onde fosse; a levantar-se quando elle chegava; a calar-se quando elle fallava; e a escutar-o com respeitosa attenção. Entre os antigos romanos, não se tributavam tantas honras ao nascimento e á fortuna como á idade: os velhos eram considerados por elles como semi-deuses. Nada era mais proprio para a conservação dos bons costumes do que esta especie de culto».

Com efeito, não há lei alguma que prescreva o respeito para com os mais velhos, mas esse respeito, que a lei não determina, pode ser observado, se levado por sentimentos religiosos. A este respeito, Cícero, célebre orador romano, no seu Livro dos Deveres proclama:

«Convem aos mancebos, ter toda a deferencia para com as pessoas mais velhas, e escolher d'entre ellas as mais honradas e estimadas para se valerem dos seus conselhos e auctoridade».

Deveres para com os iguais, consagra o primado de que todos os homens são iguais perante Deus, que manda que nos amemos como irmãos e todos os homens são do mesmo modo iguais perante a lei: “Deus, diz a Bíblia, não faz acepção de pessoas”. O que as distingue são as obras. Cada um na sua situação e no seu cargo. No entanto, a sociedade admite distinções entre os homens:

«Pelo assentimento geral dos homens de todos os tempos e de todos os paizes, a idade, os serviços feitos á patria, os cargos importantes, o merito, a sciencia, os talentos têm mui naturalmente estabelecido distincções entre as diferentes classes para vantagem da sociedade. Que seria, com effeito, da mesma sociedade, se um simples cidadão pretendesse ser igual ao magistrado? Que quadro offerceria uma familia que representa em ponto pequeno essa sociedade, se os filhos quizessem ser iguaes a seus paes?» «(...) os iguaes de um menino são seus irmãos, os seus condiscipulos e mancebos da mesma idade. Um homem considera como seus iguaes aquelles que são da mesma condição, embora sejam mais moços».

Assim, os deveres a cumprir para com os nossos semelhantes ou «iguaes» (e aqui “semelhantes” são todas as outras pessoas), são «a caridade christã, a philantropia, ou o amor dos similhantes». Por isso, assume particular relevância o conceito de *Civilidade*, uma vez que:

«Serve para conservar em seus justos limites a familiaridade, tantas vezes disposta a tomar certas liberdades que podem degenerar em insolencia ou grosseria, e cujo primeiro mal é occasionar o desprezo ou a desconsideração. Pois é necessario ter tantas atenções com os nossos irmãos e irmãs - é, no centro da familia que se deve aprender a caridade. É no affecto fraternal que deve principiar o affecto para com os nossos similhantes em geral. A intimidade jamais deve fazer esquecer a civilidade entre irmãos e irmãs. Um irmão deve usar de maneiras ainda mais delicadas para com suas irmãs, que a natureza formou mais fracas e mais sensiveis do que elle. Aquelles que contraem habitos grosseiros a respeito de seus irmãos e irmãs, dão logar a que se presuma mal dos seus sentimentos, e expõem-se de mais a mais ás consequencias da sua grosseria para com outras pessoas».

Em jeito de sùmula, podemos dizer que:

«... Os deveres que a civilidade prescreve são tão gratos a cumprir! Depois de nosso pae e de nossa mae, nossos irmãos e irmãs são os amigos que Deus collocou mais proximos de nós. Aquelle que conhece, de tenra idade, todo o valor d'essas affeições de familia, e cuidadosamente as cultiva, mais tarde, quando apparece na sociedade, leva comsigo esses costumes affaveis e nobres que inspiram aos outros o desejo de os imitar».

De acordo com o autor, a história oferece exemplos de amor fraternais e bem sensíveis:

«Um dos mais salientes é o de Proculeo, cavalleiro romano. Por morte de seu pae, dividiu o seu patrimonio em partes iguaes entre seus dois irmãos, Murena e Scipião. Tendo estes porém perdido todos os seus bens em consequencia da guerra civil, repartiu o mesmo Proculeo com elles o que tinha».

A civilidade também se aplica aos amigos:

«A verdadeira amizade não é outra cousa mais do que a imagem da ternura que a natureza cimentou no coração de um irmão para com seu irmão».

Muito curiosa é a abordagem que se faz da jovialidade e do gracejo, não devendo os mesmos ser banidos do trato entre iguais, desde que deles se faça uso adequado:

«A civilidade não exclue o gracejo entre iguaes. Logo porém que degenera em zombaria, torna-se reprehensivel, e até digno de desprezo. A zombaria mortifica sempre, quer ella se dirija ás enfermidades do corpo, quer a defeitos moraes. Offende o amor proprio, e o amor proprio offendido difficilmente perdoa. Pagar zombaria com zombaria - demasiadas vezes se lança mão d'essa especie de vingança, culpavel como todas as vinganças: ella então dá logar a um combate interminavel em que toma parte a malicia, que suffoca não só os sentimentos da justiça e da urbanidade, mas até os da religião. D'essa animosidade resultam contendias, rixas, ressentimentos, e não raras vezes odios inveterados que perturbam cruelmente a paz das familias e a harmonia da sociedade. Dar conselhos aos iguaes sem offender as regras da civilidade. Sim, e até muitas vezes é um dever; mas convém desempenhal-o com caridade, delicadeza e discernimento, sem o que póde indispor os animos dos outros. Se a zombaria recahe n'algumas extravagancias ou em leviandades, deve tomal-a, ainda que seja má, como uma lição proficua, não se encolerisar, e tratar de corrigir-se. Se o escarneo recahe n'alguma enfermidade corporea, deve ter bastante presença

de espirito para ser o primeiro a rir-se d'ella, procurando assim o meio mais acertado de reprehender, sem azedume, o incivil chocarreiro pela sua falta de caridade».

Ainda no domínio da civilidade, um excerto de um dos textos, refere como devemos conduzir-nos quando não conhecermos ou tivermos pouco conhecimento das pessoas com as quais privamos, sugerindo que:

«O meio mais seguro de sermos civis para com ellas é mostrar-lhes uma respeitosa deferencia. Em pontos de civilidade, antes mais do que menos. Assim estaremos certos da estima e do bom acolhimento de todos».

Uma outra parte da lição reporta-se aos deveres dos superiores para com os inferiores, estando estes obrigados a dar o exemplo de todas as virtudes aos subordinados, especialmente o da civilidade:

«Consideramos como nossos inferiores, aquelles que, por diversas condições, taes como empregos, serviços, educação, ou outra causa qualquer, estão collocados abaixo de nós na ordem social. Assim, desde os filhos até aos criados, todos, em uma familia, são os inferiores do pae e da mãe. Nas casas de educação, os discipulos são os inferiores do mestre».

Ou seja, os superiores devem comportar-se para com os inferiores:

«Tratando-os sempre com verdadeira benevolencia; o que todavia não exclue certa severidade, que algumas vezes se torna salutar».

Os «amos» estão, igualmente, por inerência da sua condição social, obrigados a cumprir todo um escol de deveres, os quais se enumeram:

«Alimental-os, pagar-lhes, cumprir religiosamente aquillo que com elles se ajustou, e ensinar-lhes o caminho da virtude. Os nossos criados formam quasi uma parte da nossa familia; e, ligados connosco pelos serviços que nos prestam, têm, segundo a amizade que nos professam, direito a esperar de nós demonstrações de indulgencia e bondade. Nada é mais agradável, nem mais consolador para um criado, e para os inferiores em geral, do que verem-se tratados com benevolencia pelos seus superiores. O amo altivo e brutal arisca-se a ser odiado, por maior que seja o salario que dê a seus criados. Pelo contrario, o amo bom e affavel tem n'ellas amigos fieis. Os nossos criados são homens como nós;

consequentemente devem ser tratados com humanidade, e considerados como amigos, quando se tornam dignos d'esse titulo».

A história antiga, sempre tão proveitosa, dá-nos algumas lições e exemplos a esse respeito:

«Em Esparta, vendo o filosofo Demonax um cidadão que maltratava um escravo, lhe disse: “Cessa de mostrar-te semelhante a teu escravo”, querendo assim significar que aquelle cidadão se aviltava pela sua barbaridade. Em Roma reputava-se um dever o tratar os escravos com moderação e bondade. As cartas familiares de *Cícero* provam a amizade e solícitude d'este grande homem para com o seu escravo *Tiron*, a quem teve o prazer de dar a liberdade, constituindo-o depois seu bibliothecario».

Uma outra temática abordada assenta no respeito ou deveres das crianças para com os criados de seus pais, e sobre se devem ou não considerá-los como seus inferiores:

«Tão sómente quanto seja necessario para não se familiarisarem com elles, o que seria contra a ordem estabelecida; mas em nenhum caso lhes é permittido prevalecer-se da vantagem da sua posição para os tratar mal. Seria por certo muito digna de censura uma creança, cuja razão ainda não esta formada, assumir a auctoridade de amo para com aquelles que o servem, e tratar com altivez as pessoas que a sua idade deveria, pelo menos, tornar-lhe respeitaveis. Os paes sensatos tanto não permittem este modo de proceder, que jamais dão taes exemplos a seus filhos. Contudo convirá que os superiores permittam aos seus inferiores ou subordinados que lhes dêem conselhos se forem mais moços e menos experientes do que os seus inferiores, e se esses conselhos forem dados respeitosamente. Os superiores devem respeitar os inferiores no sentido de que não se exige d'elles senão o que a religião prescreve, e a razão e a justiça reclamam. É do dever de todo o superior suavisar a condição dos seus inferiores».

No entanto, relativamente à questão da autoridade, esta não é posta em causa, uma vez que:

«Toda a pessoa que tem dignidade, e se respeita, póde ouvir as advertencias que lhe são feitas pelos seus inferiores, sem se humilhar. A sua auctoridade póde tirar d'ellas proveito, acautelando-se para não as merecer segunda vez. Assim, bem longe de perder, póde

ganhar. Um moralista italiano disse com muita razão: «nos superiores a indulgencia e a affabilidade são virtudes que lhes custam pouco, e lhes rendem muito».

Os superiores têm o direito de se agastar com os seus inferiores quando estes lhes faltam ao respeito que lhes é devido, devendo:

«Contentar-se em reprehende-los com brandura. É sempre signal de orgulho e fraqueza o dar-se por offendido d'aquelles que não têm para comnosco aquellas atenções que deveriam ter».

Este trecho diz-nos que os superiores devem usar de condescendência para com os inferiores, uma vez que esta ganha os corações e as vontades, a aspereza, pelo contrário, irrita-os. «Não tenho caridade, nada tenho», dizia S. Paulo. Antes dele, Jesus Cristo, havia dito: «aprendei de mim, que sou brando e humilde de coração; sede-o como eu, e obtereis paz e sossego».

Emilio Achilles Monteverde refere-se, ainda, aos deveres reciprocos do rei, ou do chefe do Estado e dos seus ministros:

«... dar aos povos o exemplo de todas as virtudes privadas e publicas, e principalmente da piedade e rectidão, da boa fé, e dos bons costumes; fazer observar e respeitar as leis, que elles proprios devem ser os primeiros a observar e respeitar escrupulosamente; castigar o crime; recompensar o merito e a virtude; manter os homens em paz, e fazer-lhes justiça; prover á educação religiosa, moral e intellectual do povo, e contribuir para o tornar feliz, desenvolvendo e favorecendo a agricultura, o commercio e a industria, fazendo florescer as letras, as sciencias e as bellas artes; sobretudo inspirando-lhe sentimentos religiosos, o amor dos seus deveres, da ordem, da economia, da obediencia ás leis, e a dedicação á patria».

E também fala dos deveres dos governados:

«Obedecer ás leis e ás ordens emanadas das auctoridades constituidas; contribuir com suas pessoas para a defeza da patria; e, em caso de necessidade, sacrificar pelo bem publico a parte de seus haveres que seja indispensavel para ajudar a sustentar os diversos cargos do estado. Os povos estão sujeitos ao cumprimento desses deveres porque sem obediencia não pôde subsistir a sociedade, nem tão pouco sem que os individuos que a compõem se não prentem a defende-la com as suas pessoas e bens. O cidadão, defendendo a sociedade a que pertence, defende-se a si mesmo; e contribuindo para as urgencias

do estado com uma parte dos seus haveres, logra a conservação da outra; não devendo jamais perder de vista que um tiro disparado para salvar a patria é um titulo de gloria».

E do cumprimento dos deveres das nações entre si:

«... uma nação, que é uma unidade moral, está sujeita a obrigações e deveres iguaes aos que cada individuo contrahe para com os seus semelhantes», devendo as mesmas «procurar entre si a melhor harmonia, obrando com lealdade e justiça nas suas relações umas com as outras, e, abster-se conseguintemente de tudo quanto possa concorrer para a interrupção d'essas relações. A guerra é lícita «sempre que tenha um fim justo, como a defeza dos direitos ou da independencia da nação, da integridade do seu territorio, a reparação de uma injuria, etc». A lei comum, entre as nações civilizadas, que regula as suas garantias e as obrigações a que estão sujeitas, tanto em tempo de paz como de guerra é «o direito publico externo ou internacional, a que também se chama direito das gentes».

E enumera, igualmente, os deveres gerais, deveres que são communs aos inferiores, aos iguaes e aos superiores, os quais:

«Consistem em abster-nos de tudo quanto nos não acharíamos dispostos a tolerar nos outros; e em accomodar-nos ao genio das pessoas com quem convivemos, por mais singular ou extravagante que seja. Devemos estar preparados a encontrar na sociedade pessoas desconfiadas, que se encolerizam sem causa, que tomam tudo ás avessas, que discorrem mal, que mostram um orgulho arrogante, ou uma condescendencia desprezível e desagradavel. Uns são mui fogosos, outros demasiadamente frouxos. Estes contrariam sem razão, aquelles não podem soffrer que os contrariem. Uns são curiosos e malignos; outros, insolentes sem terem a minima attenção com pessoa alguma. Outros persuadidos de que tudo lhes é devido, não obsequieiam ninguém, deixando comtudo de dar a conhecer que exigem ser obsequiados. Estes e tantos outros defeitos são, sem duvida, insupportaveis, mas é do nosso dever desculpa-los, lastima-los no nosso interior, e até soffrer os seus defeitos e extravagancias com indulgente paciencia», através do exercício «n'essa virtude e trabalhando por minorar a impressão que os defeitos alheios produzem em nós».

Para que tal seja possível, deve-se ter sempre em vista que não há defeitos de que não sejamos mais ou menos susceptíveis e que não nos possam lançar á cara, preceituando aquele velho adágio que diz «se queres que te poupem, poupa também os outros», Por isso, mais vale empregar a brandura do que a violência por via da paciência, constituindo uma das virtudes mais úteis na vida, e por conseguinte na sociedade.

O poeta Horácio já dizia, há cerca de dois mil anos:

«Pela paciência diminuámos os males que não podemos corrigir». – Mas que precisão há de recorrermos á auctoridade de um poeta do paganismo, nós que temos a ventura de viver na divina lei do evangelho? Ignorâmos porventura que a vida do redemptor dos homens foi um exemplo constante da mansidão e paciencia? Poderíamos acaso invocar maior auctoridade e imitar um modelo mais admiravel?»

Segundo o autor, resultam da observância destes deveres gerais duas grandes vantagens:

«A civilização, isto é, o melhoramento da sociedade em geral; e em particular, para a pessoa que concorre para este feliz resultado, a estima, a consideração e o affecto de toda a gente».

O *Manual encyclopédico, para uso das Escolas d' Instrução Primária*, de Emilio Achilles Monteverde, também enumera um conjunto de conhecimentos que acabam por abarcar quase todos os ramos da ciência e do saber, reunindo na mesma obra o essencial da vida em sociedade. Na sua parte primeira, aborda temáticas como: a Religião; as diferentes religiões: politeísmo, monoteísmo – Judaísmo, Cristianismo, Maometismo; a Escritura Sagrada; a História Sagrada: História do Velho Testamento, História do Novo Testamento e o estabelecimento da Igreja de Jesus Cristo.

Na parte segunda fala-se «das línguas e sua derivação; da gramática portuguesa: da etimologia, da sintaxe, da prosódia, da ortografia da literatura portuguesa, incluindo ainda os poetas e prosadores modernos e contemporâneos. Na parte terceira expõem-se conhecimentos de aritmética. Por fim, na parte quarta estabelecem-se as definições gerais de Geografia, sem olvidar a Geografia Política.

O autor demonstrou uma grande preocupação em definir uma série de conceitos, por forma a que os alunos os apreendessem facilmente, o que transmitia a ideia de uma notável preocupação metodológica na pedagogia das «creancitas», dando especial ênfase às noções de sociedade, família e civilização à luz da concepção reinante na época. Eis um exemplo esclarecedor: «Se os homens, que vivem em sociedade, têm morada certa, isto é, se habitam em cidades, cultivam as artes e as sciencias, e exercem o commercio, então constituem um povo civilisado. Os povos reunidos, sujeitos ás mesmas

leis e governo, com os mesmos usos e costumes, e fallando o mesmo idioma, constituem uma *nação* ou um *estado*. Considerada a terra sob o aspecto politico, divide-se em imperios, reinos, republicas, etc., que se subdividem em provincias, departamentos, districtos, concelhos, etc., povoados de cidades, villas, logares e aldeias. Chama-se *reino* o territorio governado por um monarcha, que tem o titulo de rei, como em Portugal, Italia, Gran-Bretanha, Belgica, etc.». Por curiosidade, refira-se que, em nota de rodapé, o autor da selecta informava que «ao tempo, em Portugal, Espanha e Inglaterra, as senhoras podiam subir ao trono». Este trecho deixa transparecer uma noção de sentido de Estado ou nação “civilizados”.

Prossegue com a explanação de conhecimentos de índole geográfica, definindo que «a capital de uma nação é a cidade em que residem ordinariamente o chefe do estado e as auctoridades que governam o paiz; assim Lisboa, Madrid, Paris, Londres, são as capitaes de Portugal, Hespanha, França, e do Reino Unido da Gram-Bretanha e Irlanda», respectivamente. «As povoações e dependencias de um estado fundadas e estabelecidas por seus habitantes em outro lugar do mundo distante chamam-se colonias». Referia, igualmente que, «a força de uma nação depende: 1.º, da sua população, isto é, da relação que existe entre a sua extensão superficial e o numero de seus habitantes; 2.º, das forças de mar e terra, cujo numero depende da população e das rendas do estado; 3.º, da industria e commercio, que de um pequeno Estado podem fazer uma poderosa nação». Esta selecta explicava, igualmente, que «o commercio colonial é o que se faz entre um paiz e suas possessões, como, por exemplo, entre Portugal e Angola, e outras provincias ultramarinas».

O estabelecimento de uma sociedade civil continuava o autor, «suppõe que os individuos que a formam reunirão as suas *vontades* e as suas *forças* para o bem comum; as suas *vontades* para ordenarem ou prohibirem aquillo que póde ser util ou prejudicial ao interesse de todos, em geral, ou de cada um, em particular; e as suas *forças* para executar aquillo que julgam conveniente. Ao resultado d’essa reunião de *vontades*, chama-se *lei*. A *força publica* é o resultado d’essa reunião de *forças* particulares. A politica, relativamente ás nações, é a arte de governar: regula o emprego que uma nação faz de todos os seus meios para assegurar a sua conservação e augmentar o seu poder e a sua prosperidade. Divide-se em *politica externa*, isto é, a que diz respeito ás outras nações, e *politica interna*, ou a que se refere ao proprio paiz. A palavra *governo* toma-se em diversos sentidos que convém explicar: 1.º, designa as leis fundamentaes, expressas

ou tacitamente estabelecidas por uma nação; e é segundo essa acepção que se diz do governo, que é *monarchico, republicano*, etc.; 2.º, designa aquelle ou aquelles que a nação encarregou, quando se constituiu em corpo politico, de lhe proporcionar todas as vantagens que tinha direito a esperar da união das forças e das vontades particulares».

Também ficava devidamente explicitado que, «os governos que regem as nações são de duas classes, *monarchicos* e *republicanos*. O governo monarchico é aquelle em que o poder supremo reside n'um só, que toma o titulo de *rei, imperador, sultão*, e *governo republicano*, aquelle em que o poder reside em muitos, entre os quaes há um com o titulo de *presidente*, que é eleito pelo povo, como acontece na Suissa, nos Estados Unidos, e em varias outras republicas da America, etc. Se o soberano governa só, segundo as leis estabelecidas, ou decreta outras livremente, chama-se ao seu governo *monarchico absoluto*; se, pelo contrario, não respeita lei alguma, e dispõe a seu grado dos bens, da liberdade e da vida de seus subditos, diz-se despotico; por ultimo, chama-se *governo limitado* ou *constitucional* aquelle em que o chefe do estado não póde exercer o poder sem o auxilio dos representantes da nação, aos quaes compete fazer as leis. A reunião d'esses representantes toma differentes nomes; assim, em Portugal e Hespanha chama-se-lhe *côrtes*, e n'outros paizes, *camaras dos representantes, parlamento, estados geraes*, etc».

Continuando com as definições de Geografia Política, se assim se pode dizer, explicava-se que «A *monarchia* é *hereditaria*, quando o poder supremo passa, por successão, para individuos da mesma familia, e *electiva*, quando a nação elege o chefe do estado na occasião de vacatura do throno. O governo *republicano* é *aristocratico*, quando o poder supremo se acha nas mãos dos nobres; *democratico*, quando governam os representantes do povo; e *mixto*, quando o poder reside em pessoas de differentes estados da sociedade. Chama-se *confederação* a reunião de muitos estados independentes uns dos outros, mas que obedecem a uma só auctoridade por elles eleita, como os Estados Unidos da America, a Suissa ou Confederação helvetica, etc». Ainda relativamente à Geografia Política da Europa, ficava claro que esta se dividia em: «Europa setentrional, Europa central e Europa meridional», sem esquecer a Geografia Política da Ásia, de África, da América e da Oceânia.

Na parte quinta estavam inseridos os conhecimentos e conteúdos da Cronologia e da História, especificamente da História em geral, da História antiga (hebreus ou judeus, egípcios, cartagineses, babilónios e assírios, medas e persas, fenícios, sírios, estados

secundários da Ásia formados pelos destroços do império dos persas e saeucidas); História dos povos da Europa (gregos e romanos); História da Idade Média; História da Idade Moderna; História contemporânea; História de Portugal, subdividida em tempos anteriores à Fundação do Reino de Portugal, História dos Reis de Portugal, vários factos e informações relativas à História de Portugal, títulos dos reis de Portugal, título do filho primogénito do rei de Portugal, descrição das armas de Portugal, descrição das armas das principais cidades de Portugal, descrição das armas de algumas vilas de Portugal, ordens militares ou de cavalaria extintas e existentes, ordem para senhoras, das antigas cortes de Portugal, cortes em que se trataram os negócios mais importantes para Portugal, desde o princípio da monarquia até ao ano de 1968, e a relação cronológica sumária das navegações, descobrimentos e conquistas portuguesas.

O autor deste manual, explicava que «a historia é a narração de todos os acontecimentos mais notaveis que têm tido logar nas diversas partes do globo, segundo a ordem dos tempos. É um quadro que offerece a nossos olhos a perspectiva dos seculos passados; um codigo em que se acham escriptas as acções dos homens, tanto boas como más. É na historia que se póde estudar successivamente a origem das nações, a fundação dos imperios, o seu progresso ou decadencia, as revoluções do globo, etc. A historia compõe-se de uma grande variedade de sciencias parciaes. A sciencia das épocas, ou datas, dos acontecimentos, chama-se *chronologia*, como já se disse; a sciencia que se occupa especialmente das instituições, dos costumes, das leis, do culto, etc., é a *sciencia das antiguidades*, de que depende a *archeologia*, que abrange os objectos materiaes, como a *architectura*, as *inscripções*, a *glyptographia*, a *numismatica*, etc».

O autor revelava ainda uma interessante preocupação, já naquela altura, com a definição das *fontes* da História que «são, ou falladas, ou escriptas, ou monumentaes, ou tradicionaes. As *fontes escriptas* são os *archivos*, as *chronicas*, os *jornaes*, os *escriptos philosophicos* e *litterarios* e as *memorias*. As *fontes monumentaes* são os monumentos de *architectura*, as *medalhas* e as *inscripções*. As *fontes falladas* ou *tradicioneas* são tradições populares e as *lendas*, os *hymnos*, as *festas*, os *usos*, as *etymologias*, etc», sublinhando, a este propósito que havia um estudo que «devia preceder o da historia», ou seja, «é indispensavel ter conhecimento da *chronologia* e da *geographia*, para se saber quando e onde tiveram logar os acontecimentos», afirmando mesmo que «daria provas de supina ignorancia a pessoa que referisse um acontecimento importante a uma época

muito diferente d'aquella em que effectivamente teve logar; como se dissesse, por exemplo, que o nascimento de Jesus Christo fôra anterior á fundação de Roma, etc».

Neste sentido, «estudar os acontecimentos sem conhecer os logares em que se passaram, cançar a imaginação quasi sem fructo, porque, ou esquecem facilmente, ou apenas se conserva d'elles uma léve idéa; quando com o auxilio da geographia é quasi impossivel que se apaguem da memoria. É com razão, portanto, que se diz que a *chronologia* e a *geographia* são os olhos da *historia*. O conhecimento da *geographia antiga* é muito necessario para se poder tirar proveito do estudo da historia dos povos da antiguidade». Daqui decorre «a necessidade de estudar a historia - sendo a historia o assumpto ordinario da conversação entre as pessoas instruidas, ficaria sujeito a passar por grande vexame aquelle que a ignorasse; pois havia de guardar um silencio vergonhoso, mostrando assim não ter instrucção, ou não haver tirado proveito dos seus estudos. Cícero dizia: “Não conhecer o que se passou no mundo antes de nós, é permanecer na infância”». É surpreendente, à luz da realidade e do mundo actual, a extrema importância que se dava ao ensino da História naquela altura, e a noção de que o passado era essencial para se compreender o presente e perspectivar o futuro, como se se tratasse de um fio condutor da existência dos povos e, em sentido mais amplo, da própria Humanidade. Se o autor deste e doutros manuais da época viessem hoje ao mundo, o que diriam da diluição das histórias colectivas das várias nações, em função de uma galopante globalização cerceadora das identidades nacionais em prol de uma ordem mundial única e unívoca, a caminho de uma espécie de cultura global, de cujas consequências ninguém faz ainda a mínima ideia?

Voltando ainda ao manual de Achilles Monteverde, a sua parte sexta era de carácter eminentemente técnico, contemplando noções gerais de física e de química. A parte sétima era consagrada à historia natural, com noções gerais de Geologia, de Mineralogia, de Botânica e de Zoologia. Por fim, a parte oitava estava repleta de noções gerais de Mitologia.

Em suma, estamos perante um manual, editado em 1893, que reunia um autêntico manancial de conhecimentos que o transforma num compêndio das ciências e dos saberes essenciais à formação integral dos alunos, e cuja consulta poderia ser muito útil aos editores de manuais dos dias que correm e a quem tem responsabilidades na sua selecção e adopção.

No que nos toca, apetece consultar este manual de ponta a ponta, ao pormenor, por forma a preenchermos as lacunas que advêm de uma incompleta formação, inclusivamente dos bancos da universidade (e referimo-nos concretamente à licenciatura em História), onde muitas das temáticas aqui tratadas não são abordadas, como por exemplo as grandes civilizações do mundo antigo, as quais não justificaram a existência de uma única cadeira ao longo de quatro anos de formação, algo que consideramos verdadeiramente incompreensível. Com efeito, a História não se circunscreve apenas à Europa ou à civilização europeia (que foi a base da referida licenciatura), sendo muito mais que isso, sob pena de vivermos numa estreiteza de pensamento eurocêntrico, porventura limitador de um diálogo de civilizações e de um pensamento mais aberto e tolerante para com os outros, como infelizmente se tem visto, por exemplo, na relação com o mundo árabe e da qual têm resultado as nefastas consequências que se têm visto.

4.8. *Selecta de manuscripto para uso das escolas d'ensino primário por A. Simões Lopes, Inspector d'Instrução Primária e aprovado pela Junta consultiva d'instrução pública, de António Simões Lopes (1901)* (veja-se o anexo, pág. XX, fig. 20)

A *Selecta de manuscripto para uso das escolas d'ensino primario* por António Simões Lopes, Inspector d'Instrução Primária e aprovado pela Junta consultiva d'instrução pública, publicada em 1901 dirige a sua atenção para os valores sociais, abordando-se constantemente temas como a justiça social, a igualdade, o respeito pelo indivíduo, a dignidade humana e a liberdade.

Incorpora textos de vários autores, incluindo episódios pátrios, definições alargadas e ilustradas de virtudes, vícios, lições de coisas, *higiene* e provérbios. Citando D. Antonio da Costa, na sua obra «A instrução Nacional», António Simões Lopes sublinha a importância da escola para o desenvolvimento global da sociedade.

«Não confundamos a escola na sua organização administrativa de que tratámos anteriormente, com a escola na sua organização educativa e litteraria.

Que foi, que é, que deve ser a escola? O século 19º é, em relação à escola primária, a linha de demarcação entre dois mundos. Hontem as trevas, amanhã a luz.

O ensino universal vae n'um período de transição. Affigura-se um vasto campo o subito chegar de um exercito com o seu tropear de cavallaria, com as suas ondas, com o estrondear de artilherias, com os seus hymnos guerreiros e com a vozeria de todos e de

tudo. A tal se assimilha no campo dos povos a invasão da instrução primaria, com as suas escolas infantis, elementares, complementares, mistas, normaes, de adultos e as bibliothecas populares, e as associações e os inspectores, e as conferencias, e todo esse exercito das instituições populares do ensino.

A simples aula do ler e do ler barbaro converte-se numa instituição que age como uma aurora e que tem a força motriz de um mundo.

Que fenómeno é este? E uma das revoluções mais admiráveis de quantas tem produzido o nosso tempo.

Até ao seculo 19º a escola primaria não tinha senão uma significação: vivia para a illustração superior. Como a illustração superior era monopolio exclusivo das classes privilegadas, quer se clamasse clero na primeira parte da idade média, universidade no periodo seguinte, elemento scientifico no renascimento, absolutismo real por fim, a escola primaria não representou (...) successo dos seculos e das civilizações senão uma necessidade para o elemento social, que predominava. Degrau indispensavel sem utilidade em si mesmo.

As camadas superiores da montanha humana precisavam d'aquelle vento para vegetar, mas a immensa extensão das arêas populares que importava que ficasse esteril atrasada?

Pedimos que se note. A ignorancia popular não representava uma simples escravidão de classe, como representa a escravidão da mulher, da creança, do pobre ou do soldado, e por isso tem sido a mais larga das escravidões, a escravidão universal.

A libertação da mulher libertou só as mulheres, a da creança libertou só as creanças, a do escravo libertou só os escravos, a do trabalhador libertou só os trabalhadores. Pelo contrário, a escola popular quando acaba de dizer: "Ensinae os ignorantes" liberta a humanidade toda, e no lábaro, que arvora, traz escripto: "Nascimento da razão universal".

A escola antiga, abrindo as pórtas só às classes ricas, representava a escravidão do pensamento. A escola moderna, a escola popular, representa a emancipação da natureza humana. Todas quantas reformas possam caber em partilha a este seculo, todos quantos descobrimentos possam ter saído do espirito dos homens, são nadas em comparação com a escola primaria universal, redempção de todos e de cada um. A nova escola deixou de ser um effeito para se converter n'uma causa.

Em vez de pallido reflexo da defeituosa organização social, é pelo contrario quem incorpora a luz e encaminha o destino das nações».

De seguida, o autor cita alguns adágios ou provérbios populares relacionados com a educação, os quais são deveras elucidativos:

«Quem não sabe ler nem escrever é facilmente logrado por aquelles que teem essa vantagem».

«A instrucção é o adorno do rico e a riqueza do pobre».

«A melhor herança que um pae póde legar, a seus filhos, é uma boa educação e o exemplo das suas virtudes e boas acções».

O ponto de partida do texto que se segue (mais uma vez, uma citação de D. Antonio da Costa em «A instrucção Nacional», é a constatação que os manuais escolares exercem nos processos de socialização e de construção da identidade de crianças e jovens um papel importante, sublinhando a extrema importância da educação da mulher tendo em vista a construção de um mundo novo, em que à mulher é reservado um importante papel em termos de equilíbrio social, cívico, patriótico, moral, económico e educativo. A imagem desta aparece associada, predominantemente, à reprodução e ao papel de mãe, sendo representada, fundamentalmente, no contexto familiar e no espaço privado, ligada às tarefas domésticas e associada às dimensões afectiva e física. A mulher é terna, bela, frágil, paciente, poupada, inteligente, numa configuração de mulher-anjo.

«Concebiam-se a mulher do mundo velho sem educação. Não se pode conceber sem ella a mulher da sociedade moderna.

Filha, espôsa, mãe; que trindade personalisada no amor dentro da sociedade livre e amavel que abre as portas do futuro!

Filha, é a doçura do lar, uma gota de orvalho resplandecendo cada manhã ao abrir do dia domestico. Desenvolvi-a pela educação, e todas as flores Moraes de tão formoso ramalhete farão d'aquella menina uma futura dona de casa em qualquer das classes em que nasceu, herdando as virtuosas tradições de honra e de carinho na familia e indo traduzir na casa, que hade ser a obra do seu coração, o original da propria mãe, aperfeiçoado por ella. Espôsa e mãe; que horizonte lhes abre a escola para ao depois transformarem em escola a propria casa.

Dizem que há um poema no coração de cada virgem. Eu digo que há um segredo no coração de cada mulher. Mas para que este segredo se descubra, e produza resultados admiráveis é que se torna indispensável a educação. Reguem as flores a mysteriosa operaria do favos e vejam se ella poderá fabricar a doce industria dos campos. A escola é para o coração da mulher o que a flor é para a intelligencia da abelha. É para a mulher o que o ar

é para a água, que o rasga em demandada immensidade. O ar não lhe dá azas mas é indispensável condição para o vôo.

A instrucção artistica não creou os Bellinis, os Pradiers, nem os Dantes; mas atiraes com aquelles géneos do mundo para os desertos, como atiraes com as mulheres para a ignorancia e vêde como elles poderiam produzir os poêmas das cores, das harmonias, dos marmores e da cadencia que são a maravilha das gerações. É assim a educação da mulher: a alma lapidada pelo bem. A mulher educada fundará no lar o seu reino do amor e do trabalho. Os corações que alli brotarem, ir-se-ão formando ao influxo d'aquelle coração supremo.

No mudo exemplo de cada acto, na meiga applicação do dizer em cada momento, nos passeios defronte dos quadros expostos nas lojas das povoações urbanas, defronte dos quadros ainda mais vivos da natureza nas povoações ruraes na presença dos acontecimentos geraes do dia ou do logar, encontra a mãe instruída, os elementos naturaes para ir aperfeiçoando o character do filho ou a alma casta d'aquelles a quem deve legar um espirito carinhoso, tudo dito da maneira de que a mulher tem o instincto e de que a mãe tem a sciencia. Se a creança abastada vae para o collegio, ou a creança popular para a escola, estampa-lhe para sempre na memoria o cuidadoso mimo com que a veste e asseia modestamente, dando-lhe a um tempo conselhos rápidos de bom comportamento, e terminando com aquelle farto beijo em que sobe a Deus uma prece materna, e em que desce uma benção santificada; serie de actos que podem esquecer n'aquelle dia à imaginação buliçosa, mas que relembram, como presentes, nos tempos futuros, quando por succeder o que a mãe queria evitar, descubra a infantil consciencia a razão com que a mãe lhos dictava.

Na boa ordem de tudo, no arranjo dos vestuários para os filhos, na divina economia, que produz a grande fartura é um thesouro para a falta occasional do trabalho ou para a doença é que se conhece a mulher educada, typo da operária laboriosa, a um tempo providencia da casa e exemplo vivo para os seus adolescentes filhos, ramos que recebem a seiva d'aquella raiz, gloria da patria (...), porque é um erro imaginar a patria que a sua gloria lhe provém dos feitos de sangue, e não igualmente dos actos reconditos de abnegação, de trabalho que resáem das classes populares, e que mais e melhor hão-de resair à medida que ellas forem sendo mais educadas e instruidas. Educar assim a mulher é, como principio nacional, dar à pátria a verdadeira constituição do progresso.

Se a mulher bondosa é admirável por encerrar thesouros sempre novos e inesgotáveis, a mulher hypócrita, beáta, descrente, é o ente mais perigoso. Razão suprema para a educação feminina. Nem é necessário que seja má para produzir afabilidade, basta que não seja bôa. A casa tornar-se-ha então n'uma desgraça commum; os filhos rôtos, malcriados,

estupidos. O marido, vendo defronte de si uma esposa ignorante e desleixada, aborrecer-se-há d'ella, e substituirá o lár pela taberna.

Mais jogo para desferrar o perdido, mais vinho para afogar a memoria, e nem esquecimento nem desforra. Por fim lágrimas ou prostituição para as filhas, para os filhos vadiagem ou costa de Africa.

Não é só uma questão moral este grande problema da educação feminina, é conjuntamente uma questão social e economica.

Ao emprehenderem uma reforma de caminhos de ferro, de agricultura, de industria, calculam logo os estadistas a valia financeira que resulta do novo melhoramento e a compensação lucrativa que elle produzirá. Pois quando se trata da educação feminina, é resultado que nunca vi commemorar. Só atemorisa a despeza do semear e não se attende às rendas da colheita. Lembrem-se de que na educação da mulher vão ter um augmento immenso de riqueza social. Educar a mulher não é só lançar a toda a superficie do paiz um elemento de moralidade publica, é ainda mais, é reorganisar a industria nacional da maternidade da família».

O autor prossegue, exortando os alunos para a importância da leitura e interpretação do texto acima citado, sobre a educação da mulher e a premente necessidade de criação de escolas femininas:

«Almas generosas, que vos compenetraes da importância da educação feminina, lede e meditaes o magnifico artigo que transcrevemos d'um livro escripto por uma das mais robustas intelligencias da nossa patria, o ex.mo Sr. D. Antonio da Costa, apóstolo constante e dedicado da instrucção nacional. E não descanceis de empregar todos os esforços de que fordes capazes a bem da educação da mulher. Quando sollicitardes uma escola para infancia masculina da vossa terra, sollicitaes logo outra para o sexo feminino; e se alguma d'ellas tiver de preceder algum tempo a outra, que seja a do sexo feminino a primeira.

Attentae n'esse desconsolador espectáculo que apresenta a freguezia rural onde vedes trinta ou quarenta creanças percorrendo a rua d'aldêa sem nada fazerem, abandonadas a si, sem ningem que as dirija, porque as mães sahiram para o campo, e lastimae este abandono. Se interrogardes essas creanças sobre o seu estado educativo e instructivo, vereis o desgraçado e lastimoso estado em que se acham!...»

Em 3 de Agosto de 1870, D. António da Costa, que sempre se revelara particularmente defensor da instrução feminina, cria duas Escolas Normais, uma em Lisboa e

outra no Porto, exclusivamente destinadas ao sexo feminino, e também um Instituto de Educação Feminina resultante da reunião, em um só Recolhimento, de vários Recolhimentos já existentes na Capital, com o fim de promover a “Educação física, moral, intelectual e profissional às crianças do sexo feminino das classes desvalidas, tendendo a formar verdadeiras mãos de família».

No texto que se segue, o autor enfatiza a importância da educação e da instrução como requisitos essenciais ao aperfeiçoamento do homem, fazendo a distinção entre ambas:

«Na sua acepção mais racional a palavra educação significa formação moral do homem.

A educação tem por fim corrigir os vícios, reformar os hábitos, polir os costumes. Ella modifica as inclinações do homem, aproximando-o da perfeição. É na moral evangélica que a educação precisa basear-se. Os usos, o exemplo, os costumes públicos, as mesmas leis, têm sua influência na educação; porém, sem o princípio religioso sua eficácia é quase negativa.

É no berço da criança que começa a sublime tarefa da educação; sendo a mulher a primeira preceptora do homem, e o primeiro instrumento da sua educação.

Confunde-se geralmente a educação com a instrução.

A primeira é a cultura do coração, a segunda do espírito.

Pode ter-se recebido uma variada e sólida instrução e ter-se recebido uma defeituosa educação. O homem bem instruído nem sempre é bem educado, como o homem bom, nem sempre é bem instruído.

O homem que a uma boa educação reúne uma variada e sólida instrução é o que está mais próximo da perfectibilidade humana.

Numa boa ou má educação está sempre o futuro do homem. Devem, pois todos os pais e todas as mães, tutores, parentes ou protectores empregar todos os esforços possíveis para darem a seus filhos ou subordinados ou boa educação que deve ter sempre por base, o dever, a honra, a lei, a moral, a justiça, a caridade, a religião. O amor do trabalho, da família, da pátria etc.»

A rematar este texto, o autor cita Almeida Garrett, quando este diz que «a religião de Christo é a mãe da liberdade, a religião do patriotismo a sua companheira».

Seguidamente, e apoiando-se na obra *O monasticon* de Alexandre Herculano, António Simões Lopes canta loas ao Cristianismo, o mesmo é dizer, à religião Católica

Apostólica Romana, reconhecendo em Cristo a razão da existência humana e a encarnação dos valores morais que norteiam a conduta humana:

«Mais de sete seculos são passados depois que tu oh! Christo vieste visitar a terra.

E as tuas palavras foram escutadas (...). Era que n'essas palavras divinas havia uma poesia celeste, a qual as almas rudes, mas virgens, do septemtrião sentiam casar-se com as suas primitivas virtudes.

Tu evangelisavas a verdade e condemnavas todo o genero de tyrannia, tu restituias ao valor a sua generosidade, á generosidade a sua modestia, tu revelavas inauditos mysterios no esforço de morrer: a constancia dos teus martyres escurecia a dos nossos guerreiros quando, debaixo do punhal do inimigo victorioso, recusavam confessar-se vencidos.

Tu, convertias o amor, este sentimento delicioso, até então limitado no gôso material da mulher em grande e sublime affecto; alargavas o ambito do coração por toda a terra, por tudo quanto n'ella vive e respira, e davas-lhe para conquistar todas as existencias dos ceus.

A generosidade, o esforço e o amor, ensinaste-os tu em toda a sua sublimidade: só nas almas dos barbaros estavam elles em germen. Não para os romanos, corrompidos, mas para nos os selvagens septemtrionaes, era o christianismo. Para elles o Evangelho assemelhava-se ao sol que rompe alem das serras, e que illumina, aquece e alegra, para os escravos abjectos dos Sesares assemelhava-se ao sol mergulhando-se no mar que so deixa nos campos escuridão (..) e tristeza».

O valor do trabalho também merece um especial reparo:

«Um dos maiores favores que o homem deve a Deus é o ter-lhe dado braços, saude e força para o trabalho. Todos veem ao mundo para trabalhar, cada um na occupação que a natureza lhe destinou. O mandrião e ocioso é um fardo que a sociedade vê com repugnancia; todos lhe viram as costas e o despresam e até a mesma o vem muitas vezes atormentar.

Na casa do mandrião, a mulher chora a sua infelicidade a um canto da miseravel habitação; os filhos choram de fome, a cosinha não tem um único utensilio, não há uma cadeira, a cama é apenas uma esteira velha e uma manta esfarrapada. As desgraçadas creanças, mortas de fome, dormem no chão, sem nada que as resguarde do frio. Nos rostos d'essas creanças onde devia reflectir-se a alegria, a saúde, o vigor, vê-se os symptomas d'uma constituição franzina, consequencia da fome (...). Na casa do homem diligente e trabalhador, pelo contrario, tudo respira alegria e saude.

A cosinha caiada e limpa, tem todos os utensílios próprios; a pequena sala muito bem lavada e aceiada está guarnecida d'algumas cadeiras e mezas, onde se reflecte a limpeza e o cuidado da dona da casa. O quarto de dormir é um gosto vê-lo; alvos lençoes, cobertor e colcha, tudo indica a boa ordem que reina n'aquella habitação.

A pequenina cama, onde dormem duas robustas creanças, revela o arranjo e o amor maternal, com que é conservada.

A alegria que se pinta no rosto da mãe e dos filhos, manifesta a actividade do pai, que no campo ou na officina suporta contente as lides do trabalho.

Que felicidade domestica se gosa nesta casa!

À noite quando o pai chega a casa, basta-lhe o terno beijo da esposa e o inocente abraço dos filhos para lhe fazer esquecer as fadigas do dia e ficar contente.

Pelo contrario, quando o mandrião e desleixado chega a casa a esposa martyrisada custa encontrá-lo, os filhos nem sequer vão ao seu encontro, porque elle sempre cabisbaixo nem uma palavra lhes dirige. A isto é que se chama completa desgraça.

Devemos pois trabalhar, trabalhar sempre, porque o trabalho traz a abundancia, a saúde, a alegria e a felicidade para nossa familia e o respeito e consideração de quantos nos conhecerem».

Num pequeno mas enternecedor, bucólico e poético excerto, retrata-se o espírito de missão de uma professora, ciente da importância do seu papel na formação integral das crianças, ao mesmo tempo que nos remete para a imagem encantadora e inspiradora que encerram, e onde se respira a ambiência social na qual se movimentam e sua intrínseca importância social:

«Vós ensinaes a ler, senhora; é a suprema função do estado. (...) Choraes muitas vezes, mas sois quem da almas á sociedade, formaes homens; ides mais longe, formaes mães, que poderão ensinar a ler seus filhos.

Muitas vezes, senhora, passando por defronte d'um sumptuoso palacio guardado por um homem a cavallo de sabre em punho, tenho pensado na casinha onde habitaes, modesta e elegante, cujas paredes alvejantes como o leite, são atapetadas pelas roseiras de Bengalla (...), e pensando n'esse poetico viveiro da infancia, onde as andorinhas d'aldeia chilreiam o alfabeto sob a vossa direcção maternal, digo então, é ali que deve ser o verdadeiro palacio; e magestade por magestade, é talvez o vosso, que mais importancia tem aos olhos do Deos da intelligencia».

A professora tinha de ser um exemplo, mulheres que hoje seriam na mesma notáveis, notáveis para qualquer época. Os valores que elas nos transmitiam são intemporais: a atenção, o trabalho e o reconhecimento dessas mesmas qualidades nelas próprias, dignas de admiração e de respeito, pela sua capacidade de dedicação e de trabalho. Por isso, o contacto com os primeiros mestres é muito importante. O educador tem de prestar aos interesses de cada educando a mais cuidada das atenções. Do bom governo dos interesses depende e deflui o êxito do processo de instrução educativa. É no interesse que se enraíza todo o processo de instrução educativa.

Outros valores considerados são os do perdão, da caridade e da beneficência:

«O perdão é a completa remissão d'uma falta, ou d'uma offensa (...). Perdoamos, quando esquecemos verdadeiramente essa falta ou offensa, não restando d'ella vestígio algum na nossa alma. Deus perdôa ao pecador arrependido, um pae perdôa a seu filho, um senhor a um servo, e enfim, todos aquelles que amam a Deus devem perdoar todas as faltas ou offensas do proximo, porque assim o prometemos todos os dias, quando rezamos o Padre Nosso, por estas palavras “Perdoae-nos, Senhor, as nossas Dividas, como nós perdoamos aos nossos devedores”, isto é, perdoae-nos as nossas faltas e nossos êrros como nós perdoâmos as faltas e êrros que os nossos semelhantes commetem contra nós. O perdão é um acto de clemencia, ou de generosidade; é a mais nobre vingança».

«A verdadeira caridade não é synonymo de beneficencia ou de philanthropia; estas duas virtudes são puramente humanas. A caridade tem uma origem mais santa e nobre, é filha do Christianismo. É um sentimento sublime que proporcionou à humanidade um apôio desconhecido até então, e lhe revelou o mais bello character da sua natureza divina.

A caridade, distincta de todos os outros sentimentos no que tem de mais desinteressado e mais fecundo em seus resultados, se distingue ainda pelo character de actividade moral que lhe e própria. A acção é para ella uma condicção de existencia; o Evangelho condemnou-a a não ser cousa alguma sem as obras. Essencialmente prodiga em beneficios, dedicação e grandes sacrificios. Deve ser ao mesmo tempo uma virtude e um sentimento, ou antes é um sentimento pratico do qual o Christianismo fez uma sublime virtude. Os elogios do mundo, quase sempre estimados podem conduzir á beneficencia; a caridade, isto é, o amor do homem por seus semelhantes por causa de Deus, não só não tem em vista os applausos e o reconhecimento, mas ainda despreza a ingratição do mundo. O reino de Deus é a unica recompensa desejada».

«A beneficencia é uma virtude que nos leva a praticar o bem; é filha do bem (...) e do amor da humanidade. O homem não tem verdadeiro de seu senão o que dá; o que se guarda deteriora-se, está sujeito aos accidentes, e nos é arrebatado, enfim pela morte. O que se dá nunca *mais* é para nós. Marco Antonio caindo sob os golpes da fortuna disse “Não tenho de mim senão o que tenho dado”. Há grande differença entre a beneficencia e a caridade. A beneficencia, baseia as suas inspirações n’um principio d’humanidade; a caridade, d’uma natureza mais sublime, baseia as suas em uma religião santa, que lhe fez encontrar ineffavel prazer nos maiores sacrificios (...)».

António Simões Lopes vê a mulher integrada na família como pilar fundamental da ordem social, socorrendo-se de um texto de Delphino V. Caldas.

«A familia é o sanctuário da mulher; é poderosa a influênciã que ella exerce ali; sem a sua presença o lar tornar-se-hia um sepulchro; se ás suas qualidades de filha, esposa, e mãe alliar a intelligencia, e a illustração, transformará o lar domestico, de (...) triste e monótono em instancia alegre e jubilosa.

Quem suabisara os dissabores vulgares da vida material senão ella, da qual o homem com o seu injustificavel orgulho recusa a sua influencia?

Sem ella, o que seria da familia, esse berço da nossa infancia, esse porto de abrigo de nossa juventude, refugio da idade madura, santo asylo contra os desenganos?

Seja o casamento a santificação do amor e não o laço (...) que mais magôa e mata o coração!»

Deixa, igualmente, algumas noções sobre justiça:

«Consiste a justiça em dar acção (...) esta só pode existir entre homens reunidos em sociedade e governados por leis sabias e justas. A Equidade pelo contrario, é a lei natural, fundada no sentimento intimo que nos leva a praticar para com os outros o mesmo que desejamos se pratique para comnosco. Não causeis prejuizo a pessoa alguma, e reparae as perdas que lhe houverdes causado, eis os preceitos da justiça.

Não faças a outrem o que não quizeras que te fizessem, fazer a outrem o que quizeras que te fizessem, taes são os sublimes preceitos da Equidade.

O maior triumpho da Equidade consiste em ser a um tempo justa e equitativa».

Simões Lopes foi ainda buscar algumas «Fábulas moraes ou apologos: *O lobo e o cordeiro*; *O gallo e a rapôza* de Lafontaine; *O Lavrador e seus filhos*; *O côrvo e a*

rapôsa, de Esopo, e a *Fabula das cotovias*, de Manoel Bernardes, a qual deixamos aqui ilustrada:

«Mui judicioso é o apólogo que se conta das cotovias, que tinham seus ninhos entre as searas. Dissera o dono do campo a seus creados que tratassem de metter a fouce, se vissem estar os pães sasonados. E ouvindo este recado uma d'ellas, foi pelos ares avisar as outras, que mudassem de sitio, porque vinham os segadores. Porém outra mais velha as aquietou do susto, dizendo: deixemo-nos estar, que de mandar elle os creados a fazer-se a obra, vae ainda muito tempo. D'alli a alguns dias ouviram, que o dono se agastara com os creados, porque não tinham feito o que lhes ordenara e que mandava sellar a égua para ir elle mesmo ver o que convinha.

Agora, sim: (disse então a cotovia astuta) agora sim, irmãs, levantemos o vôo, e mudemos a casa, que vem quem lhe dóe a fazenda».

A moralidade desta fábula explica-se perfeitamente com o provérbio português «quem quer vai, quem não quer manda». Neste sentido, o autor expõe ainda alguns pensamentos, provérbios e máximas morais.

Segue-se um interessante capítulo intitulado «História de Portugal», onde se enumeram os factos mais relevantes da sua existência até então.

«Portugal é o reino mais occidental da Europa, na península hispanica, e estende-se de Melgaço na fronteira da Galliza até ao Cabo de Santa Maria no Algarve. A Península hispanica, que é a porção de terreno mais occidental da Europa foi antigamente conquistada por diversos povos, e dominaram-na successivamente os Fenicios, Gregos, Cartaginezes, Romanos, Godos e Mouros.

Em 714 A.c. os Arabes ou Mouros, conquistaram a Hespanha, arrojando os Godos para as vastas e escabrozas montanhas das Asturias, sendo o ultimo rei Godo D. Rodrigo. Os Godos refugiados nas Asturias fundaram um reino que foram sempre aumentando e fortalecendo á custa de terras tomadas aos Arabes.

Do exemplo d'este varios estados christãos se foram fundando, sustentando uma guerra constante com os Arabes que viam já enfraquecer e vacillar o seu dominio.

Mais tarde, fundados já os reinos de Asturias, Oviêdo, Leão, Castella, Navarra, Aragão e Galliza, e internamente organizados, foram estes reinos, depois de varias vicissitudes, fundidos em um grande imperio sob o dominio de Affonso 6.º que durante a sua vida sustentou com os arabes uma luta sem treguas. Para as repetidas batalhas que lhes dava,

alistavam os soldados e cavalleiros nos diversos países da Europa, onde as crenças religiosas eram as mesmas que as dos Christãos da península, e no numero d'esses cavaleiros veio de França D. Henrique, filho do 1.º duque de Borgonha.

Éra este fidalgo, como se vê, de linhagem illustre, e tanto se distinguiu na guerra contra os mouros da península que D. Affonso lhe deu em casamento sua filha bastarda D. Thereza e lhe deu o governo do condado portugalense, que se estendia das margens do Minho até ao Tejo, authorisando-o a juntar a este condado todas as terras que até ao rio Guadiana podesse conquistar aos Arabes.

Desde logo começou o guerreiro Conde a augmentar os seus dominios conquistando para o sul diversas terras aos mouros, e aproveitando-se das guerras civis em que se gladiavam os povos desavindos, concebeu o plano, de formar para si e seus sucessores um Estado independente do dominio Castelhanao.

Morreu, porém, no meio da sua obra, legando a sua mulher D. Thereza a sua ideia d'independencia, que ella procurou realisar, chegando a ostentar o titulo de rainha dos Portuguezes, se bem que sua irmã Urraca, rainha de Castella e Leão lhe contestava o direito de usar d'este titulo, porque isso era reconhecer a independencia do Condado Portuguez, quando elle apenas formava uma provincia em tudo sujeita ao reino de Leão, vindo por esta causa as tropas das duas irmans a ter diversos encontros, vendo-se D. Thereza na necessidade de reconhecer sua irmã D. Urraca como sua rainha. Seu filho D. Affonso, chegando ja a maioridade, era chamado ao governo do condado que sua mãe entregava exclusivamente ao Conde Fernam Perez de Trava, pelo que a fidalguia portugueza, com o jovem D. Affonso á frente, se pos em campo contra D. Thereza, que ficou vencida, sendo deposta do governo, tomando posse do condado o Jovem D. Affonso Henriques, que continuou a guerra contra os Mouros com grande felicidade praticando actos de verdadeiro valor.

Herdando de seus pais a ideia d'independencia (...) quando se achou mais forte aclamou-se Rei de Portugal isentando-se da vassalagem a Castella (...), firmou a independencia do Reino de Portugal, fazendo-se reconhecer Rei pelo Summo Pontifice em 1144.

D'essa epocha em diante Portugal continuou a serie não interrompida de suas gloriosas conquistas e audaciosas navegações e empresas que assombraram o mundo inteiro.

Foram os portuguezes que em 1497 descobriram por mar o caminho maritimo para a India, sendo o immortal Vasco da Gama, portuguez a quem coube essa gloria.

Em 1500 Pedro Alvares Cabral descobriu o Brazil, vastissima região d'America e pouco depois os portuguezes a começaram a povoar e a civilisar, elevando-o em pouco tempo, pelas condições naturaes e pela prodigiosa fertilidade do terreno, a um grande

estado de florescencia e de riqueza, de modo que em 1825 tornou-se um imperio independente.

Foi aclamado por seu primeiro Imperador D. Pedro, primogenito de D. João 6°. É por isso que os portuguezes são muito amigos dos brazileiros não só pelo parentesco entre as suas casas reinantes, mas porque elles são nossos irmãos pelo sangue pela lingua e pelo amor.

Outras terras e ilhas foram descobertas por portuguezes illustres e corajosos, taes foram Diogo Cam, Bartholomeu Dias, Gaspar Corte Real, João da Nora, Tristão da Cunha, Duarte Coelho, Fernam de Magalhães...

Ao passo que os portuguezes se enchiam de gloria pelas suas successivas conquistas e descobrimentos, deixando padrões da sua grandesa nas quatro partes do mundo na patria eram cultivadas as sciencias e as letras com esplendor.

A depravação dos costumes concorreu para que o Reino viesse a cair no poder de Castella em 1580, durante 60 anos, até 1640, em que o paiz proclamou de novo a sua independencia, sacudindo o jugo estrangeiro.

De balde trataram os Castelhanos de reconquista-lo, mas em todos os recontros foram sempre vencidos. Durou a guerra da independencia 27 annos, sem que os hespanhoes podessem obter vantagens sobre as armas portuguesas.

Em 1820 o povo cansado de sofrer abusos das constituições antigas, proclama a constituição, abre as portas dos carceres das Inquisições, as victimas, que jaziam n'aquellas immundas masmorras foram postas em liberdade. As lutas das novas constituições contra as antigas (...) prolongaram-se até 1833.

Desde essa epoca, Portugal é governado por constituições liberaes.

Do principio da monarchia até hoje a serie dos reis de Portugal apresenta tres dinastias e uma intrusa: Affonsina, Joannina, ou de Aviz, Bragantina e Filippina, ou intrusa».

Ainda dentro deste capítulo, o autor destaca num outro texto, sob o título *Commemoração Patriótica - 1.º de Dezembro de 1640*, a Restauração da Independência de Portugal.

«Soavam quatro horas da madrugada do dia 1.º de Dezembro de 1640 e os habitantes de Lisboa da muito leal cidade de Lisboa, recolhidos em suas habitações, não tranquilos como nos felizes dias de D. Manuel, mas sobressaltados, porque Filippe III, governava então Portugal. Três gerações de reis estranhos aniquilaram o poderio da Patria de Affon-

so Henriques, sessenta annos de oppressões aumentaram no peito o amor á independencia nacional».

A descoberta do caminho marítimo para a Índia também é focada nesta selecta, destacando-se os factos mais importantes desse feito heróico, de acordo com uma citação da obra de Jerónimo Osório, *Da vida e feitos de D. Manuel*.

«Mandou escrever a Vasco da Gama, El-rei D. Manuel; e tendo-lhe dado parte do que d'elle requeria, e exhortando-o com uma longa falla a se comportar com muita prudencia e valentia naquelle feito lhe commetteu o governo da armada. Distava de Lisboa quatro mil passos um templo religioso e santo (...). N'elle se recolheu Vasco da Gama na vespera do dia de seu embarque, empregando a noite inteira em orações e votos (...).

E então não somente os religiosos mas todos os mais, em altas vozes e os olhos cheios de lagrimas, pediam a Deus, que tão perigosa viagem lhes fosse a todos prospera e boa; e que tendo dado bom acabamento aquelle feito voltassem todos á patria com salvamento».

A história do Brasil também não poderia ser olvidada, explicando-se detalhadamente, aos alunos, como se cumpriu o «milagre da gesta ultramarina portuguesa», sendo sobrelevado o papel de D. Pedro I e a constituição da identidade do Brasil enquanto nação emergente do Novo Mundo bem como a sua prosperidade cultural, económica e comercial.

«A historia do Brazil, como imperio independente, é contemporaneo. Em 1825 foi a sua independencia reconhecida por D. João 6.º, como já vimos na historia de Portugal. Foi aclamado por seu 1.º imperador o Sr. D. Pedro 1.º e 4.º do nome em Portugal. Em 1826 o Sr. D. Pedro 1.º abdicou em seu filho, o Sr. D. Pedro 2.º e parte para a Europa; procuraram os brazileiros por todos os modos civilisar-se tendo conseguido; por que com a direcção de um monarcha tão illustrado como elles teem a felicidade de ter, é impossivel deixar de conseguir qualquer emprehendimento por mais grandioso que seja. Entre os actos que ennobrecem e tornam immorredouro o nome de D. Pedro 2.º distinguem-se: a coragem e constancia que mostrou na guerra com o Paraguay; a decidida protecção dada á instrucção popular; a abolição da escravatura; o grande desenvolvimento dado ao commercio; a constante protecção dada ás artes e ás letras; e a sua nobre recusa em consentir que os brazileiros lhe erigissem um monumento com que quieriam perpetuar o seu agradecimento pelos beneficios que lhes tem proporcionado, pedindo ao ministro que as sommas que houvessem de ser applicadas á edificacção de um monumento fossem empregadas na creação de escolas populares!

Este procedimento digno d'almas verdadeiramente nobres e grandes fazia com que espontaneamente os brasileiros lhe erigissem no seu coração um monumento eterno por tão nobre e generoso procedimento.

Em 1872 quando viajou para a Europa, todos os países mostraram o apreço em que tinham as suas altas qualidades, abrindo os braços para o receberem com a amizade e respeito devido às suas virtudes. O seu talento e illustração faz com que elle de preferencia, dispense a sua amizade aos sábios e preste o culto do respeito e da admiração por aquelles a quem a natureza deu uma esclarecida intelligencia. Em uma das aulas da universidade de Coimbra, em Portugal, assistindo a uma lição desenvolvida primorosa e eloquentemente por um estudante, o Sr. D. Pedro com o sorriso nos labios e o entusiasmo no coração abraçou aquelle mimoso filho de Minerva que tão brilhantemente soube mostrar os dotes com que a natureza o beneficiara. Em Portugal recebeu o Sr. D. Pedro publico testemunho de quanto o povo o respeitou por ser um monarcha virtuoso; e foi com sincera saudade que vio afastar-se do Tejo a embarcação que o conduziu ao seu paiz.

O espirito publico de beneficencia no Brazil desenvolve-se por toda a parte, e a protecção á instrucção popular brota espontaneamente de todos os corações. O Brazil, sendo já um paiz importante, ainda pôde vir a ser um grande e poderoso imperio, por que no espirito publico há vida e desejos de gloria e engrandecimento.

O seu fabuloso commercio com as principaes praças da Europa e d'America augmenta (...), e aquelle paiz abençoado vê-se enriquecer prodigiosamente».

Neste manual, o autor demonstrou igualmente a preocupação de ensinar os alunos a escreverem cartas aos seus pais, mães e mestres, onde estão subjacentes os valores morais, de que se deixa aqui um exemplo:

«Tive muita satisfação ao ler a tua carta, mas só por ter conhecido que foi dictada pelo teu bom coração, e não pelo costume geralmente adoptado de se darem boas festas nestas occasiões, como tambem por vêr que te esmeras em me agradar, applicando-te com cuidado ao estudo. Não afrouxes, meu filho, na carreira que tam bem encetaste; e sê sempre temente a Deus, submisso e respeitoso para com teus mestres, que eu por mim empregarei todos os esforços para te proporcionar uma verdadeira felicidade. Continua pois a ser tão bom filho, como até aqui o tens sido, e acharás sempre em mim um pae amigo da tua felicidade e um protector dedicado.

Adeus, recebe a benção de teu pae e amigo

Francisco Augusto D'Abreu

Evora 7 de Abril de 1875».

O autor começa por sublinhar a importância da escola para o desenvolvimento global da sociedade, recorrendo à citação de alguns adágios populares como forma de valorização da Educação. A educação e a instrução da mulher é vista como peça fundamental em ordem a formar cidadãos com valores que conduzam à perpetuação do engrandecimento da Pátria. Neste sentido, António da Costa defende a importância da criação de escolas femininas, porque só assim as futuras mulheres poderão obter preparação para instruírem e educarem os seus filhos na observância desses mesmos valores. Os alunos também são exortados para a importância das virtudes do trabalho, do perdão, da caridade, da beneficência, da justiça, da família e também do papel do professor na educação integral dos alunos. Aborda-se, igualmente, a história de Portugal e do Brasil com especial ênfase, e bem assim a Restauração da Independência em 1640, colocando a tónica no desejo incontido de autodeterminação da alma pátria.

A *Selecta de manuscripto para uso das escolas d'ensino primário* por António Simões Lopes, também dá ênfase especial aos conhecimentos na área da «Geographia», especificando que esta significa «descrição da terra», sublinhando que «a Europa é a parte mais civilizada do globo» e a Ásia «o berço da humanidade». Curioso como, naquela altura, se considerava a Europa como «a parte mais civilizada do globo», o que tem, naturalmente, muito que se lhe diga, muito embora não possamos julgar a história, tendo antes que a compreender no seu tempo.

Mas António Simões Lopes não era ignorante quanto à existência de outras civilizações milenares, não obstante a atribuição de um papel primordial à velha Europa, de acordo com a sua gradação e escala de valores e, provavelmente, de acordo com o pensamento da época. Ele descrevia, assim, que «As mais remotas civilizações de que há memória existiram n'esta parte do mundo» (referia-se ao continente asiático). Falando de África, sublinhava que «As nações mais notáveis que povoam a Africa são: Egypto, Abissinia, Algeria, Marrocos, Senegal, Guine (...)». Aqui, era notável o seu conhecimento geográfico, visto que, de facto, aquelas eram ou são as nações mais antigas do continente africano e as que atingiram a independência face ao colonialismo europeu mais cedo, especialmente o Egipto e a Abissínia, actual Etiópia, uma das nações mais antigas do mundo. E acrescentava: «Na Africa existe grande porção de terrenos que são ocupados por tribos selvagens». Curioso, também, o conceito de «selvagem» que, como é evidente, mesmo à luz da realidade da época daria “pano para mangas”.

Quanto à América, o autor escrevia que «As principaes nações que a habitam são o Canadá, Estados Unidos, Mexico, Guatemala, Colombia, Perú, Bolivia, Chyle, Paraguay, Buenos Ayres e Brazil». Por Buenos Ayres talvez quisesse dizer Argentina, uma vez que este país já existia de forma independente à data de publicação desta selecta. Relativamente à Oceânia, explicava que «é formada por uma porção de Ilhas, sendo as principaes as Philippinas, a Nova Zelandia e a Austrália».

Para além dos conhecimentos de Geografia, esta selecta apresenta uma série de documentos exemplificativos de preparação para a vida prática, como sejam: «Cartas commerciaes; Ordem de pagamento; Obrigação; Recibo; Factura; Modelo d'uma conta corrente; Requerimento feito ao administrador do concelho para um individuo que se acha incompetentemente recenseado para o recrutamento; Requerimento pedindo diminuição de decima; Pedindo alvará de folha corrida; Procuração; Pedindo certidão de exame que se haja feito em qualquer lyceu do Reino e Cartas políticas». Alguns destes conhecimentos remetem para a área da contabilidade e administração e, talvez seja por isso, que ouvimos dizer a algumas pessoas que “antigamente a escola primária preparava efectivamente para a vida”.

4.9. OLIVEIRA, Filippe de - *O meu primeiro livro de leitura: profusamente illustrado: mandado adaptar por Decreto de 3 de Setembro de 1903, Filippe de Oliveira* (veja-se o anexo, pág. XXI, fig. 21)

O Meu Primeiro Livro de Leitura: Profusamente Ilustrado, de F. de Oliveira, do «Ensino primário official (1.^a classe)» e «Mandado adoptar para a 1.^a Classe por Decreto de 3 de Setembro de 1903», intitula a primeira página preambular «Ao Abrir», por forma a introduzir as «creancitas» nos assuntos a abordar e, fá-lo, a nosso ver, de uma forma deliciosa, carinhosa, diremos mesmo, poética e «familiar», numa linguagem ajustada à faixa etária dos alunos.

Senão vejamos:

«Começámos o nosso livrinho pelos alphabetos para assim familiarizarmos as creancitas com todas as letras e evitar-lhes a difficuldade a cada passo evidenciada, de não conhecerem uma ou outra letra maiúscula, e o que é mais trivial, de não a saberem representar em manuscrito.

Em seguida, semeámos aqui e acolá, umas pequeninas noções sobre diversos assumptos que julgamos uteis e de fácil comprehensão aos nossos encantadores leitorzinhos. A

par d'isto não descurámos os bons principios d'uma sã educação, nem tão pouco o encanto do livrinho, ilustrando-o profusamente com gravuras na sua maioria originaes.

Diligenciámos usar sempre uma linguagem familiar; e, se uma ou outra vez deixamos aparecer um termo menos conhecido, é propositadamente que o fazemos para excitar o espirito de creança, dando logar a explicações que mais hão de gravar e consolidar os conhecimentos adquiridos.

Creemos assim, ter comprehendido uma das maiores necessidades da escola primária».

Com efeito, este livrinho de leitura inicia a sua missão com o alfabeto, abarcando o ensino das letras maiúsculas e das letras minúsculas, minuciosamente desenhadas, com o objectivo de ensinar as “creancitas” a escrever com correcção e perfeição.

É evidente a preocupação de introduzir os “leitorzinhos” em diversos assuntos, com um carácter eminentemente prático e de preparação para a vida e impregnados de uma forte carga moral e ideológica, a que não é alheio o quotidiano ou o *modus vivendi* dos alunos. Esta preocupação é corroborada pelo facto de os assuntos, variegados, serem acompanhados de ilustrações elucidativas e apelativas, por forma a cumprirem a sua missão eminentemente pedagógica e educativa. Cumpre-nos salientar que, uma das curiosidades deste livrinho reside precisamente na forma como se apresenta, permitindo-nos aquilatar da forma como se escrevia e se falava ao tempo, constituindo uma fonte preciosa e inexaurível para o conhecimento dos usos e costumes da época e, simultaneamente, um documento filológico e etnográfico de primeira instância.

Na construção das casas é necessária a intervenção de várias categorias profissionais, com as suas funções específicas e que ainda vigoram, encontrando neste particular, um paralelo com a actualidade, como sejam o «encarregado ou méstre de obras», os «caboucos», os pedreiros, os carpinteiros, os serralheiros, os operários soldadores, os «pintôres», «estucadôres», «canteiros serradôres...».

O aquecimento das casas, o tipo de combustível utilizado, nomeadamente a «lê-nha ou o carvão», «o gaz nas casas mais abastadas», o «côke», o «carvão de sôbro» ou de azinho, as bólas, e donde se extraém estes materiais.

De realçar a preocupação na educação religiosa das crianças, em que se vislumbra uma gravura muito interessante, nela figurando a imagem de um Crucifixo contemplado por duas personagens, uma mãe e um filho, cujo diálogo se estabelece em forma de verso, da autoria de João de Deus, numa manifesta preocupação com a «saúde das almas cristãs».

Este manual também inclui «allegorias aos signaes de pontuação» e alguns textos sobre a importância do vestuário na vida das pessoas, os alimentos, as bebidas, o corpo humano e os cinco sentidos. A este propósito é curioso o seguinte texto, escrito de uma forma poética e retratando com singeleza a situação descrita:

«O indivíduo que não vê é cego.
O que não houve é surdo.
O que não fala é mudo.
Aquelle que de nascença é surdo
E por isso não pode falar, chama-se
Surdo-mudo».

Denotando uma preocupação em referir todos (ou quase todos os assuntos), realmente interessantes para o ensino das «creancitas», o *Primeiro Livro de Leitura* inclui uma secção especial onde explica detalhadamente pormenores relativos aos «dedos das mãos», «o tempo e suas divisões» e «as quatro estações».

Este pequeno livro inclui, ainda, divertimentos infantis profusamente ilustrados, onde são representados jogos populares sobejamente conhecidos, como os jogos da «cabra-céga», «o baloiço, o carrinho, o cavalinho», «o jôgo do pião», o «jôgo do eixo», o jogo de «saltar à corda», o jogo do «arco» e da «estrella e o papagaio no ar».

As festas religiosas como o Natal, Domingo de Ramos, a «Paschoa», santos como S. João Baptista, ensino do Padre Nosso ou do Pai Nosso, da Avé Maria merecem, igualmente, o devido destaque. Há uma notória preocupação em industrializar as crianças nos preceitos religiosos e ofícios divinos.

Curiosa é, também, a alusão ao nome específico de alguns objectos, como por exemplo o bule, o prato, o «pharol», o abano, o bote, etc.

Na rubrica intitulada «Contos Nacionaes», narra-se a história do «Coelhinho Branco», que se generalizou e faz parte do imaginário de todas as camadas sociais, sempre acompanhada de ilustrações muito bonitas e a condizer. Interessante é a inscrição de adágios e de histórias de carácter intrinsecamente moral, sendo disso exemplo a referida história do «Coelhinho Branco».

Havia a preocupação em ensinar algumas matérias relacionadas com as Ciências da Natureza, fazendo alusão aos três reinos da Natureza: reino animal, reino vegetal e reino mineral.

A última lição deste livrinho reporta-se à descrição da «bandeira portuguesa», portanto monárquica e aos deveres dos cidadãos relativamente à pátria, «sendo metade branca, metade azul, com as armas reais ao centro. A cor azul é a cor do céu, e a branca é o símbolo da pureza. Esse pedaço de lã ou seda representa a nossa pátria, o nosso querido Portugal» (veja-se o anexo, pág. XXII, fig. 22).

4.10. *Selecta das escolas: livro de leitura destinado à 4.ª classe das escolas primárias, de António Simões Lopes e Fausto Guedes Teixeira (1907)* (veja-se o anexo, pág. XXIII, fig. 23)

O mesmo António Simões Lopes e Fausto Guedes Teixeira escreveram ou compuseram a *Selecta das escolas para uso das escolas do ensino primário*, datada de 1907.

Os textos revelam, igualmente, a omnipresença de Portugal. Fala-se da descoberta de África. Os heróis são os soldados portugueses que são os portadores dos benefícios da civilização europeia e da moral cristã.

Pequenos textos informam as crianças sobre os acontecimentos históricos mais marcantes. A visão do mundo baseia-se no patriotismo, havendo um recurso frequente à hagiografia pátria e religiosa. Há uma tendência para a valorização de figuras da literatura e da história portuguesa.

«Almeida Garrett foi, na phrase d'um escriptor nosso, depois de Camões o poeta mais portuguez que teve Portugal. Sabendo imprimir em todas as suas producções o cunho da nossa nacionalidade, cantou como patriota apaixonado e ardente, grandes glorias portuguezas, substituindo na poesia a mythologia grega pela mythologia nacional, tão rica de creações originaes».

«Eça de Queiroz é uma figura excepcional dentro da literatura portugueza. A obra de Eça de Queiroz, o maior dos nossos romancistas, é para todos e é para raros. Para todos pelas lagrimas, pelo que tem d'humano, pela verdade, pela ironia, pelo combate, pelo ensinamento; para raros pela inconfundivel e suprema Belleza da sua arte e a grandeza moral dos seus intuitos.

Vós o lereis um dia, ó pequeninos; com elle folheando os seus romances, haveis de rir, haveis de chorar; depois, mais tarde, quando a alma vos estiver formada, esses mesmos livros serão para vós como um amigo, fixando o que vosso espirito tiver concluido e bem-dizendo o que o vosso coração tiver sinceramente sentido».

O texto imediatamente acima inserido é da autoria de Teixeira de Carvalho, tendo merecido igualmente a sua inclusão na selecta ora em apreço.

Os autores desta selecta manifestaram, também, uma preocupação com as crianças enquanto tema de estudo, realçando a importância que os psicólogos davam à sua observação ou seu conhecimento, acções e reacções para a bordagem correcta dessa mesma temática.

«As creanças são hoje um thema de estudo para psychologos, que têm ido procurar na manifestação das suas aptidões, no nascimento e evolução das suas faculdades, a base segura da modificação dos processos pedagógicos.

É assistindo ao nascer do pensamento nas creanças, estudando como ellas pensam, que o mestre aprende a intervir, a ajudar o pensamento nascente, a guia-lo, a fortifica-lo.

Na vida das creanças está a vida toda da humanidade, n'ella está o seu futuro, o que vae a realisar-se, o que se adivinha já, o que apenas se sonha».

Como não poderia deixar de ser, a História de Portugal tem um lugar especial nesta selecta, com referência a alguns vultos das descobertas, da posterior colonização e da própria origem da nacionalidade e da literatura.

«Egas Moniz - Nobilissimo e intrepido cavalleiro portuguez, modelo de lealdade ao seu rei e á sua patria, dedicado amigo e companheiro do Conde D. Henrique, mestre e conselheiro de seu filho, D. Affonso Henriques, 1.º rei de Portugal, ao qual dedicou sempre um amor paternal extremosissimo; catholico sincero e fervoroso. Tão bravo nas batalhas, como prudente nos conselhos, foi o maior vulto do seu tempo, e nenhum outro o excedeu nas virtudes que são e ornamento de um perfeito cavalleiro.

Se a Historia venera o nome d'este dedicado portuguez, a escola não o deve ignorar nem esquecer».

«Mousinho de Albuquerque - Os *vátuas* (guerreiros pretos muito valentes), senhores da região de Gaza, que fica ao norte de Lourenço Marques, na nossa provincia de Moçambique, revoltaram-se contra a soberania portugueza. Tinham por chefe o celebre Gungunhana. Foi mandada uma expedição para os submeter. D'ella fazia parte o capitão de cavallaria Joaquim Antonio Mousinho de Albuquerque. Depois de uma rude (difícil) campanha, onde as forças portuguezas se bateram valentemente, honrando, como sempre o tem feito, o Rei e a Patria, por um golpe de audacia e valentia, dirigido pelo capitão Mousinho de Albuquerque foi aprisionado o potentado africano, o terror da região, o Gungunhana, e com elle os seus chefes de guerra.

Como Governador Geral teve actos de grande alcance, e foi considerado um dos que deu maior impulso ao desenvolvimento da provincia de Moçambique. Foi um valente militar e fiel servidor do seu Rei e da Pátria».

«Luiz de Camões - Na lapide da sepultura de Luiz de Camões mandou um seu contemporaneo gravar estas palavras: «*aqui jaz Luiz de Camões, principe dos poetas do seu tempo*». Se nos Jeronymos, para onde seculos depois, foram transladadas as cinzas do nosso glorioso epico, alguém quizesse hoje pôr uma inscripção poderia chamar-lhe com toda a justiça, o principe dos poetas de Portugal. Bastava o seu extraordinario poema - *Os Luziadas* - que o colloca a par dos mais altos poetas do mundo, para lhe garantir, atravez de todas as edades, a admiração incondicional e a devoção quasi fanatica que lhe tributa, e sempre com o maior entusiasmo, a nossa patria; mas Luiz de Camões deixou tambem um volume de lyricos, superior a tudo o que se tem escripto em lingua portugueza, e outros trabalhos litterarios do mais incontestavel valor. Mas se muito elle merece pela sua obra inegalavel, é preciso tambem que não ignoreis, ó pequeninos portuguezes, que o nosso grande épico foi um soldado, que heroicamente batalhou pela sua patria. Se - Camões, apesar dos altos serviços que prestou e da grande obra que legou, tivesse morrido e desamparado, todo o seu pensametto nos ultimos momentos da sua vida não foi de certo para a sua miseria mas para a patria querida com que elle depois do desastre de Alcacer-Quibir, julgava morrer e que passados annos, havia de ressurgir e conservar para sempre apertado ao coração como uma biblia, o seu poema immortal».

«Alexandre Herculano pediu que lhe escrevessem na campa estas palavras: *Aqui jaz um homem que conquistou algumas verdades para a história*. Romancista illustre, poeta de merecimento, é realmente como historiador que o seu grande talento mais brilhantemente se affirmou. Foi um trabalhador infatigavel. Tudo é grande em Herculano. Mas era melhor, ó pequeninos! em vez de renunciar, a ter luctado; a victoria era certa. E, assim, quando hoje fossemos aos Jeronymos, onde repousam as cinzas do grande historiador, ao curvar-nos ante o seu tumulo magnifico, não teriamos de lembrar as injustiças que o não deixaram continuar o seu trabalho e applaudiriamos, de todo o nosso coração, o homem que pelo seu incontestavel talento e pela sua força, resistindo a todos os ataques, houvesse levado ao fim a obra extraordinaria que tão brilhantemente começou».

«Camillo Castello Branco foi um dos romancistas mais notaveis e mais fecundos que tivemos. Estreando-se cedo na carreira das letras, os seus triumphos contam-se pelos volumes que publicou, escriptos na mais pura linguagem e onde a uma imaginação brilhante se junta ora a mais larga emoção, ora a ironia mais brilhante».

«Infante D. Henrique - abençoada foi a prole de D. João I e da rainha D. Filipa de Lencastre. Foi o glorioso iniciador dos descobrimentos que encheram de prestígio o nome português e tão notável influência exerceram em todas as viagens marítimas dos séculos XV e XVI. A virtude doméstica, base de toda a virtude cívica e patriótica, teve no Infante D. Henrique e em seus irmãos a sua verdadeira personificação. Sobrio, vivendo na austeridade de costumes que sua mãe implantara na corte portuguesa, espírito profundamente cristão, a sua vida foi um modelo de heroicidade e um traslado de virtudes. Iniciou a sua carreira fazendo parte da expedição a Ceuta, onde heroicamente combateu. Foi esta a primeira expedição em que Portugal se apresentou como potência marítima.

Á sua iniciativa tão sábia, se deve pois, a era de gloriosos descobrimentos, e o brilhante património colonial de que ainda hoje possuímos grande parte. Devemos, pois, respeitosamente venerar a sua memória, como a de um príncipe que muito trabalhou pelo engrandecimento da nossa pátria».

Os autores da selecta em epígrafe demonstram um grande apreço pelos poetas que desenvolveram a temática da criança e da aprendizagem desde tenras idades, destacando nomes como Antero de Quental e João de Deus, considerados grandes pedagogos da nossa literatura. De certo modo, ao incluírem estes nomes, denotam uma simpatia acentuada pela actividade docente propriamente dita e influência da poesia no campo da educação e formação e forte sentido de humanidade.

«Anthero de Quental não foi só um grande poeta e um grande filósofo. A sua vida foi constantemente uma luta pelo Bem; e nunca outra coisa mais do que este, e do que a Verdade e o Amôr, lhe inspirou o verso, lhe alimentou a prosa, lhe aqueceu a palavra, ou lhe regulou a Vida.

E sabe-se que, quando na sua thebaida de Villa do Conde, gosava a serenidade da sua vida, ensinando as crianças, consolando os pescadores, protegendo os orphãos e as viúvas e cuidando até dos animaes.

Amigo dedicado dos infelizes, despido de todo o egoismo, cheio de piedade, cheio de fé, rico de crenças, viveu sempre preocupado, com os problemas da redempção do pobre da extincção do Mal, do aniquilamento da Dôr e da Miséria. Muito o preocupavam a educação e sorte dos pequenos, dos novos e dos humildes».

«João de Deus - Os poetas amaram sempre muito as crianças. Mas, entre todos os poetas portugueses, quem mais amou as crianças foi João de Deus, um dos maiores

poetas do mundo, que dedicou uma grande parte da sua vida á descoberta d'um methodo por que ellas aprendessem facilmente a ler».

Entre os muitos textos dispersos na referida selecta, encontramos alguns contos mais profundos, os quais focam assuntos diversos, desde a fé, à vida quotidiana, passando, mais uma vez, pela memória colectiva e passado histórico, sempre com um fundo moral, em qualquer dos casos. Eis um exemplo que se intitula “Fé do carvoeiro”:

«O diabo, disfarçado em eremita, e, segundo outros, em doutor da Sorbonne, entrou um dia na cabana de um carvoeiro e disse-lhe para o tentar:

- Tu que crês?

- Eu creio o que crê a Santa Egreja.

- E que crê a Santa Egreja?

- Crê o que eu creio.

E o nosso homem manteve-se n'estas respostas sem d'ellas sahir, e o espirito maligno foi obrigado a renunciar ao seu projecto, vendo a inutilidade de todos os seus estratagemas».

Fé do carvoeiro, designa uma fé simples e ingénua, que crê sem exame ou sem questionar.

Como referimos, são muitos os textos que se encontram distribuídos nesta selecta, que é efectivamente bastante extensa, tal como muitas outras que pudemos compulsar no decurso desta investigação. O que se pretendia, é que os «meninos» aprendessem a ler e fossem exercitando essa mesma prática com a leitura de textos de variada índole.

Um exemplo daquilo que acabamos de dizer é o pequeno texto inserto na obra que tem estado a merecer a nossa atenção nas presentes páginas, que nos conta sucintamente os feitos valorosos obtidas numa das batalhas decisivas para a consolidação da nossa Pátria Mãe. Ei-lo:

«A Batalha de Aljubarrota – o Convento de Santa Maria da Victoria – Eis aqui, meus meninos, uma das maiores glorias da arte nacional! Pois em memoria d'essa tão grande e gloriosissima batalha, em que os castelhanos foram completamente derrotados e os portuguezes juntaram aos seus tão assombrosos feitos d'armas mais esta brilhante e immortal vitoria. D. João I Mandou edificar o *Convento de Santa Maria da Victoria*, que é um monumento levantado ás crenças religiosas do nossos avós, ao seu nobilissimo amor pela Patria, á sua bravura, ás artes portuguezas e á independencia de Portugal. Não esqueças,

pois, meus pequeninos leitores, que n'este grandioso monumento chamado *Batalha*, está esculpida uma das mais brilhantes paginas da nossa historia (...)».

As colónias também faziam parte desta selecta, ou não integrassem à época toda a lógica do império, razão última da existência da metrópole. Conhecer, ao pormenor, as nossas colónias era um imperativo para qualquer aluno que se prezasse, inclusivamente para os mais novos. Selecionamos um interessante texto que tem como pano de fundo a colónia portuguesa de Moçambique, uma escolha que se ficou a dever a razões afetivas, porque a autora do presente estudo também está indelevelmente ligada a esta antiga colónia, por motivos familiares. Com efeito, causaram-nos alguma surpresa os textos encontrados nesta e noutras selectas idênticas, uma vez que nos transporta para uma realidade vivida ou transmitida por familiares e amigos, naquilo que constitui uma prova inequívoca da ligação de quase todos nós a uma história e a uma memória colectiva comuns.

«Lourenço Marques - Á entrada do porto, magestoso na sua grandeza, fica-nos á direita a Ponta Vermelha, coberta de construcções alegres, rodeadas na sua maior parte de jardins bem cuidados. A vida é perfeitamente europeia e encontram-se assimilados os costumes da Patria. Há um sol alegre que nos sorri, como a dar as boas vindas: o ar é tépido; os semblantes, que em tempo se apresentaram lividos, manifestando os effeitos das febres, teem côr de saude mostrando que o nosso trabalho de colonisação e progresso tem conseguido tornar salubre um clima tido e havido como doentio.

O valor da sua bahia, porém, reclamava mais largos horisontes. Sendo a melhor do sul de Africa, o continente mysterioso que a civilisação começava então a desvendar.

Começa o Transwaal a desenvolver-se. Descobrem-se minas d'oiro; os seus campos lavrados, teem riquezas sem fim. O porto mais proximo de tão rica região é Lourenço Marques. A ideia de o ligar, por uma linha férrea, ao grande centro de trabalho e de producção, começa a germinar, a tomar vulto, até que um dia, o silvo alegre da primeira locomotiva se faz ouvir, como pronuncio de uma nova era de trabalho e de prosperidade. O trabalho, a dedicacão, o sublime amor da Patria, muito tinham conseguido.

E o porto, até então asylo de baleeiros e de pequenos navios que vinham ao marfim, torna-se frequentado pelos grandes vapores que alli vão levar as suas cargas de preciosas mercadorias e receber os generos produzidos na região que se chamava então o Transwaal.

O porto principia a ter grande movimento: como consecuencia desenvolve-se a alfandega, cobrando direitos de entrada e de transito. E o caminho de ferro, elemento de riqueza tamanha e tanto desenvolvimento material, principia a ser o que fora um encargo, uma fonte de receita pelos transportes que faz.

O aumento de trabalho traz a necessidade de braços para trabalhar: de cerebros para dirigir: e ahi temos, pois, Lourenço Marques transformada em verdadeira colonia que tem em que empregar, remunerando condignamente, a actividade dos filhos de Portugal, a quem as vicissitudes da vida, ou o genio aventureiro, levam a emigrar: achando em terra portugueza, sem terem que ir para paiz estrangeiro, onde empregar o seu trabalho, onde fazer valer a sua actividade. Eis ahi, meus pequeninos leitores a singela e reduzida historia de uma colonia florescente.

Que nunca lhes esqueça que devemos olhar as colonias como uma honrosa herança dos nossos antepassados, que, á custa de riscos, sacrificios e actos heroicos, nos deixaram aquelle patrimonio que só necessita, para ter o valor de maravilhosa riqueza, do trabalho e da dedicação de todos nós, portuguezes».

Conforme dissemos já, as referências à História de Portugal são constantes ao longo desta e de outras selectas semelhantes, o que demonstra bem a preocupação em inculcar nos jovens uma ideia de País e de pátria, se assim se pode dizer, recordando os feitos mais relevantes de uma memória colectiva e de um passado comum. A título de exemplo, citamos aqui a «Noticia historica do reino de Portugal - origens da formação de Portugal», na qual é retratada a imensa tarefa que constituiu a luta contra os mouros e a Reconquista Cristã, a qual está na origem da formação deste «novo» País. Porém, o autor não se exime a tecer críticas à «falta de civismo», considerando esta como causa da decadência da pátria. Quer isto dizer, que os manuais escolares já serviam, também, para efectuar reparos à ordem social, cultural e económica vigente, estimulando de certo modo o espírito crítico dos alunos.

«O reino de Portugal e d’Hespanha occupam a parte mais occidental da Europa. Antes de haver hespanhoes e portuguezes foi a península hispanica successivamente occupada por outros povos chamados phenicios, gregos, carthaginezes, romanos visigodos e mouros.

Continuou a lucta com os mouros, mostrando-se tão valente e de tal modo audacioso, que os inimigos tremiam só de ouvir o seu nome! (...) e a batalha do *Campo de Ourique* foi a consecuencia do seu arrojo. Era enorme a desigualdade das forças e os contempora-

neos só poderam justificar a victoria, qualificando-a de *milagre*. Á rija tempera, porém, da espada do jovem conde e da dos seus valentes companheiros deve a historia atribuir o resultado d'aquelle combate.

Na segunda phase, começada em 1385 com o valente rei popular, o mestre d'Aviz, estende-se pelas terras d'Africa, senhoreia os mares, descobre e conquista o Oriente, coloniza extensos e productivos terrenos na America, illustra-se, enriquece-se, immortaliza-se. Durante esse vasto e glorioso periodo serve de pharol, no caminho da civilização aos outros povos e decáe, por fim, em 1580, abalando na sua quéda o mundo inteiro onde era conhecida ou a força do seu braço, ou a fama do seu valor.

A decadencia nacional é grande nos tempos que vão correndo, por falta de civismo, isto é, de amor da patria; mas a situação não é desesperada, porque o paiz nem é pobre, nem fraco, nem pequeno, nem esqueceu a memoria de suas passadas grandezas, nem cerrou o coração aos sentimentos generosos, nem renega as sciencias, a civilização e o progresso. E o querer é poder, como bem o demostraram os nossos avoengos na segunda phase historica d'este paiz.

Modernamente, a missão dos povos é outra, diversos os seus intuitos. E todos, grandes ou pequenos, ricos ou pobres, podem cumprir essa missão e realizar esses intuitos: teem mesmo o dever de a realizar. Para isso são indispensaveis duas condições, ao alcance de todos: a instrucção e o trabalho. Estes dois elementos reunidos representam a riqueza, a moralidade, a grandeza, a felicidade emfim dos individuos, quer os consideremos isolados, quer collectivamente.

Esta conquista podem fazel-a todos os povos, e com ella avigoram-se, engrandecem-se, tornam-se respeitaveis e fortes. E sel-o-hão tanto mais, quanto maior for o seu grau d'instrucção e d'educação que habilite para as artes, para o commercio, para as industrias, para a moralidade, para o civismo, para o progresso emfim.

O periodo de maior gloria da monarchia portugueza foi aquelle em que a amplidão do Tejo era insufficiente para receber os navios de todo o mundo, que sulcando os mares em todas as direcções, vinham trazer-lhe as riquezas do universo.

As descobertas e as conquistas na Africa, na America, no Oriente, marcaram o apogeu da nossa gloria».

A actividade piscatória, desde sempre um sector económico relevante em Portugal, também mereceu uma referênciã com base num texto de Teixeira de Carvalho, alertando os alunos para a extrema importânciã desta actividade, ou não fosse Portugal um País virado para o Atlântico e possuidor de longas tradições marítimas. Curiosa é a passagem onde se diz que (a pesca) «talvez seja a sepultura do futuro». Com efeito, basta

ver a situação actual da indústria pesqueira para constatar o quão certo estava o autor quando escreveu estas linhas há muitos anos. Trata-se de um texto particularmente interessante, sendo curioso verificar a forma como é feita a descrição fisionómica dos próprios pescadores e das mulheres que se dedicavam à labuta pesqueira.

«Pescadores de Portugal - O nosso é paiz de pescadores. O mar foi o nosso passado de gloria, é o nosso presente da vida miserável e talvez seja a sepultura do futuro. Apesar de sermos de longa data um paiz de navegantes, apesar das pescarias serem uma das maiores riquezas de Portugal, o pescador portuguez vive abandonado de todos, entregue apenas á graça de Deus. Em Portugal não se tem tratado da educação do pescador, da protecção da sua vida, da segurança da sua familia. Tem-se considerado o pescador como um sêr áparte, que não é da nossa raça, um povo que o mar aqui deixou e que o mar há de levar um dia.

E, na verdade, o marítimo das costas de Portugal parece um sêr á parte, pela sua belleza máscula, pela unidade do seu typo, pelo rytmo da sua linguagem, que parece quebrada pelo mar.

Há typos estranhos, rostos bellos, em que Deus parece ter posto uma alma pequenina para fazer admirar melhor a belleza d'aquellas linhas, que se fundem no rythmo harmonioso que tem ao pôr do sol, o ceu e o mar distantes. O olhar azul, gasto de espreitar o mar, é tranquillo, como uma preciosa saphyra lapidada, que perdesse as arestas e o brilho, de andar sempre rodada pelas aguas. São homens fortes, direitos; os pés muito pequenos, parecem feitos, como os das aves, para correrem mais depressa sobre a areia. Vivem á graça de Deus, do acaso do mar. Por ora os seus maiores protectores são os santos padroeiros, que, no alto dos montes, se escondem do vento mau, em capellas pequeninas, brancas como noivas, sorrindo ao sol como a illusão do lar distante.

Os seus barcos dizem em inscrições ingenuas a sua vida d'abandono, á lei de Deus. Têm todos uma invocação a Deus, ao santo protector.

A instrucção reduz-se á instrucção primária, de que de preferencia usam as pessoas da terra que não vão ao mar. O filho do pescador anda sempre na praia. De pequenino ao collo da mãe, mais tarde a familiarizar-se com o mar, a aprender a vida que muito cedo começa a levar. Vida má, sem conforto, a ajudar o pae e os irmãos a recolher as rêdes, a abrir o peixe, a seccal-o ao sol. As pobres raparigas, n'algumas regiões, de arrastarem as rêdes vêm reduzir os peitos, o thorax arqueia-se fortemente e nada faz distinguir o peito forte dos rapazes, do peito das raparigas da beira mar. Pouco a pouco vão aprendendo a costa, por experiencia de a ouvirem descrever aos mais velhos, com quem andam a pes-

car. E assim, n'uma aprendizagem longa, adquirem conhecimentos que a escola primaria lhes poderia ter ministrado.

Assim vive toda a vida até o levar o mar, e cada palavra d'elle traduz a ignorancia da sua alma inculta, o amor da sua terra, a adoração dos santos de menino».

Os sentimentos e valores pátrios são uma constante nestas selectas, como já referimos. É algo que deve ser lido e visto à luz da época em que as mesmas foram produzidas. No excerto em baixo inserido, é curioso verificar a forma como é explorada a relação entre os portugueses e o solo que os viu nascer, numa espécie de elo ou ligação sagrada e transcendental, «um pedaço de terra que Deus deu» ...

«Em todos os tempos e para todos os povos foi sublime e sagrado o dulcissimo nome de patria. Patria, terra patria! Eis o iman que prende todos os espiritos, o numero que adoram os corações. Rendemos-lhe os mais lidimos dos cultos – o culto da consciencia. Devota-mos-lhe o mais constante dos amores - o amôr proprio.

Não sei que encanto tem para nós este fragmento de solo onde vertemos a primeira lagrima, e este pedaço de ceu d'onde bebemos a primeira luz. Não sei que enlevo nos despertam esses láres onde tentamos os primeiros passos, e esses logares onde balbuciamos as primeiras preces. Não sei que emoção, que ineffavel e suavissima emoção - ora alegre como a esperança, ora melancholica como a saudade - nos comunicam magicamente esses sitios, abrigam o nosso berço ou que abrigam as cinzas dos nossos paes.

Oh! Quando contemplo estes ceus inundados de ether e estas serras talhadas de marmore; quando percebo estas aguas tão remançosas e estas costas tão recortadas; quando remiro estes mares em que o sol fabrica filigranas de ouro, e estes rios em que a lua borda arabescos de prata; quando aspiro estes ares deliciosos e absorvo estas exalações salinas; quando escuto a nota metallica dos hymnos patrioticos e o echo vibrante das canções populares; quando se me deparam maravilhas taes, digo: eu amo allucinadamente esta terra, que assim concretisa o meu espirito e espiritualisa o meu coração e se ao vir á luz, Deus me houvera consultado sobre o ponto da minha morada, teria escolhido logo esta gleba querida, esta gleba incomparável, onde nasci humilde mas contente, e onde quero morrer obscuro mas honrado.

Mas a patria não é somente o torrão natal, a estancia amada onde fomos nados e creados; não somente a casa e o povo, o jardim e a arvore, o campo e o monte, aveiga e o lago, o rio e o mar, por onde se nos deslisou a innocencia e onde se nos inflorou a infancia. A patria é o azul de todo este ceu rutilante de estrellas e o matiz de todo este solo inebriante de aromas; é o Minho com os seus vergeis e o Tejo com os seus cristaes, o Douro

com as suas vinhas e o Alemtejo com as suas herdades, as Beiras com os seus pomares e o Algarve com as suas figueiras, as cristas do Herminio alvejantes de neve e as orlas do oceano alvejantes de espuma; é o agregado de nossos municipios e constellação de nossas cidades, a pleiade de nossas provincias e o collar de nossas colonias; é esse organismo superior, essa realidade possante, essa entidade concreta, essa personalidade altissima, conhecida pelo nome de nação, que providencialmente engendrada pela mecanica historica e pela chimica social, ostenta, atravez do espaço e do tempo, o mesmo rosto e o mesmo espirito: uma só lingua, uma só crença, uma só fé.

E se isto é assim; se a influencia da patria nos repassa até ao fundo da vida; se desde o ar que respiramos até á compleição que possuímos, desde os filamentos do corpo até ás potencias da alma, tudo adhere entranhavelmente á patria; como não amal-a deveras, com exaltação e com delirio?

E este sentimento, tão energico, tão intenso nos individuos, corisca, exclui ainda mais energico e mais intenso nos povos. Nunca se observa melhor o valôr, a robustez de um povo, de que n'esses momentos supremos em que corre grave risco a sua existencia - em que um grande perigo os ameaça ou um grande inimigo o empolga. Se em taes lances é insensível, está perdido, irremediavelmente perdido - porque assim como nas pessoas o perdão é a mais nobre das vinganças, nas nações a desaffronta é a mais culminante das virtudes».

Ainda na *Selecta das escolas: livro de leitura destinado á 4.^a classe das escolas primarias*, de António Simões Lopes e Fausto Guedes Teixeira, desenvolve-se um naipe de temáticas que merecem, igualmente, a devida referênciã, a saber: «Os passarinhos; Amor maternal; O lavrador e seus filhos; Fábulas morais ou apólogos; A raposa e o bode; Parábola de Jesus Cristo (*O bom Samaritano*); O burro e o cão; Um bom irmão; Um jantar entre amigos; O sapo; Parábola dos sete vimes; Perdoai-lhes, meu Pai, não sabem o que fazem; Um navio a vapor; O lobo e o cordeiro; Os automóveis; Os peixes do Guardiã; A borracha; O lobo e o cavalo; Um pastor singular; O sal e a água; História de um teclado de piano; Parábola do filho pródigo; Frei João sem Cuidados; A riqueza e a fortuna; O convento de Cete; As crianças; O ovo de Colombo; Forma da terra; Eça de Queiroz; Exemplo d'amor filial; cantigas populares; Beijo de Judas; A hulha branca; Acto de generosidade; Egas Moniz; À Virgem Santíssima; Caim que fizeste de teu irmão; O ferro, o Carvão e a água; Luís de Camões; Gaza; Amor de crianças; Jacob; O café; As lendas e a História; O clima e a cultura; Camilo Castelo Branco; A infância de Jesus; Uma história; Cabra, carneiro e cevado; A lágrima de Joaninha

(I, II); Há dez anos; A batalha; Oliveira Martins; A vida de Nuno Alvares (I, II); A respiração e a Voz; A circulação; O coração; Os ossos; Os músculos; D. Filipa de Vilhena, Condessa de Atouguia; As mouras encantadas (I, II); Regresso ao lar; Grande desventura; A César o que é de César, a Deus o que é de Deus; O alcaide-mor de Faria; O velho, o rapaz e o burro; Navegação aérea; Suave Milagre; Notícia histórica do reino de Portugal; A nascente e o regato; À minha filha; Última corrida de touros em Salvaterra e Pátria».

Os conteúdos desenvolvidos nesta *Selecta das escolas*, remetem-nos para questões como a moralidade (explorando as fábulas e os contos), a religião, a história pátria e o culto das nossas glórias, dos nossos heróis e dos nossos homens ilustres.

4.11. Cartilha nova (Doutrina moral): A moral deve estudar-se dos 8 aos 20 anos, de Boavida Portugal (1913) (veja-se o anexo, pág. XXIV, fig. 24)

A *Cartilha Nova* ou Doutrina Moral, de Boavida Portugal, publicada em 1913 constitui uma súmula de princípios e valores morais ou, se quisermos, um autêntico instrumento de educação patriótica, moral, cívica, individual e colectiva. O seu título sublinha-os e enaltece-os. Nele, o próprio autor declara expressamente que a «moral deve estudar-se dos 8 aos 20 anos», numa clara alusão à faixa etária a que se destina: crianças e adultos. Segundo o autor, «um exemplar da *Cartilha Nova* chega para uma escola. Estuda-se e multiplica-se depressa, se por ela se fizer o ditado e a cópia. Os alunos das 3.^a e 4.^a classes decoram, á medida que o sr. Professor vai explicando. Os da 5.^a classe repetem, de cór, e explicam verbalmente e por escrito», manifestando, deste modo, a sua preocupação na indicação de um método próprio para o estudo desta cartilha de doutrina moral e social. Os conceitos desta são explicitados como segue:

Moral individual:

«Defender e conservar a Vida, habituar ao exercício do Trabalho, estudar a Natureza e a Sociedade, ser correcto no Pensamento, na Palavra e na Acção, o que sobra devo-o á colectividade, honrar a Pátria, a Raça e a Humanidade».

Moral social:

«Praticar como irmão dos outros homens, honrar e assistir a Família, amar e prestigiar a Profissão, respeitar o que é dos outros, servir nas agremiações de utilidade geral, cooperar legalmente com o Estado».

Defender e conservar a Vida:

«Educar o nosso corpo, para ser belo e forte, comer para viver, a horas, só o suficiente e devagar, lavar para ter saúde e agradar, ser casto para ser inteligente, não matar, nem molestar, animais ou plantas».

Habituar ao exercício do Trabalho:

«Trabalhar dá saúde, honra e proveito, trabalhar é merecer o auxílio dos outros, trabalhar é adquirir espírito de ordem e disciplina, trabalhar é cooperar no progresso, trabalhar é honrar o braço e o cérebro».

Estudar a Natureza e a Sociedade:

«Melhor do que viver é saber viver, os professores e os livros ensinam depressa, a experiência da Vida ensina bem, mas devagar, quem mais sabe, melhor lugar ocupa, estuda-se a Natureza para a dominar e a Sociedade para a servir».

Ser correcto no pensamento, na Palavra e a na Acção:

«Pensar o Bem, dizer a Verdade e proceder com Justiça, não levantar falsos testemunhos, em tudo o que dissermos a nossa palavra é d'honra, ser sempre leal e correcto, mesmo na hora da energia, proceder com Justiça é mais do que proceder com Bondade».

O que sobra devo-o à Colectividade:

«Só há o direito ao necessário, o meu desnecessário faz a pobreza dos outros, não se dê aos pobres mas á assistência, o que se chama “esmola” deve chamar-se “solidariedade”, a Assistência publica deve fazer uma nova Justiça Social».

Honrar a Pátria, a Raça e a Humanidade:

«A nossa Pátria é a mais nobre, a nossa Raça é a mais heróica, a Humanidade é a grande irmandade universal, respeito á Bandeira, ao Hino, ao Chefe da Nação, respeito aos Grandes vivos e aos Grandes mortos».

Praticar como irmão dos outros Homens:

«Fazer aos outros o que estimariamos que nos fizessem, não fazer aos outros aquilo que a nós nos desgostaria, dar bom conselho e ensinar o ignorante, perdoar aos que mais não podem ou mais não entendem, ser solidário com os injustamente oprimidos».

Honrar e assistir a Família:

«Os nossos são os nossos melhores amigos, honrarás teus Pais e teus Irmãos, honrarás tua Mulher e teus Filhos, reine a paz, a alegria e a abundância no Lar, dize dos teus, e de todos, o melhor que souberes».

Amar e prestigiar a Profissão:

«Ter profissão é ter eira e beira, a minha profissão é a mais bela, fazer tudo, e bem, e decididamente, não guardes para amanhã o que podes fazer hoje, não guardes o que sabes, se o que sabes aproveita a alguém».

Respeitar o que é dos outros:

«É respeitável a propriedade conquistada pelo trabalho, os elementos naturais são de quem lhes saiba multiplicar a utilidade, a Sociedade deve a quem mais merece, todas as ideias e crenças sinceras são respeitáveis, não furtarás nem oprimirás».

Servir nas agremiações de utilidade geral:

«A união faz a força, trabalha nas agremiações de bem-fazer e bem-ensinar, aceita, na tua Circunscrição, os cargos que te derem, faze tudo com brio e sem vaidade, nenhum bom esforço se perde».

Cooperar lealmente com o Estado:

«O Estado é a Nação organizada, pertencemos todos á defesa nacional. A defesa nacional é militar, económica, moral, intelectual e etnológica, tenho de cooperar na ordem e disciplina gerais, o Estado de todos é a Democracia».

4.12. Cartilha colonial: breve resenha histórica, geográfica e económica das colónias portuguesas: o esforço português na África, América, Ásia e Oceania, de Pedro Murralha (1928)

Quel peuple occupe un rang plus glorieux dans les fastes de moyen âge, que celui qui, pendant plus de deux siècles conquiert une multitude d'îles, dicta lois sur les bords du Gange, fonda dans l'Inde des villes et des comptoirs, *couvrit de ses voiseaux toutes les mers*, et partagea avec la Nation Espagnole d'immenses contrées dont un Pape assignait les limites !

Malt Brun, *Geographie* tom. IV, I. 115.

A Cartilha Colonial: Breve Resenha Histórica, Geográfica e Económica das Colónias Portuguesas: O Esforço Português na África, América, Ásia e Oceânia, de

Pedro Muralha (1928), é mais um manual interessante, que revelava aos alunos uma série de conhecimentos e factos sobre as colónias portuguesas, reforçando o orgulho pelo nosso império colonial e passado histórico, asseverando que:

Quem percorre África numa excursão de estudo, antes que o não queira, ficará eternamente um propagandista desse vastíssimo imperio que os nossos antepassados nos legaram e que todos os portugueses têm a obrigação de conhecer. Nem todos os portugueses, porém, podem ir à Africa, conhecer as suas possibilidades económicas; era necessário que todo o português saísse da escola tendo noções do que é a Africa».

E animado por esta opinião, o autor deste trabalho, resolveu produzir «A Cartilha Colonial», para uso das escolas de instrução primária.

«Duas semanas depois de haver oferecido esses exemplares, o Conselho Superior de Instrução Publica de onde faz parte o sr. General Freire de Andrade aprovava o projecto de um decreto determinando que em todas as escolas portuguesas, qualquer que seja o ministerio ou corporação administrativa de que dependam e o ramo ou grau de ensino que nelas se ministre, se intensifique ou se inicie o estudo das colonias portuguesas a fim de se desenvolver uma intensa propaganda do Imperio Colonial Portuguez. Esse projecto foi convertido em decreto, o qual foi publicado no Diario do Governo de 29 de Fevereiro».

A publicação da *Cartilha Colonial* teve como premissa essencial e motora a divulgação de conhecimentos necessários à presença das colónias portuguesas nas preocupações quotidianas e sua divulgação pelos intelectuais quer quanto às suas belezas quer quanto às suas capacidades e desenvolvimento:

“Até ao principio deste seculo a Africa pertenceu ao exercito, que a ocupava, defendendo sempre a soberania portugueza ainda que tivesse que fazer sangue. Presentemente a Africa pertence aos intellectuais para propagarem as suas belezas e as suas possibilidades.

Num futuro talvez bem proximo, a Africa estará conquistada pela Industria Portugueza agricultando todas as terras e industrializando todas as inumeras materias primas que possue».

Nesta cartilha, o autor faz uma abordagem às descobertas marítimas, seguindo-se referências a alguns monarcas decisivos nessa empresa, como por exemplo D. João II e D. Manuel I, sem esquecer os grandes descobridores, como sejam Vasco da Gama e

Pedro Álvares Cabral. É feita uma resenha histórica dando uma panorâmica geral da aventura ultramarina portuguesa e das motivações que lhe estiveram associadas.

As conquistas ultramarinas propriamente ditas, são detalhadamente explicadas com referências à presença dos nossos navegadores no Norte de África, na Índia, na Guiné, em Moçambique, Timor, Angola, Oceânia e no Brasil:

«Em 22 de Novembro de 1497 a frota de Vasco da Gama dobrou o Cabo da Boa Esperança. A 25 desse mês entrou na baía de S. Braz. Um mez depois, isto e: a 25 de Dezembro, avistou terras do Natal, Chegando à Ilha de Moçambique em 1 de Março de 1498. Também Pedro Alvares Cabral em 1500, depois de descobrir o Brazil, chegou á Ilha de Moçambique mandando Sancho de Tovar á exploração do porto de Sofála».

Desenvolve a temática da extensão territorial, da população e divisão por zonas, proporcionando aos alunos um profundo conhecimento geográfico. Fala-se ainda nas cidades, rios navegáveis, portos, caminhos-de-ferro e climas, bem como das possibilidades económicas das colónias ultramarinas, sem esquecer as missões religiosas, que desempenharam um importante papel na civilização dos indígenas (missão civilizadora) e na ocupação dos nossos territórios (veja-se o anexo, pág. XXV, fig. 25).

«P.-Como está dividida administrativamente a Colonia de Moçambique?

R.-Tem o Alto Comissariado e está dividida em 5 distritos a saber: Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Moçambique e Tete, e nos seus territorios das companhias com podereres magestáticos de Moçambique e Niassa.

P.-Quais os seus rios navegaveis?

R.-Na Colonia de Moçambique há rios navegaveis, como: o Limpopo, o Incomati, o Maputo, o Inharrime, o Buzi, o Pungue. O mais importante, porém, é o rio Zambeze que nasce na nossa costa ocidental e que é navegavel desde a sua fóz até um pouco a jusante das cachoeiras de Queruabassa. Este rio está aberto á navegação internacional.

P.-Quais os seus principais portos?

R.-O porto de Lourenço Marques - hoje um dos mais importantes de toda a Africa. Tem cerca de 1.500 metros de caes onde podem atracar muitos navios de grande caládo, sendo dotado de todos os apetrechos mais modernos. Temos ainda os portos da Beira, Moçambique e do Inhambane que são muito importantes, e ainda Angoche, Nacala e Pemba.

P.-Quais os seus caminhos de ferro mais importantes?

R.-O de Lourenço Marques - Ressano Garcia que liga com os caminhos de ferro transvalianos. É por este caminho de ferro que são drenados para o oceano todo o trafego do transvaal».

Outro excerto, reporta-se às riquezas económicas:

«P.-Porque motivo é Angola a nossa Colonia ultramarina mais rica?

R.-Porque além de ser a mais vasta é a que tem no seu solo todas as riquezas (...). Todo o minerio que se encontra em toda a parte do mundo o temos em Angola. Desde os terrenos petroliferos das margens do Dande e outras regiões até ao diamante de Luanda. Moxico e todo o planalto de Benguela é riquissimo.

P.-E quais as outras riquezas de Angola?

R.-Tem Angola extensissimas florestas com riquissimas madeiras para construção e marcenaria. Produtos florestais como sementes oleaginosas, goma, resina, fibra, etc.

P.-Tem fauna e flora?

R.-Tem fauna e flóra como em parte alguma de Africa existe mais rica e abundante.

P.-Quantos hectares possuem as 10 circunscrições de Angola?

R.-O numero dos hectares cultivaveis das 10 circunscrições agricolas de Angola é de 125.350 000. Na zona baixa ou litoral a riqueza agricola consiste na cana sacarina, no algodão, arroz, tabaco, amendoim, alem das palmeiras den-den para oleos, sabões, sterinas. A zona das florestas, conhecida por zona rica, alem das produções da zona baixa, produz café e Cacau em algumas partes. Na zona alta, produz o milho, e todos os cereais que se produzem na Europa. As melhores regiões para a cultura de trigo, começam na Quibala, distrito de Cuanza Sul e terminam em Huila no planalto de Mossamedes (...).

Relativamente à importância das Missões religiosas na ocupação dos territórios, na evangelização, na civilização das populações indígenas e na missão patriótica:

«P.-Quando começaram as Missões a sua acção civilisadora?

R.-Data do seculo XVII o movimento missionario na nossa Africa sobretudo no interior de Luanda e no Congo. Na India porem, as Missões datam pouco depois da descoberta. Foi Frei Henrique de Coimbra, em 1501, que guardou oito missionarios franciscanos. Em 1510 Afonso de Albuquerque tomou Gôa, estabelecendo ali a Missão franciscana sob a direcção de Frei Paulo Coimbra tendo sido edificado o Convento de S. Francisco de Assis, que ainda subsiste.

P.-A que ordem pertenciam as primeiras Missões em Africa?

R.-Eram jesuitas. Mas essas Missões devido ao clima, á falta de pessoal e ainda devido á expulsão dos jesuitas, e á extinção de ordens religiosas em Portugal, desapareceram por completo, deixando todavia vivas tradições da sua passagem por Angola e Moçambique.

P.-Quando tomaram as Missões religiosas maior encremento?

R.-Foi a partir do ano de 1873 e principalmente depois de 1880, cinco anos antes de irmos á conferencia de Berlim.

P.-Que dificuldades levaram Portugal á conferencia de Berlim?

R.-As aspirações africanas de estrangeiros alegando a falta de ocupações nos territorios do Norte do Ambriz e a negar-se-nos os direitos de soberania.

P.-Reconheceu o Governo Portuguez a necessidade de auxiliar as Missões religiosas?

R.-O Governo Portuguez reconheceu a necessidade de opôr propaganda á propaganda e utilizar as Missões como elementos de ocupação, promovendo a fundação de muitas Missões que, espalhadas por toda a Africa, alem de exercerem essa patriótica função, levaram a muitos milhares de indigenas a luz suave da civilisação.

P.-Tem Africa Missões doutra natureza?

R.-Tem Africa Portugueza bastantes Missões estrangeiras as quais fazem uma propaganda um tanto desnacionalisadora.

P.-E estão dentro da lei tais Missões?

R.-Essas Missões, na sua maioria americanas estão ao abrigo duma resolução votada na conferencia de 1885, em Berlim.

P.-Na actualidade qual a utilidade das Missões católicas?

R.-As Missões católicas na actualidade, continuam na sua obra civilisadora, preparando nativos para as artes, officios e industrias rudimentares».

Em conformidade com o texto ora transcrito, as Missões religiosas realizaram a nobre e excelsa Missão patriótica na defesa das nossas possessões ultramarinas, numa altura em que as grandes potências mundiais no-las tentavam usurpar, aquando da Conferência de Berlim, realizada em 1885, com o pretexto de Portugal não promover a sua ocupação e desenvolvimento.

Entre outros assuntos abordados, contam-se as correntes emigratórias, a colonização portuguesa em países estrangeiros, incluindo ainda os mapas geográficos de África e das colónias portuguesas neste continente e na Ásia.

A leitura e estudo desta cartilha, deixa-nos atónitos, uma vez que os seus textos e ilustrações, permitem-nos imaginar, respirar a imensa riqueza e florescimento económico das nossas colónias ultramarinas ou império colonial e transportam-nos para outra dimensão, outros países, outros territórios, outras culturas, onde o exotismo marcava uma presença constante e a identidade do povo português se afirmava como valor absoluto, ao tempo da data de publicação desta cartilha, em 1928.

4.13. Cartilha do povo para a gente do campo, de José Falcão (1896)

Nesta parte inserimos, por curiosidade, a “Cartilha do povo para a gente do campo”, de José Falcão, fugindo um pouco ao âmbito do nosso objecto de estudo, uma vez que privilegiámos os manuais do ensino primário. No entanto, pelos valores pátrios, pelas ideologias que difunde, para não falarmos da identidade nacional profundamente vincada nesta cartilha, pensámos ser interessante incluir esta cartilha no nosso trabalho. Por outro lado, oferece-nos um quadro mental e um retrato da sociedade do tempo, com as suas angústias, com os seus ideais, com os seus anseios.

Deixámos para o fim esta obra, uma vez que não se trata propriamente de um manual escolar para utilização dos alunos, como seria de esperar de um manual, mas sim de uma obra de endoutrinação do povo, o que comprova que fora da escola também havia estratégias organizadas para endoutrinar o mesmo. Convirá, igualmente, referir que há aqui uma preocupação em formar e instruir não só os jovens como fundamentalmente os adultos, tendo em vista a expansão e difusão do ideário republicano, do qual José Falcão foi um dos grandes defensores em Portugal. Como aqui se comprova, o formato da «cartilha» era utilizado fora dos muros das escolas servindo, inclusivamente, propósitos de difusão de ideais políticos e revolucionários, que haveriam de desembocar na instauração da República em 1910.

A *Cartilha do Povo*, de José Falcão, obra editada em 1906 aquando dos últimos anos do definhamento da Monarquia e da crescente afirmação da República e dos ideais republicanos em geral, é uma obra muito interessante sob o ponto de vista do estudo das mentalidades. A sua leitura tem que ser obrigatoriamente enquadrada no momento de forte agitação social que então se vivia, sendo nela evidente as enormes e insanáveis contradições entre os ideais monárquicos e republicanos. Trata-se de uma cartilha não propriamente escolar ou apenas de uso escolar, dado o tipo de linguagem utilizada. A

Cartilha do Povo foi escrita principalmente para os adultos, e não somente para os jovens alunos, até porque havia que «arregimentar» apoiantes da causa republicana em maior número possível e, desse modo, a cartilha teria mesmo que ser extensiva ao público adulto e trabalhador.

José Falcão, convicto defensor da instauração da nova República, escreveu esta cartilha com a firme intenção de «educar» o povo nos princípios em que acreditava e na causa pela qual lutava, não tendo, por isso, o mínimo pejo em atacar violentamente a monarquia e, sobretudo, os «maus hábitos» da realeza e do seu séquito, sendo por demais abundantes as referências aos gastos e abusos dos reis, sua família e respectivos «lacaio», para utilizar uma expressão do próprio José Falcão.

Num encontro imaginário entre João Portugal (um republicano confesso e uma espécie de consciência crítica do povo) e José Povinho, essa figura castiça imortalizada por Rafael Bordalo Pinheiro e representante do povo simples e «ingénuo» ou até ignorante (por culpa própria ou por desleixo e desresponsabilização na sua educação) assiste-se a uma interessante troca de palavras e ideias.

Perante as tristezas da vida mundana de José Povinho, João Portugal contrapõe que ele olhe «para a sua Pátria, já que não pode olhar para a sua família», justificando tal asserção «porque a nossa Pátria é composta dos nossos pães, das nossas mulheres, dos nossos filhos, dos nossos parentes e amigos. Ella contém a casa em que nascemos, o cemitério onde os nossos avós descansam dos grandes trabalhos d'esta vida. A nossa Pátria é formada de pedaços de terra, regados com o suor do Povo, d'onde o nosso braço trabalhador tira o sustento da sua mísera existência».

José Falcão, «vestindo a pele» de João Portugal, considera que o primeiro dever do Povo é «dar a vida pela Pátria; guardal-a dos maus de dentro, e defendel-a dos inimigos de fora». A obra encerra um conjunto de valores, que têm mais que ver com a dignidade, a igualdade de oportunidades e a equidade social, numa palavra ou expressão: a decência e o respeito pelo povo e do povo, por comparação com a actuação e forma de estar da realeza e das classes mais abastadas, as quais são alvo de fortes críticas pelos seus abusos e pelas injustiças praticadas para com o Povo, sempre identificado com «P» grande ou em maiúsculas.

Confrontado com as reclamações de José Povinho, que alega que só os filhos dos pobres eram chamados a defender a pátria e a ir para a guerra, pois «os filhos dos ricos não vão para soldado», João Portugal reconhece que «E' esta uma das grandes desgra-

ças do Povo», afirmando: «Ah! Malditos sejam aquelles, que vem pelas nossas aldeias livrar os filhos dos ricos, para toda a condemnação cair nos filhos dos pobres!».

Enumera o infindável número de impostos que recaíam sobre a população, algo que só era possível porque eles (os monárquicos) «só tem o poder devido á nossa ignorância». Entre os tributos intermináveis cobrados ao povo, Falcão especificava que «agora também há um tributo sobre os cães». Após enumerar a «conta do dinheiro», refere-se à «conta das lágrimas e do sangue», denunciando o não cumprimento da lei do serviço militar obrigatório, que os ricos, «que fazem as leis», esses mesmos, «rasgam-nas em seu proveito, e só a applicam ao pobre, quando ella é contra o pobre».

O autor, assumindo a voz de João Portugal, tece duras críticas ao exército «que está reduzido a metade da sua força, e a reserva ainda a menos de metade», enfatizando que «o governo da monarchia não defende a Pátria», mas apenas «o monarcha», tal como os «monarchi-os», que «não defendem o Povo, defendem o rei». Na verdade, sublinhava, que «os que defendem a Pátria e os que defendem o Povo chamam-se republicanos». Deste modo, a visão do Estado era aterradora: «o Estado só dá ao povo três coisas: - a cadeia, o quartel e o hospital». Dissertando ainda sobre o exército, dizia que «actualmente o exército está reduzido a muito menos de metade da sua força effectiva, figurando na totalidade, para se justificarem os milhares de contos de réis que são gastos á sombra d'elle... E não temos nem armamentos, nem quartéis, nem instrucção militar, nem defesa nenhuma contra o estrangeiro!». Além disso, «os nossos filhos vão [para o exercito] para obrigar o Povo a pagar ao rei, á rainha, aos príncipes, aos ministros, e a milhares de comedores».

Sobre a justiça, José Falcão dizia que «os ricos e os que mandam só prendem os criminosos, quando são pobres. Os ricos nunca vão á cadeia; só se for algum amigo do Povo, algum defensor da Republica», passando ainda mais ao «ataque»: «Ai! A nossa desgraça, e a nossa miseria é sermos tão enganados pelos malvados mandões (...) Os malvados fazem dos nossos filhos os nossos verdugos. E tudo para viverem á nossa custa uma vida regalada».

À pergunta de José Povinho, «como é que o Povo sendo composto de tanta gente é governado e roubado pelos mandões, que são tão poucos em comparação?», a resposta de João Portugal é absolutamente lapidar: «são escolhidos para deputados homens sem consciência, dispostos a approvar todas as patifarias que forem rendosas para os ministros e para o rei». E como é que o governo «encontra tantos deputados, sem honra

nem vergonha, para lhe aprovarem os seus escândalos?» perguntava novamente José Povinho. Resposta pronta de João Portugal: «Como? Comprando-os».

Esta *Cartilha do Povo* é uma obra verdadeiramente «explosiva» passe a expressão, com o claro objectivo de mexer com as consciências e de «espicaçar» o povo contra a monarquia, com o claro e inequívoco objectivo de a derrubar, o que viria aliás a acontecer quatro anos após a publicação destes escritos (e após a publicação de muitos outros de igual pendor). Referindo-se aos ricos, os poucos que não precisavam de se vender por um emprego (ao contrário de todos os outros deputados e funcionários da realeza), dizia contudo que aqueles «se vendem por um título de visconde, ou querem vir a ser pares do reino, para serem uns reisinhos na sua terra, e despacharem para bons empregos os filhos, os parentes, os amigos e os sabujos que lhes fazem a corte».

Denunciando a compra de votos aquando das eleições, as pressões exercidas sobre o Povo por parte de comissários políticos e quejandos, a ponto de ameaçarem o mesmo Povo com a recruta forçada dos seus filhos para o serviço militar, como se tal não fosse uma obrigação para todos, e denunciando igualmente «os empregados subalternos que se vendem obrigados pela fome», bem como aqueles que prometem estradas e pontes para uso particular em troca de votos, como se o dinheiro empregue em tais obras não fosse do povo e não devesse ser utilizado em benefício do povo, José Falcão, sem se conter, dispara que «a corte é formada de parceiros comprados com o dinheiro dos cofres públicos. Que se arrede do meu sol toda a cafila de exploradores».

Perspectivando o que viria a acontecer quatro anos mais tarde, em 1910, José Falcão sob a voz de João Portugal, dizia “profeticamente”: «Mas a nossa hora aproxima-se. Havemos de ser livres, sem derramar o sangue dos nossos inimigos; havemos de vencel-os com armas pacíficas e inocentes. Depois da victoria havemos de ter caridade. Com os vencidos repartiremos os espolios da lucta. Fundaremos uma sociedade em que só haja trabalhadores livres, eguaes e irmãos (...) os nossos inimigos havemos de exterminar-os com balas de papel».

O autor da *Cartilha do Povo*, invectiva mesmo a população a não se deixar comprar por nada nem por ninguém aquando das eleições, mostrando todo o conteúdo político que procurou imprimir na sua obra, a qual, no fundo, se converte numa publicação panfletária do republicanismo, com o objectivo de forçar o Povo a tomar consciência da sua força, no sentido de a usar para depor o regime monárquico e fundar uma nova ordem social, mais fraterna e igualitária. Sobre as eleições, afirmava: «Se nos compram

com o dinheiro do thesouro, é o nosso dinheiro que elles roubam, para comprar as consciencias enfraquecidas pela fome; se nos querem comprar com o dinheiro d'elles, é porque esperam então fazer grande negocio com o nosso voto. E' preciso cuspir-lhes na cara. O Povo não se vende».

A defesa da República é por demais evidente em todas as páginas desta obra, não faltando mesmo uma definição muito própria, sob a «verrinosa» pena do seu autor: «República quer dizer: governo do Povo pelo Povo (...) Se na República é o Povo que governa, os homens do Povo é que são os republicanos». E prossegue: «votem todos na República, porque é preciso expulsar os maus do poder (...) A República é o ferro que há de limpar a terra da nossa Pátria, que há de preparar o terreno para sermos todos eguaes, felizes e irmãos. Vae, e dizei todos em coro: - Viva a santa República».

Depois do primeiro encontro entre José Povinho e João Portugal, dá-se um segundo encontro, onde os ideais republicanos ficam ainda mais clarificados. José Falcão vai ao ponto de especificar os ordenados da realeza, na tentativa de provar os elevados custos da manutenção da monarquia, às custas do Povo: «(...) Só a família real custa quinhentos e setenta e dois contos por anno (...) fora os dotes, sendo que actualmente o rei ganha 365 contos de réis por anno; a rainha 60 contos; o filho mais velho 20 contos; o mais novo 10 contos; a mãe do rei 60 contos; e o irmão do rei 10 contos!». Por comparação, diz João Portugal que «por essa conta sustentavam-se trinta e um mil duzentos e cinquenta e seis trabalhadores».

A propaganda republicana acaba pois por ser extremamente persuasiva, levando José Povinho a constatar: «se o Povo pensasse bem n'estas coisas nunca mais votava senão na República. Cada pessoa real que nasce, ou cada pessoa real que casa, são novos tributos para a nação. Quanto maior é a festa no paço, maior é a miséria do Povo». João Portugal refere, igualmente, que «o anno passado [1905] as viagens da família real haviam custado mais de dois mil contos (...)». A agonia dos últimos tempos da monarquia era por demais evidente na linhas escritas por José Falcão, quando este dizia que «o Povo mais dia menos dia atira com a albarda ao ar». E a «albarda» foi mesmo atirada ao ar poucos anos mais tarde, confirmando-se a viragem na nossa história colectiva até aos dias de hoje, fazendo com que a monarquia se tornasse apenas uma recordação do passado, ainda que tenha durado muitos séculos.

Sobre a temática em apreço, Rómulo de Carvalho, na sua *História do Ensino em Portugal*, página 625, diz textualmente: «Tema de combate insistente na propaganda re-

publicana foi sempre o da instrução, não só em palavras proferidas e escritas mas em realizações concretas. O Partido Republicano, que possuía Centros de convívio e de acção cultural espalhados por todo o país, instituiu escolas primárias nesses Centros onde muitos beneméritos, uns, professores de facto, outros, colaboradores animosos que supriam, com o seu entusiasmo, a falta de preparação específica para o desempenho de tal missão, empregavam as suas obras livres ensinando a ler, a escrever e a contar crianças e adultos. Esta actividade simpática cativou muita gente porque foi realizada com proveito e entusiasmo. Para outras camadas sociais, mais preparadas e mais exigentes, também o Partido Republicano teve um auxílio a prestar, um pensamento a oferecer, uma informação a comunicar, organizando sessões diversas, promovendo conferências e dando lições pela voz de militantes prestigiados».

CONCLUSÃO

A palavra ou signo linguístico é o mais importante de todos os signos ou meios de comunicação. Acústica (falada) ou visual (escrita) ela é elemento de aproximação, união, estabelecendo a comunidade (como um) entre os indivíduos que usam o mesmo código (Nação, Povo, Grupo).

Daí o esforço milenar de fazer corresponder a determinados ruídos ou sons um determinado significado e representar esses sons através de sinais ou signos, neste caso o signo linguístico, iniciando-se a linguagem articulada e a escrita. E com isso se escancararam as portas da História. Mas o seu grande passo ou acelerador é Gutemberg, com a descoberta da Imprensa, em 1440. O livro torna-se, assim, o grande expoente e difusor da cultura. Nos nossos dias a electricidade, com todas as suas potencialidades, o computador e a Internet puseram tudo ao alcance de todos.

A cultura tornou-se, assim, uma das grandes exigências dos cidadãos e grandes obrigações dos Estados e Governos.

Antigamente o ensino estava confiado praticamente à Igreja e funcionava especialmente nas Escolas Catedrais e dos mosteiros ou conventos. Com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, e com a expulsão de todas as ordens em 1834, o ensino passou para a responsabilidade do Estado.

Depreende-se que neste hiato - expulsão das Ordens e reorganização de tudo de novo - houve um período de convulsão e atraso.

Na promoção do ensino popular dois nomes se distinguiram: João de Deus e António Feliciano de Castilho. Sem, de qualquer modo, querermos sobrepor um ao outro, diremos que nos é profundamente simpática a figura de António Feliciano de Castilho porque se abalançou a essa prestimosa tarefa do ensino popular apesar de ele ser cego; e ainda porque ele, nessa tão meritória campanha, está ligado à nossa terra, Sernancelhe, através da sua correspondência com António Ribeiro Saraiva. Com efeito, em carta de 5 de Outubro de 1859, dizia Castilho a Ribeiro Saraiva, a rematar a carta: “Promovo quanto posso, e contrariado por alguns, a instrução primária popular, e as sobras do tempo, que poucas são, dou-as à literatura e à poesia”. (Vide “Saraiva e Castilho, a Propósito de Ovídio”, por António Ribeiro Saraiva, Londres, 1862, pág. 111).

E em nova carta, de 3 de Fevereiro de 1860, reforça a ideia e a determinação: “Eu estou como tu me deixaste: contumaz e obstinado na literatura, e de mais a mais ferrenho e inexorável em promover a instrução elementar do povo, que é para mim hoje em dia a única política séria”. (Idem, pág. 165).

O próprio Ribeiro Saraiva, na mesma obra (págs. 378-381) dá conta do atraso em que Portugal se encontrava, do analfabetismo quase generalizado, “da pouca habilitação e aptidão dos Mestres Régios nas Escolas pelo Reino” e confirma com ele próprio: “Eu próprio posso dar testemunho, primeiro dos da minha terra (Gama o de primeiras letras, Gonçalves o de latim), que eu soubesse, de proveito. Para mim teve de recorrer-se a Mestre particular, por não servirem de nada as lições dos Régios ...” (pág. 380).

As carências ou deficiências do Ensino em Portugal eram tão notórias que o Visconde de Sernancelhe, Dr. José da Gama e Castro, Físico-Mor dos Exércitos do Reino, numa proposta de Reforma da Instrução Pública, a par de coisas que hoje estariam desajustadas, diz outras que conservam toda a actualidade. E, valorizando o ensino popular e sua generalização, afirma: “Poderiam suprimir-se sem inconveniente (e não sei se diga com fruto) todas as cadeiras de estudos menores espalhados pelas diferentes comarcas do reino, à excepção das de primeiras letras. Quem quisesse aplicar-se a estas matérias, poderia recorrer a Coimbra ou aos seminários episcopais». (Vide “O Novo Príncipe”, 4.^a edição, da Pró Domo, Ld^a, Lisboa, 1947, pág. 374).

Os textos ou trechos seleccionados constantes dos diversos métodos ou livros de leitura, no geral até eram interessantes e transmitiam diversos conhecimentos com sen-

tido de cultura geral. Claro que alguns, para não dizer todos, reflectiam as tendências políticas de seus autores e organizadores. Um deles, bem sintomático, foi José Falcão, o qual num estilo bem pitoresco e expressivo e na figura do Zé Povinho, expôs o assunto com todo o interesse.

Se abstrairmos do pendor político ou ideológico de cada um, quer dum lado quer doutro, notamos que todos eram unânimes e concordes na necessidade de promover e disseminar a instrução, mormente a das primeiras letras ou instrução primária.

Uma quadra que quase se tornou axiomática, se repetia até se saber de cor e movia neste sentido dizia enfaticamente:

«Quem teve a grande desgraça
De não aprender a ler,
Sabe só o que se passa
No lugar onde estiver».

Daí também o conhecido poema de Augusto Gil (1873-1929), constante da sua obra “Versos”, com o título de “O Edital”.

Na porta principal duma Igreja, como ainda hoje é vulgar, encontrava-se um determinado papel e “um bando de homens a olhar para ele”.

Aventavam as mais díspares suposições ou opiniões:

“Mais contribuições»! – supunha um.
“É p’ra sortes, talvez”? – outro volvia.
Quantas suposições! Porém, nenhum
Sabia, ao certo, o que o papel dizia”.

“Nenhum (e eram vinte os existentes)
Sabia ler aqueles riscos pretos,
Vinte homens, e talvez inteligentes,
Mas todos – que tristeza! – analfabetos!».

Foi então que chegou o Manuel.

«O Manuel era um petiz de palmo e meio
(Ou pouco mais teria, na verdade)».

Foi preciso pegarem nele ao colo, levantarem-no, para ficar à altura do papel, e leu “correntemente o que o edital continha”.

Entretanto, o abade, que, “Regressava do Passal”, proferiu esta sentença:

“Olhai, amigos, quanto pode o ensino ...

Sois homens, alguns pais, até avós.

Pois, só por saber ler, este menino

É já maior do que nenhum de vós!”.

Quanto vale, de facto, “o ensino”! Quanto vale a instrução! O saber ler!...

Naqueles tempos, para o comum dos cidadãos, o objectivo era apenas um meio ou são asas para voos mais altos.

Toda a instrução é também uma educação.

Interessante a etimologia desta palavra: acção de educar. E a palavra educar (no latim *educare*), está relacionada com *é + duco* e este relacionado com «*edó*», que significa alimentar, comer; ou com «*é + dúcô*», que significa: conduzir para fora, fazer sair, tirar de. (Vide “Dicionário Latino-Português”, de Francisco Torrinha, Edições Maranus, Porto, 1937).

Ora tudo isto faz a educação: faz desenvolver, crescer, sobressair, pôr em acção todas as virtualidades ou capacidades próprias do indivíduo e dá-lhe o “alimento” físico, moral, intelectual, psíquico, ou seja, integral, para estar preparado e desempenhar a sua acção particular e social de modo responsável, competente, profícuo e cívico.

A análise dos manuais permite algumas conclusões:

Neste percurso analítico nota-se uma crescente evolução nos conteúdos e exigências. Já não são apenas assuntos patrióticos, guerreiros e estritamente religiosos, mas começam a abordar-se os grandes temas que agitam a sociedade. Assim incluem-se trechos que respeitam ao mundo do trabalho, às crianças, à mulher e aos idosos. Uma grande preocupação com o Ultramar que, pela sua pluralidade e sem a evolução semântica negativista que depois tomou, se apelidava de “As Colónias”. O Mar, estrada aquática, a grande paixão dos Portugueses, que levou à execução de um dos maiores feitos que a História regista. Surgem manuais, métodos ou selectas que, no mesmo livro, incluem assuntos de quase todas as ciências, promovendo uma cultura geral e como que adivinhando ou vislumbrando o mundo global dos nossos dias.

Os valores morais, como a religião católica a informá-los, têm ali um grande quinhão. Com efeito, a religião transforma ou transfigura o homem, a pessoa. Curiosamente, a alguns métodos ou selectas até foi dado o nome de “Cartilha”; e Cartilha, na língua portuguesa, significa “livro para aprender a ler, compêndio da doutrina cristã, catecismo”. (Vide “Dicionário da Língua Portuguesa”, 5.^a Edição, Porto Editora, s.d.). Aprender a ler através dos preceitos da religião. Aprender a ler aparece, assim, como um preceito religioso também, como o maior agente de “construção do homem”.

Nessa sequência e valores da religião, seu prolongamento e extensão ao Ultramar, dá-se também todo o valor às missões e sua gesta gloriosa, onde sobressaem nomes como o de S. Francisco Xavier, Padre José de Anchieta, Manuel da Nóbrega, S. João de Brito, o próprio Padre António Vieira. D. António Barroso, e tantos outros que moldaram esses territórios e lhes deram consciência de si próprios. Por isso se destacou tanto a religião com seus valores teológicos, sociais e morais, pois, como já alguém escreveu, “no fundo de todos os problemas há sempre um problema moral”.

E até a literatura ali entra, ao incluir e destacar nomes tão grandes como os de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Eça de Queirós e Antero de Quental, que ombream com os melhores de qualquer nação.

Privilegia-se a narrativa não ficcional de conteúdo biográfico, relativa a grandes figuras, cujo exemplo é utilizado para construir uma certa forma de identidade nacional e promover as atitudes consideradas correctas. São frequentes os conteúdos doutrinários, que pretendem veicular atitudes ou valores considerados importantes para conseguir o tipo de cidadão que corresponde aos modelos escolhidos.

É também através da narrativa, do conto popular, da fábula, da anedota, do provérbio, da quadra, da adivinha, das rimas e canções que se transmitem os costumes, as regras e as interdições da comunidade, reflectindo a sua história, a sua cultura e os seus valores mágico-religiosos. Constituem um alerta para o seu bom funcionamento e uma prevenção das transgressões.

Nem sempre, pedagogicamente, o método é o mais adequado para conseguir os objectivos pretendidos. Com efeito, muitas vezes, parece estar a dirigir-se mais a pessoas que já sabem, do que a crianças ou pessoas que começam a aprender. O ensino e a aprendizagem têm que ser graduais. Não se começa uma casa pelo telhado.

Não obstante, ao lermos e estudarmos os diversos autores e os que promoveram o ensino popular, então dito de primeiras letras ou primário, e seus conteúdos, apaixoná-

mo-nos cada vez mais pela leitura e firmámos com mais ardor o propósito que já tínhamos: contribuir o quanto pudéssemos para despertar o gosto pela leitura. Não basta saber ler! É preciso ler! Ler é comer, é alimentar-se dos manjares que os livros oferecem em mesa lauta. É educar para a relação ou para a sociabilidade. Num mundo plural, com tantas culturas, é tornar-se universal.

A leitura é um aprazível e delicioso passatempo e é um grande e insubstituível meio de cultura, de aprendizagem, de preparação para a vida e de civilidade.

E a língua, tal como já era na Grécia antiga, é um dos grandes factores ou elementos de união. Falar bem e escrever bem é também uma grande manifestação de patriotismo. Fernando Pessoa até dizia: “Para mim a Pátria é a língua”.

Por isso é muito pertinente o conselho dado por Fernando Pessa, já centenário, num programa televisivo. Ao perguntarem-lhe, na despedida, que conselho gostaria de dar aos jovens, respondeu simplesmente:

“Mandava-os estudar gramática”.

Em boa verdade, a identidade nacional é fruto de um conjunto de circunstâncias que moldaram o sentimento de “ser português”, nomeadamente o povoamento do território que hoje corresponde a Portugal por vários povos, a delimitação progressiva desse mesmo território, os descobrimentos, a evolução político-administrativa e a aventura colonial. O povo português é um dos mais antigos do mundo, indo nesta altura a caminho dos 900 anos de história. Talvez por isso, por ser tão antigo, seja tão difícil encontrar um “tipo” característico que o qualifique de uma forma suficientemente esclarecedora.

Com efeito, em quase 900 anos de história, muitas são as influências e condicionantes que podem ter influído na formação do “carácter lusitano”, se assim se pode dizer. Em suma, a identidade nacional está presente na história de vida de todos os cidadãos portugueses, quer queiram quer não.

Deste modo, a escola foi claramente usada como instância de ideologia nacional e pátria, com o objectivo de sedimentar uma identidade nacional. Os manuais foram os principais suportes dessa pedagogia. Os autores dos manuais e, em consequência a escola, fizeram uso dos clássicos para legitimarem e documentarem os valores e as atitudes que pretendiam divulgar e ensinar. Os heróis apresentados pelos clássicos foram transmitidos às crianças e aos adolescentes escolares como exemplos e como apelos ao patriotismo.

A escola surge, então, como a base e plataforma para fazer progredir os cidadãos e a sociedade, e constitui o instrumento por excelência da transformação mental dos indivíduos e da criação de um novo tipo de homem, regida por valores pátrios. «O ensino foi, naturalmente, uma das actividades mais visadas, não o ensino superior mas o dos Estudos Menores por estarem na raiz da formação moral e social dos educandos. É por aí que se começa a moldar o indivíduo para o ajustar às regras de comportamento que convém à ideologia do Estado. Daí a importância da Instrução Primária e do combate generalizado ao analfabetismo, porque só assim se podiam preparar cidadãos conscientes dos seus deveres cívicos». (Vide “História do Ensino em Portugal”, de Rómulo de Carvalho, pág. 487). Este autor, na mesma obra, na página 592, refere que a educação «deve educar o homem social e formar o cidadão, em primeiro lugar; prepará-lo para uma profissão, em segundo lugar. O primeiro fim deverá abranger todos os portugueses, sem excepção...».

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

1.1. OBRAS DE REFERÊNCIA

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 5.^aed. Porto Editora, [s.d.].

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Vol. XVI. Lisboa: Editorial Enciclopédia.

MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Vol. IV. 3.^a Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

TORRINHA, Francisco - *Dicionário Latino-Português*. Edições Maranus: Porto, 1937.

1.2. BIBLIOGRAFIA GERAL

AMARANTE, Eduardo - *Portugal, passado e futuro: reflexões sobre um país no limiar do 3.º milénio*. 1.^a ed. Lisboa: Publicações Quipu, 2002.

Antologia de textos pedagógicos do século XIX português. Prefácio, selecção e notas de Alberto Ferreira. 3 vols. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica, 1971, 1973, 1975.

APPLE, M. - *Ideologia e currículo*. Madrid: Akal, 1986.

- AREA**, M. - *Los medios, los profesores, el curriculum*. Barcelona: Sendai Ediciones, 1991.
- BARDIN**, Laurence - *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- BARREIROS**, António José - *História da literatura portuguesa I*. 10.^a ed. Braga: Editora Pax.
- BARRENO**, M. L. - *O falso neutro: um estudo sobre a discriminação sexual no ensino*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Coleção Educação, N.º 1. Lisboa: Edições Rolim.
- BASTOS**, José Gabriel da Fonseca Pereira - *Portugal minha Princesa. Contribuição para uma Antropologia Pós-racionalista dos Processos Identitários e para o estudo do sistema de representações sociais identitários dos portugueses*. Vols. I e II. Lisboa: Tese de Doutoramento em Antropologia Social e Cultural submetida à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- BERTRAND**, Yves - *Teorias contemporâneas da educação*. 2.^a ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- BETTENCOURT**, Francisco - «A Sociogénese do Sentimento Nacional», in *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991.
- BIDAULT**, Marie-Françoise - *La recherche de l'identité individuelle et de l'identité nationale dans les manuels scolaires. L'exemple du Mozambique*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1985.
- BÍVAR**, Maria de Fátima - *Ensino primário e ideologia*. 2.^a ed. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- BOTO**, C. - *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)*. Vols. I e II. Tese de Doutoramento. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de S. Paulo. 1997.
- BRASIL**, Reis - *Os Lusíadas: sublimação do género épico*. Lisboa: Hugin, 2001.
- BRITO**, Ana Parracho - *A problemática da adopção dos manuais escolares: critérios e reflexões*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999.
- CABRAL**, Manuel Vilaverde - *Portugal e a Europa: diferenças e semelhanças*. Análise Social, vol. XXVII, 1992. pp. 118-119.

CAMÕES, Luís de - *Os Lusíadas*. Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, 1974.

CANDEIAS, António; **PAZ**; Ana Luísa; **ROCHA**, Melânia - *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CARNEIRO, A. Henriques - *Evolução e controlo do ensino em Portugal: da fundação da nacionalidade ao 1.º Ministério da Instrução pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

- *Em defesa da «Identidade Nacional»*. 1990. Intervenções feitas em 1989 durante as Cerimónias Comemorativas da Restauração. Lisboa: Edição da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

CARVALHO, Rómulo de - *História do Ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASTRO, José da Gama - *O Novo Príncipe*. 4.ª ed. Lisboa: Pró Domo, 1947

CHOPPIN, Alain - *Les manuels scolaires: de la production aux modes de consommation*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999.

CHOPPIN, Alain - *Les manuels scolaires: Histoire et actualité*. Paris: Hachette/Éducation, 1992.

CHORÃO, João Bigotte - *Textos escolhidos [de Pe. António Vieira]*. Lisboa: Verbo, 1971.

CIDADE, Hernâni - *Pe. António Vieira: a obra e o homem*. 2.ª ed. Lisboa: Arcádia, 1979.

COELHO, Jacinto do Prado - *Camões e Pessoa: poetas da utopia*. Mem Martins: Europa América, 1983.

COSTA, António da - *A Instrução Nacional*. Lisboa [s.n.], 1870.

COSTA, José Joaquim do Rio - *A educação de valores nos manuais escolares*. UTAD, Departamento de Ciências da Educação. Vila Real, 1999.

CUNHA, Arlindo Ribeiro da - *A língua e a literatura portuguesa*. Braga: Livraria Cruz, 1941.

- DAEHNHARDT**, Rainer - *Identidade Portuguesa: por que a defendo*. Parede: Publicações Quipu, 2002.
- DINIZ**, Maria Augusta Seabra - *As fadas não foram à escola: a literatura de expressão oral em manuais escolares do Ensino Primário*. 3.^a ed. Porto: Asa, 1993.
- DE CORTE**, E. - *Les fondements de l'action didactique*. Bruxelles: De Boeck, 1996.
- DOMINGUES**, Mário - *Camões: a sua vida e a sua época: evocação histórica*. Lisboa: Romano Torres, 1980.
- FERREIRA**, Joaquim - *Sermão e carta de Pe. António Vieira*. 2.^a ed. Porto: Domingos Barreira, 19-?.
- GÉRARD**, François-Marie; **ROEGIERS**, Xavier - *Conceber e avaliar manuais escola-res*. Porto: Porto Editora, 1998.
- GIL**, Augusto - *Versos*. 1.^a ed. Lisboa: Ulmeiro, 1981.
- GRÁCIO**, Rui - *Do ensino*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1995.
- GRÁCIO**, Rui - *Do ensino*. Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1995.
- LOURENÇO**, Eduardo - *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. 3.^a edição. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- HENRIQUE**, Teresa Maria - *Os Lusíadas [de] Camões*. Mem Martins: Europa-América, 1991.
- HERBART**, Johann Friedrich - *Pedagogia geral*. 4.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- HOMEM**, Amadeu Carvalho - *Identidade Nacional e contemporaneidade*. Revista de História das Ideias, vol. 17: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*. 1995.
- LAPA**, Rodrigues - *Padre António Vieira: Sermão de Santo António aos Peixes e Carta a D. Afonso VI*. Lisboa: Gráfica Lisbonense, 1946.
- MACEDO**, Júlio Oliveira - *Sob o signo do Império: os Lusíadas [de] Luis Vaz de Camões, Mensagem [de] Fernando Pessoa: análise comparativa*. 1.^a ed. Porto: Asa, 2002.
- MAGALHÃES**, Justino - *Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999.
- MARQUES**, A. H. de Oliveira - *Breve História de Portugal*. 4.^a ed. Lisboa: Editorial Presença. 2001.
- MARQUES**, F. Costa - *A análise literária*. 3.^a ed. Coimbra: Almedina, 1972.

- MARTINS**, Alberto - *Política Educativa: construção da Europa e Identidade Nacional*. Actas da Conferência realizada em 15 de Abril de 1997. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.
- MATOS**, Maria Vitalina Leal de - *Poesia épica de Camões*. Cadernos F.A.O.J., N.º 14, Série C, 1983.
- MATOSO**, António G. - *Compêndio de História de Portugal*. 6.^a ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1943.
- MATTOSO**, José - *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva, 1998.
- MATTOSO**, José - Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal. 2 Vol. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- MAZULA**, Brasão - *Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985 (em busca de fundamentos filosófico-antropológicos)*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1995.
- MENDES**, João - *Literatura portuguesa*. Vols I e II. 2.^a ed. Editorial Verbo, 1981.
- MENDES**, José Amado - *Identidade Nacional e Ideologia através dos manuais de História*. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999.
- MENDES**, José Amado - *Características da cultura portuguesa: alguns aspectos e sua intervenção*. Sep. da Revista Portuguesa de História, t. XXXI, vol. I, 1996.
- MENDES**, Margarida Vieira - *A oratória barroca de Vieira*. 2.^a ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- MCLUHAN**, M. - *La galaxie de Gutemberg*. Paris, Galimard, 1977.
- MOLLO**, S. - *A escola na sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- MÓNICA**, M. F. - *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- MONIOT**, Henry - *Didactique de l'Histoire*, col. «Perspectives didactiques». Paris: Nathan/Pédagogie, 1997.
- MOREIRA**, Adriano - *Política Educativa: construção da Europa e Identidade Nacional*. Actas da Conferência realizada em 15 de Abril de 1997. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.

- NUNES**, Maria Teresa Alvarez - *Género e cidadania nas imagens de História: estudos de manuais escolares e software educativo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2007.
- NUNES**, A. Sedas - *Introdução ao estudo das ideologias*. Lisboa: Editorial Império, 1962.
- OLIVEIRA**, P. Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*. 2.º ed. Lisboa: União Gráfica, 1948.
- ORLANDI**, Enzo - *Gigantes da literatura universal: Padre António Vieira*. Editorial Verbo, 1972.
- ORNELAS**, José N. - «Educação: cultura e ideologia» (1991). In *Perspectivas da educação para o ano 2000. Colóquio Internacional, 29 a 31 de Maio de 1989*. Vila Real: Departamento de Ciências da Educação. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Ó**, Jorge ramos do - *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa, 2003.
- PACHECO**, A. - *O pensamento e a acção do professor*. Porto: Porto Editora, 1995.
- PAIS**, Amélia Pinto - *Para compreender «Os Lusíadas»*. Coimbra: Centelha, 1982.
- PALOMO**, Federico - *Fazer dos campos escolas excelentes: os Jesuítas de Évora e as Missões do interior em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- PASCOAES**, Teixeira de - *A arte de ser portugueses*. 3.ª Edição. Lisboa: Roger Delraux, 1978.
- PEDRO**, Ana Paula - *Percursos de uma educação em valores em Portugal: influências e estratégias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Técnica, 2002.
- PEREIRA**, José Miguel Carvalho Sarmiento - *Manuais escolares e aprendizagem da leitura: estatuto, funções e modos de apropriação*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (Psicologia da Educação) apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2003.
- PESSOA**, Fernando - *Mensagem*. 11.ª ed. Edições Ática, 1972.
- PINTO**, Mário - *Política Educativa: construção da Europa e Identidade Nacional*. Actas da Conferência realizada em 15 de Abril de 1997. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.

PIRES, Eurico Lemos; **FERNANDES A. Sousa**; **FORMOSINHO**, João - *A construção social da educação escolar*. Edições Asa: Rio Tinto, 1991.

PEREIRA, Sara Marques - *Memórias da escola primária portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

POLÍTICA EDUCATIVA: CONTRUÇÃO DA EUROPA E IDENTIDADE NACIONAL. Actas da Conferência realizada em 15 de Abril de 1997. Sala do Senado da Assembleia da República. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 1997.

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional - *Didáctica de «Os Lusíadas»*, Lisboa, 1973.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento. *Manuais escolares: análise da situação*. Lisboa. 1989.

QUIVY, Raymonde; **CAMPENHOUDT**, Luc Van - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2003.

RAMOS, Feliciano - *História da literatura portuguesa*. 3.^a ed. Braga: Livraria Cruz, 1958.

REIS, Maria Alice - *Natureza e Pátria em Camões*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social: Direcção Geral da Divulgação, 1980.

RIBEIRO, Aquilino - *Luís de Camões: fabuloso, verdadeiro*. Amadora: Bertrand, 1974.

RICHAUDEAU, François - *Conception et production des manuels scolaires: guide pratique*. Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture: Paris. 1979.

RODRIGUES, Pedro Miguel Freire da Silva - *Avaliação da formação pelos participantes em entrevista de investigação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

RUAS, Henrique Barrilaro - *Ideologia. Ensaio de análise histórica e crítica*. Lisboa: Edição da Junta da Acção Social.

SÁ, Maria das Graças Moreira de - *Sermões escolhidos: sermão da sexagésima, sermão de Santo António ao peixes, sermão dos bons-anos, sermão do mandato*. 2.^a ed. Lisboa: Ulisseia, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa - *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume 4]*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

- SARAIVA**, António José - *História ilustrada das grandes literaturas - Literatura portuguesa I*. Lisboa: Editorial Estudos Cor.
- SARAIVA**, António Ribeiro - *Saraiva e Castilho, a propósito de Ovídio*. Londres, 1862.
- SARAIVA**, José Hermano - *Elementos para uma nova biografia de Camões*. Lisboa: [s.n.], 1978 (Braga: Tip. Barbosa & Xavier).
- SARAIVA**, José Hermano - *Vida ignorada de Camões*. Mem Martins: Europa América, 1978.
- SARAIVA**, Maria de Lurdes Saraiva - *Luís de Camões. Lírica completa I e Lírica completa II*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980.
- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986, 1989, 1990, 1995.
- SILVA**, Vítor Manuel de Aguiar - *Teoria da literatura*. 8.^a ed. Coimbra: Almedina, 1988.
- SIMÃO**, José Veiga - *Política Educativa: construção da Europa e Identidade Nacional*. Actas da Conferência realizada em 15 de Abril de 1997. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.
- SILVA**, Manuela; **TAMEN**, M. Isabel - *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- TORGAL**, Reis - *História e Ideologia*. Col. Minerva-História. Coimbra: Minerva, 1989.
- TORMENTA**, José Rafael - *Manuais escolares: inovação ou tradição?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.
- TORRES**, Jurjo - *O curriculum oculto*. Porto: Porto Editora, 1995.
- UNESCO** - *L'éducateur et l'approche systémique*. Paris: Les Presses de l'UNESCO, 1976.
- VADÉE**, Michel - *A Ideologia*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 1977.
- VALENTE**, M. O. - *Manuais escolares: análise da situação*. Lisboa: GEPME, 1989.
- VIEIRA**, António, padre - *Sermão da sexagésima: pregado na Capela Real, no ano de 1655*. 2.^a ed. Porto: Domingos Barreira, 19-?.
- VIEIRA**, António, padre - *Sermões*. 1.^a ed. Lisboa: Quidnovi, 2008.
- VIEIRA**, António, padre - *Sermões*. Vol. 1, (Passim). Porto: Lello e Irmão, Editores, 1959.

VIEIRA, António, padre - *Obras escolhidas* (com prefácios e notas de António Sérgio e Hernani Cidade). Lisboa. Livraria Sá da Costa.

VIEIRA, António, padre - *Sermões: pelo bom sucesso das armas de Portugal: de Santo António aos peixes: da Sexagésima*. Mem Martins: Europa America, 19-?.

1.3. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

AMADO, José de Sousa - *Compendio de geographia das provincias e colonias portuguezas d'além mar, na Europa, Azia, Africa e Australasia*. Lisboa: Typ. Universal, 1874.

ARAÚJO, Joaquim de - *Primeiras leituras*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1890.

DEUS, João de - *Leituras correntes: selecta clássica para uso das escolas*. Lisboa: Typ. Praça da Alegria, 1876.

Escola fundamental ou Methodo facil para aprender a ler, escrever, e contar, com os primeiros Elementos da Doutrina Christã: Util á mocidade, que deseja plenamente instruir-se (por hum professor). 3.^a ed. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1807.

FALCÃO, José - *Cartilha do povo para a gente o campo*. Vila Nova de Famalicão: Typ. Minerva, 1896.

LIMA, Felizardo - *Cartilha infantil: arte de aprender a ler e escrever em vinte lições*. 2.^a ed. Braga: Typ. Lusitana, 1879.

LOPES, A. Simões - *Cartilha infantil: 2.^a parte. Exercícios graduados de leitura corrente. Continuação dos quadros de leitura para as escolas populares*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

LOPES, António. Simões; **TEIXEIRA**, Fausto Guedes - *Selecta das escolas: livro de leitura destinado á 4.^a classe das escolas primarias*. 2.^a ed. Porto: Livraria Portuense de Lopes & C.^a - Editores, 1907.

LOPES, A. S. - *Selecta de manuscripto para uso das escolas d'ensino primário por A. Simões Lopes, Inspector d'Instrução Primária e aprovado pela Junta consultiva d'Instrução pública*. 25.^a ed. Porto: Livraria Portuense de Lopes & C.^a, 1901.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. - *Manual encyclopédico, para uso das Escolas d'Instrução Primária*. 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

MONTEVERDE, Emilio Achilles - *Mimo á infancia ou Manual de História Sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil: ornado de 100 lindas estampas, representando os principaes successos referidos no Velho e no Novo Testamento*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

MURALHA, Pedro - *Cartilha colonial: Breve resenha histórica, geográfica e económica das colónias portuguesas: O esforço portuguez na Africa, America, Asia e Oceania*. Lisboa: Tip. Luso-Gráfica, 1928.

OLIVEIRA, Filippe de - *O meu primeiro livro de leitura: profusamente illustrado: mandado adaptar por Decreto de 3 de Setembro de 1903*. Lisboa: Papelaria e Typographia la Bécarré, 1904.

PORTUGAL, Boavida - *Cartilha nova (Doutrina moral): A moral deve estudar-se dos 8 aos 20 anos*. [S.l. : s.n.], 1913.

VENTURA, Duarte - *Arte de aprender a letra manuscripta para uso das escholae em 10 lições progressivas do mais fácil ao mais difficil*. Pariz: V.^a J. P. Aillaud, Guilhard e C.^a, Livreiros de Suas Magestades o Imperador do Brasil e El Rei de Portugal, 1860.

1.4. OUTRAS PUBLICAÇÕES

PORTUGAL. Leis, Decretos, etc. Constituição de 1822 (Texto integral). Braga: Livraria Victor, Centro Cultural do Minho, [s.d.].

PORTUGAL. Leis, Decretos, etc. Decreto-lei n.º 369/90. D.R. I Série. 273 (90-11-26) 4835-4838.

1.5. PERIÓDICOS

MAGALHÃES, Justino (2006) - *O manual escolar no quadro da história cultura. Para uma história do manual escolar em Portugal*. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 02, pp. 5-14.

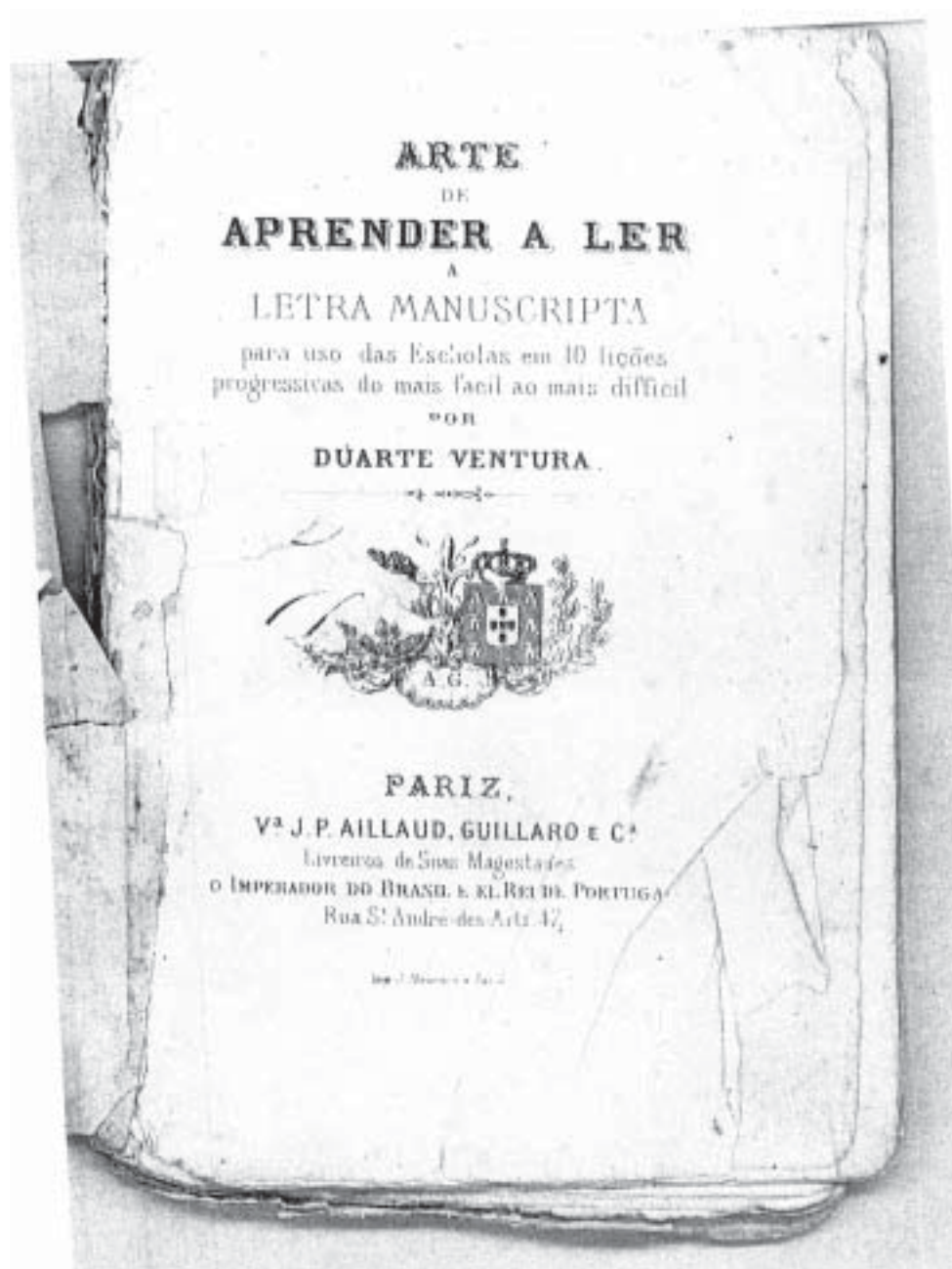


Fig. 1 – Frontispício do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura, editado em 1860 (?).

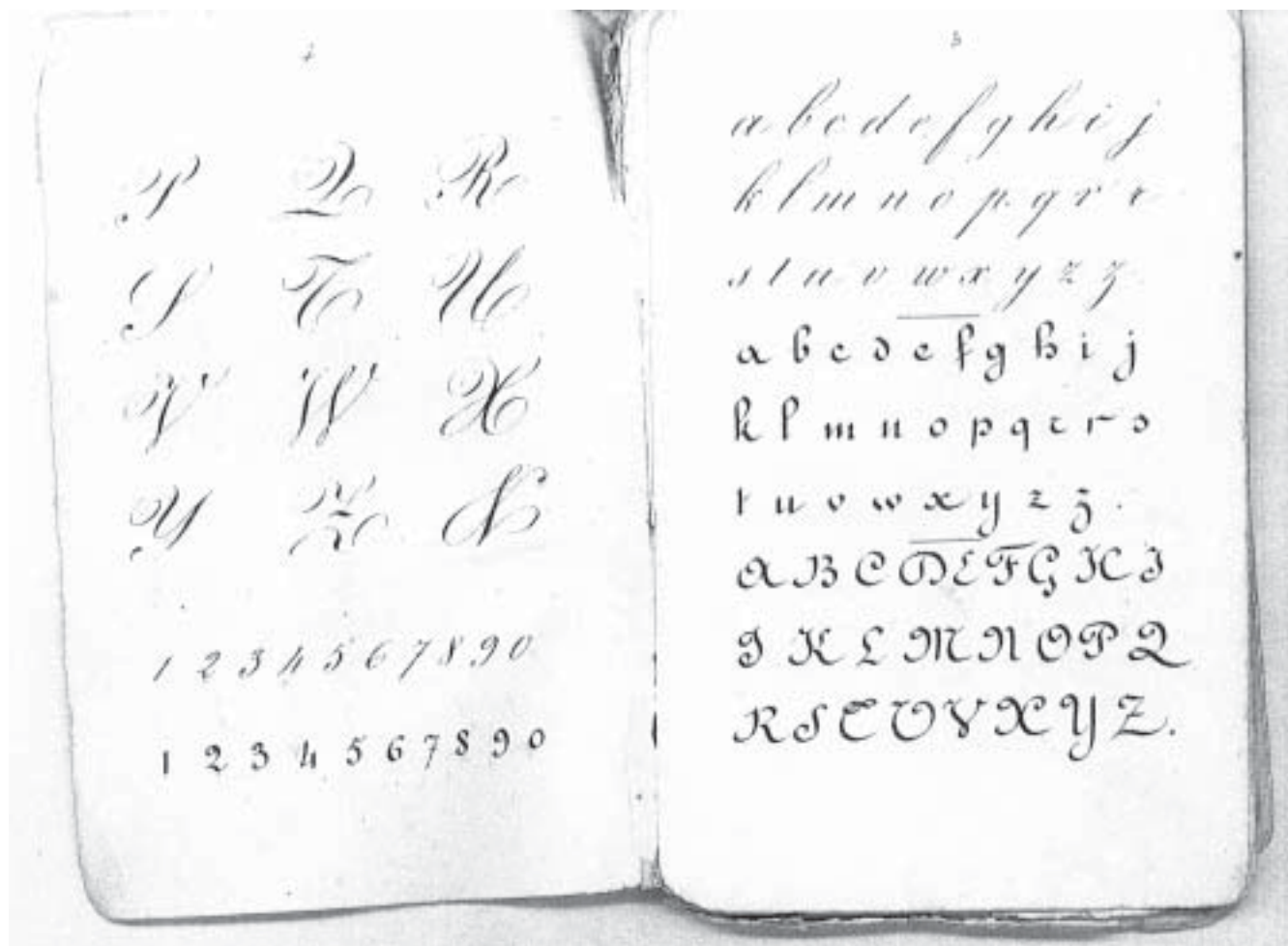


Fig. 2 – Abecedário constante da primeira lição do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.

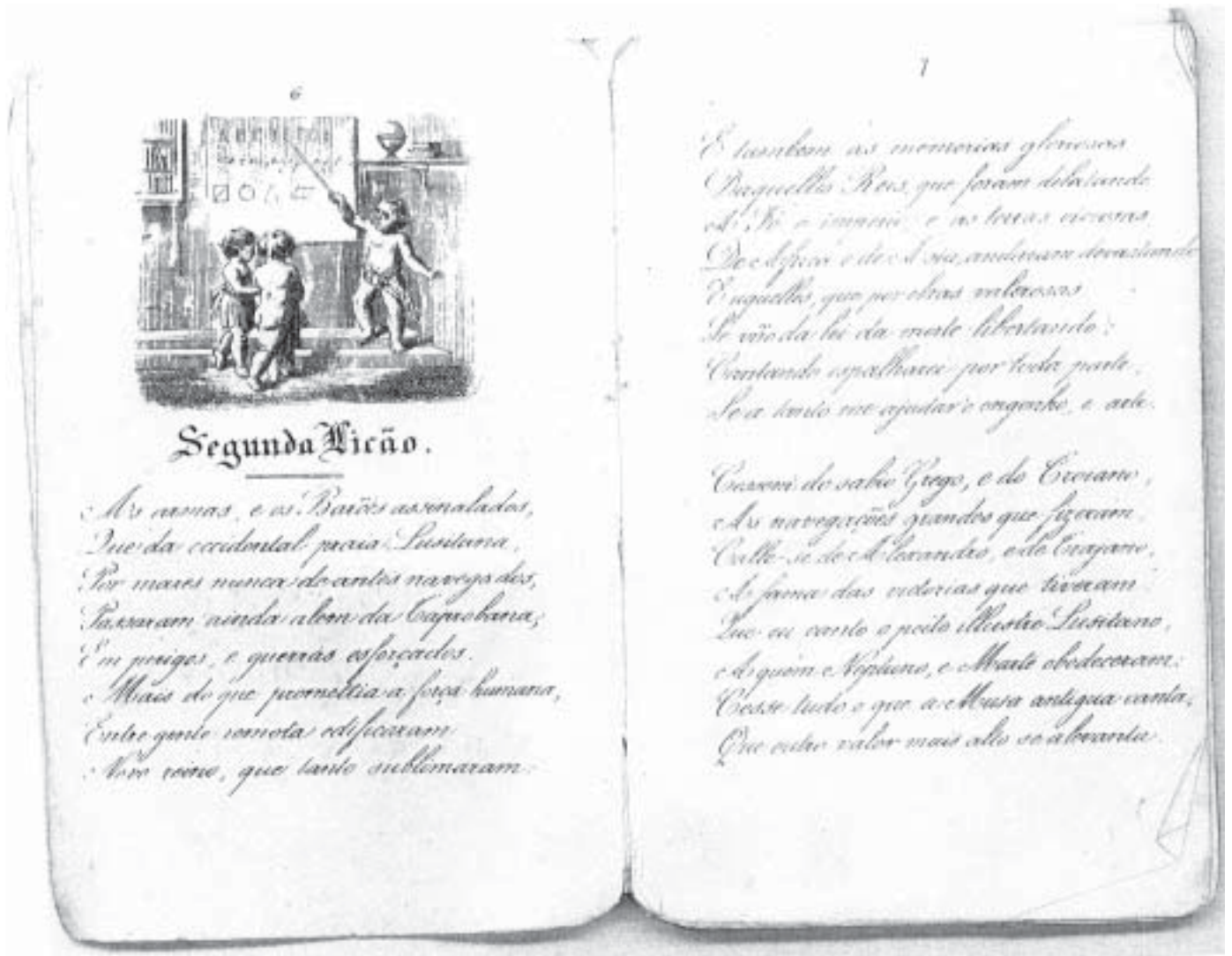


Fig. 3 – Vinheta de abertura da segunda lição do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escholae em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.

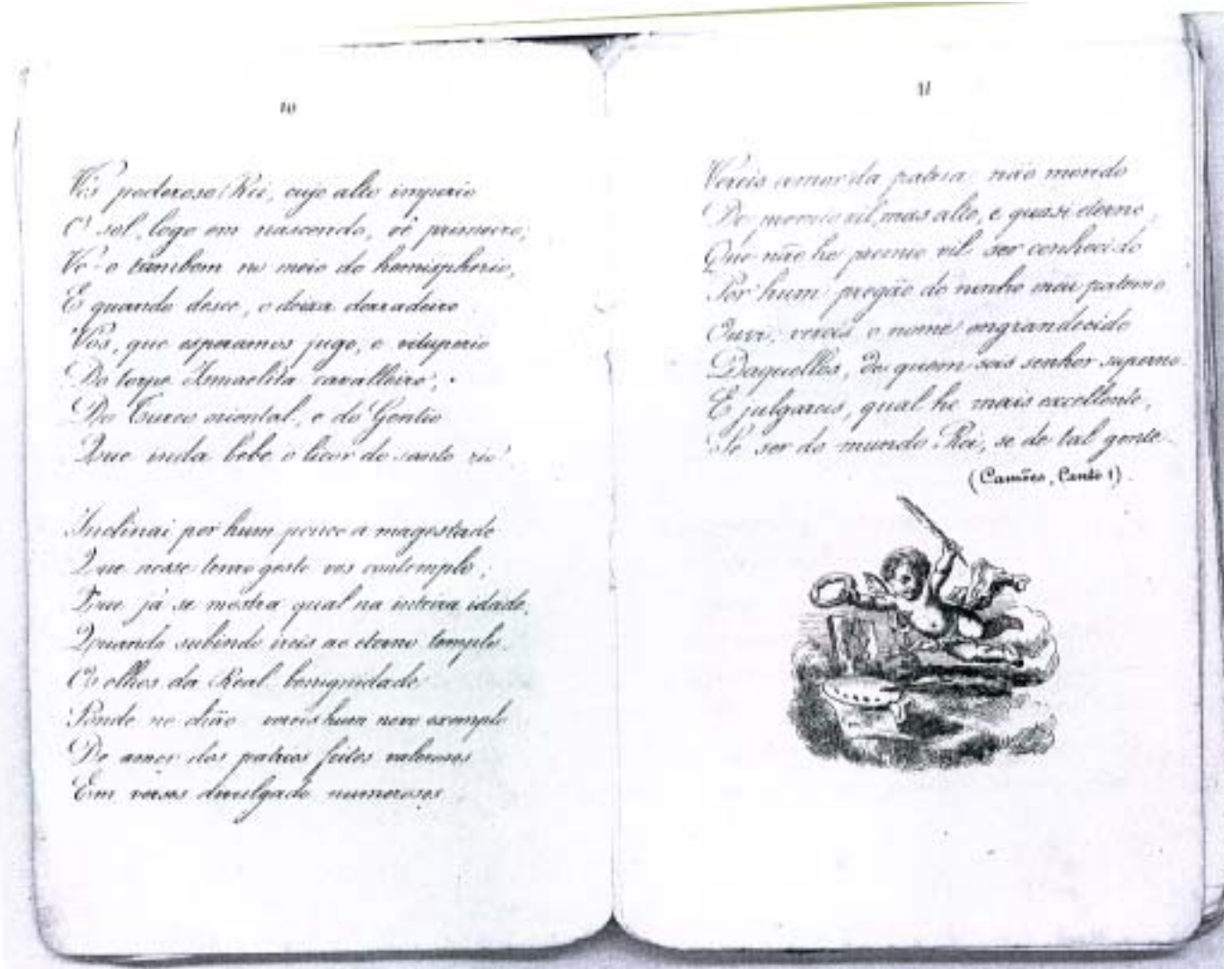


Fig. 4 – Vinheta de encerramento da segunda lição do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.



Fig. 5 – Página (à esquerda) de abertura da terceira lição do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escholae em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.



Fig. 6 – Vinheta de encerramento da terceira lição (página da esquerda) e de abertura da quarta lição (página da direita) do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.

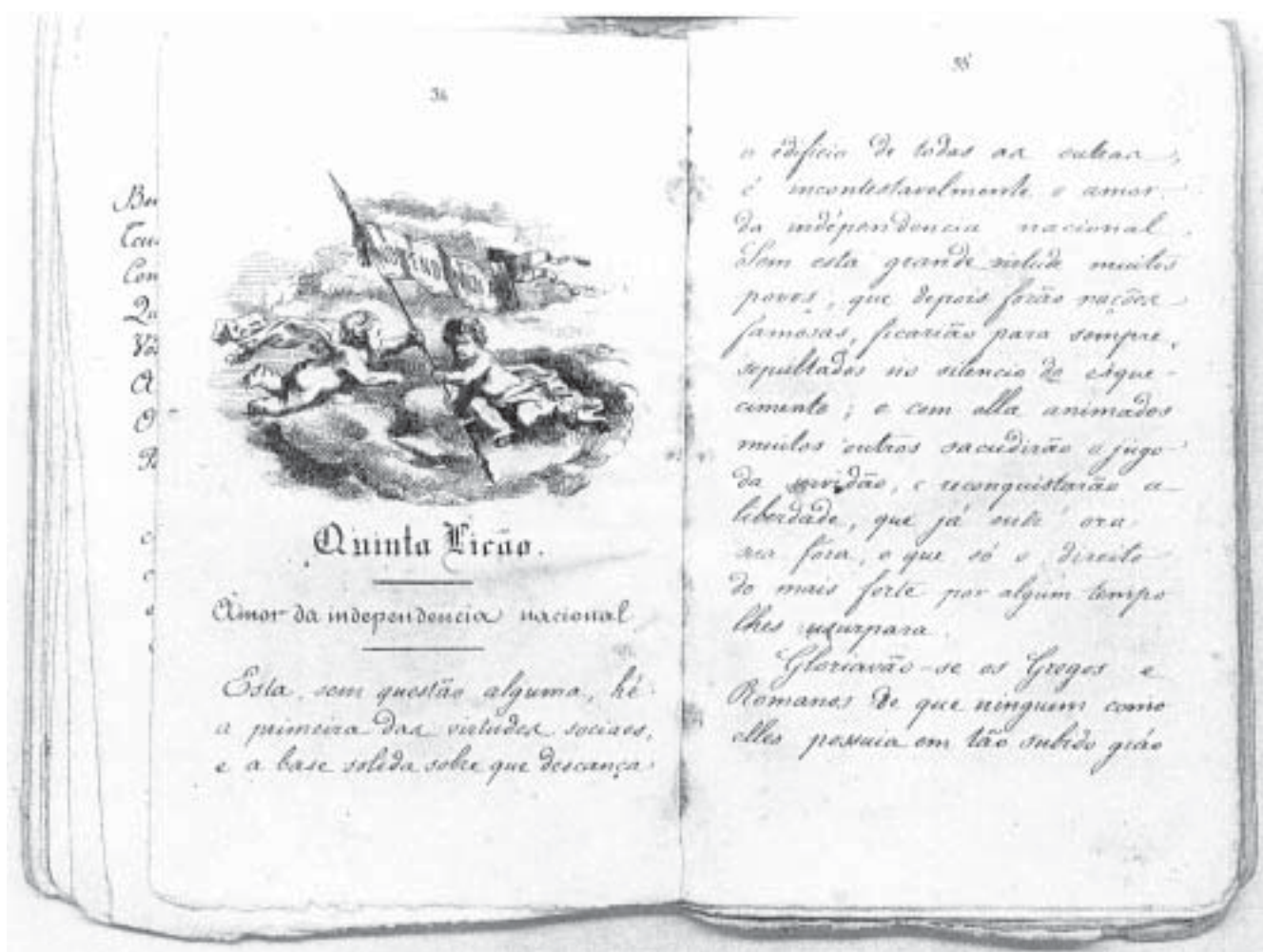


Fig. 7 – Vinheta de abertura da quinta lição do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escholae em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.



Fig. 8 – Vinheta de abertura da sexta lição (página da esquerda) do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.



Fig. 9 – Vinheta de abertura da sétima lição (página da direita) do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.

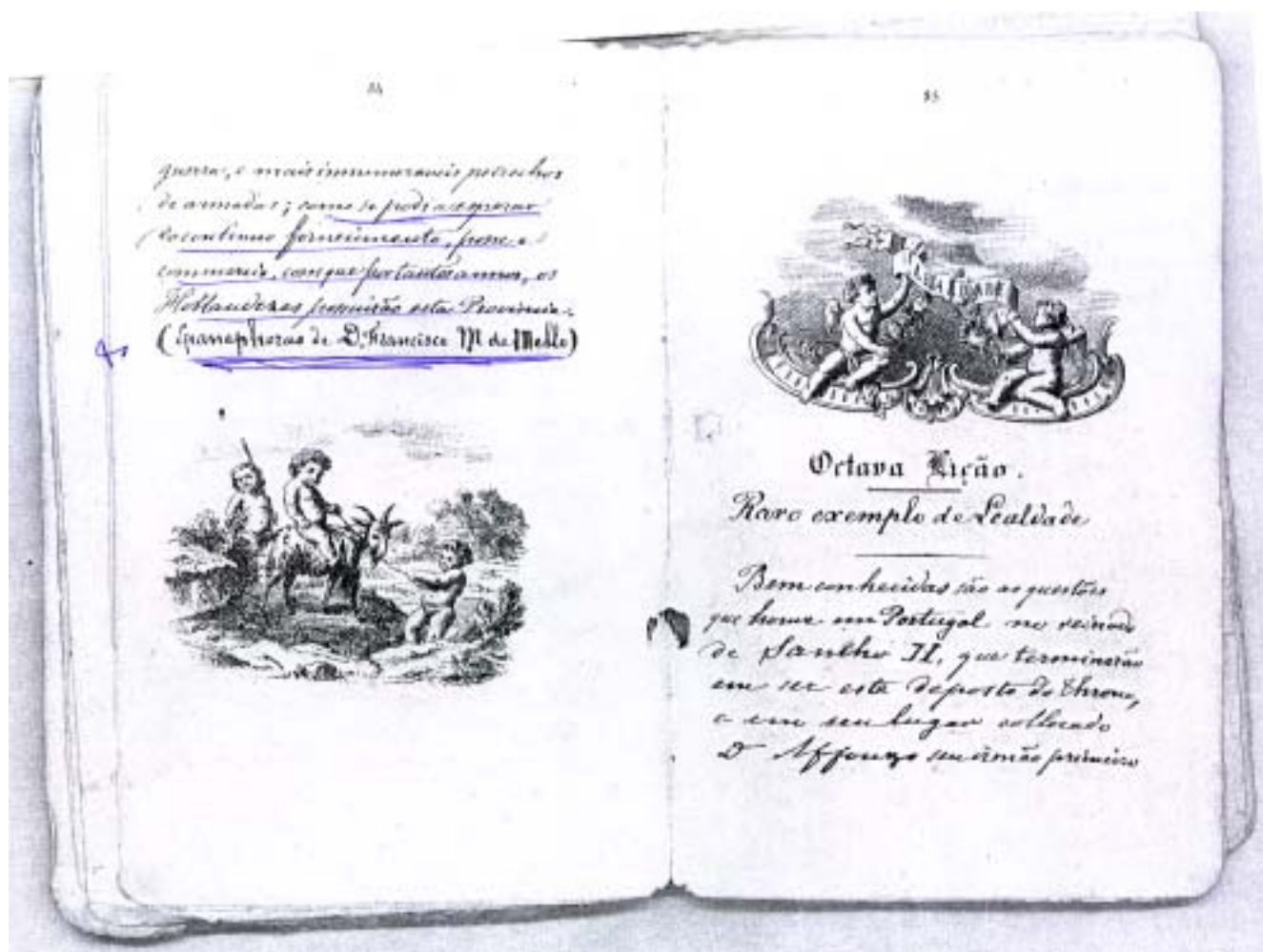


Fig. 10 – Vinheta de encerramento da sétima lição (página da esquerda) e de abertura da oitava lição (página da direita) do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.



Fig. 11 – Vinheta de abertura da nona lição (página da esquerda) do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.

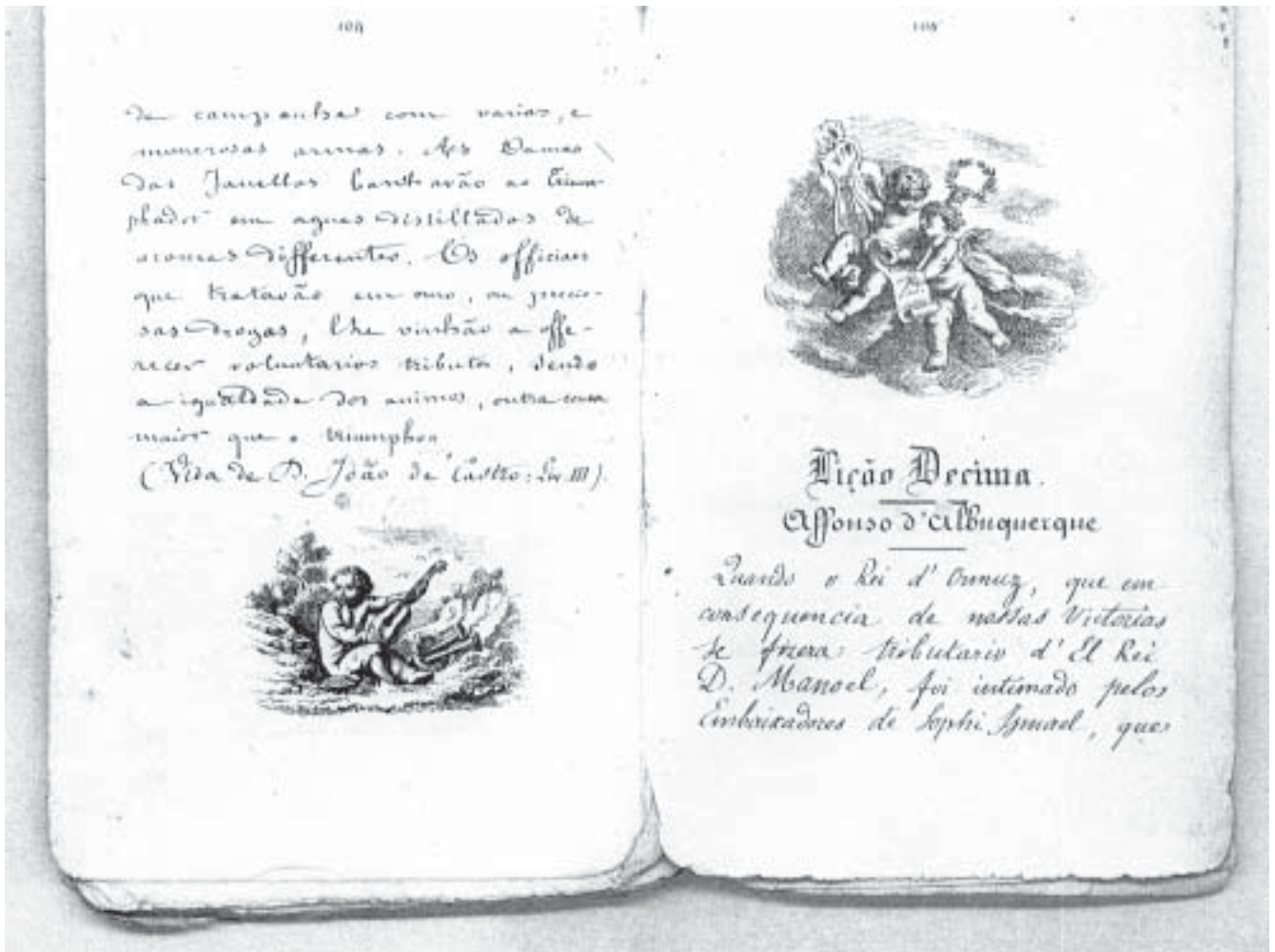


Fig. 12 – Vinheta de encerramento da nona lição (página da esquerda) e de abertura da décima lição (página da direita) do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.

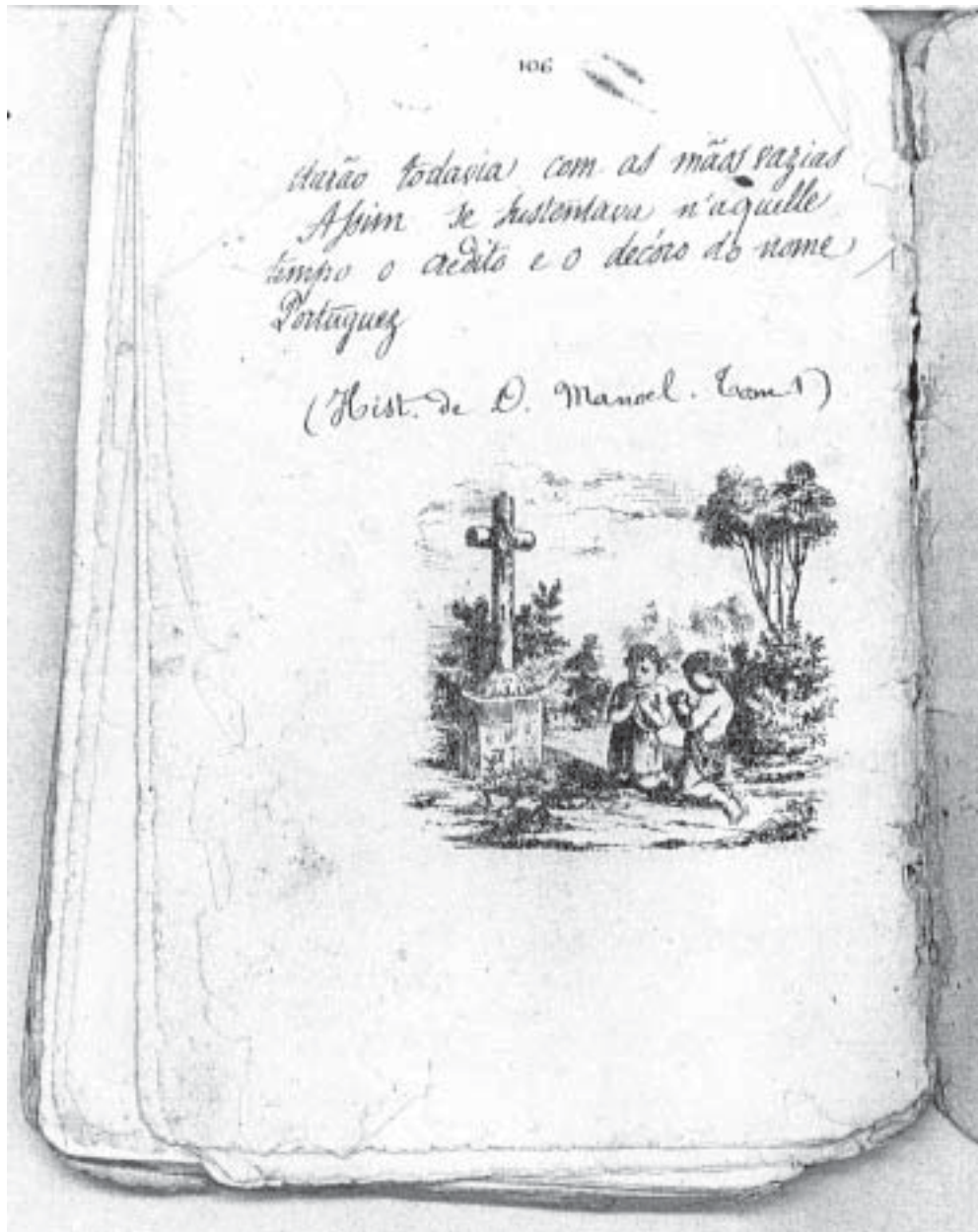


Fig. 13 – Vinheta de encerramento da décima lição do manual “Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil”, por Duarte Ventura.

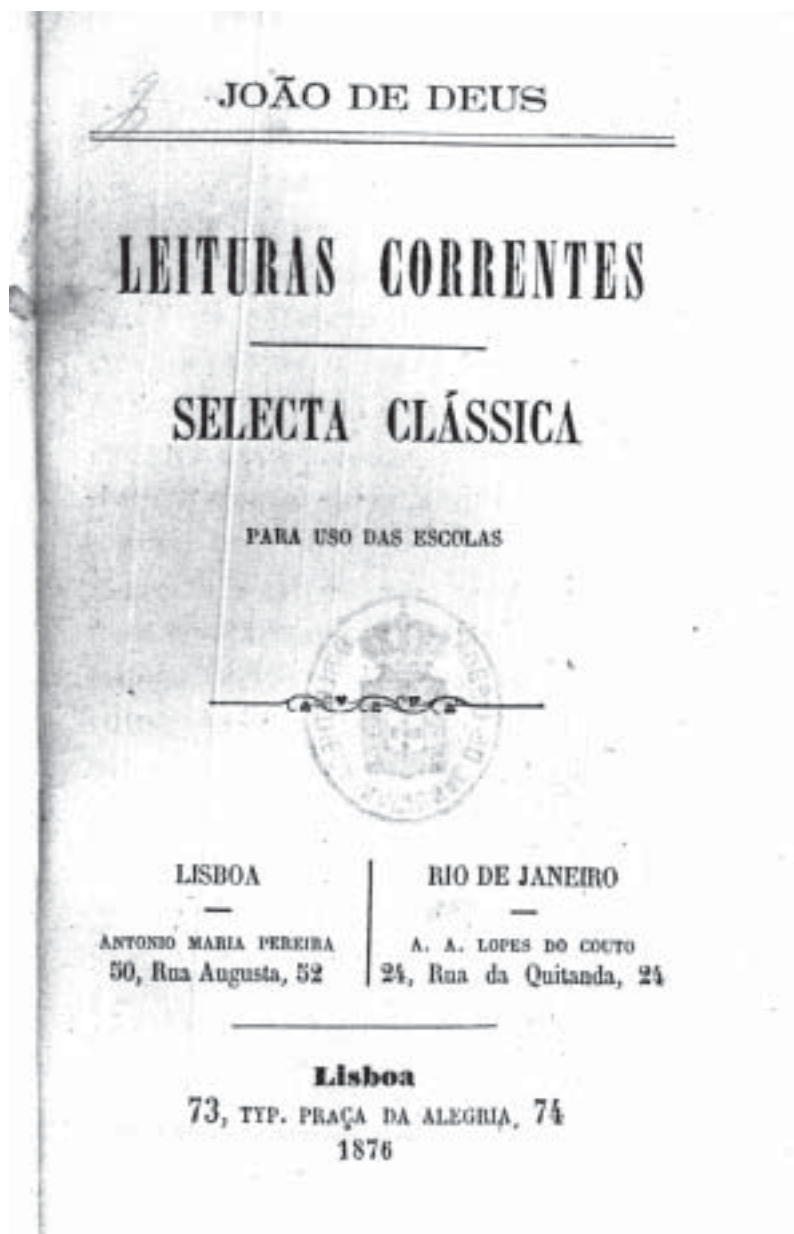


Fig. 14 – Frontispício da selecta clássica “Leituras Correntes” para uso das escolas, de João de Deus, editada em 1876.

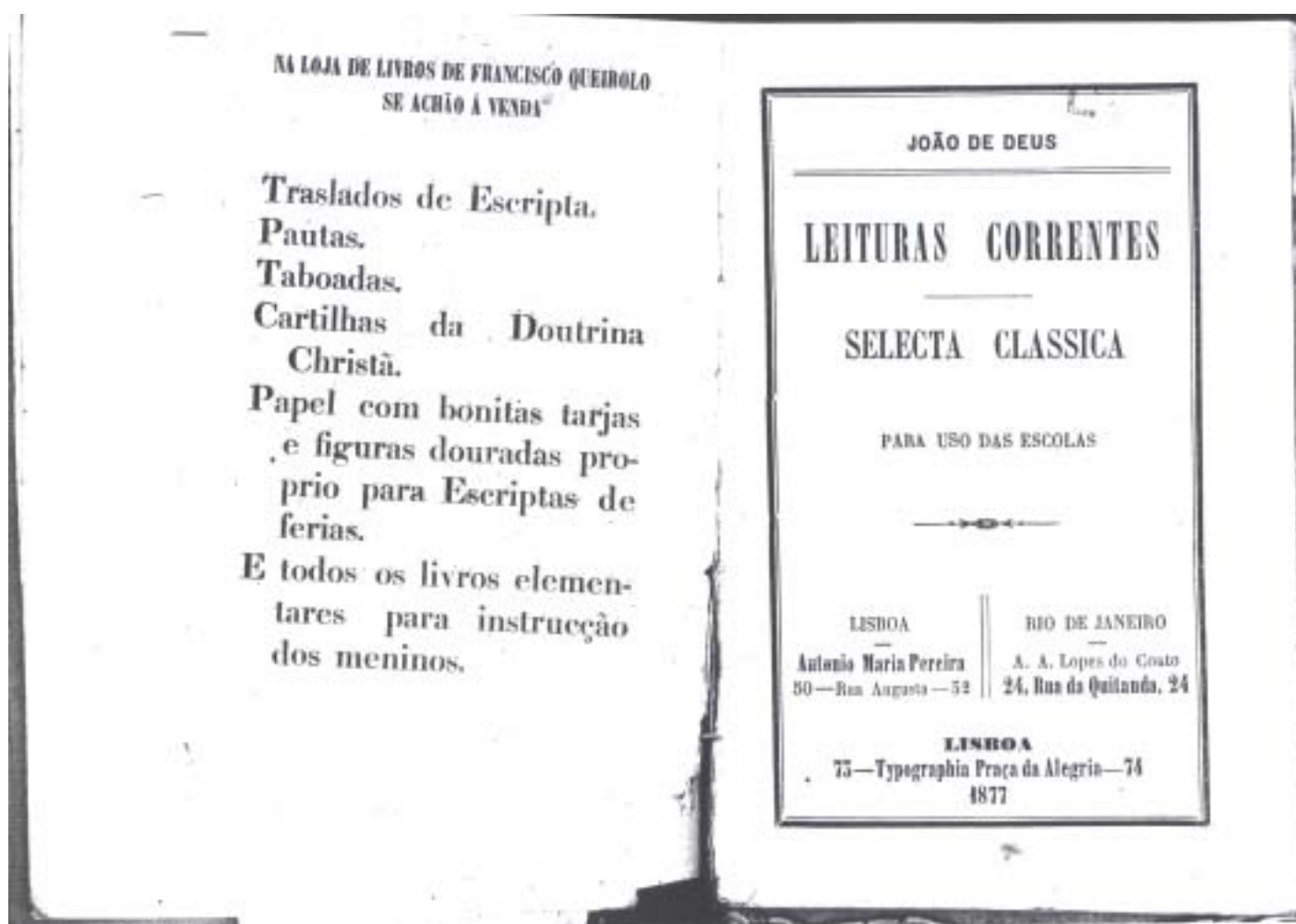


Fig. 15 – Outra imagem do frontispício da selecta clássica “Leituras Correntes” para uso das escolas, de João de Deus (uma edição datada de 1877), com uma curiosa página, à esquerda, onde se faz publicidade à venda de livros escolares num estabelecimento comercial, que dispunha de «todos os livros elementares para instrucção dos meninos».

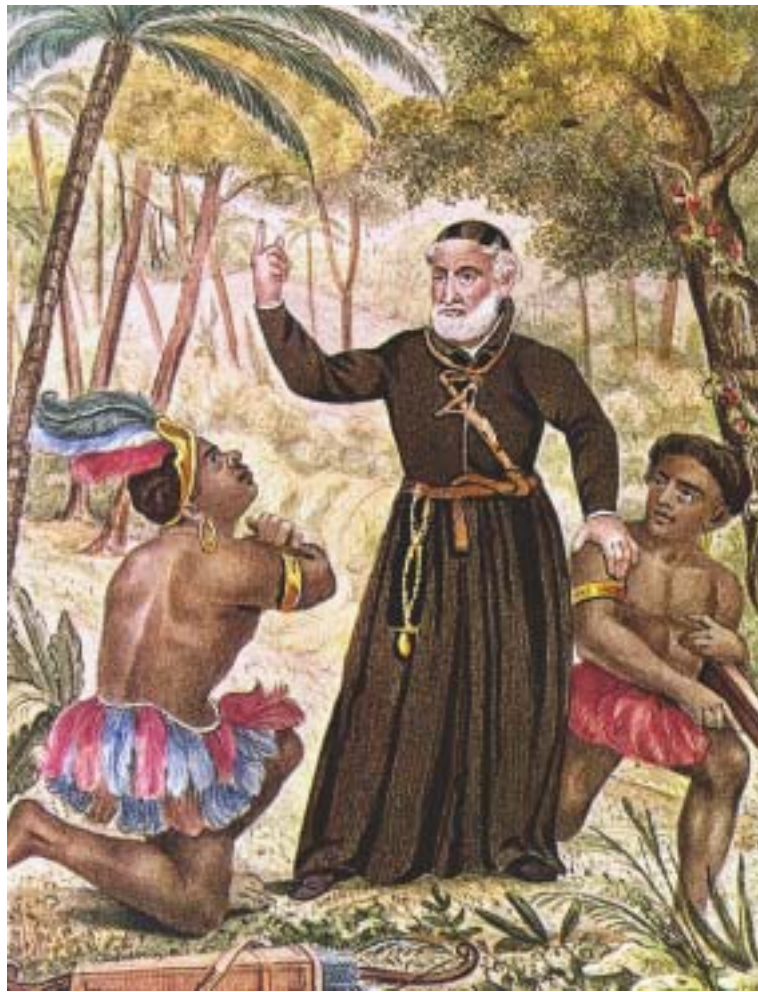


Fig. 17 – O Padre António Vieira quando convertia os índios do Brasil. Litografia do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Fonte: *Gigantes da Literatura Universal*, Padre António Vieira, Editorial Verbo, 1972.

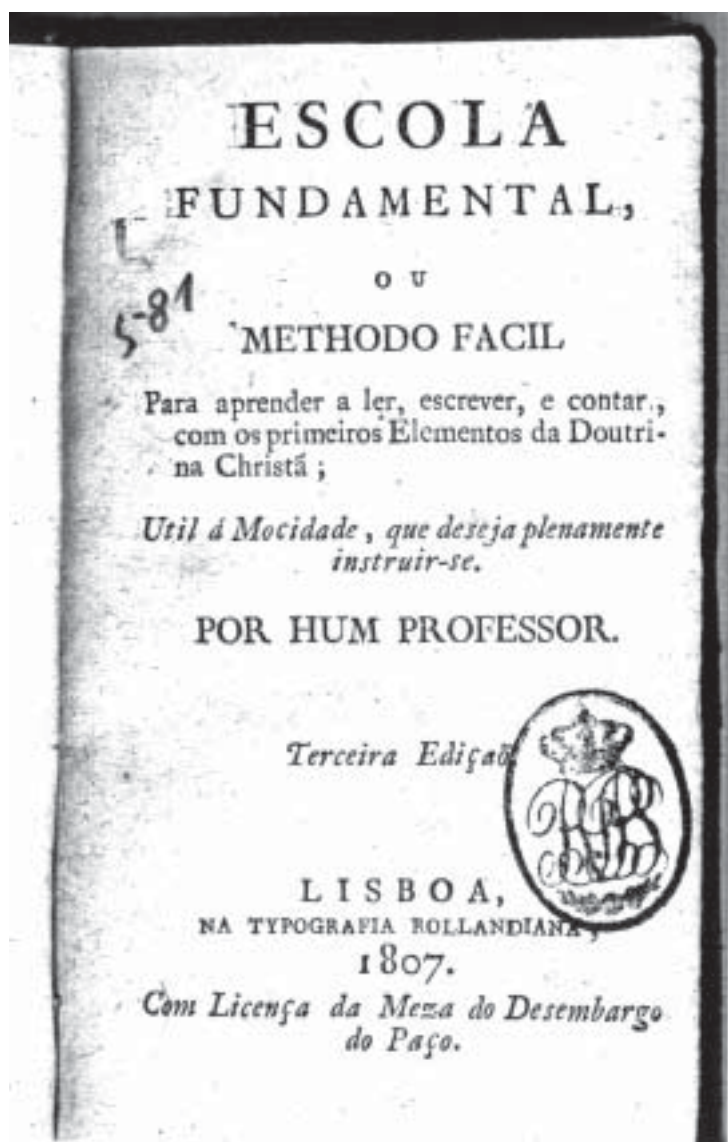


Fig. 18 – Capa do manual “Escola fundamental ou Methodo Facil para aprender a ler, escrever, e contar, com os primeiros Elementos da Doutrina Christã: Útil á mocidade, que deseja plenamente instruir-se (por *hum professor*)”. Esta obra foi editada no ano de 1807.

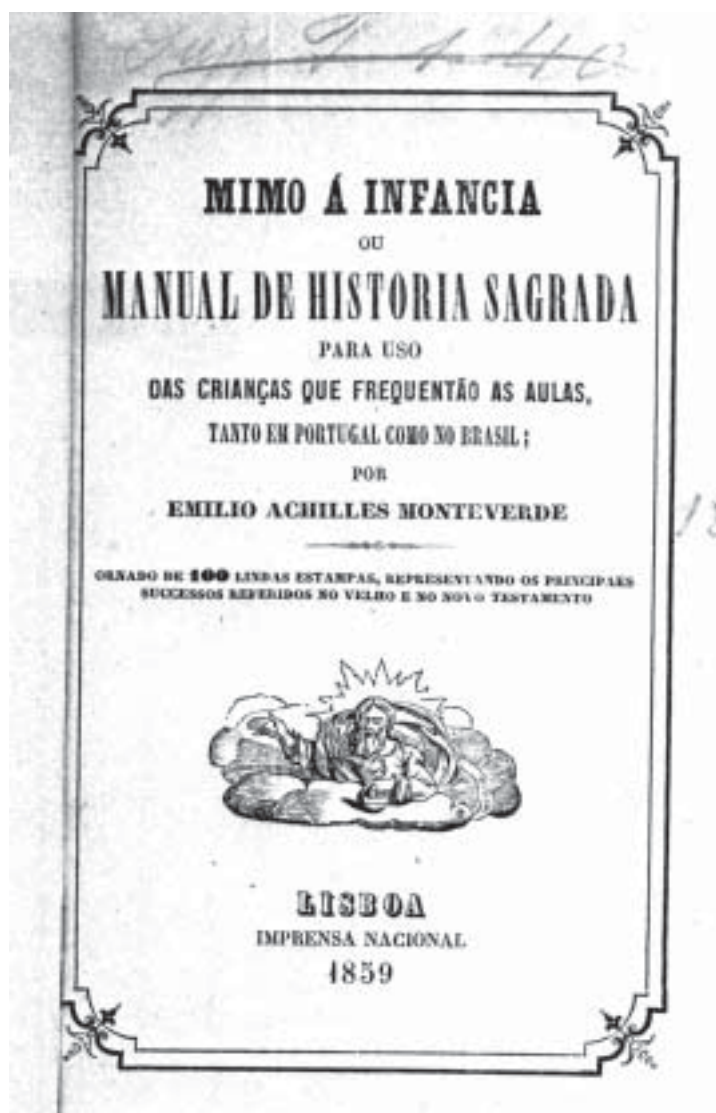


Fig. 19 – Frontispício da obra “Mimo á Infancia ou Manual de História Sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil”, por Emilio Achilles Monteverde, obra editada em 1859.



Fig. 20 – Capa da “Selecta de Manuscripto” para uso das escolas d’ensino primario” por A. Simões Lopes. Esta selecta ficou famosa pelas suas inúmeras edições (esta foi a 25ª).



Fig. 21 – Capa do manual da 1ª classe do ensino primário oficial, intitulado “O Meu Primeiro Livro de Leitura”, de F. de Oliveira, mandado adoptar por Decreto de 3 de Setembro de 1903.



Fig. 22 – Uma das páginas do manual “O Meu Primeiro Livro de Leitura”, de 1903, referido na página anterior deste anexo. Curiosa a explicação das cores da bandeira nacional (monárquica naquela altura) e a forma como é feita a descrição da representação do país através dela.

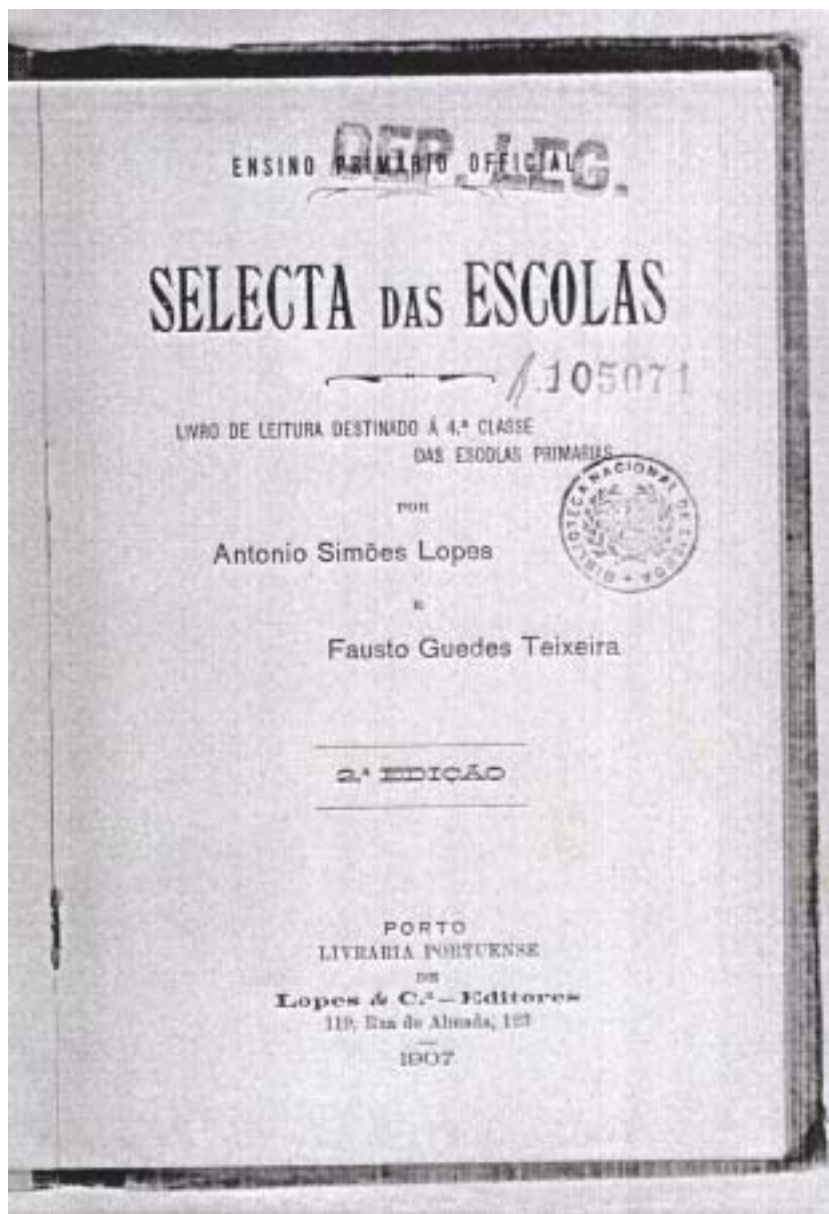


Fig. 23 – Capa do manual “Selecta das Escolas – Livro de leitura destino á 4ª classe das escolas primarias”, por António Simões Lopes e Fausto Guedes Teixeira. Esta selecta foi editada no ano de 1907 (2ª edição).

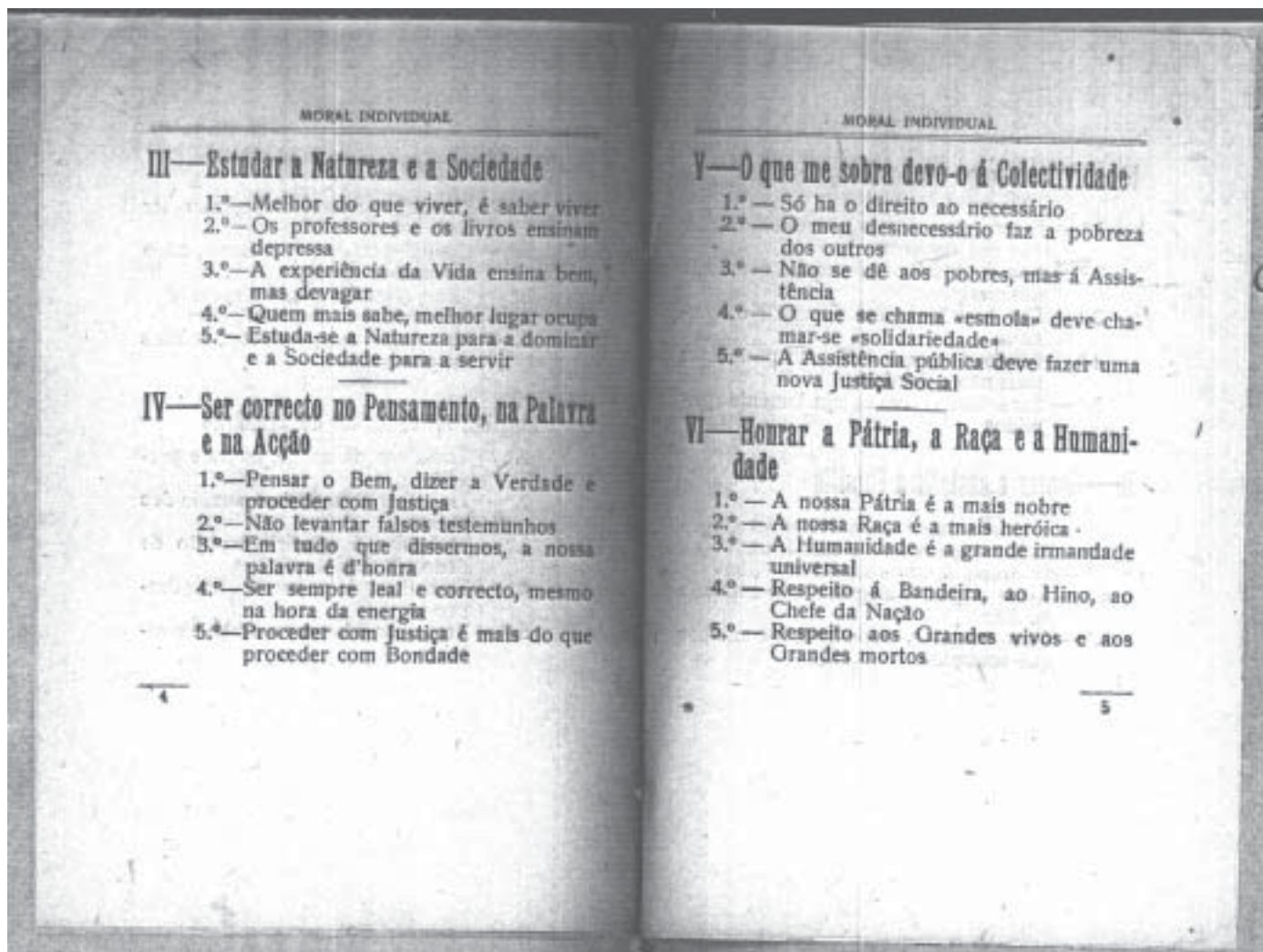


Fig. 24 – Páginas da “Cartilha Nova”, uma obra de doutrina moral para as crianças em idade escolar, que «se devia estudar dos 8 aos 20 anos» conforme consta do seu frontispício. Da autoria de Boavida Portugal, a “Cartilha Nova” foi largamente usada nas escolas. Na página de abertura deste manual, lia-se que «um exemplar da “Cartilha Nova” chega para uma escola. Estuda-se e multiplica-se depressa, se por ela se fizer o ditado e a cópia. Os alunos das 3.ª e 4.ª classes decoram, á medida que o Sr. Professor vai explicando. Os da 5.ª classe repetem, de cór, e explicam verbalmente e por escrito». Esta cartilha foi editada em 1913, já depois da implantação da República.

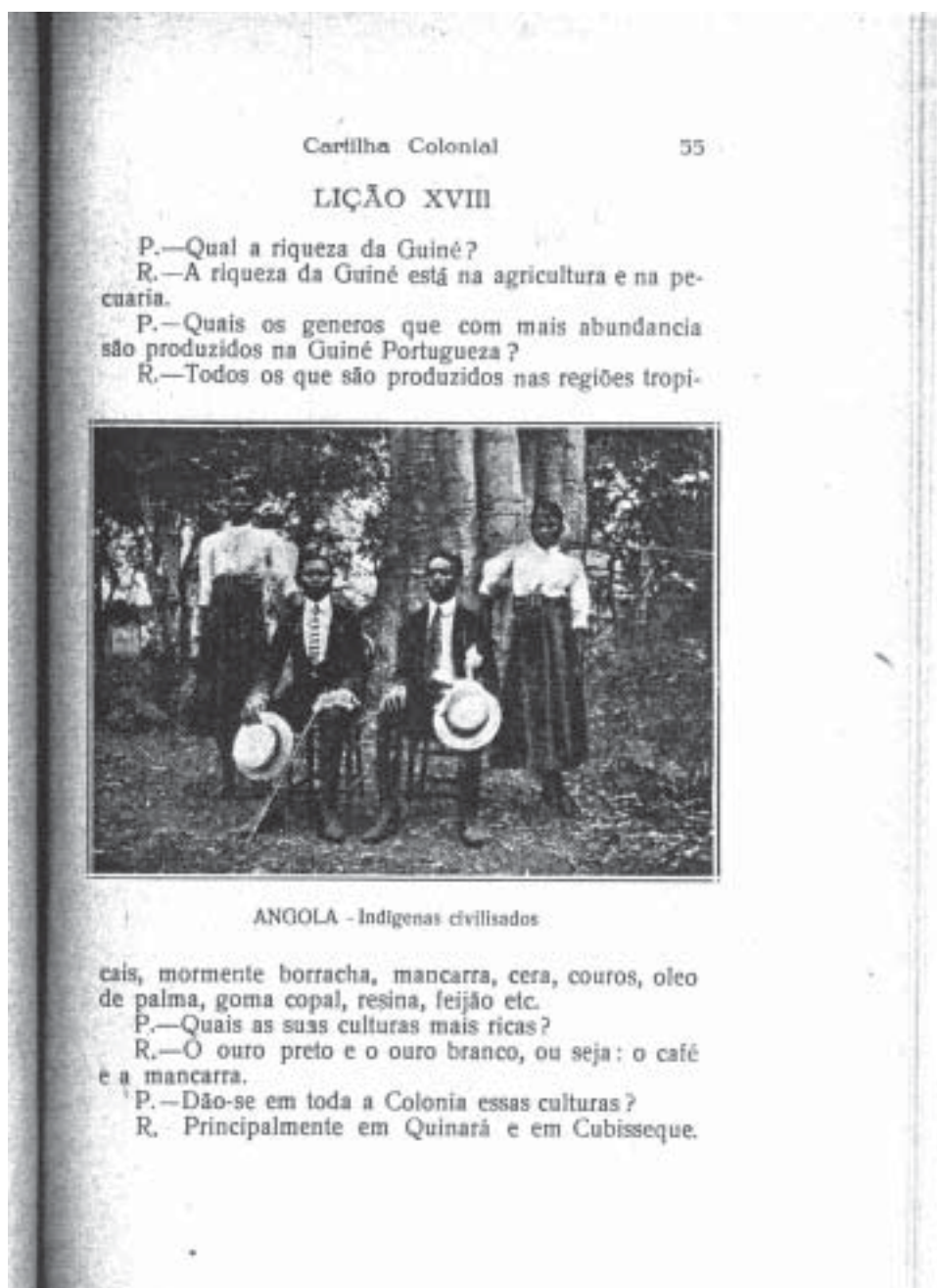


Fig. 25 – Uma curiosa página inserida no manual “Cartilha Colonial - Breve resenha historica, geografica e economica das colonias portuguezas, o esforço portuguez na Africa, America, Asia e Oceania”, de Pedro Muralha, editada em 1928. Nesta página observa-se uma imagem onde surgem dois angolanos, identificados como “Indigenas civilizados”, o que traduz o pensamento e o conceito de “civilização” à época. Por usarem roupas iguais às dos europeus, os habitantes locais eram considerados “civilizados”.